



linguagem,

Eni Puccinelli Orlandi
Débora Massmann
Andrea Silva Domingues
(Orgs.)

instituições e práticas sociais

UNIVAS
Universidade do Vale do Sapucaí

coleção
Linguagem
Sociedade



UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ - UNIVÁS

Linguagem, Instituições e Práticas sociais

**Eni P. Orlandi
Débora Massmann
Andrea Silva Domingues
(orgs.)**

**Pouso Alegre – MG
UNIVÁS
2018**

COLEÇÃO LINGUAGEM E SOCIEDADE

A Coleção Linguagem e Sociedade responde às condições atuais de uma sociedade do conhecimento e das suas tecnologias, entre elas as da informação e da linguagem. Ao mesmo tempo, os estudos da linguagem, ao se colocarem de modo mais abrangente no conjunto das ciências humanas e das ciências em geral, ganham maior importância na compreensão da sociedade e da sua relação com diferentes formas de conhecimento. O interesse desta coleção está, assim, no fato de que se dedica a publicar obras que refletem sobre a linguagem tomada nestas relações.

COORDENADORA

Eni Puccinelli Orlandi

COMITÊ CIENTÍFICO

Débora Massmann (Univás); Eni Puccinelli Orlandi (Univás/Unicamp); Fernando Hartmann (FURG); Francine Mazière (Paris XIII); Freda Indursky (UFRGS); Jean-Jacques Schaller (Paris XIII); José Horta Nunes (Unicamp); Luiz Francisco Dias (UFMG); Marie-Anne Paveau (Paris XIII); Mônica Zoppi-Fontana (Unicamp); Pedro de Souza (UFSC); Romain Descendre (ENS-Lyon).

Copyright © 2018 da organizadora representante dos colaboradores.
Direitos cedidos para esta edição com exclusividade para publicação para a Univás.

Todos os direitos reservados

Todos os direitos desta edição estão reservados à Univás. Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia sem a autorização escrita da Editora. Os infratores estão sujeitos às penas da lei.

Coordenação Editorial: UNIVÁS

Editoração: Atilio Catosso Salles e Renata C. Bianchi de Barros

Revisão de texto: Luciana Nogueira

Capa: Guilherme Carrozza

Univás - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem –
PPGCL: Avenida Tuany Toledo, 470 37550-000 - Pouso Alegre - MG
Telefones: (35) 3449-9248 / (35) 98862-9580 / (35) 98858-1993

**Pouso Alegre: Univás
2018**

**Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL
Universidade do Vale do Sapucaí – Univás**

Reitor

Carlos de Barros Laraia

Vice-Reitor

Benedito Afonso Pinto Junho

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Profª Andrea Silva Domingues

Coordenação do PPGCL

Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

Coordenadora Adjunta do PPGCL

Débora Massmann

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Câmera Brasileira do Livro**

ORLANDI, Eni. (Org.)

Linguagem, instituições e práticas sociais / organização de Eni P. Orlandi, Débora Massmann e Andrea Silva Domingues. – Pouso Alegre: Univás, 2018.
212p. – (Coleção Linguagem & Sociedade)

Vários autores

ISBN: 978-85-67647-50-0

1. Linguagem. 2. Instituições. 3. Práticas sociais. 4. Linguística. 5. Sociedade.
I. Massmann, Débora (Org.). II. Domingues, Andrea Silva (Org.). III. Título. IV. Série.

CDD – 410

Sumário

Apresentação	6
Negación y desconocimiento de la ficción como forma misma del lenguaje	10
Alma Bolón	10
“Fora do lugar” Sujeito, línguas, cidades	26
Bethânia Mariani	26
O político na/da arte: Instituições, discursos, resistências	41
Débora Massmann	41
Sujeitos invisíveis: Sujeitos à interpretação	55
Eni Puccinelli Orlandi	55
A institucionalização de sentidos entre o consenso e as falas desorganizadas sobre a UPP	66
Greciely Cristina da Costa	66
Os sentidos de <i>imigrante</i> e de <i>refugiado</i> : uma prática social e política de definição	81
Luciana Nogueira	81
Estado, escola, língua: unidades divididas	103
Mariza Vieira da Silva	103
Effets des pratiques colingues et codiscursives sur l’institution du sens et des sujets politiques au parlement européen	118
Rachele Raus	118
De incivilizados a descivilizados: um percurso semântico do nome vândalos	157
Taisir Mahmudo Karim	157
Lucas Alvares	157
Fronteiras moventes, sentidos deslizantes	172
Verli Petri	172

Guardiões da memória da região dos inconfidentes: invisibilidade e resiliência	189
William Augusto Menezes	189
ÍNDICE REMISSIVO	207
SOBRE AS ORGANIZADORAS	209
SOBRE OS AUTORES	210

Apresentação

Tomando como ponto de partida o fato de que a linguagem ocupa um lugar central na nossa sociedade, esta publicação reúne um conjunto de reflexões que se propõem a compreender os processos de significação que se produzem *a partir de e na* relação entre linguagem, instituições e práticas sociais. A partir de uma perspectiva que se sustenta nas ciências da linguagem, os trabalhos aqui apresentados dedicam-se a analisar diferentes objetos de estudos - a saber, científicos, artísticos, pedagógicos, jornalísticos, literários e midiáticos, entre outros - considerados discursivamente em sua especificidade material no processo de produção de sentidos, cuja espessura histórica promove a triangulação dos pilares dessa publicação: linguagem, instituições e práticas sociais.

O percurso de leitura deste conjunto de onze textos reunidos nesta obra, inicia-se com a reflexão de **Alma Bolón**. A autora sustenta que a Literatura, compreendida como prática do equívoco, poderia ser não somente a forma geral da escritura, mas também o exercício mais autêntico da linguagem, a matriz menos instrumentalizável do pensar. Para a pesquisadora, contra um mundo que depositou sua fé na univocidade tecnológica e na produtividade do instrumento, é necessário interrogar uma série de oposições que ordenam o pensável, como, por exemplo, ficção/não-ficção, poético/referencial, figurado/literal, mito/história, língua/sociedade, entre outros. Neste capítulo, somos convidados a pensar a linguagem como condição material da ficção e a ficção como condição material da linguagem.

Bethania Mariani se dedica a analisar a obra “Fora do Lugar”, de Edward Said. Seu objeto de estudo é uma narrativa autobiográfica em que se entrelaçam memória, história e constituição subjetiva sempre se produzindo entre-línguas, entre-cidades e entre-países. A autora mobiliza a noção de real circunscrevendo um impossível de ser simbolizado tanto na linguagem como na história, ou seja, na discursividade em tela o testemunho mobiliza um tipo de saber não redutível e que ultrapassa o sujeito. O trabalho da autora considera o aspecto memoriável da escrita de si tendo em vista a dimensão de um indizível, de um furo presente na linguagem que todo testemunho porta.

Em seu texto, **Débora Massmann** se dedica a pensar a arte como prática de significação. Para isso, a autora analisa dois acontecimentos relacionados à arte que tiveram ampla repercussão no Brasil no ano de 2017: o cancelamento da exposição *Queermuseu – Cartografias da diferença na arte brasileira*, no Santander Cultural de Porto Alegre e a performance intitulada “*La Bête*”, na estreia do 35º Panorama de Arte Brasileira no Museu de Arte

Moderna (MAM) de São Paulo. Considerando a arte como (re)significação de sentidos estabilizados pelas instituições, a reflexão considera as produções artísticas como espaços de fissuras que se materializam em resistência. Nessa perspectiva, a arte passa a ser compreendida como a forma material de encontro do simbólico com o político e coloca em funcionamento a ideologia.

Eni P. Orlandi, ao longo de seu capítulo, convida-nos a refletir sobre “Sujeitos invisíveis: Sujeitos à interpretação”. Interrogando como se constituem sujeitos e sentidos na relação com as discursividades, a autora parte da ideia de que discursos marginais constituem sujeitos marginais, como restos da história. Buscando compreender o processo de significação que se dá através da noção de *narratividade*, a pesquisadora investe suas análises no Museu da Pessoa (SP) e mostra que sujeitos invisíveis têm presença forte no imaginário social que circula sob a forma de múltiplas versões explorando a distinção do que se elege como história, ou literatura, contada e legítima, e as produções que fluem à margem, só tornadas visíveis pelos gestos de interpretação que aí se constituem.

Greciely Cristina da Costa, por sua vez, busca compreender como se configura a relação entre Linguagem, Instituições e Práticas Sociais, tomando como lugar de observação o litígio que se produz entre o consenso, posto em funcionamento pela política pública de instalação da UPP nas favelas do Rio de Janeiro, e as falas desorganizadas em torno dos sentidos de segurança. Em seu percurso analítico, a autora mostra que há um jogo entre o discurso da política e a fala desorganizada que faz vir à tona o modo como se dá a institucionalização de uma política por um consenso fabricado com base no imaginário que (dis)torce o real.

Luciana Nogueira produz uma análise das definições de “imigrante” e “refugiado” a partir de dois espaços discursivos: a mídia jornalística (*on-line*) e o ACNUR (Agência da ONU para Refugiados). A partir de uma sondagem dos sentidos produzidos nesses espaços discursivos, a autora busca compreender o funcionamento discursivo dessas definições, colocando em questão a ‘definição’ em Análise de Discurso e o funcionamento desses nomes como palavras-silêncio. Suas análises levam a compreender o modo como o político se textualiza nessa discursividade, no confronto de sentidos, numa relação entre linguagem, estado e fronteiras, na contemporaneidade.

Ao longo de seu capítulo, **Mariza Vieira da Silva** se dedica a compreender as relações de força e as relações de sentidos, bem como os processos de individuação do sujeito, que movimentaram e movimentam as contradições no que diz respeito às

representações de Língua e de seu ensino, de Escola e de Estado como objetos históricos e ideológicos em relação a uma unidade imaginária. A autora se interessa pelas noções de “texto” e de “competência” tomando como condições de produção a conjuntura mais ampla da globalização da economia e da revolução tecnológica que conduziu a uma reestruturação produtiva e a mutações do/no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na formação do trabalhador urbano.

Rachele Raus se interessa pelo funcionamento da hiperlíngua da União Europeia compreendendo-a como um espaço-tempo que se caracteriza pela utilização de uma espécie de *eurojargão*. Em sua reflexão, a autora se interroga sobre as implicações relativas ao modo de circulação dessa hiperlíngua sobretudo no plano da instituição do sentido e das práticas sociais. As análises apresentadas nos convidam a refletir sobre a presença de um discurso dominante que se impõe enquadrando práticas discursivas e sociais e sobre o funcionamento de mecanismos linguísticos que produzem um efeito de bloqueio à circulação discursiva.

Taisir Mahmudo Karim e Lucas Alvares analisam o funcionamento de sentidos da palavra “vândalos”. Os autores consideram que a história enunciativa dos nomes contribui para se observar os processos de (re)significação à medida que revela outros/novos sentidos que podem desestabilizar a significação institucionalizada. Esse processo de desestabilização é compreendido pelos autores como deslocamentos próprios do funcionamento da língua nos espaços de enunciação. As análises apresentadas mostram que, se no passado o funcionamento do nome “vândalos” designava “os outros” (os estrangeiros), aqueles que não faziam parte do “nós” (os civilizados), hoje, o nome, no seu funcionamento designativo, pode significar esses “nós” (os civilizados) como os “outros” (os “descivilizados”).

Verli Petri, em seu estudo, reflete sobre a questão da fronteira no Sul do Brasil considerando-a para além dos elementos geográficos, políticos e históricos. A autora investe sua reflexão sobre uma prática social já naturalizada nas regiões fronteiriças, a saber, a língua ou as línguas de fronteira. As análises apresentadas mostram o funcionamento da(s) língua(s) que, nessa região de fronteira que é política, linguística e simbólica, promove(m) a produção de sentidos que se estabilizam e deslizam movendo limites e agitando os sentidos sobre a própria noção de fronteira. Trata-se da diversidade constitutiva da relação dos sujeitos com suas línguas vivas e em pleno funcionamento.

Encerrando esta obra, **William Augusto Menezes** analisa o processo de produção de sentidos que é posto em funcionamento em um conjunto de narrativas orais: a narrativa oral temática; a narrativa de tradição oral; a narrativa oral de atingidos pelo rompimento da

Barragem de Fundão – Mariana (MG). As análises nos levam a compreender questões relativas ao imaginário de si reportado pelo narrador e ao modo como este narrador articula o enredo da sua narrativa de modo a produzir uma orientação persuasiva no seu relato. O trabalho articula a pesquisa acadêmica, como produção de conhecimentos na área dos estudos da linguagem, às práticas sociais dando visibilidade às narrativas de sujeitos (muitas vezes) à margem.

Desejamos boa leitura!

Pouso Alegre, junho de 2018.

Eni, Débora e Andrea

Negación y desconocimiento de la ficción como forma misma del lenguaje

Alma Bolón

El presente del pasado

Las páginas que siguen son deudoras de los puntos de vista desarrollados en Francia, desde los años setenta del pasado siglo, por el llamado análisis de discurso. Vale la pena recordar que éste constituye, sobre todo, una perspectiva que no desea ignorar las decisiones teóricas que adopta y de las que se vuelve tributaria, por lo que se aboca a explicitarlas, procurando pensar no solo su objeto de estudio, sino también, indisociablemente, lo que permite verlo y reflexionarlo. En particular, la manera de ver y de considerar al sujeto, la lengua y el discurso - su teoría - baliza un espacio en donde pensar enunciaciones, lenguas, discursos. Son muchos y muy queridos los nombres que circulan por este territorio teórico; ahora quisiera detenerme en los de Michel Launay y Eni Orlandi. Aunque muy tempranamente retirado de la vida universitaria, el gramático que era Michel Launay supo enseñar en los años ochenta, en la universidad Paris III, una postura ante el sistema lingüístico que, de modo alguno, quería ignorar su dimensión intrínsecamente poética. Muy por el contrario, esta dimensión era la vía de acceso privilegiada, no para contemplar la excepción que confirma la regla, sino para comprender la naturaleza del lenguaje y de las lenguas. Esto, por cierto, llevaba de la mano a una reflexión sobre el sujeto hablante. De este lado del océano y siguiendo un derrotero sin pausas ni desmayos, Eni Orlandi igualmente a partir de los años ochenta y desde la universidad de Campinas supo irradiar en lengua brasileña un pensamiento en que siguieron destellando los nombres de Ferdinand de Saussure, Émile Benveniste, Jacques Lacan, Michel Foucault y Michel Pêcheux. Con estos autores, Eni Orlandi, situándose en circunstancias particulares - las circunstancias de Brasil y de América -, reflexionó sobre nociones y categorías de alcance universal tales como el silencio y la interpretación. Muy especialmente, reflexionó sobre la invitación a dar sentido que el lenguaje nos dirige, apremiante o distraídamente, convirtiéndonos en sujeto, mostrando lo inacabado e incalculable de su ser y la fuerza poética que lo anima.

1. Una lógica avasaladora

La incorporación de cada porción de pensamiento a la lógica instrumental no evitó el lenguaje sino que lo ungió medio, vehículo o herramienta de comunicación, confinándolo, simultáneamente, al olvido.

Giorgio Agamben ha sostenido que, en su fase terminal, el capitalismo ya solo es un gigantesco dispositivo de captura de los medios puros; para Agamben, el lenguaje es un buen ejemplo de este fenómeno de captura¹. ¿Qué entender por «medios puros» y por “captura de los medios puros”? Retrocedamos algunos decenios, hasta los años 60 del siglo XX, sin ánimo historiográfico aunque sí para contrastar con lo afirmado por Agamben en 2005.

Por aquellos años, no era todavía completamente raro encontrar lingüistas que, según el modelo decimonónico, aunaban la dimensión filológica y comparatista, que les daba familiaridad con los textos literarios y las lenguas clásicas, a la dimensión teórica, enfocada a la consideración de problemas generales del lenguaje.

Evocaré, para contraponerlas, dos de estas figuras en que se aúnan formación lingüística y humanística: Georges Mounin (1910-1993) y Émile Benveniste (1902-1976). Contemporáneos, poseedores de una vasta cultura clásica, comprometidos ambos con las luchas políticas de su tiempo, sus obras han sido traducidas y difundidas en numerosos idiomas y sucesivas ediciones.

Georges Mounin, por su parte, es autor célebre de una historia de las ideas lingüísticas, de trabajos sobre los desafíos y las posibilidades de la traducción, y de los primeros análisis y comentarios de la obra de René Char, poeta y contemporáneo suyo; también Mounin fue estudioso de poetas clásicos, como Dante. Por su lado, Émile Benveniste es autor de una obra en que confluyen el comparatismo indoeuropeo y la reflexión teórica, en particular, es autor de una teorización de la puesta en funcionamiento del sistema lingüístico, de una reflexión sobre la actualización del sistema que realiza el habla.

Los dos autores, aunque de amplios horizontes ambos, se oponen en un punto decisivo, puesto que uno suscribe sin inconvenientes la visión de la lengua como instrumento de comunicación, mientras que el otro llama a desconfiar de esta perspectiva.

Escribe Georges Mounin en 1968, en una obra que alcanzó enorme popularidad en sucesivas reediciones: “Una de las conquistas de la lingüística actual es la de haber percibido

¹ Giorgio Agamben, *Profanations* [2005], París, Rivages poche, 2009.

y cuidadosamente distinguido diferentes funciones del lenguaje: su función de comunicación interhumana inmediata, en primer lugar”². En los párrafos que continúan esta afirmación, el lector reconoce las seis funciones del lenguaje planteadas por Roman Jakobson en “Lingüística y Poética”. No obstante, son llamativas las diferencias con respecto a lo expuesto por Jakobson, en particular, la incorporación de una suerte de séptima función (la “advertida por los griegos”, como dice Mounin, que vincula directamente lenguaje y pensamiento), la aparente poca estima por la función metalingüística (cf. en nota 13 el “inclusive”), ilustrada por un discutible ejemplo en que palabra y mundo se confunden (cf. idem el ejemplo “la barracuda es un pez”) y, sobre todo, es llamativo el restablecimiento de una jerarquía entre todas las funciones, en beneficio de una, que no solo es nombrada en primer lugar sino que, en la formulación de Mounin, acapara la denominación que, en Jakobson, es compartida entre las seis funciones. Estoy refiriéndome a la denominación “comunicación interhumana inmediata” que, en Mounin, parece coincidir exclusivamente con la función referencial y oponerse a todas las otras, en particular a la función fática, presentada en último lugar y ejemplificada en el hablar de “los decidores de naderías”, como lo son “los enamorados”...

En suma, para Mounin, contrariamente a Jakobson, la función dirigida a aquello de lo que se habla, la función comúnmente llamada “función informativa” es “la función comunicativa primera, original y fundamental del lenguaje, función de la que todas las otras solo son modalidades o aspectos no necesarios”.

Por cierto, en esto, Mounin coincide con su maestro André Martinet, lingüista temprana y durablemente volcado al estudio de los sistemas fónicos de las lenguas, estudios

² Prosigue Mounin: “Luego una función expresiva (o emotiva, según algunos autores), función gracias a la cual el locutor manifiesta su afectividad, voluntariamente, gracias a lo que dice a través del fluir de sus palabras, de su entonación, de su ritmo. También, según algunos, una función apelativa (o conativa), distinta de la anterior, por la que el locutor busca provocar en el oyente ciertas tonalidades afectivas sin que él mismo las comparta (caso del mentiroso, del hipócrita, del actor y del orador que actúan o hablan “en frío”, caso del “jefe”, etc.). Luego, también, una función (fue la primera advertida por los griegos, pero no es primera ni histórica ni funcionalmente) de elaboración del pensamiento; finalmente una función estética (o poética). Jakobson atribuye inclusive al lenguaje una función metalingüística, gracias a la que el lenguaje sirve para hablar del lenguaje mismo (cuando decimos: “Napoleón es un nombre propio”, “Rojo es un adjetivo calificativo” o bien: “La barracuda es un pez”, etc.). Y, finalmente, una función fática, gracias a la que el lenguaje parece servir solamente a mantener entre dos interlocutores una sensación de contacto acústico (“Hola...”) o de contacto psicológico de proximidad agradable en la charla social vacua o en la conversación de enamorados, decidores de naderías, por ejemplo.

Sea lo que sea en cuanto a la realidad lingüística o psicológica de al menos algunas de esas diferentes funciones, todo el mundo está de acuerdo en este punto: la función comunicativa es la función primera, original y fundamental del lenguaje, función de la que todas las otras solo son aspectos o modalidades no necesarias”. Georges Mounin, *Clefs pour la linguistique*, Seghers, 1968, p. 79-80, traducción A.B.

en los que siempre estará implicada una concepción de la lengua como instrumento o herramienta de comunicación.

Escribe Martinet: “Aunque metafórica, la designación de una lengua como un instrumento o herramienta de comunicación llama muy útilmente la atención sobre lo que distingue el lenguaje de muchas otras instituciones. La función esencial de este instrumento que es una lengua es la función de comunicación”³: formuladas en 1960 y traducidas a decenas de idiomas, estas palabras orientaron la mirada de generaciones de lingüistas y, sobre todo, conocieron una enorme popularidad, entronizándose como el sentido común más obvio: la lengua es instrumento de comunicación. Por ejemplo, véase, una entre tantas, la definición que sigue dando, transcurridos cincuenta años, el *Dictionnaire de linguistique et des sciences du langage* de Jean Dubois: “En el sentido más corriente, una lengua es un instrumento de comunicación”⁴. La fuerza de la obviedad es tal que se pierde inclusive el carácter metafórico sobre el que advertía el propio Martinet.

La metáfora del “instrumento” o “vehículo” o “herramienta” de comunicación es por demás elocuente, y mucho dice sobre el lugar exterior y la relación ancilar que atribuimos al lenguaje, lugar y relación que buscan ocultar, en nombre de la transmisión de un contenido informativo sobre lo extralingüístico, todo aquello que forma parte del hablar, en particular buscan ocultar, u ocultan sin quererlo, el sujeto hablante y la lengua, que, de este modo, se vuelven “aspectos no necesarios”, por decirlo en términos de Mounin. Porque atenerse a la metáfora de la lengua-instrumento-vehículo-herramienta impone descuidar al sujeto hablante, al concentrarse en el estudio del mecanismo o funcionamiento del instrumento, so pena de caer en un vulgar psicologismo o, más peligrosa y acertadamente, de toparse con fenómenos de subjetivización que precisamente jaquean la preeminencia de la función referencial. De manera comparable, aunque más paradójicamente, atenerse a esta metáfora impone concentrarse en el estudio del funcionamiento del instrumento, impone concentrarse en cómo funciona la transmisión de contenidos sobre lo extralingüístico y, simultáneamente, impone descuidar la lengua, so pena de encontrar la homonimia, la ambigüedad, el equívoco, lo indeterminado: lo que inquieta.

³ André Martinet, *Éléments de linguistique générale* [1960], Paris, Armand Colin, 1980, p.9. Este libro fue traducido a diecisiete idiomas; por otra parte, Martinet residió y enseñó durante diez años [1946-1955] en Estados Unidos, lo que también ayudó a la difusión de su perspectiva.

⁴ Jean Dubois *et alii*, *Dictionnaire de linguistique et des sciences du langage* [1973], Paris, Larousse, 1974, 1994, 1999, 2001, 2013. También, del mismo tenor: “Puede deplorárselo, pero hay que admitirlo: el lenguaje - en su materialidad fónica o, mejor aun, en la abstracción de sus estructuras significantes - solo es un ingenioso expediente más o menos apto para vehicular el sentido”. Corneille, Jean-Pierre (1976), *La linguistique structurale, sa portée, ses limites*, Paris: Larousse, p. 95; *apud* Michel Launay, cf. *infra* nota 17.

Por algo, Émile Benveniste pone en guardia: “La comparación del lenguaje con un instrumento [...] debe llenarnos de desconfianza”⁵.

Sin duda, esta advertencia en gran medida se explica por la postura teórica de Benveniste que, justamente, tiene en cuenta no solo la lengua como sistema de signos, como conjunto de relaciones disponibles para su actualización, sino que también y sobre todo tiene en cuenta la puesta en funcionamiento de ese sistema, su realización por quien, a través de esa puesta en funcionamiento, se constituye como sujeto. Por cierto, no ha de ser Benveniste quien adopte la perspectiva de la “lengua instrumento de comunicación”; por el contrario, Benveniste finamente conceptualiza la diferencia entre un sistema de comunicación y un lenguaje, es decir, la diferencia entre un código de señales, por ejemplo el empleado por las abejas en trance de transmitir a sus congéneres información sobre fuentes de alimentos, y el lenguaje humano, apto no solo para hablar del mundo sino también para hablar de sí mismo, volviendo sobre sí en la reflexión de elementos tanto del sistema como del discurso.

No obstante, la desconfianza aconsejada por Benveniste no obedece a una alarma exclusivamente epistemológica, suponiendo que algo así pudiera existir, sino que también puede ser oída como una recomendación de alerta político, o de alerta en que epistemología y política confluyen.

Porque sucede que, ya sea en la versión funcionalista de Martinet, ya sea en la versión generativista de Chomsky, en todos los casos, se procede como si una lengua fuera un conjunto de significados codificados y disponibles para su transmisión y como si la única pregunta pertinente incumbiera las reglas o las regularidades que rigen un agenciamiento que no solo es inmanente al sistema sino que es esencialmente calculable, y en consecuencia tan anticipable como el de cualquier máquina. Tanto en la vertiente funcionalista como en la generativista, la lengua es concebida como una máquina productora de sintagmas aceptables para su transmisión.

En consecuencia, estas posturas instrumentalistas causan alarma por razones políticas, por el anudamiento inmediato de enfoques teóricos y efectos políticos indeseables, como el que, por ejemplo, señala en 2003 Michel Launay, rememorando los términos del conflicto epistemológico que se planteaba en los años 80. Escribe Michel Launay:

Bajo el nombre de “lengua”, la lingüística solo se ocupó del lenguaje. Sostengo que el lenguaje no es más que una función de la lengua. Esta función es la que asume en tanto que medio de comunicación. Y es la única función que

⁵ Émile Benveniste, *Problèmes de linguistique générale, I*, Paris, Gallimard, 1966, p. 259.

verdaderamente haya estudiado la lingüística. Una lengua servía para comunicar, para transmitir informaciones. Un código, en suma, que solo difería del de las ballenas o de las abejas por su extrema complejidad, reductible (al menos así se esperaba) a un sistema, sin duda, de inspiración mecánica: una especie de máquina de hablar, en suma. Dicho de otro modo: un sistema de transmisión de la información. Esto implicaba, notémoslo, que la información precedía a su transmisión. Esto resultaba en considerar la lengua como simple “vehículo” de un sentido supuestamente preexistente. ¿Para llegar a eso, era necesario pasar por Saussure?

Pero escuchemos un poco algunas palabras sacadas del discurso de aquella lingüística oficial: Lenguaje, Comunicación, Información, Transmisión(es). He aquí los significantes Maestros-Amos [*signifiants maîtres*] de una época que sigue siendo la nuestra. No pasaremos por alto recordar, a este respecto, que la gramática generativa fue concebida por Chomsky en el marco de investigaciones militares, en colaboración con matemáticos interesados por la traducción automática. Se procuraba dar con el “lenguaje-máquina”, está claro.

Ahora bien, si la “palabra poética”, como se ha dicho, es la que hace oír la voz de un sujeto, no llamará mucho la atención que, en ese contexto, haya sido excluida: el sujeto es siempre lo que toda ideología dominante se dedica a amordazar.⁶

En este balance de Michel Launay, la perspectiva instrumentalista del lenguaje no solo proveía (y provee, afirma Launay) los “significantes maestros-amos” [*maîtres*] que desde la “lingüística oficial” podían y pueden acallar otras concepciones y otras prácticas, sino que el poder del oficialismo lingüístico podía llegar a coincidir, lisa y llanamente, con el oficialismo del poder industrial militar estadounidense. De este encuentro de oficialidades epistemológico-industriales resulta excluido, concluye Michel Launay, el sujeto.

La consagración del lenguaje como medio de comunicación tal vez haya sido constitutiva de la profesionalización de “la lingüística”, tal vez haya sido el gran presupuesto necesario para federar una diversidad de conceptualizaciones y de puntos de vista heredados de dos mil quinientos años de meditación sobre el lenguaje y las lenguas.

Esta perspectiva comunicacional, explícita o implícitamente, se encuentra presente, como ya afirmé, en las diferentes escuelas gramaticales, sean éstas de corte funcionalista o generativista. Ausente en Saussure (conocemos el lugar teórico y analítico que ocupan la metáfora, la comparación y el lenguaje figurado en la obra saussuriana, lugar que muestra un pensamiento cuya transmisión es indisociable de su confección), la perspectiva comunicacional hizo carne en los saussurianos, con notables excepciones, entre las que cabe nombrar a Eugenio Coseriu y, por supuesto, a Émile Benveniste.

⁶ Michel Launay, “Note sur le dogme de l’arbitraire du signe et ses possibles motivations idéologiques”, *Mélanges de la Casa de Velázquez* [En ligne], 33-2 | 2003, mis en ligne le 03 décembre 2009, consulté le 09 septembre 2017. URL : <http://mcv.revues.org/227>. Como se aclara, este artículo publicado en 2003 es la reescritura de otro escrito en los años 80 y que nunca había llegado a publicarse, al retirarse Michel Launay de la vida universitaria.

Así, la lengua pasa a ser, necesariamente, un instrumento susceptible de producir entidades transmisibles, comunicables; en consecuencia, lo que transita con menos fluidez, lo que se ofrece y, al mismo tiempo, se resiste al paso de un hablante a otro, lo que fluye a los tropezones, todo esto solo puede ser considerado como productos fallidos, tentativas fracasadas, desviantes, anómalas, excepciones que vuelven a demostrar lo presupuesto: se trata de un instrumento de comunicación cuyos productos se ponen - han de ponerse - a prueba en la circulación entre hablante y oyente. En esa puesta a prueba residen los límites de la conmutación, procedimiento clave de la perspectiva funcionalista: un paradigma conmutativo (contrariamente a las relaciones asociativas saussurianas) es un paradigma en que quedan contenidos los límites de la comunicabilidad. En el ámbito de la gramática generativa, el frecuentado ejemplo “las incoloras ideas verdes que duermen furiosamente” es analizado como fragmento asemántico, es decir, como ejemplo desprovisto de semántica porque, justamente, falla la función comunicativa al impedir que se cumpla la función referencial, entendida como la posibilidad de orientarse hacia el contexto (el referente), la posibilidad de enfocar y de hacer como si, efectivamente, un enunciado estuviera coincidiendo con una porción del mundo. Por otra parte, la “creatividad” en el lenguaje que imagina Chomsky es la creatividad maquina de enunciados “gramaticales” nunca antes proferidos, lo que naturalmente deberá excluir, en nombre de su falta de semanticidad, sintagmas como “silencio ensordecedor” o “felicidad extravagante”. Función referencial, semanticidad y comunicabilidad aparecen como elementos coextensivos, casi como sinónimos. Esta concepción acerca de la “creatividad”, limitada a lo que se considera que es “la realidad”, muestra su sentido dogmático al ser comparada con la idea saussuriana de la lengua en tanto que sistema que también es sistema de virtualidades, de lo que no se ha realizado aún, y que tal vez no se realice nunca, pero forma parte de la lengua como posibilidad del conjunto de las relaciones en las que participan los signos, incluidas las relaciones asociativas de sus significados y de sus significantes.

Comparablemente, en el ámbito de la sociolingüística, la perspectiva de la lengua como instrumento de comunicación estuvo (y está) implícita o explícitamente inscrita en sus concepciones y proceder. Véase si no la atención vigilante prestada a la corrección política en los usos del lenguaje, corrección que al pugnar por una sustitución de denominaciones (“no diga X, diga Y”), está suponiendo la primordialidad de la función comunicativa, está suponiendo una relación referencial fallida, falaz, mendaz o engañosa, que debe ser corregida y sustituida por otra veraz. De manera semejante, en la lingüística

interaccionista, también se da por supuesto que las intenciones que determinan las actuaciones de los hablantes son siempre intenciones de comunicación o, mejor dicho, intenciones logradas o fracasadas de uso del instrumento lingüístico con el fin de comunicar algo.

Desde la perspectiva chomskyana, el ejemplo “las incoloras ideas verdes” queda fuera de la lengua porque no hay referencialidad posible (en “la realidad” las ideas son verdes o son incoloras, se aduce), por lo tanto no hay comunicabilidad posible; desde la perspectiva de la corrección política, quedan fuera expresiones cuya referencialidad es condenablemente errada: básicamente, referencialmente, comunicativamente “incorrecta”. Cuando un generativista afirma: “no puede decirse ‘incoloras ideas verdes’ porque no hay incoloras ideas verdes, hay ideas verdes o hay ideas incoloras”; un partidario de la corrección política sostiene: “no puede decirse “ciegos” porque no hay ciegos, hay no videntes”. En todos los casos, el lenguaje es visto como instrumento de comunicación de una situación referencial que, confundida con “la realidad”, padece de todas las simplificaciones fosilizantes que soporta esta noción, en particular, la fosilización que consiste en llamar “realidad” aquello cuya identificación inmediata como “realidad” resulta de la abundancia de discursos pertinaces que la visibilizan como “la realidad”.

2. Efectos en políticas lingüísticas

Huelga decir los innumerables efectos, en el campo de las políticas lingüísticas, producidos por esta concepción que entiende la lengua como instrumento de comunicación. Nombraré solo algunos, de muy variado calado, todos provenientes de Uruguay, pero no exclusivos de este país sino ubicables con mayor o menor vigor en variadas sociedades. Estos efectos se hacen particularmente notorios en el campo de la enseñanza de la lengua materna, reducida a un instrumento en cuyo uso hay que adiestrarse para desarrollar competencias, precisamente, comunicativas, a menudo circunscriptas a actos de habla tales como redacción de correo para búsqueda de empleo, confección de c.v., autopresentación oral, desarrollo de espíritu colaborativo, etc. Sucede entonces que la enseñanza y el estudio constante (a lo largo de toda la escolaridad, según la tradición humanística del trivium gramática/retórica/dialéctica) del idioma español están muy lejos de cumplirse, relegados siempre por otros temas y asuntos que “deben” comunicarse a los alumnos y, sobre todo, relegados por la suposición de que los alumnos ya saben español, puesto que ya “se

comunican” en este idioma. En todo caso, se admite que a veces carecen del suficiente adiestramiento para “transmitir” en su idioma, por lo que suelen recomendarse actividades que, precisamente, “adiestren” en las “competências” comunicativas, como si se tratara de un músculo flácido necesitado de la mecánica del ejercicio y ajeno a la reflexión del estudio.

Igualmente, esta concepción instrumental ha sentado sus reales, desde hace ya mucho, en la enseñanza de las lenguas extranjeras, propiciando una industria, un mercado y un comercio de cursos de lenguas extranjeras vendidos, en el ámbito público y privado, con la promesa de permitir “la comunicación”.

Véase cómo el organismo que a nivel nacional en Uruguay gobierna la enseñanza pública inicial, primaria y secundaria (ANEP) expone su “misión” en “materia de políticas lingüísticas”, proponiéndose formar “ciudadanos plurilingües que puedan, por medio del uso de las lenguas, interactuar en ámbitos sociales, académicos y/o laborales”. De entrada, y como única relación imaginable de “los ciudadanos” con la lengua, se plantea el “uso”, y la comunicación es presentada bajo el ropaje de la “interacción”. En consecuencia, las autoridades sostienen que “los ciudadanos conocerán una lengua extranjera de comunicación internacional (inglés), una lengua de comunicación regional (portugués) y una tercera lengua extranjera vinculada a sus intereses personales (italiano, francés, alemán u otras)”⁷.

Esta política lingüística de la enseñanza pública no universitaria, en Uruguay, circunscribe pues el conocimiento al aprendizaje de dos lenguas presentadas como “lenguas de comunicación” (el “internacional inglés” y el “regional portugués”) más una tercera lengua que, presentada como “vinculada a los intereses personales”, parece sustraerse a “la comunicación”, quedando relegada a “intereses” inidentificados y, por ende, de segundo orden. Naturalmente, esta concepción de la “misión” en “materia de políticas lingüísticas” solo redundará en mayor acrecentamiento de la presencia del inglés, “instrumento de comunicación” por antonomasia, en detrimento del portugués, percibido, desde el español, como un idioma que “se entiende”, con el que es posible comunicarse y, por lo tanto, de inútil y superfluo estudio. En cuanto a las otras lenguas –“italiano, francés, alemán u otras” - puede imaginar el lector el número de alumnos liceales con que cuentan para su estudio, una vez despojadas de la prestigiosa etiqueta “lenguas de comunicación” (que impone obligatoriedad), y etiquetadas como idiomas que solo pueden presentar aleatorios, parciales, inidentificados, subalternos “intereses personales”.

⁷ <http://www.anep.edu.uy/plinguisticas/index.php/acerca-del-programa>; consultado el 13/IX/2017.

Consecuentemente, en los niveles de enseñanza universitaria, por ejemplo en la carrera de Traductorado Público de la Universidad de la República, entre los cargos docentes atribuidos a la enseñanza de los idiomas, gozan de mayor jerarquía los correspondientes al idioma inglés, por lo que los puestos docentes de idioma español son de mucha menor jerarquía, independientemente de los títulos y méritos de los respectivos docentes. ¿Cómo puede interpretarse esto? Pues que, desde una perspectiva instrumental, se da por sentado que el conocimiento del idioma español ya se realizó, dado que, obviamente, los estudiantes de Traductorado “ya se comunican” desde siempre en español, cosa que no sucede de igual modo en inglés. Esta ideología se manifiesta también en los recurrentes intentos por suprimir la prueba de admisión en español, aunque manteniendo, claro está, la prueba en la lengua extranjera elegida. La justificación esgrimida, de nuevo, incumbe la competencia comunicativa en español, supuestamente ya adquirida por los candidatos a estudiantes de esta carrera y por lo tanto de ilegítima puesta a prueba. Ni qué decir sobre la constante negativa y los abundantes frenos de las autoridades de la Facultad de Derecho en donde está radicada la carrera de Traductorado, para propiciar estudios que no se limiten a Traductorado Público, carrera en que lo instrumental comunicativo queda aplastantemente restringido al aprendizaje (no ya al estudio) de formulaciones canónicas de la comunicación burocrática. Por cierto, esta creencia férrea en la lengua en tanto herramienta de comunicación viene junto con quejas acerca del “mal” uso que los estudiantes suelen hacer del “instrumento” y, por ende, con reclamos a los profesores de Español para que enseñen - (“comuniquen”) ese “buen uso”. Desde esta perspectiva instrumental, los docentes de Español suelen ser exclusivamente vistos como guardianes de la aplicación de la norma de la corrección académica, norma que, según se piensa, permite el uso decoroso, como corresponde a un universitario, del instrumento lingüístico. Esta perspectiva no permite atisbar, ni siquiera sospechar, que la falta de decorum de los estudiantes - estudiantes y/o docentes que no pueden expresarse como lo que son - no es más que el extremo visible de una catástrofe más extensa, que alcanza la producción de sentido y el advenimiento de los sujetos, catástrofe que va mucho más allá de fallas en el manejo del instrumento.

La situación no es muy diferente en el propio Instituto de Lingüística de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de la República. Véase si no la presentación de su licenciatura: “La Licenciatura en Lingüística tiene como objetivo principal el formar personal especializado en el área de las ciencias del lenguaje, procurando la inserción profesional en áreas en las que el lenguaje es un componente inevitable (salud,

comunicaciones, educación, entre otras)⁸”. Fuera de la infeliz caracterización del lenguaje como “componente inevitable” - bien lejos estamos de la reflexión saussuriana (y benvenistiana) acerca de la excepcional institución social que es la lengua, institución sin parangón alguno con las otras -, y fuera de que esa “inevitabilidad” de la lengua parezca estar limitada a algunas “áreas”, sorprende, ante todo, la identificación y el ordenamiento de las tres mencionadas (“salud, comunicaciones, educación”). Salvo, claro está, que se interprete esta presentación de la licenciatura en clave del “lenguaje-instrumento de comunicación”. Desde esta óptica, y con criterio positivista, parece creerse que más vale formar profesionales que ayuden a comunicar bien el discurso médico, el discurso de los medios de comunicación y el discurso docente. Las presentaciones particulares de los departamentos que componen el Instituto no mejoran la general; para el departamento de Psico y Sociolingüística, el idioma es un conjunto de variantes directamente correlacionables con las variables sociales (edad, sexo, nivel socio-cultural) y un lugar de aplicación y manifestación directa de “el poder”. Además de la circularidad del pensamiento (ser un pobre es decir X; X es decir de un pobre), las variantes siempre suponen, para su correlación y para poder ser consideradas ‘variantes’, un contenido fijo con respecto al cual varían, un contenido fijo, transmisible, comunicable sin equivocidad ni escoria adherida. Por su parte, el departamento de Teoría del Lenguaje y Lingüística General, a pesar de la reminiscencia de las obras de Saussure y de Eugenio Coseriu que resuena en su nombre, anuncia proyectos de investigación en lingüística computacional, en conjunto con la Facultad de Ingeniería, así como otros proyectos de gramática generativa, amén de un anunciado programa de investigación sobre la metáfora, pero desde la perspectiva de su sintaxis⁹. En otras palabras, desde hace decenios, el departamento de Teoría del Lenguaje y Lingüística General está abocado a construir la máquina - el algoritmo - que hable.

3. El medio sin fin

Volvamos entonces a la cita inicial de Giorgio Agamben, en la que se caracteriza el capitalismo como un gigantesco dispositivo de captura de los medios puros, entre los que se encuentra el lenguaje. El lenguaje, puede entenderse, es un medio puro - purgado, despojado

⁸ <http://www.fhuce.edu.uy/index.php/ensenanza/licenciaturas/licenciatura-en-lingueistica>, consultado el 14/IX/2017.

⁹ <http://www.fhuce.edu.uy/index.php/linguistica/departamento-de-teoria-del-lenguaje-y-lingueistica-general>, consultado el 14/IX/2017.

- de fines, de finalidades, es un “medio sin fin”, según otra fórmula empleada por Agamben. La captura que realiza el dispositivo capitalista consiste en consagrar, en separar y en atribuir un fin a lo que no tiene fin, a lo que, según este oxímoron de Agamben, es “medio sin fin”.

Atiéndase este oxímoron - “medio sin fin” - con el que Agamben se refiere al lenguaje, desarmando desde dentro la visión instrumentalista y comunicativa de referencialidades que prevalece. Puede conjeturarse que Chomsky consideraría ese oxímoron - “medio sin fin” - como análogo a las “incoloras ideas verdes”, es decir como asemántico, dado que no es posible encontrar en el mundo un objeto que sea “medio” y que simultáneamente carezca de “fin”, ya fuera que se entendiesen estos términos en clave espacial, temporal o conceptual, puesto que parece ser inherente al “medio” tener “fin”. Salvo, claro está, si tenemos en mente una entidad tan singular y tan paradójica como lo es el lenguaje (individual porque social y social porque individual, parte y todo, externo e interno al individuo, de perfecta conclusión e inacabado constante, mutable e inmutable, actual y simultáneamente virtual, sistema y acontecimiento, etc.).

Si abolimos la separación que había consagrado al lenguaje como instrumento de comunicación de referentes preexistentes, el oxímoron - “medio sin fin” - cobra sentido, se pone a significar, se pone a pedir interpretación - recordemos la “*injunção à interpretação*”, trabajada por Eni Orlandi¹⁰ -, y se pone a propiciar el advenimiento de un sujeto que precisamente se constituirá como tal en el acto de atribuir sentido, abandonando así su inercia mineral. Si abolimos la separación que había consagrado al lenguaje, reificándolo como un instrumento “usable”, perfectamente separado y externo del individuo, encontramos entonces al sujeto haciéndose del lenguaje: “haciéndose del lenguaje” en el sentido más trivial de “obteniendo, logrando el lenguaje”, y en los sentidos menos triviales de “haciéndose de lenguaje, deviniendo lenguaje, llegando a ser lenguaje”. En otras palabras, encontramos la diferencia que va de ser instrumento que se manipula con mayor o menor éxito, a ser materia de la que se está hecho.

En este punto, encontramos la literatura, porque contra esa separación que confina el lenguaje a su condición de herramienta, contra ese olvido que lo relega a la comunicación, es posible sostener que la literatura - práctica del equívoco: intimación a no cejar en la interpretación, “*injunção à interpretação*” por excelência - bien podría ser no solo la forma

¹⁰ Por ejemplo, pero no exclusivamente, en *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos* [1995], Eni Pulcinelli Orlandi, Campinas, Editora da Unicamp, 2015.

general de la escritura, sino el ejercicio más insobornable del lenguaje, la matriz menos instrumentalizable del pensar.

A primera vista se admite la condición lingüística de la literatura, aunque más no sea para desecharla de inmediato, o para ignorar o condenar las conclusiones que se desprenden de esta condición. No obstante, hay una materialidad - la materialidad de la página con sus letras - que permite ver que la literatura está hecha de palabras, de lenguaje. Es verdad que esto que se vislumbra no es fácil de sostener: en un periquete, la ideología instrumental vuelve y se impone cubriendo lo vislumbrado, y la literatura pasa a quedar sometida al principio instrumental del lenguaje. La literatura, entonces, como cualquier otra palabra, pasa a ser exclusiva comunicación de una referencialidad, sea ésta del mundo “interno del autor”, del mundo “real” o del “fantástico”. Así, la literatura suele leerse en su cotejo - acertado, hiperbólico, inverosímil, veraz, fallido, mendaz, imaginativo, alocado, genial, realista o fantástico - con el mundo tal como suponemos que es; por el camino, queda relegado el lenguaje con el que la literatura está hecha, puesto que el primer plano quedó ocupado por el cotejo referencial.

En todo caso, el reconocimiento de la dimensión lingüística – palabrera - de la literatura puede volver bajo forma de condena: son solo palabras, son palabras que no guardan relación con otra cosa que no sean las palabras. Por lo pronto en Uruguay, pero probablemente no solo en Uruguay, la literatura, por su propia condición lingüística y discursiva, no es admitida como vía de acceso al conocimiento del mundo, y se le prefieren entonces la sociología, la psicología, las ciencias de la comunicación y, por supuesto, la economía. Se prefieren entonces discursos comunicables, es decir, hechos de una referencialidad que pretende borrar su condición también lingüística, escudándose en porcentajes, mediciones y gráficos, mientras expulsa cualquier giro en que el idioma se dé a ver y exija interpretación.

En resumen, cuando se admite la condición lingüística de la literatura, ésta suele ser medida y juzgada en razón de la veracidad (o fantasía, exageración, imaginación, etc.) que vehicula, por lo que la literatura pasa a ser un caso no muy singular del lenguaje como instrumento de comunicación: un discurso referencial provisto de un suplemento más o menos distorsionador. Llevada a su extremo, esta percepción termina aniquilando la literatura, que se ve acusada de ser solo palabras y, además, palabras que solo se entretajan con otras, decididamente poco confiables en cuanto a su referencialidad.

Más difícil de admitir es la condición literaria del lenguaje, su dimensión irreductiblemente literaria, entendiendo por esto una condición escrita - “literario” en tanto que propio de la “letra” - y una condición en la que el lenguaje opone resistencia a la transparencia referencial, abriéndose a lo figurado, a lo ficto, a la ficción (y recuerdo las etimologías comunes de estos términos). Tan difícil resulta admitir esta condición literaria del lenguaje que una numerosa serie de pares de opuestos ha buscado, desde siempre, declararla inexistente, desconocerla o, aunque más no sea, expulsar esta condición. La lista de opuestos es larga y viene comandada por el temible par “palabras/cosas”, cuya oposición se desliza desde la obviedad (la palabra “perro” y la cosa “perro”) hasta lo difuso (la palabra “perruno” y la cosa “perruno”). Sobre el par “palabras/cosas”, establecemos entonces una lista larga: “ficción/no ficción”, “figurado/literal”, “mito/historia”, “leyenda-historia”, “ornato/constitutivo”, “artificial/natural”, “metafórico/no metafórico”, “entrecomillado/sin comillas”, “metalingüístico/referencial”, “poético/referencial”, “agregado/básico”, “cultural/biológico”, “falsedad/verdad”, “emotivo/referencial”, “vestido/desnudo”, “subjuntivo/indicativo”¹¹, etc.

El listado no es exhaustivo, no hay dificultad en seguir agregando pares en los que, en todos los casos, se tratará de poner a salvo la posibilidad de un lenguaje destinado a la comunicación, la posibilidad de un instrumento capaz de decir la verdad, en una desnudez que pudo deshacerse de cualquier ornato, metáfora, emotividad, artificio, mito, figuralidad, poeticidad, ficción.

Los efectos institucionales de esta mutua ignorancia se manifiestan en la existencia de carreras paralelas, en Lingüística y en Letras, que raramente se cruzan o tienen puntos de contactos, convencidos unos y otros de que se trata de campos del conocimiento totalmente ajenos entre sí. Irónicamente, es su compartida creencia en el lenguaje como instrumento de comunicación lo que permite a especialistas de la lengua y de la literatura darse las espaldas, suponerse acreedores de objetos de estudio radicalmente extraños entre sí.

Entonces, mientras unos apuestan a la practicidad del instrumento, cuyo funcionamiento conviene conocer para su mejor manejo; otros apuestan al suplemento de fantasía, imaginación, maravilla o sentimentalidad que la literatura agrega al (“desnudo, frío”) instrumento, arropándolo con figuras y ornatos. En ambos casos, la visión instrumental

¹¹ Incluyo este último par a partir de la reflexión de Sandino Núñez en «Irrealis», *El animal letrado: literatura, verdad, política*, Alma Bolón editora, Montevideo: H Editores, 2016.

predomina; engalanado o desnudo, en ambos casos se trata del lenguaje como instrumento de comunicación.

Irónica y, sobre todo, dramáticamente, es esta compartida creencia la que trae pérdida de interés en estos campos: si el lenguaje y, dentro de él, la literatura no hacen más que vehicular discursos, si no son más que instrumentos de comunicación, más vale acudir a las disciplinas que reclaman ser las productoras de esos conocimientos, circunstancialmente ‘vehiculados’ o ‘transmitidos’ por el lenguaje.

Y, de este modo, en ambos casos (“lenguaje instrumento de comunicación desnudo, lenguaje instrumento de comunicación engalanado”), perdemos todos, porque se pierde de vista el lenguaje como “medio puro”, como “medio sin fin”, como medio que (des)separado de su fin comunicacional, se despliega como medio significante, como hacedor de sentidos, como poesía. La figura (metáfora, oxímoron) dista de ser un decir rectamente enfilado al referente, un decir recto y rectamente comunicable aunque aumentado por un desvío evitable. La figura (metáfora, oxímoron) es un decir que hace advenir lo que dice, induciendo su existencia bajo la particular forma que llamamos “ficción”: forma del “como si”, forma de lo contrafáctico, de la simulación, de la imitación, de la mimesis, del ser y no ser al unísono. El coloquio más trivial no escapa a esta ficción, que nos permite olvidar que no hay coincidencia posible entre cosas y palabras.

Contra un mundo que depositó su fe en la univocidad tecnológica, en la productividad del instrumento y el consiguiente silenciamiento (prescindibilidad) del sujeto, es necesario interrogar estas oposiciones que pretenden ordenar y solidificar lo pensable: palabras/cosas, ficción/no ficción, poético/referencial, figurado/recto, entrecomillado/no entrecomillado, metafórico/no metafórico, mito/historia, lengua/sociedad, etc. Es necesario pues seguir pensando el lenguaje como condición material de la ficción y la ficción como condición material del lenguaje. Porque en este entramado poético y político en que el sentido vacila resuena la posibilidad de devenir sujeto, respondiendo a la instancia de interpretación.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, G. **Profanations** [2005]. París: Rivages poche, 2009.

BENVENISTE, É. **Problèmes de linguistique générale, I**. Paris: Gallimard, 1966.

DUBOIS, J. *et alii*. **Dictionnaire de linguistique et des sciences du langage** [1973]. Paris: Larousse, 1974, 1994, 1999, 2001, 2013.

LAUNAY, M. “Note sur le dogme de l’arbitraire du signe et ses possibles motivations idéologiques”, *Mélanges de la Casa de Velázquez* [En ligne], 33-2 | 2003, mis en ligne le 03 décembre 2009. URL : <http://mcv.revues.org/227>.

MARTINET, A. **Eléments de linguistique générale** [1960]. Paris: Armand Colin, 1980.

MOUNIN, G. **Clefs pour la linguistique**. Seghers, 1968.

NÚÑEZ, S. **“Irrealis”, El animal letrado: literatura, verdad, política**. Alma Bolón editora, Montevideo: H Editores, 2016.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. 6ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

“Fora do lugar” Sujeito, línguas, cidades

Bethânia Mariani

*No se trata de discutir los derechos
de la expresión de la subjetividad.
Lo que quiero decir es más sencillo:
la subjetividad es histórica y si se cree posible volver a captarla en una
narración, es su diferencialidad la que vale.*
B. Sarlo

Considerações iniciais

Este trabalho se propõe discutir a questão do testemunho considerando a escrita de si que todo testemunho mobiliza. Uma escritura de si que, tomada como discurso testemunhal, é atravessada por uma subjetividade e por uma historicidade que não são complementares. O que se entende por subjetividade?

A partir da Análise do Discurso em relação a alguns apontamentos da Psicanálise objetiva-se, de forma específica, retomar aspectos da discussão teórica sobre testemunho¹ em relação à análise de *Fora do Lugar*, de Edward Said, uma narrativa autobiográfica em que se entrelaçam subjetividade, memória e história. Em paralelo, pretende-se tematizar a subjetividade, sem, no entanto, esgotar a discussão. Do ponto de vista aqui construído, *Fora do lugar* pode ser tomado como testemunho de um processo de subjetivação.

Sujeito, subjetividade

Pêcheux (1993) introduz no quadro epistemológico da análise do discurso uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica e, embora o debate continue em aberto sobre a natureza dessa teoria no campo aberto pela Análise do Discurso, como afirma Baldini (2014), é possível depreender, quando se lê essa afirmação em relação a outras sobre psicanálise que se encontram em sua obra, que Pêcheux está incluindo a subversão freudiana tal como lida

¹ Cf. Mariani 2016a e 2016b.

Lacan. Em “Semântica e Discurso”, Pêcheux propõe “uma teoria não-subjetiva da subjetividade” (PÊCHEUX, 1988, p. 134), um terreno a partir do qual é possível “fundar a teoria (materialista) dos processos discursivos (...)” (PÊCHEUX, 1988, p. 134). Uma teoria que se coloca criticamente em relação ao idealismo e ao essencialismo, logo, como crítica a uma certa noção de sujeito. Mais adiante, na nota 68, ele menciona seu interesse por alguns conceitos lacanianos tendo em vista que a primazia do simbólico tal como proposta por Lacan pode ser lida e confrontada filosófica e epistemologicamente com aspectos do materialismo em sua luta contra o idealismo e o essencialismo.

Dois pontos podem ser destacados na construção da teoria do discurso: essa primazia do simbólico, ou seja, do processo significante na interpelação-identificação; e uma noção de sujeito que nesse ponto da teoria é descrito como processo que se constitui pela rede de significantes (PÊCHEUX, 1988, p. 157). Pêcheux acentua essa primazia do simbólico, dessa rede significante, da rede do sem-sentido. Evita, assim, o lugar comum de ideias voltadas para um suposto poder da linguagem, das palavras e dos seus significados, e, ao mesmo tempo, aponta para um processo de aprisionamento do sujeito nessa rede. Cabe dizer, então, que nesse ponto entendemos que se trata do sujeito do inconsciente, ou seja, do sujeito que se desloca na rede significante, como efeito de linguagem. Sujeito não tem uma essência, é uma posição.

Esse processo do significante tem relevância para Pêcheux na medida em que diz respeito à interpelação-identificação ideológica. Há um apagamento desse processo e, como tal, os sujeitos-falantes se supõem na origem e no controle do dizer, mas falam já interpelados e têm seus dizeres já afetados pelos domínios de atualidade e de memória. Tal suposição ou ilusão de controle do dizer, dos sentidos, está sempre sendo fraturada justamente pelo sem sentido do processo significante, configurando o que se chama de lapso, ou melhor, demarcando uma verdade que emerge mostrando que há um outro saber em jogo. Um saber desconhecido e que porta um enigma para o sujeito. Nessa medida, na subjetividade, em se tratando do dizer de qualquer sujeito tomado do ponto de vista discursivo que inclui a visada psicanalítica de Freud e Lacan, se encontra a tensão entre o que se diz e o que não se sabe que está dizendo, mas que insiste na repetição significante. Para adensar um pouco mais estas afirmações, vou retomar os momentos iniciais do ensino de Lacan, quando ele se debruça na leitura de Freud e se propõe a fazer uma articulação com alguns apontamentos da Linguística.

Em “O eu na teoria de Freud”, seminário proferido entre 1954 e 1955, Lacan afirma que Freud revolucionou os estudos da subjetividade, mostrando justamente que “sujeito não

se confunde com indivíduo” (LACAN, 1985², p. 18). Sendo assim, a noção de subjetividade está vinculada a uma noção de sujeito que é crítica à suposta transparência de um *eu* [*ego*] indiviso, pleno de intenções e consciente de seus atos e pensamentos. Ainda neste seminário, Lacan estabelece uma distinção entre subjetividades (“unidades convencionais devido a particularidades individuais”) e subjetividade, ou seja, o que escapa a qualquer tipo de particularidade histórica e que “torna a fechar-se, resiste” (LACAN, 1985, p. 19). Subjetividade, penso que é possível formular assim, é uma forma singular da relação do sujeito com o Outro. E isso tem a ver com a lógica do significante.

No seminário sobre a “Carta roubada”, Lacan sinaliza que falar em subjetividade é falar de uma sintaxe nela engendrada pela lei do significante. Significante, lembremos com Saussure, é o termo utilizado para designar a “imagem acústica”, fato psíquico, contrapartida do significado, termo que designa o conceito, também psíquico. O significante não se confunde nem com a palavra falada nem com a palavra escrita, e em si não tem significado, mas produz um efeito de. Assim, ao estar submetido à lei do significante, subjetivado na sintaxe ali engendrada e identificado ao(s) significante(s) que o constituíram, o sujeito toma como (seu) significado o que apenas é efeito de. É dessa maneira que Lacan, décadas mais tarde, no seminário 20 (1972-1973)⁴, vai se referir ao “efeito de significante” e à barra/barreira que precisa ser atravessada entre significante e significado no percurso de análise de um sujeito submetido à relação transferencial. “O sujeito não é outra coisa – quer ele tenha ou não consciência de que significante ele é efeito – senão o que desliza numa cadeia de significantes. Este efeito, o sujeito, é efeito intermediário entre o que caracteriza um significante e outro significante, isto é, ser cada um, ser cada qual, um elemento”. (LACAN, 1985, p. 68).

Nas palavras de Maia (2016), significante “é o agente da significação. (...) Aquilo que o significante significa diz respeito apenas ao sujeito para quem ele, o significante, significa alguma coisa, logo é impossível não descartar da teoria do significante uma teoria do sujeito, sujeito ao significante (...)” (MAIA, 2016, p. 311-312).

Já em “As formações do inconsciente”, seminário realizado entre 1957 e 1958, ao discutir a tirada espirituosa, Lacan relaciona subjetividade, significante e falta, afirmando que

² Tradução da primeira edição francesa publicada em 1978.

³ Proferido em 1955, publicado em *Écrits*, em 1966, com tradução brasileira em 1988.

⁴ Nesse Seminário 20, Lacan retoma a noção de significante e nela introduz a chamada “substância gozante”, apontamento que permite articular corpo, desejo e gozo. Ainda não é tempo, porém, de me aventurar por essas águas complexas...

o objeto do chiste não é apreensível. A subjetividade não é da ordem do fenomenológico, nem da experiência; é de outra ordem, “na medida em que está referida ao lugar da verdade.” (LACAN, 1999⁵, p. 110). O que interessa à psicanálise é isso que escapa aos particularismos históricos, e que resiste.

Pode-se falar em humanização (LEBRUN, 2008) como sendo o que tira o *infans* do puramente biológico. Isso tem a ver com uma aposta do outro de que naquele *infans* pode advir sujeito, sujeito assujeitado à lei do significante, inserido na estrutura movente da linguagem, ou seja, remetido ao movimento metaforonímico das cadeias significantes em seu jogo com a falta constitutiva e com o enigma do desejo do Outro. Para Lacan, se o inconsciente é estruturado como uma linguagem, é necessário compreender que o sujeito do inconsciente é “sujeito por um significante”, como afirma em seu já mencionado seminário 20 que o representa para outro significante. Nessa medida, sujeito em psicanálise é pontual e evanescente. O que se produz de forma sincrônica e indissolivelmente entrelaçada são as insistências/resistências no campo do simbólico, a ilusória consistência do imaginário que reveste o *eu* com suas ilusões, e o real, ex-istência fora das significações. Não há simbólico sem imaginário e real, nodulados.

É a partir do olhar e dos significantes, em um movimento em direção à subjetivação, que (se) inscreve a cadeia significante, sem sentido, e a barra que a separa dos significados. Lacan, discutindo o comentário de Jean Hypollite ao texto sobre a denegação em Freud, (LACAN, 1988) fala de uma espécie de interseção entre simbólico e real operando sem a mediatização do imaginário. Nesse primeiro tempo de simbolização, algo fica excluído: “o que não veio à luz do simbólico aparece no real (...) domínio do que subsiste fora da simbolização”. (LACAN, 1988, p. 390). É ainda com Lacan que podemos melhor compreender a instância do real na subjetividade. Diz Lacan:

Pois o real não espera e não espera nomeadamente o sujeito, já que nada espera da fala. Mas está ali, idêntico à sua existência, ruído onde tudo se pode ouvir, e prestes a submergir com seus estrondos o que o ‘princípio da realidade’ constrói nele sob o nome de mundo externo. (LACAN, 1988, p. 390).

Dessa interseção real/simbólico, como a entendo, resta um enigma que constitui o mito individual, enigmático, privado e imaginário, em relação ao que está posto nas formações sociais em sua historicidade.

⁵ Tradução da primeira edição francesa publicada em 1998.

O impossível de tudo dizer e de tudo significar é condição contraditória da subjetivação, é estrutural. O sujeito da e na linguagem se encontra preso nas redes da linguagem, uma matriz singular de combinações e descontinuidades significantes que inscreve o sujeito em uma posição na fantasia, por onde se engancham as identificações e a interpelação. Se o sujeito permanece na ilusão de ser idêntico a si mesmo, origem e dono do seu dizer, a instância do real como presença do resto, instância que marca o impossível do tudo dizer é movimento de deslocamento e de travessia entre significante e efeito de significado.

Foi pensando na subjetivação que busquei ler como o renomado intelectual árabe Edward Said fala de um “fora do lugar”, em sua infância, em seus impasses durante a adolescência e a juventude, enquanto narra sua vida em família e na escola, as viagens de fuga e de férias, ao mesmo tempo em que rememora esse “fora de lugar” na incompreensão diante das transformações sócio-políticas pelas quais cidades, países, populações e ele próprio precisaram passar. O “fora do lugar” como testemunho da ilusão do sujeito, desse estranhamento que se tem com a não coincidência do sujeito consigo mesmo nesse movimento de uma vida. É uma escrita de si que se produz entre-línguas, entre-sujeitos, entre-cidades e entre-países, visando contar a história de um sujeito na posição de testemunha ocular de um longo processo histórico de confrontos e rupturas familiares, culturais, linguísticas e políticas. A leitura de “Fora do lugar” enquanto testemunho de subjetivação me coloca diante de uma multiplicidade fronteira entre real, simbólico e imaginário na formulação de processos de significação e ressignificação que um testemunho porta. Uma escrita de fronteira, ou nas fronteiras, como será discutido mais adiante.

Testemunho, testemunhos

Em uma acepção ampla, um testemunho é da ordem da memória e porta um indizível. (MARIANI, 2016a). Remete para um relato de si que visa transmitir algo que aconteceu com um sujeito; um sujeito que enuncia a partir de uma determinada posição discursiva e sob determinadas condições históricas de produção. Valendo-me dos termos de Lacan, em um testemunho dessa natureza, pode-se depreender uma dimensão das “subjetividades” em sua historicidade, e pode-se deixar surpreender pelo que escapa aos particularismos.

Com essa definição ainda bastante provisória tenho me proposto a dialetizar com a noção de testemunho tal como pensada na psicanálise (MARIANI, 2016c) e tal como proposta nas ciências sociais e na literatura, enquanto narrativa de um trauma⁶.

Como já afirmei em outros textos (MARIANI, 2016a, 2016b e 2018), em Psicanálise, testemunho tem a ver com a constituição do nó que faz a amarração entre real, simbólico e imaginário a partir da entrada em funcionamento do nome-do-pai. Logo, está descartado o mito idealista de uma interioridade subjetiva, uma consciência unificada em que um testemunho seria a vontade de dizer algo como em uma confissão. Ao contrário, é justamente no fracasso de um suposto voluntarismo consciente de querer dizer, ou do querer fazer algo, que se forja o bem dizer do testemunho, manifestação do sujeito do inconsciente, não de uma vontade, mas sim de uma verdade outra. E em relação a essa verdade outra que, na forma de um sonho, um lapso, um chiste, na forma de sintoma, pode irromper sempre e inesperadamente, abalando a ficção que o sujeito construiu sobre si mesmo, o que faz a psicanálise? Acolhe. Acolhe a partir de uma escuta constituída em uma situação de transferência em sessões analíticas.

De acordo com Britto e Caldas, portanto, testemunho em psicanálise não é simplesmente um falar de si. Para a autora, “frente à aposta de um testemunho na psicanálise, não cabe, portanto, julgar se é falso ou verdadeiro, tampouco opor verdade à mentira, como se fosse possível tudo dizer. Ironicamente, pelo simples fato de que passa por significantes é que o testemunho mente o real sem deixar de transmiti-lo”. (CALDAS, 2011). Um testemunho, isso quero deixar assinalado, transmite algo da experiência que foi o encontro surpresa.

Testemunho, relato de si

Tem sido meu objetivo estabelecer parâmetros e procedimentos discursivos para estabelecer diferenças entre testemunho e relatos de si. Em princípio, chamo de *relatos de si* aos relatos feitos em entrevistas para a imprensa, por exemplo. Pela filosofia, Butler (2017) traz uma discussão pertinente ao que me proponho, uma vez que introduz no relatar a si

⁶ No âmbito das ciências sociais e da literatura (cf. Ginzburg, 2008, revista *Conexão Letras*, v. 3), embora não haja consenso em como filiar nos estudos de Teoria Literária a chamada literatura de testemunho, tem-se estudado as fronteiras entre literatura e história, tendo em vista, por um lado, que no testemunho há implicações sociais e que, por outro lado, nos testemunhos há direções para a interpretação não hegemônica da história.

mesmo, relatos sobre formas de agir e de fazer, a questão da ética. Assim, ela se propõe a traçar, no âmbito da filosofia, quem seria esse “eu” que se propõe a falar e a agir de determinada maneira, sob determinadas circunstâncias.

Relendo Adorno, Butler mostra como que o “eu” que produz um relato de si o faz submetido a um conjunto de normas institucionais, sociais e morais, ou, diríamos do ponto de vista discursivo, submetido às condições históricas e sociais de seu tempo. Para Butler, isso necessariamente leva esse que faz o relato a incluir o(s) outro(s) nessa relação com o tal conjunto de normas. Assim, no relato de si, o sujeito acaba por incluir e se incluir (n)a forma como se dá o laço social de seu tempo e, de forma mais específica, naquilo a que se refere as condições imediatas que constituem seu relato.⁷

A partir de Nietzsche, Butler assinala que a chamada consciência de si que leva aos relatos reflexivos surge a partir de alguma acusação ou alegação contra o sujeito. Em outras palavras, é como se o sujeito levasse uma vida sem maiores sobressaltos até o momento em que alguma alegação moral e socialmente infundada ou não o leva a voltar-se sobre si próprio e sobre seus passos. Butler retoma Adorno e Nietzsche porque está interessada em discutir a capacidade de se fazer juízos morais tendo como pano de fundo o relatar a si mesmo. Neste ponto, a autora faz uma distinção relevante para o que venho querendo discutir sobre testemunho no âmbito da Análise do Discurso: “Contar uma história sobre si não é o mesmo que dar um relato de si”. (BUTLER, 2015, p. 23).

Discursivamente, o que interessa realçar no que está sendo retomado de Butler é pensar que um determinado acontecimento em uma determinada atualidade temporal pode engendrar um testemunho, ou seja, pode levar a esse voltar-se sobre si mesmo, interrompendo um fluxo estabilizado de um domínio de memória. No testemunho, a tomada da palavra para relatar um evento vivenciado em função de uma violência praticada por outros sujeitos, pela família ou pelo Estado, toma a forma de uma narrativa em que a memória cumpre seu papel em termos discursivos de rememoração com esquecimentos.

Assim, como ler testemunhos em Análise do Discurso nesse atravessamento com a Psicanálise e com as condições históricas de produção? Mesmo na provisoriedade de definição mencionada acima, colocar o testemunho como um narrar rememorativo propicia discussões que colocam em causa esse “eu” que testemunha (bordando o indizível) bem

⁷ Wellton da S. de Fátima (2018), em sua dissertação de mestrado sobre os relatos de si tomados como testemunhos religiosos no discurso jornalístico da *Folha Universal do Reino de Deus*, mostra bem o processo discursivo em jogo na produção dos efeitos de sentidos sobre a sexualidade interdita, ou “mal dita”, nas palavras do autor.

como os diferentes modos de testemunhar. Um testemunho pode falar de um mal-estar e incidir no desamparo em que se encontra o sujeito após o encontro com o real do acontecimento. Nesse sentido, um testemunho é muito mais do que um depoimento jurídico em tribunal. (PIERRON, 2010). Um testemunho pode também falar de um mal-estar, um sentimento de não pertencimento, um fora, *fora do lugar*.

Fora do lugar

Em muitos testemunhos, evoca-se uma imperiosa necessidade de falar sobre o acontecimento, ou acontecimentos vivenciados. Como estabelecer um gesto analítico de compreensão para essa nomeada necessidade urgente de contar aos outros? Nos termos de Primo Levi:

tornar 'os outros' participantes, alcançou entre nós, antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares. O livro foi escrito para satisfazer essa necessidade em primeiro lugar, portanto, com a finalidade de liberação interior (LEVI, 1988, p. 7-8).

Em narrativas testemunhais vinculadas ao encontro com o real, a violência de um acontecimento, ou seja, testemunhos que visam narrar os desatinos cometidos contra a humanidade, como a *shoah*, o *apartheid*, o assassinato de indígenas, as lutas de descolonização e a luta contra as ditaduras em diferentes formações sociais, a urgência de falar tem sua política de sentidos. Em termos discursivos, testemunhar é denunciar as práticas e os processos de destituição subjetiva, ou des-subjetivação impostos contra segmentos, classes ou etnias que, em determinados períodos de tempo e em determinados lugares, se encontram inteiramente subjugados em nome de alguma estrutura de poder. (MARIANI, 2016b).

O processo de des-subjetivação incide na tentativa de tornar disjuntos sujeito e sentidos. Incide no mito individual, nas encenações que fazemos em nosso cotidiano. Logo, na disjunção sujeito/sentidos não são quaisquer sentidos que são apagados, mas são aqueles que permitiam que o sujeito ocupasse um lugar para enunciar. Na *shoah*, por exemplo, a instauração de rotinas que desfiguram a ordem social e os laços sociais em que o sujeito se significava, instaura um sem sentido no viver, registro de um real sem nenhuma possibilidade de borda simbólica que possa encarnar um imaginário. Não se trata de uma passagem ou transformação, é o corte seco de uma ruptura imposta entre sujeitos e um mundo semântica

e logicamente conhecido no qual o sujeito conseguia, de alguma forma, gerenciar suas demandas e desejos. Aí se encontra um traço duro do real que nenhuma escrita consegue atingir nem formular, mas com o qual nós, leitores, nos defrontamos e somos pegos na leitura do testemunho.

Em “É isso um homem”, de assombro em assombro, Primo Levi (1988), que se define como um exemplar comum da espécie humana dentre outros exemplares comuns da espécie humana (LEVI, 1988, p. 15), vai contando como “tudo era incompreensível e louco” (LEVI, 1988, p. 19), testemunha como foi se organizando nessa história que se inicia com sua prisão esse processo de des-subjetivação, ou seja, como ele foi sendo despedido de tudo aquilo que o representava e a partir do que se significava: seu nome próprio, sua própria língua, características do seu corpo, sua história e sua inscrição nas leis da civilização. Como ele diz:

(...) nos damos conta de que a nossa língua não tem palavras para expressar esta ofensa, a aniquilação de um homem. (...) quem perde tudo, muitas vezes perde também a si mesmo; transformado em algo tão miserável (...) Infundáveis e insensatos são os rituais obrigatórios. (...) Quando a necessidade aperta, aprende-se em breve a apagar da nossa mente o passado e o futuro. (LEVI, 1988, p. 24, 25, 32, 35).

No testemunho de Primo Levi, não se trata de desaprender para aprender outros sentidos simplesmente porque nada faz sentido, a não ser as tentativas de sobreviver às contínuas humilhações e castigos impostos.⁸ Não há mais mal-estar diante da lei porque não há mais nenhuma lei conhecida, a não ser a de uma interpelação ao avesso que convoca o sujeito para um lugar de incompreensão: nem ele nem os sentidos são evidentes. Na história de Levi, a impotência e o desamparo que, em Auschwitz, marcaram sua impossibilidade de manter vestígios do seu mundo semanticamente estabilizado, o levam a querer continuar contando o acontecimento do genocídio, ou melhor, o levam a querer continuamente ser ouvido. Retomo aqui o que já discuti e citei em outro texto: em testemunhos dessa natureza, o “antônimo de esquecimento não seria memória, mas sim justiça.” (YERUSHALMI, 1988, p. 10). Mas Levi, apesar dos livros que publicou e palestras que proferiu, permaneceu se significando como não escutado. Ponto de sua subjetividade manifestada no sonho que teve enquanto ainda estava no campo.

⁸ Em Said, por outro lado, fala em desaprender...Por exemplo, quando foi para os Estados Unidos, foi “desaprendendo até certo ponto o que havia aprendido antes, reaprendendo as coisas a partir do zero, improvisando, me auto-inventando em tentativas e erros, experimentando, apagando e recomeçando de maneiras surpreendentes e frequentemente dolorosas”. (SAID, 2003, p. 328).

Outros testemunhos, como o de Edward Said, porém, também mencionam uma necessidade de falar, mas tal necessidade não se coloca como urgente ou imperiosa em termos da denúncia de violências sofridas, do acontecimento de uma deshumanização. Edward Said fala em desaprender, fala de uma necessidade de desaprender em função de seu trânsito entre países com línguas e práticas culturais distintas. Quando foi completar seus estudos nos Estados Unidos, algo determinado por seu pai, se viu

desaprendendo até certo ponto o que havia aprendido antes, reaprendendo as coisas a partir do zero, improvisando, me auto-inventando em tentativas e erros, experimentando, apagando e recomeçando de maneiras surpreendentes e frequentemente dolorosas. (SAID, 2003, p. 328).

Em parte, esse jogo aprendizado/desaprendizado é descrito em todas as páginas do livro, mas a necessidade de falar, e de ser escutado em Said, decorre da certeza da proximidade da morte. Se em seu livro, nas primeiras linhas das folhas iniciais de agradecimento, Said enuncia a partir de uma escrita em terceira pessoa para descrever as circunstâncias da formulação do texto – “Este livro foi escrito em grande parte durante os períodos de doença ou tratamento, às vezes em casa, em Nova York, às vezes em instituições na França e no Egito” – para então se colocar – “Comecei a trabalhar em *Fora do lugar* em maio de 1994, enquanto me restabelecia de três sessões iniciais de quimioterapia para tratamento de leucemia”. (SAID, 2003, p. 9) –, e só nas páginas finais, após atravessar a infância e adolescência, cidades e línguas, após percorrer a historicidade do mundo árabe inscrita em próprio nome, e a descoberta da doença, Said diz que se descobriu escrevendo uma carta para sua mãe (já falecida), e, em seguida, percebeu que um “vago impulso narrativo parecia agitar-se” dentro de si. (SAID, 2003, p. 318). E complementa:

Tenho pensado na verdade que este livro, de alguma maneira fundamental, é todo sobre a insônia, todo sobre o silêncio da vigília e, no meu caso, sobre a necessidade de recordação e articulação conscientes que têm um substituto para o sono.

Said escreve de um lugar já constituído: ele já fez seu nome e não coloca esse testemunho como algo que precisa ser escutado. Ele apenas quer falar sobre os movimentos da vida e sobre

sentir-se como um feixe de correntes que fluem (...) que não requerem nenhuma reconciliação nem harmonização. Elas escapam e podem estar fora de lugar, mas pelo menos estão sempre em movimento, no tempo, no espaço, em toda espécie de estranhas combinações que se movem....” (SAID, 2003, p. 429).

Em Edward Said, um sujeito que narra de um lugar social afetado por acontecimentos históricos que o atingem, mas que não o destituem subjetivamente, testemunha-se esse *fora do lugar*, do seu próprio lugar – e aqui se encontra a pergunta central: qual seria? –, e um fora da ordem de um certo sentido de família, sociedade, educação, país, nação. Podemos tomar esse *fora* como um espaço fronteiro que se reconfigura o tempo todo ao longo do testemunho. Melman (2007) afirma que para além da fronteira está o que resiste, o que é estranho, que não compreendemos e que faz obstáculo ao pensamento. Mas “para o sujeito que quer pensar, não há senão a fronteira, o que faz limite (...) e a fronteira é também o que pode fazer pensar”. (MELMAN, 2007).

Fora do lugar é uma expressão definida no livro como “um registro de um mundo essencialmente perdido ou esquecido” (SAID, 2003, p. 11). É retomada ao longo do livro, significando em sua materialidade o sujeito dividido e interpelado. Dividido já em seu nome próprio, no entrelaçamento entre simbólico e imaginário: “Edward, um nome ridiculamente inglês atrelado à força ao sobrenome inequivocamente árabe Said” (SAID, 2003, p. 19). Seu nome o designa, mas não o significa, pois porta um silêncio em sua origem. No testemunho de Said, encontramos uma busca sobre quem seria esse ridículo inglês inequivocamente árabe. Nesse testemunho, podemos ler um percurso que tenta dizer tudo, mas não consegue, sobre esse nome próprio. É interpelado no conflito entre duas línguas, sem saber como falar de si ao mesmo tempo em que, no processo escolar, muitas vezes precisava esconder o domínio perfeito fosse do árabe, fosse do inglês:

Eu nunca soube que língua falei primeiro, se árabe ou inglês, ou qual das duas era realmente a minha acima de qualquer dúvida. (...) Mantive por toda a vida essa vaga sensação de muitas identidades – em geral, em conflito umas com as outras –, junto com uma aguda lembrança do sentimento de desespero com que eu desejava que fôssemos completamente árabes, ou completamente europeus e americanos, ou completamente cristãos ortodoxos, ou completamente muçulmanos, ou completamente egípcios, e assim por diante. (SAID, 2003, p. 21 e 22).

A questão da subjetivação toca, mostra os impasses do sujeito: ele se coagula provisoriamente em um “eu”, mas permanece indizível do ponto de vista de uma impossível significação permanente. Há uma singularidade que se mostra na dispersão, na descontinuidade da linguagem, e, no caso dele, das línguas.

Testemunho de um sujeito dividido que inúmeras vezes se mostra perplexo diante da opacidade do Outro, rememorando-se como forasteiro na família, na escola, nas cidades onde morou e, sobretudo, estranho frente aos acontecimentos históricos.

O que me impressiona até hoje é a escala do deslocamento que nossa família e nossos amigos experimentaram, do qual eu era uma testemunha inconsciente em 1948. (...) [eu] não conseguia compreender a tragédia que as tinha colhido, nem era capaz de juntar todos os fragmentos de narrativas de modo a entender o que havia acontecido na Palestina. (...) eu não tinha vocabulário apropriado para a pergunta, embora fosse capaz de sentir que alguma coisa estava radicalmente errada (SAID, 2003 p. 235).

Em “Fora do lugar”, como já disse, não se explicitam processos de dessubjetivação, processos cruéis que visam arrancar o cerne da subjetividade, seja pela aplicação de torturas físicas e psíquicas, seja pela tentativa de reduzir o sujeito a um número, sem direito ao uso de sua língua, sem refúgio na fantasia e na memória. Por outro lado, é uma permanente sensação de desconforto, de falta de encaixe, de se perceber “fora do comportamento normal” (SAID, 2003, p. 110).

Discursivamente, o que interessa realçar no que mencionei anteriormente com Butler é pensar que um determinado acontecimento em uma determinada atualidade temporal pode engendrar um testemunho, ou seja, pode levar a esse voltar-se sobre si mesmo, interrompendo um fluxo estabilizado de um domínio de memória.

Outro ponto relevante é compreender que no testemunho a tomada da palavra para relatar um evento vivenciado em função de uma violência praticada por outros sujeitos, pela família ou pelo Estado toma a forma de uma narrativa em que a memória cumpre seu papel em termos discursivos de rememoração com esquecimentos. Melhor dizendo, ao me valer do termo narrativa não me refiro ao gênero narrativo por oposição aos demais. Entendo que no testemunho se formula a memória na forma de narratividade, como nos diz Orlandi (2017). É sob uma forma singular que “pela narratividade a memória se diz no sujeito”. (ORLANDI, 2017, p. 310).

Como afirma Orlandi, “a memória é irrepresentável”, é marcada por faltas, por esse lembrar e esquecer do qual nos fala Pêcheux. A narratividade joga, assim, nos “modos de individuação do sujeito afirmando/vinculando seu pertencimento a espaços de interpretação determinados” (ORLANDI, 2017, p. 289) e joga também, nos diz a autora, com a “incompletude, a falta, as rupturas”. (ORLANDI, 2017, p. 290).

Na narratividade que impregna o testemunho, o movimento do sujeito é paradoxal: sua subjetividade é ex-cêntrica, fora dos enunciados que repete e que asseguram semanticamente seu mundo, sua existência... mas é com esses enunciados, e ao mesmo tempo, deixando cair esses enunciados, que ele assegura e não assegura seu passado e que, de alguma forma, consegue e não consegue construir uma previsão do futuro. Assim, como vimos com Said, ao mesmo tempo em que o sujeito se vincula a espaços de interpretação determinados, ele pode também desaprender essas interpretações ou, no caso extremo de Levi, ser levado a dessubjetivar-se, ou seja, sofrer a imposição de romper com o pertencimento a um espaço de interpretação sem necessariamente vincular-se a outro.

Um final em aberto

Por fim, tendo em vista a narratividade do testemunho, tenho como propósito a apreensão do que provisoriamente chamo de *pequena gramática enunciativa* que sustentaria o dizer e seus impasses. Chamo aqui de *pequena gramática enunciativa* essas possibilidades de tomada da palavra que vão sendo construídas ao longo do testemunho. Está em jogo o corpo verbal como articulação do enunciado com enunciação; lugar do desconforto, do desconcerto e, também, da construção do mito individual, em que o sujeito é interpelado a se situar em posições como sujeito do discurso. Uma *pequena gramática* – constitutiva da ordem do discurso testemunhal, com seus mecanismos enunciativos de auto-referência na construção desse mito individual, com seus ditos e não-ditos, suas lacunas e seus silêncios -, que estaria na base do imaginário linguístico (ou corpo verbal, Pêcheux (1988)) dos testemunhos em termos de como narrar lembranças dolorosas, nas quais se inscrevem as condições de produção em que se deram eventos de infância, ou ainda, como se deu o evento de violência e processos de des-subjetivação decorrentes da violência.

Referências Bibliográficas

BRITTO, A. B. e CALDAS, H. Testemunho e ficção em psicanálise: a ficção é o destino? [A transmissão do ilegível no testemunho]. In: **7º Conpsi: Práticas e saberes psicológicos e suas interconexões**. 2011, Salvador. Anais do 7º Conpsi. Salvador: Organização do 7º Conpsi, 2011.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017.

FÁTIMA, W. Da S. De. **As sexualidades mal ditas no discurso religioso pentecostal**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem. Dissertação de mestrado defendida em fevereiro de 2018 (sob orientação de B. Mariani).

LACAN, J. O seminário sobre A carta roubada. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 13-68.

_____. **O Seminário 5. As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. Resposta ao comentário sobre a *verneinung* de Freud. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 653-692.

_____. **O Seminário 2. O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

_____. **O Seminário 20. Mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1985.

LEBRUN, J. O. **A perversão comum. Viver juntos sem o outro**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010.

LEVI, P. **Se isto é um homem**. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 1988.

MAIA, M. C. M. A. do B. Lacan é o a posteriori de Saussure. In: SOUZA, L. A.; NAGEN, C.; E BALDINI, L. (orgs). **A palavra Saussure**. São Carlos: Pedro & João Editora, 2016, p. 303-322.

MARIANI, B. A impotência das palavras e o indizível em Morte inventada: notas sobre alguns testemunhos. In: CAVALLARI, J. S.; BALDINI, L. J. S.; BARBAI, M. A. (orgs.) **Discurso e Psicanálise: a-versão dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2016a.

_____. Testemunho: acontecimento na estrutura. In: **Desenredo**, vol12, n.1, 2016b.

_____. Um imaginário e outros. In: GRIGOLETTO, E. e DE NARDI, F. S. (orgs.) *A análise do discurso e suas histórias: avanços e perspectivas*. Campinas: Pontes, 2016c.

_____. **Ainda sobre o testemunho, ainda sobre as noções de sujeito**. Uma escuta para *Memórias do subsolo*. Trabalho apresentado no VI GTDIS, realizado na UNIOESTE, Cascavel, em dezembro de 2015. [texto no prelo] em vias de ser publicado pela Editora da UFSM, 2018.

MELMAN, C. O pensamento de fronteiras. In: **You tube, Fronteiras do Pensamento, 2007**. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=AxDbHurJahU> >. Acesso em: fev., 2017.

ORLANDI, E. **Eu tu ele. Discurso e real da história**. Campinas: Pontes, 2017.

SAID, E. **Fora do lugar**. Memórias. São Paulo: companhia das Letras, 2004.

SARLO, B. **Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión.** Buenos Aires: siglo XXI Editores Argentina, 2005.

PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas [1975]. In: GADET, F. e HAK, t. (orgs.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de M. Pêcheux.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1993, p. 163-252.

PIERRON, J.Ph. *Transmissão: uma filosofia do testemunho.* São Paulo: Ed. Loyola, 2010.

YERUSHALMI, Y.H. *et al. Les langages de l'oubli.* Paris: Éditions du Seuil, 1988.

O político na/da arte: Instituições, discursos, resistências

Débora Massmann

O sistema é bruto,
o processo é lento
nosso sentimento, não vai recuar
amor, liberdade, verdade, alimento
não tinha e agora querem golpear.
Chico César

A arte faz política antes que os artistas o façam.
Jacques Rancière

Considerações iniciais

A análise de discurso constitui um domínio disciplinar que busca compreender o funcionamento da relação linguagem e sociedade. Quando tratamos de instituições, sujeitos, relações de poder, discurso e resistências, estamos tocando no âmago dessa relação. De fato, a vida em sociedade se constitui na e pela linguagem: é a força do simbólico que, desde a antiga retórica, funda as relações humanas, sociais e políticas, entre outras. Viver em sociedade implica, necessariamente, dizer, interpretar, argumentar, debater, falar, significar, etc. Em outras palavras, somos sujeitos de linguagem e estamos sujeitos à linguagem. Em sua essência, ser sujeito de e estar sujeito à linguagem significa se inscrever no político. Afinal, o funcionamento da linguagem é político e este, por sua vez, é compreendido, por nós analistas de discurso, como divisão: “divisão da sociedade, divisão dos sujeitos, divisão do sentido, em que faz funcionar, na sociedade capitalista, relações de poder simbolizadas” (ORLANDI, 2013, p. 28). Em relação ao político, vale acrescentar ainda que uma vez compreendido discursivamente sempre como dividido, é importante destacar que essa “divisão tem uma direção que é afetada pelas relações de força advindas da forma da sociedade na história”, conforme Orlandi (1998, p. 4). Dessa perspectiva, o político pode ser entendido como conflito, a partir das posições sujeito que são assumidas.

A relação entre linguagem e sociedade é, assim, imperiosamente sustentada por um ponto de desentendimento, nos termos de Jacques Rancière, em que os interlocutores ao

mesmo tempo entendem e não entendem o que o outro diz. Observa-se que na relação sujeito e sentido há uma fresta constitutiva. Trata-se do que Rancière vai designar como dissenso (desentendimento) e que nós vamos compreender como o(?) político na linguagem. O filósofo francês destaca que o desentendimento

não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o que o outro diz é a mesma coisa com o nome de brancura. (...) Os casos de desentendimento são aqueles em que a disputa sobre o que quer dizer falar constitui a própria racionalidade da situação da palavra. Os interlocutores então entendem e não entendem a mesma coisa nas palavras (RANCIÈRE, 1996, p. 11-12).

A noção de desentendimento em Rancière faz ecos na noção de político tal como a trabalhamos em Análise de Discurso. De fato, à medida que se compreende o político como divisão de sentidos, considera-se que as disputas e os equívocos em torno da formulação e da interpretação de sentidos são constitutivos do funcionamento da linguagem. Nessa perspectiva, o político na linguagem é o dissenso, a partição de sujeitos e de sentidos que se funda nas diferentes posições nas quais o sujeito se inscreve, nas relações de força e na ideologia.

Para avançar nessa reflexão, proponho que observemos o funcionamento de uma palavra que, nos últimos anos, tem tido destaque no cenário político, econômico, artístico e social: trata-se da palavra “instituição”. No recorte retirado do Dicionário Online de Língua Portuguesa, “instituição” é descrita a partir de sentidos que já estão semanticamente estabilizados pelo senso comum (Cf. Tabela 1¹), a saber, “entidade”, “pessoa jurídica”, “organização pública/privada”, “ação de instituir”, “conjunto de normas”, entre outros.

¹ Confira < <https://www.dicio.com.br/instituicao/> >. Acesso em 14 nov. 2017.

Se no senso comum, os sentidos de “instituição” são diversos e se acentuam/definem em função dos domínios discursivos em que a palavra é utilizada, no campo das ciências sociais e aplicadas, a palavra “instituição” recebe especificações científicas também distintas em função dos dispositivos teóricos que lhe dão sustentação. Assim, nas Ciências Sociais, “instituição” pode ser compreendida como uma estrutura social constituída pelos sujeitos, por suas práticas sociais (instituições informais) e, sobretudo, pelas regras jurídicas (instituições formais) que vão delineando modos de ser e de estar em sociedade (STEINER, 2016). De acordo com o filósofo Émile Durkheim, a Sociologia é, por essência, a “ciência das instituições sociais, sua gênese e seu funcionamento” (DURKHEIM, 1964, p. 45). Para este autor, a instituição social constituiria em “um mecanismo de proteção da sociedade (...) conjunto de regras e procedimentos padronizados socialmente”. Família, escola e governo estão entre os exemplos de instituições citados por este autor. Já nas ciências econômicas e políticas, como nos ensina o economista Douglas North, em artigo publicado em 1991, a “instituição” constitui um conjunto de restrições humanamente concebidas que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais. Nas palavras do autor,



Tabela 1: os sentidos de “instituição” no Dicionário Online de Português

As instituições (...) consistem em restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e restrições formais (constituições, leis, direitos de propriedade, etc.). Ao longo da história, as instituições foram concebidas por seres humanos para criar a ordem e em troca reduzir a incerteza. (NORTH, 1991, p.97).

Em outras palavras, para este autor, a “instituição” é composta por normas jurídicas ou morais, que determinam os modos de ser e estar em sociedade, bem como por instrumentos ideológicos que fazem com que essas normas sejam respeitadas. Em tese, observa-se uma aproximação semântica na definição de “instituição” nos dois domínios

disciplinares destacados acima. Em ambos, as instituições são descritas como espaços de poder que funcionam como mecanismos de coerção social, política e ideológica. Pode-se considerar, então, que as instituições são estruturantes do sistema capitalista contemporâneo.

As instituições, nessa perspectiva, regem as relações humanas e impõem modelos de normatização social que se fundam no que se pode chamar de “poder da Norma” (FOUCAULT, 1998). É através deste “poder da Norma” que elas (as instituições) estabelecem o *normal* como coerção social e ideológica e, dessa maneira, vão moldando, padronizando, homogeneizando corpos, sujeitos e sentidos. Esse processo de normatização produz efeitos de evidência e de transparência de modo que “Narciso acha feio o que não é espelho”.

De fato, aquilo que foge, que desliza, que deriva, que rompe com esse padrão da norma, de um lado, quando inscrito na hermenêutica das instituições, é aquilo que deve ser proibido, condenado, tratado (o anormal); por outro lado, quando tomado na e pela interpretação discursiva, é aquilo que resiste, que rompe e que fura. Considera-se então a relação do sujeito com o simbólico direcionando o olhar para a possibilidade de ruptura. Nessa reflexão, tomarei a arte como esse espaço de (re)significação de sentidos estabilizados pelas instituições. Trata-se de compreendê-la como espaço de fissuras que se materializam em resistência. E a resistência se dá para mim às custas da ideologia, já que, como destaca Orlandi (2013, p. 29), a ideologia “tem relação intrínseca com o político (e não política), com o inconsciente e é constitutiva dos sujeitos”.

Corpo político

No ano² em que o Museu de Arte de São Paulo (MASP) comemora 70 anos de existência, tomo a arte como espaço de investigação para com ela e a partir dela, pensar a questão da resistência. Em sua historicidade, a arte se constitui como um instrumento político e, sobretudo, como um espaço de resistência. Em tempos sombrios, como aqueles de governos ditatoriais, a produção artística sempre se mostrou absolutamente rica e dinâmica: é preciso fazer arte para dar voz àqueles que são impedidos de falar. Nessas condições de produção, discursos forçosamente silenciados pelo jogo de poder das instituições são postos em funcionamento e ganham visibilidade através de artefatos

² Inaugurado em 02 de outubro de 1947, em 2017, o Museu de Arte de São Paulo completou 70 anos.

simbólicos produzidos pela arte. Partidária ou não, atravessada pelas relações de força, municiada por quem está no poder ou interpelada pelo desejo de justiça em torno dos conflitos sociais, produzindo ruídos político-ideológicos, ressoando a luta pelos direitos civis, materializando a partilha do sensível, a arte sempre se constituiu politicamente: seja como uma forma de manutenção da ideologia dominante, seja como um espaço de resistência do sujeito, dos sentidos e da sociedade. Nesse sentido, é possível dizer que, desde sua gênese, a arte é política e a arte faz política. De acordo com Rancière (2005, p.1), a arte é política sobretudo

pela maneira como configura um *sensorium* espaço-temporal que determina maneiras do estar junto ou separado, fora ou dentro, face a ou no meio de... Ela é política enquanto recorta um determinado espaço ou um determinado tempo, enquanto os objetos com os quais ela povoa este espaço ou o ritmo que ela confere a esse tempo determinam uma forma de experiência específica, em conformidade ou **em ruptura com outras: uma forma específica de visibilidade, uma modificação das relações entre formas sensíveis e regimes de significação, velocidades específicas, mas também e antes de mais nada formas de reunião ou de solidão**³.

A partir da reflexão proposta por Rancière, compreende-se que, para este autor, a relação entre arte e política é inquestionável. De fato, em seus escritos, ele acrescenta que “a arte faz política antes que os artistas o façam. Mas sobretudo a arte faz política de um modo que parece contradizer a própria vontade dos artistas de fazer – ou de não fazer – política em sua arte” (RANCIÈRE, 2005, p. 5). Isso porque arte já traz em si uma memória discursiva absolutamente política. De minha parte, inscrevo-me em uma posição semelhante àquela defendida por Rancière à medida que considero que a arte deve ser compreendida como prática de significação, ou melhor, efeito de sentidos entre interlocutores. Discurso. Nessa perspectiva, a arte constitui a forma material de encontro do simbólico com o político e coloca em funcionamento a ideologia. Este modo de significar discursivamente a arte permite compreendê-la, de um lado, como uma instituição de memória discursiva que vai produzir efeitos no processo de individuação dos sujeitos; e, de outro lado, como prática que participa ativamente do processo de produção de arquivo, ou seja, como discurso artístico-documental (ORLANDI, 2014, p. 2)⁴. De fato, ao nos depararmos com qualquer objeto artístico, somos interpelados por ele e colocamos em funcionamento gestos de leitura. Somos assim levados a interpretá-lo. Considerando que “somos individuados pelo Estado através de instituições e

³ Grifo meu.

⁴ Entremeios: revista de estudos do discurso. v.9, jul/2014.

discursos” (ORLANDI, 2014, p. 23), esse processo de interpretação diante de um objeto artístico põe em funcionamento traços da falha e da falta do próprio indivíduo, do Estado e da Sociedade e da memória discursiva.

Compreender a arte como uma prática de significação, como discurso, como instituição de memória discursiva e como arquivo implica questionar acontecimentos recentes de nosso país, como, por exemplo, o cancelamento da exposição *Queermuseu – Cartografias da diferença na arte brasileira*, do Santander Cultural de Porto Alegre⁵ ou ainda a polêmica em torno da performance⁶ do artista Wagner Schwartz que fez de seu corpo nu parte integrante da instalação artística⁷, isto é, o corpo do artista se inscrevendo aí como espaço político de/da arte. Tomando como lugar de observação os estudos discursivos, compreende-se que esses dois episódios colocam em funcionamento diferentes efeitos de sentidos que, por sua vez, se inscrevem em formações discursivas (FDs) também distintas.

Observemos, nas imagens apresentadas aqui, abaixo, o processo de produção e de deslizamento de sentidos que ocorre entre a “Imagem 1”⁸ e a “Imagem 2”⁹ sem perder de vista, é claro, os efeitos de sentido que se produzem e que se inscrevem, de um lado, em formações discursivas que se materializam sob a forma de discursos conservadores e discursos intolerantes alheios ao processo de produção e criação artística, e, de outro lado, em formações discursivas opostas que atualizam uma memória discursiva sobre arte, sua história e sua função política e social.

⁵ Para mais informações, confira: <<https://revistacult.uol.com.br/home/arte-que-virou-pornografia-aos-olhos-dos-neofundamentalistas/>> Acesso em 14 nov. 2017. E ainda <<https://revistacult.uol.com.br/home/queermuseu-santander-cultural-luiz-camillo-osorio/>>. Acesso em 14 nov. 2017. Veja também <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html>. Acesso em 14 nov. 2017.

⁶ A performance aconteceu na estreia do 35º Panorama de Arte Brasileira no dia 23 de setembro de 2017 no Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo. O evento apresenta-se como uma tradicional exposição bienal que busca debater a arte no país e cujo foco é refletir sobre a identidade brasileira em diferentes enfoques e acepções.

⁷ Na performance intitulada “*La Bête*”, o artista interage com a réplica de plástico de uma escultura e se coloca nu e entregue à performance artística, convidando o público a fazer o mesmo com ele. Confira <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/interacao-de-crianca-com-artista-nu-em-museu-de-sp-gera-polemica.ghtml>>. Acesso em 16 nov. 2017.

⁸ Fonte: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/interacao-de-crianca-com-artista-nu-em-museu-de-sp-gera-polemica.ghtml>>. Acesso em 16 nov. 2017.

⁹ Fonte: <<https://estilo.uol.com.br/noticias/redacao/2017/10/07/resumo-pop-da-semana-polemica-do-mam-larissa-manoela-e-madonna-funkeira.htm>>. Acesso em 16 nov. 2017.

Na imagem 1, observa-se o registro, através de uma fotografia, da instalação artística do Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo, mais especificamente, do momento em que o público se depara, em uma das salas do MAM, com a performance “*La Bête*” do artista Wagner Schwartz. Nesta imagem, em primeiro plano, próximas ao artista, observa-se a presença de uma mulher e uma criança (mãe e filha) que, conforme a proposta do projeto artístico, observam e interagem tocando na obra de arte em exposição. Ao fundo, é possível observar parte do público que prestigiava o evento.

A imagem em questão circulou (apresentada ao lado) por diferentes espaços midiáticos (jornais, revistas, rádio, televisão e redes sociais, entre outros), produziu diferentes discursos em torno da arte e trouxe consigo alguns questionamentos: o que é arte? Isso é arte ou pedofilia? O corpo do artista é obra de arte? Consequentemente, os debates em torno da performance de estreia da 35ª edição do Panorama de Arte Brasileira do MAM fizeram ecos nas tribunas políticas, nas igrejas, nas escolas, nas universidades, nos ateliês, nos estúdios, etc. Em um gesto de análise, observa-se que neste episódio a arte deu visibilidade às frestas, aos impasses, aos dramas e às limitações de uma sociedade que, em pleno século XXI, parece ainda não compreender o funcionamento da arte. Fato é que, conforme destacado no início desta reflexão, diante da não compreensão das discursividades em torno do *savoir-faire* artístico surge um discurso autoritário que parece querer “demonizar todo ato de pensar e criar que multiplique os pontos de vista



Imagem 1: Performance Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo.

sobre o mundo e a vida, que delineiem as visibilidades da escuridão, as gradações de cinza, a multidão de cores dissimuladas na brancura” (RIBEIRO, 2017)¹⁰. A polêmica se produziu, sobretudo, em torno do corpo nu (Imagem 1) que, neste caso, é a obra de arte a ser apreciada pelo público. A imagem 1 dá a conhecer múltiplos sentidos de e sobre a performance e põe em funcionamento enunciados possíveis e passíveis de significação na história. Ora, seja dentro ou fora dos museus, historicamente, o corpo nu tem se apresentado como um

¹⁰ In: O bicho está nu: a polêmica “*La Bête*” no MAM. Revista Cult. Disponível em < <https://revistacult.uol.com.br/home/ensaio-polemica-la-bete-mam/> >. Acesso em 20 nov. 2017.

importante material de produção artística (pinturas, esculturas, fotos, filmes, performances, etc.): corpo lúdico, corpo político, corpo artístico. Existe aí uma memória de sentidos em torno do corpo e de sua relação com a arte que foi apagada em muitos discursos que fomentaram a referida polêmica.

Dentre tantos discursos que foram postos em funcionamento a partir da performance *La Bête*, conforme registro apresentado na imagem 1, quero chamar a atenção para o



Imagem 2: Performance Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo.

processo de deslizamento de sentidos que se materializou sob forma de outra imagem (imagem 2). De acordo com Orlandi (2010), devemos tomar “a imagem como discurso” e, como tal, compreender que ela produz deslocamento de sentidos, apresenta pontos de deriva e, neste funcionamento, incide em outros discursos. Para a autora, o processo de produção de sentidos é inevitavelmente “sujeito a deslizos” (ORLANDI, 2001, p. 24) e, nesse processo, ela acrescenta que

há sempre um “outro” possível que constitui o mesmo (os efeitos do deslocamento de sentidos (...)). Dito de outra maneira, o mesmo também é produto da historicidade, já é parte do efeito metafórico. A historicidade aí está justamente representada pelos deslizamentos (nas relações de paráfrases) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas, presença de uma ausência necessária, relação incontornável com a alteridade. Falamos a mesma língua mas falamos diferente. Este deslizamento, a metáfora, própria da ordem simbólica, é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade. (...)

Como destaca a autora, há sempre a possibilidade do *mesmo* significar de maneiras *diferentes*. Eis o funcionamento do deslize que produz outros/novos sentidos e discursos. Na imagem 2, por exemplo, assiste-se ao trabalho do simbólico que, pelo efeito metafórico, tal como ele é compreendido em Análise de Discurso, a saber, a reformulação a partir de uma substituição, provoca o deslizamento dos sentidos e assim (re)produz a cena registrada na fotografia (imagem 1). Como se pode observar, o efeito metafórico se dá aqui, na imagem 2,

a partir de traços e conceitos estéticos que remetem ao estilo criado pelo artista brasileiro Romero Brito¹¹ e assim (re)significam. Este ponto de deriva é, segundo Orlandi,

o lugar – sítio em que se produz o deslizamento de sentido enquanto efeito metafórico pelo qual língua e história se ligam no equívoco (materialmente determinado) – [em] que se define o trabalho ideológico, em outras palavras, o trabalho da interpretação (ORLANDI, 2001, p. 24).

De fato, Pêcheux (2014), na obra (*AAD 69*), destaca que o efeito metafórico constitui, assim, um efeito semântico que se produz numa substituição: no caso em estudo, é um deslizamento de sentido que se produz entre imagem 1 e imagem 2. Ao deslizar, outros sentidos de e sobre arte passam a circular. Sentidos que já estão estabilizados na sociedade à medida que são legitimados pelo traço, pelo estilo estético, de um artista de reconhecimento internacional. E, agora, o corpo nu é arte?

Tomando essas duas produções artísticas como um discurso de e sobre a arte brasileira, esse discurso, tal como se apresenta aqui, traz em si pontos de deriva e, conseqüentemente, recai em/sobre outros discursos. Dessa maneira, pela deriva, faz funcionar a relação verbal/não-verbal na (re)produção da memória discursiva de e sobre a arte no Brasil. Considerando as condições de produção, é preciso questionar: afinal, que sentidos se quer silenciar (ou que são silenciados) quando se cancela uma exposição artística? Ou ainda que sentidos são postos em funcionamento ao criar polêmica em torno de uma instalação de arte? Eis que a memória discursiva de e sobre a arte, de e sobre a censura/interdição/silêncio já nos permite entrever contornos amargos de possíveis respostas a essas questões. Respostas que se fundam nos discursos autoritários das instituições impondo coercitivamente modos de ser e de estar em sociedade, modos de ler e interpretar o mundo, modos de fazer/criar arte. Como nos ensina Orlandi (2008, p. 24-25), o discurso autoritário é aquele que

tende para a paráfrase (o mesmo) e em que se procura conter a reversibilidade (há um agente único: a reversibilidade tende a zero), em que a linguagem é contida (procura-se impor um só sentido) e em que o objeto do discurso (seu referente) fica dominado pelo próprio dizer (o objeto praticamente desaparece).

A necessidade de controle, de normatização, padronização que se produz a partir da hermenêutica das instituições, como se destacou anteriormente, pode ser apontado aqui

¹¹ Pintor, escultor, serígrafo e artista plástico brasileiro, consagrado no mundo inteiro pela sua arte pop.

como um exemplo desse funcionamento do discurso autoritário. E daí, levando em consideração o exposto e, sobretudo, diante de acontecimentos como os vivenciados no Brasil em 2017, surge a pergunta que não quer calar: afinal, o que é arte?

Cientificamente, sabe-se que não há uma definição absoluta sobre o que é arte. Isso porque a arte se constitui sob forma de questionamentos e de procura que, a partir de um *savoir-faire* artístico, (re)significam instrumentos e artefatos do cotidiano: um exemplo clássico é a obra “*Fontaine*”¹² de Marcel Duchamp (1917) que (re)significa um objeto como o “mictório” transformando-o em obra de arte (Cf. imagem 3); outro exemplo bem atual é o trabalho que a artista paraense Roberta Carvalho¹³ vem realizando no campo das artes visuais à medida que toma um objeto tecnológico, como, por exemplo, Datashow, e faz dele o instrumento de produção artística. Assim como fez Duchamp (1917), Carvalho (re)significa a relação do sujeito com a arte no momento em que faz do artefato tecnológico, Datashow, um instrumento de arte dando voz e visibilidade aos sujeitos que estão às margens. Sujeitos invisíveis à sociedade.



Imagem 3: *Fontaine*, Duchamp (1917)



Imagem 4: Projeto *Symbiosis*, Carvalho (2007).

Observa-se assim que as definições do que seja arte são indeterminadas se não nos limitarmos a pensar a legitimidade da arte a partir de um sentido fechado e centrado nas referências do sistema capitalista e conservador. Para Breton (1985), a arte, em sua essência, precisa ser revolucionária:

A arte verdadeira, a que não se contenta com variações sobre modelos prontos, mas se esforça por dar uma expressão às necessidades interiores do homem e da

¹² De acordo com Guéron (2012, p. 34), o objeto em questão “foi recusado neste salão pela sociedade promotora de que Duchamp era um dos membros fundadores, ajudando-a a estabelecê-la sob o mesmo lema do Salão dos Independentes de Paris do qual também participara: “Nem Júri nem Recompensas”.

¹³ Para mais informações sobre as produções da artista, confira < <http://www.robertacarvalho.art.br/> >. Acesso em 20 nov. 2017.

humanidade de hoje, tem que ser revolucionária, tem que aspirar a uma reconstrução completa e radical da sociedade, mesmo que fosse apenas para libertar a criação intelectual das cadeias que a bloqueiam e permitir a toda humanidade elevar-se a alturas que só os gênios isolados atingiram no passado (BRETON, 1985, p. 37).

De fato, os dois exemplos apontados acima ilustram objetos do cotidiano que, a partir de um gesto discursivo de criação e interpretação, rompem aquilo que já está socialmente estabilizado e tornam-se objetos de arte, mostrando a efervescência, produtividade, excepcionalidade, criatividade e simplicidade da arte. O gesto discursivo de criação e de interpretação produz efeitos sobre objetos do nosso cotidiano de modo que sejam, pelo olhar e pela sensibilidade do artista, transformados em arte: o mictório em um banheiro não é objeto de arte, mas ressignificado pelo artista e inscrito em outro espaço/função passa a sê-lo. A mesma reflexão pode ser feita em torno do Datashow, equipamento tecnológico, frequentemente usado para projeções do cotidiano em ambientes acadêmicos e administrativos. Nos dois casos, é o gesto discursivo que desencadeia o processo artístico e que promove a ruptura com sentidos estabilizados, pois, como destaca Orlandi

Há uma necessidade do sentido, em sua materialidade, que só significa, por exemplo, na música, ou na pintura etc. Não se é pintor, músico, literato, indiferentemente. São diferentes relações com os sentidos que se instalam. São diferentes posições do sujeito, são diferentes sentidos que se produzem [na arte] (ORLANDI, 1995, p. 39).

Dito de outra forma, a arte se constitui de gestos de criação e de interpretação marcados pela relação sujeito-sentidos: o artista com seu gesto de criação e de interpretação se inscreve na posição sujeito-autor e o espectador com seu gesto de interpretação se inscreve na posição sujeito-leitor. Dadas as condições de produção da arte, esses gestos de criação e interpretação dos sujeitos derivam de sua relação com a história, com a memória e com o interdiscurso. Isso leva a compreender a arte como efeito de sentidos. Discurso. Em outras palavras, conceber a arte sempre em movimento, assim como os sujeitos, os sentidos, a sociedade. Em movimento na história. A arte em Discurso. Movimento este que, segundo Orlandi (2012, p. 225), “barrado, não significado pelo politicamente explode em sentidos que estão do outro lado”, às margens, à borda. Movimento que, ao não se submeter ao funcionamento e às coerções institucionais, põe em funcionamento a fuga de sentidos (ORLANDI, 2012). Explode. E ao explodir, ao romper com o poder da norma, a efervescência de significações produz a resistência que, muitas vezes, se materializa, dentre outras possibilidades de significação, em arte.

Considerações Finais

Nessa perspectiva, pensar a arte é refletir sobre a resistência a partir de uma perspectiva discursiva. Isso significa compreender a resistência “fora dos padrões em que tem sido pensada. Porque as formas de assujeitamento são outras, a conjuntura histórica é outra, o capitalismo desenvolve outras formas de dominação e de segregação. E se produzem outras formas resistência” (ORLANDI, 2012, p. 225). Orlandi destaca que no

Discurso “oficial” do capitalismo se guarda a palavra “resistência” para situações idealizadas, tingindo-a de heroísmo. Pensamos que esta já é uma forma da ideologia funcionar na relação dos “alienados” e as relações de poder. (ORLANDI, 2012, p. 227).

Conforme se destacou anteriormente, a arte sempre se constituiu como um instrumento de revolução e de resistência. Nas condições mais adversas, a arte formula novas possibilidades de laços sociais que fazem com que os sujeitos encontrem outras formas de subjetivação e de individu(aliz)ção (ORLANDI, 2012, p. 227). Para o artista Pedro Wagner¹⁴ (ator, produtor e diretor e integrante do Magiluth), “a arte sempre resistiu. Por si só, ela é algo que resiste e ultrapassa as questões de um governo ou outro”. Não podemos esquecer que, tal como a ideologia, a arte funciona na falha, ela questiona a transparência dos sentidos e se abre, rompe. É nesse processo de ruptura, segundo Orlandi, que, a partir de outros gestos de criação e de interpretação, compreende-se que a arte permite que sujeitos e sentidos irrompam produzindo ruídos (ecos) na história. Ou seja, a arte cria condições de “r-existir” (ORLANDI, 2012). Condição, segundo Orlandi (2012, p. 231), para que os sujeitos e os sentidos “possam ser outros”, possam (re)significar(-se) e “r-existir” (ORLANDI, 2012) tal como na música “Todo mundo nasce artista, composta por Eliakin Rufino e interpretada por Aíla¹⁵, em que letra e arranjo dão voz ao artista que sempre r-existiu em cada um de nós...

Todo mundo nasce artista
Depois vem a repressão
Não faz arte, diz a tia
Vê se deixa de invenção

Todo mundo nasce artista

¹⁴ Confira < <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/09/arte-como-resistencia-aos-tempos-de-golpe/> >. Acesso em 17 nov. 2017.

¹⁵ Confira < <https://www.youtube.com/watch?v=ovTUQg0DFVg> >. Acesso em 20 dez.2017.

Depois vem a castração
E o artista que há em nós
Vai do quarto pro porão

Todo mundo nasce artista
Depois vem a podaço
E a vida fica triste,
Sem arte, sem emoção

Todo mundo nasce artista
Depois vem a piração
Alcoolismo, suicídio
Doença mental, depressão

E essa doença tem cura!
Existe uma salvação!
Faça arte! Faça arte!
Mesmo que sua mãe diga que não

Referências Bibliográficas

DURKHEIM, É. **The Rules of Sociological Method**. 8.ed. Nova Iorque: ed. George E. G. Catlin (1938, 1964 edition).

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I. A vontade de saber**. Trad. Maria Theresa da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1988.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

NORTH, D. C. Institutions. In **The Journal of Economic Perspectives**, Vol. 5, No. 1 (Winter, 1991), pp. 97-112 Published by: American Economic Association Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/1942704> Acesso: 14/11/2017.

ORLANDI, E. P. Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as Minorias? In ORLANDI, Eni P. **Linguagem, sociedade, políticas**. Pouso Alegre: UNIVÁS/Campinas: RG Editores, 2014.

_____. **Discurso em Análise. Sujeito, sentido e ideologia**. Campinas: Pontes Editores, 2012.

_____. **Discurso e Leitura**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Discurso e texto**. Formulação e circulação dos sentidos. Campinas, Pontes Editores, 2001.

_____. Discurso e argumentação: um observatório do político. In **Fórum Lingüístico**, n. 1. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. jul.-dez., 1998.

_____. **As formas de silêncio: no movimento dos sentidos**. 4.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Efeitos do verbal sobre o não verbal. In: **Rua (Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade)**. n.1. Campinas: Editora da Unicamp., 1995.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In Gadet, F.; Hak, T. **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 5.ed. Trad. Bethania S. Mariani et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

_____. **Semântica e Discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. .ed. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

RANCIÈRE, J.. Política da arte. In **São Paulo S. A. Práticas estéticas, sociais e políticas em debate. Situação #3 Estética e Política**. Conferência proferida no SESC Belenzinho. São Paulo. 2005.

_____. **O desentendimento. Política e filosofia**. Trad. Angela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34. 1995.

STEINER, P. **A sociologia de Durkheim**. Trad. Juarez Lopes de Carvalho Filho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

Sujeitos invisíveis: Sujeitos à interpretação

Eni Puccinelli Orlandi

O objetivo dos museus - presentes e futuros
– não deve ser o de representar Estados,
mas o de re-criar o mundo de seres humanos únicos
– os mesmos seres humanos que trabalharam
sob regras de opressão por centenas de anos.
O futuro dos museus está dentro de nossas próprias casas.
Orhan Pamuk

Considerações iniciais

Iniciamos esta nossa reflexão, explorando ainda uma vez a questão posta pela relação linguagem, pensamento e mundo, que, como sabemos, não se dá termo a termo, mas em descontinuidade, pois não se constituem de materialidade de mesma natureza. Organizam-se segundo sua própria ordem, logo, são diferentes, quanto a este aspecto. E, mais importante do que isso, para a perspectiva que trabalhamos, a da análise de discurso, esta é uma relação mediada pela *interpretação*. Logo, também de nosso ponto de vista, faz intervir a *ideologia*, o *imaginário*. E trazemos, mais uma vez, quanto aos sentidos, o fato de que não são exatos.

Faz parte, sobretudo, da nossa reflexão, pensar o *invisível*, em linguagem¹. Ou seja, aquilo que, na demanda de interpretação, pois nada se furta à necessidade que temos de dar sentido, apresenta-se como invisível. Invisível na história, invisível na sociedade como tal. Postos à margem, perdidos da história, topamos com esses nossos sujeitos invisíveis para a sociedade organizada, a sociedade que “conta”. E também para a história.

Interrogando como se constituem sujeitos e sentidos na relação com as discursividades, tomamos a ideia de que *discursos marginais* constituem sujeitos marginais, como restos da história. Invisíveis, mas com presença forte no imaginário social, em múltiplas versões. Temos as diferentes posições-sujeitos face ao inusitado, e o filtro social (imaginário social), que os joga na margem do/no discurso social.

¹ Como temos mostrado, em vários de nossos trabalhos, o invisível apela para o desconhecido, o incompreensível, a indistinção.

Para tratar desta questão, retomamos a noção de *discurso social*, enquanto “o conjunto do que se diz e se escreve em um estado de sociedade; tudo o que se imprime, tudo o que se fala publicamente ou se representa hoje na mídia eletrônica” (ANGENOT, 1988). Vamos explorar a distinção do que se elege como história, ou literatura, contada e legítima, ao largo das produções que fluem à margem. São estas que nos interessam. Tomaremos como materiais de análise o que, em geral, fica como curiosidade ou faz parte dos chamados “Museus da Pessoa”; também o que podemos observar no discurso de pesquisadores sobre o assunto; e o que é dito pela população em geral. Interessa-nos observar os gestos de interpretação nessas distintas manifestações de linguagem, quando se trata dessas pessoas que, segundo nossa perspectiva, são “invisíveis”, na sociedade oficial. Esta sociedade não quer vê-los.

Iniciamos com a observação do Museu da Pessoa (SP). E procuraremos explicitar o processo de significação que aí se dá, através da noção de *narratividade*, tal como a defino: “a maneira pela qual uma memória se diz em processos identitários, apoiados em modos de individuação do sujeito, afirmando/vinculando seu pertencimento a espaços de interpretação determinados, consoantes a específicas práticas discursivas” (ORLANDI, 2016, p. 22-23).

Estes sujeitos, que chamo invisíveis, têm sido objetos de observação seja do folclore, quando se trata de mostrar as curiosidades dos lugares, ou do que trata o Museu da Pessoa, como o que existe em São Paulo.

Este museu foi fundado em 1991, e seu objetivo, como ele mesmo diz, é o de produzir “uma rede internacional de histórias de vida”. No discurso do Museu da Pessoa, constituído pela formação discursiva da diversidade e do patrimônio, o que se afirma é que “valorizar a diversidade cultural e a história de cada pessoa como patrimônio da humanidade é contribuir para a construção de uma cultura de paz”. Será que alcançamos este objetivo tomando como argumento a história dessas pessoas? Não penso que exista esta “neutralidade” de sentidos em algo que é uma instituição, nem penso que o imaginário social funciona de forma direta e explícita, não bastando, portanto, intenções. Ainda segundo dizem, “Conhecer – por meio da escuta ou da leitura – um grupo de histórias de vida é uma maneira de expandir nossa visão do mundo, pois elas são uma peça de informação única, que nos mostra como as diferentes pessoas criam suas próprias realidades”. Histórias de vida consideradas “peças de informação”. Buscam, como afirmam, “novas vozes, pessoas que poderiam dar uma perspectiva diferente da História, como a cozinheira, a telefonista etc”. Objetivo humanista, explícito, em relação ao qual também colocamos nossas questões, pois

é preciso, do ponto de vista discursivo, pensar a ideologia e fazer entrar em consideração a própria linguagem, não transparente, e os sujeitos e sentidos, não auto-evidentes.

De nossa parte, consideramos que, mais do que dar uma perspectiva diferente da história², essas figuras, ou personagens, como consideramos, são manifestações do imaginário social, e podem dizer muito sobre a ideologia das diferentes conjunturas sócio-históricas, e o funcionamento da memória discursiva (o interdiscurso) no sujeito e para os sujeitos.

Mas também, e isto não escapa à nossa atenção, interessa-nos o que significa o que está dito neste “como diferentes pessoas criam suas próprias realidades”. O que, em termos discursivos, pode significar o sentido *atribuído* a estes sujeitos, enquanto sujeitos marginais, que vivem – se isto é possível de se dizer – “fora” da sociedade em que vivem. São sujeitos presentes-ausentes. Que funcionam quase que como símbolos, com sua presença, evocando, no que lhes cabe de “ausência”, o estranho, o que não está visível, *os loucos do espaço social, andarilhos da beira da história*. Que não fazem sentido, na lógica do social, em sua universalidade. Sujeitos impedidos. Sujeitos, na maior parte das vezes, sócio-historicamente inviáveis. No entanto, por outro lado, nas fronteiras dos sentidos, e da condição sujeito, são sujeitos que, por algum modo, “escapam”. Sobre-vivem. Encontram-se sentidos avulsos. Para nós, incompreensíveis, mas que eles elaboram em seu movimento identitário. Em sua “loucura”. Em seu acontecimento, não no espaço sócio-histórico, mas no espaço da rua, real da cidade.

Um pouco de análise

Trago para análise algumas dessas figuras: A Catarina Bum e o Zé da Catarina, da região de São Carlos, e faço alguma menção à Pó de Arroz Perdido, da região de Pouso Alegre. Tomarei, como materiais de análise, sobretudo as figuras femininas, mesmo porque o Zé é nomeado a partir da Catarina: o Zé da Catarina, ou seja, podemos considerá-lo como figura agregada, embora não menos significativa, como veremos.

A Catarina é figura de minha infância, em São Carlos. Se a conto pela minha lembrança, Catarina era uma pessoa grande, loira, que se vestia usualmente em cor-de-rosa e tinha um vestido com uma enorme saia rodada, tendo por baixo um saiote daqueles antigos, todo armado (com arame mesmo). Sua perna tinha feridas, e ela vinha pela rua balançando

² Talvez isto seja mais próprio da expectativa da História Oral, e da Nova História.

sua saia, ao lado, ou logo atrás do Zé, que, este, tocava cavaquinho. E Catarina tinha ainda uma particularidade: usava um *rouge* bem forte nas maçãs do rosto, bem visível. E batom bem forte. A mim, era o *rouge* que chamava mais atenção. Porque era de uma cor exagerada e tinha a forma arredondada dando uma aparência muito artificial ao seu rosto. Nós, meninas, adorávamos ver Catarina. Sabíamos que se disséssemos o mote repetido que a per-seguia, ela ficava brava e corria atrás de nós: “Catarina Bum cai na água e faz tchibum!”. Eu não fazia isto porque minha mãe me dizia sempre que não era pra mexer (esta era a palavra chave, mexer³) com a Catarina e com o Zé. Eles eram inofensivos, dizia minha mãe, e as pessoas judiavam deles, irritando-os, para vê-los ficarem bravos e todo mundo rir. Chacota e desprezo social de mãos dadas. Desde cedo aprendemos a crueldade social e a estigmatização dos diferentes, dos que vivem a rua, dos que não se normalizam, dos que não se enquadram.

Importante observar que Catarina é mulher, e porta, em seu corpo (se veste de), as marcas do feminino: saia rodada, *rouge*, batom. Sei que tinha algo nos cabelos loiros, mas não me lembro o que é. Não era propriamente um chapéu, mas era um enfeite. Andava de sombrinha, o que mostrava mais um gesto de feminilidade, para se proteger do sol.

Esta é a ligação que vejo com a figura de Pouso Alegre, a Pó-de-Arroz Perdido. Outra figura feminina e que se destaca pelo exagero em sua forma de se maquiar: segundo a versão popular mais corriqueira, Pó-de-Arroz Perdido é uma pessoa que andava pela cidade toda maquiada, com pó-de-arroz em excesso, até nos cabelos, e cheia de colares e muitas pulseiras, além de usar trapos enrolados pelo corpo. Dizem que era meiga, mas, quando era provocada, reagia falando palavrões, suspendendo a saia.

Tipos folclóricos que se eternizam, diz um comentarista. Pessoas ou personagens populares, diz outro. No entanto, também faz parte, de minhas reflexões, perguntar sobre o estatuto dessas figuras, como as nomeio, como sujeitos sociais. São objeto de exclusão, mas, a meu ver, são também manifestações dos sentidos do feminino. Elas são ainda frestas para se vislumbrar outros sentidos, não experimentados.

Imaginário social e discurso do feminino

Temos feito referência à dêixis discursiva, tomando o modo como o sujeito se inscreve no espaço e tempo discursivos, pensando, pois, o espaço e tempo simbólicos. Em

³ Hoje, no discurso institucional, esta palavra ganha o sentido do “bullying”.

relação à narratividade, que traz para a reflexão como a memória funciona no sujeito, podemos dizer que aí entra o que nos ocupa: a *vinculação dos sujeitos a espaços de interpretação determinados*. No nosso caso, e em condições de produção específicas, a vinculação das versões do que podemos chamar de um acontecimento discursivo, o da Catarina Bum, o da Pó-de-Arroz Perdido. Em outras palavras, espaços que configuram sua inscrição nas formações discursivas em sua tópica⁴, marcando o sujeito naquele espaço, em sua historicidade. A narratividade, e as versões do relato, assim como o modo de trânsito por este espaço, constituem o que tenho chamado de “enquadramento” com sua forma material e significância. Em nosso caso, este enquadramento produz personagens que se apresentam como “inusitadas”, “extravagantes”. As condições de produção são as da rua da cidade, lugar público⁵ habitado por sujeitos considerados cidadãos comuns, passantes. Face a essas condições, esses sujeitos, como Catarina Bum ou Pó-de-Arroz Perdido, destoam dos sujeitos urbanizados, sujeitos comuns. Elas são sujeitos in-comuns⁶.

Temos muitas versões, em diferentes “lugares”, ditos por diferentes sujeitos sociais. O texto não é imóvel, os sentidos não são exatos, como tenho dito com insistência. O que deixa lugar para as diferentes interpretações, distintos efeitos da ideologia. Há movimento, fluidez entre a constituição dos sentidos, sua formulação e sua circulação. Estes relatos, que são diferentes versões, adquirem sentido na medida em que circulam, e colocam em cena o sujeito em suas posições nem sempre coincidentes, trabalhados pela metáfora (no sentido discursivo: uma palavra por outra, efeito, deslizamento de sentidos). São narratividades que textualizam estas figuras enquanto personagens, sujeitos in-comuns, da vida da cidade. Estas que analiso constituem-se para circular em suas diversas formulações, lidando com *a matéria social do imaginário feminino*.

Na circulação, o social entranha-se no movimento da interpretação em que se inscreve a ideologia, tal como se apresenta, não só no modo como o indivíduo é interpelado

⁴ Definimos a tópica cívica pela articulação entre relações espaciais e formações sociais, como lugares institucionais que dão forma e sentido aos sujeitos urbanos, aos “cidadãos”, e ao modo como eles percorrem os movimentos sociais, ou os movimentos da sociedade, em suas manifestações, percorrendo “lugares”, que não consideramos como lugares empíricos, mas simbólicos e socialmente declinados, que se materializam.

⁵ Lembramos aqui a noção, já desenvolvida por mim, de *sítio de significação* (ORLANDI, 1993), que inscreve o processo de significação em lugares determinados.

⁶ Podemos dizer que, neste caso, cria-se uma “aura”, neste lugar, em clara menção a W. Benjamin que diz que a aura resulta de uma trama singular de espaço e tempo: aparição única do longínquo por mais próximo que esteja (BENJAMIN, 2012), a aura é o que marca a autenticidade (testemunho histórico, tradição) e a originalidade de uma “obra”. Um acontecimento único, aqui e agora. Um halo misterioso na singularidade do instante.

em sujeito, mas, sobretudo, como esse sujeito foi individuado (determinação do espaço e tempo) pelas condições de produção, pela tópica cívica, e pela articulação do simbólico e político pelo Estado (instituições e discursos). No caso que analisamos, da Catarina, veremos que há, na mesma cidade, pelo menos duas indicações de lugares, espaços urbanos: no Centro da Cidade e na Vila Isabel.

Quando falamos do imaginário social, temos de pensar no sujeito, na figura que significa com sua presença-ausente, o acontecimento, e também no seu intérprete, o que lhe atribui sentidos, também envolvido no imaginário social. O sentido é “relação a”, nos diz Canguilhem (1980). Não podemos, aqui, separar, na interpretação, um do outro. Nesse sentido, a noção de individuação do sujeito pela narratividade é um excelente indicador do processo de identificação que se inscreve, produzindo sentidos, e, ao mesmo tempo, constituindo a identidade – sancarlense ou pousoalegrense – espaço em que circulam as versões que estamos analisando, espaço de memória.

Trazendo agora o corpo para nossa reflexão, retomamos a afirmação de que o corpo do sujeito se ata ao corpo social. Todo corpo está investido de sentidos, enquanto corpo de um sujeito que se constitui por processos nos quais as instituições e suas práticas são cruciais, da mesma forma que, ideologicamente, somos interpelados em sujeitos. Dessa forma (ORLANDI, 2001), podemos afirmar que o corpo do sujeito se liga ao corpo social e isto não lhe é transparente, nem para si mesmo.

A análise que estamos propondo busca explorar sentidos dessa narratividade para compreender esta ligação em sua materialidade, feita de *sentidos, corpo e espaço*. Lembrando que a interpretação não é reveladora, ao contrário, é parte da produção de sentidos. Voltando-nos para estas figuras, procuramos observar o que se presentifica nesses relatos para nos lembrar (fato do memorável) de nossa posição-sujeito histórico-social atravessada pela ideologia. Relatar aí significa manter o processo de circulação e garantir a permanência dessa narratividade (efeito de memória) no imaginário social, no qual outros sujeitos terão sua parte no processo de significação social, pela memória que se (re) atualiza a cada gesto de interpretação de quem conta e que coloca, em algum ponto do narrado, um sinal, marca de sua individuação, sintoma da ideologia⁷. O que instiga o processo de significação é o vestígio dessa presença, no imaginário social, relação da memória e esquecimento, que não se fecha enquanto alguém contar a alguém aquele acontecimento.

⁷ A questão psíquica de que este acontecimento social é sintoma é uma questão a ser tratada pela psicanálise. Para o analista de discurso fica o que isto significa, pensando a ideologia e a interpretação.

O que nos leva a concluir, quanto ao discurso social e a sua circulação, que estes relatos são parte da memória, da individuação dos sujeitos, produzindo seus efeitos na identidade social. Não só na circulação, mas também na sua materialidade evocativa da presença, estes relatos produzem seus efeitos com palavras com o poder de tornar presentes e de manter os “valores” sociais em permanente retorno no discurso social. Catarina Bum e Pó-de-Arroz Perdido são um acontecimento discursivo que, acentuando o efeito da extravagância, do inusitado, produzem efeitos particulares de sentidos como figuras femininas no imaginário social.

Mais para se lembrar

A leitura de um texto de M.C. Coimbra (1995) trouxe-me alguns materiais de análise e de exploração da memória coletiva (HALBWACHS, 1968), que segue a autora, indo em direção aos processos de exclusão, de estigmatização, de comportamentos desviantes – de mulheres imigrantes e solteiras – impedindo sua integração social. Há muito interesse, no que diz a autora, que busca apreender “significados e valores do próprio grupo na manifestação de sua identidade”. M. C. Coimbra (1995) acentua o aspecto do controle social, da estigmatização, o rótulo da marginalidade. Ela fala também em sua tentativa de descobrir “quem era transformada em Catarina Bum e porque razão”. Sua pesquisa se sustenta em dados de arquivos, e instituições, e depoimentos orais. Seus informantes, segundo o que diz, são católicos, descendentes de imigrantes italianos, portugueses e espanhóis. Coimbra⁸ situa o lugar de morada de Catarina Bum (Blum?)⁹ na Vila Izabel, bairro antigo, muito habitado, no início, por negros, e, depois pelos imigrantes. A pesquisadora toma Catarina como referência da construção identitária desta Vila. E diz que ela percorria outros lugares da cidade, mas não era com esta exclusividade. Ela continua em seu trabalho, explorando a questão da identidade, eu diria, histórica de Catarina (como estrangeira, etc.). E conclui que Catarina veio na bagagem do imaginário de algum grupo de imigrantes para São Carlos.

⁸ Importante referir que a autora citada diz, em nota, que Catarina Bum está presente em suas lembranças de infância (anos 60), em Araras (cidade situada a 80km de São Carlos), onde Catarina também era conhecida, em estigmatização similar, diz ela, como “uma estrangeira que corria atrás de crianças”.

⁹ Coimbra (1985) encontra uma referência na literatura, a do escritor H. Böll, em seu livro “Die verlorene Ehre Katharina Blum” (1974). Na obra se diz que Katharina perdeu o pai muito cedo e com a ajuda da madrinha estudou economia doméstica. Casou-se, mas deixou seu marido em pouco tempo. Trabalhou como governanta e, depois, conheceu um homem e tornou-se sua namorada, sem saber que ele era bandido e assassino. Assediada por um jornalista, ela o mata e se entrega à polícia. Como é obra de ficção, diz Coimbra (1985), não se sabe o quanto se aproxima da realidade. Que realidade, é minha questão. Mais um relato, entre os muitos.

Não é este meu objetivo, minha busca, meu caminho, pois, vindo ou não na bagagem do imaginário migrante, havia uma Catarina neste tempo e espaço de São Carlos, que vivia em condições de produção concretas, tinha um corpo que a indispunha com o corpo social e fazia trajetos que a colocavam no meio-fio das calçadas e da história. Andarilha parada no ar. Interessa-me como se significava e significa este sujeito com seu corpo e sentidos, em nossa sociedade, ou melhor, no discurso social e no nosso imaginário social.

Inverto a pergunta de Coimbra: não quem era transformada em Catarina Bum (questão de origem), mas em “quem” Catarina Bum se transforma. Metaforização. Para os transeuntes, para a cidade, para o imaginário social¹⁰.

Penso a presença de Catarina Bum (e o Zé da Catarina) discursivamente. Como narratividade, construção de efeitos de memória e imaginário social não só no bairro Vila Izabel. No meu testemunho, e de muitos, Catarina é figura simbólica da cidade de São Carlos. Tampouco a víamos como estrangeira. Essas são as condições dos sentidos em suas múltiplas versões. A versão histórica de que Catarina morava na Vila Izabel é pouco conhecida, por leigos. Tampouco a versão de que ela tinha uma casa para morar, seja de que qualidade de vida fosse. No texto de Coimbra, há afirmações que mostram a incerteza: “Os informantes apontam para a casa ou o lugar onde havia a casa”; “este lugar varia de informante para informante” (COIMBRA, 1985, p. 6). Como costuma ser com figuras que se transformam em símbolos andarilhos das cidades. Catarina era uma personagem da rua. As figuras que são símbolos memoráveis de cidades, em geral, como acontece com sentidos e sujeitos, funcionam justamente por não terem origem comprovada, mas “interpretada”. Alusiva. Sempre se “atribui” uma origem. Mas esta “objetividade” não faz parte, em geral, dos efeitos de sentidos que produzem.

Coloco, em seguida, só para ilustrar, algumas versões encontradas no artigo de Coimbra:

uma velha estrangeira, de olhos azuis, cabelo loiro, que veste saias longas, fala diferente, vive de esmolas, tem um companheiro, o Zé da Catarina, que toca cavaquinho, e corre atrás de crianças”; “Catarina Bum era uma andarilha, débil que se juntou a um outro débil mental Zé da Catarina. Morava no centro de São Carlos perto de onde é o Bradesco hoje. Não trabalhava, vivia de esmolas e andava de cá para lá (COIMBRA, 1985, p. 6).

A que conheço está no início deste texto. E não fala em estrangeira.

¹⁰ No trabalho de Coimbra, muitas vezes, o *imaginário* avizinha a *imaginação*, o que não é o mesmo. Mantemos em nossa reflexão a questão do imaginário social.

Considerações finais

Não foi por acaso que tomamos como corpus, como material de análise não só a Catarina Bum, mas também a Pó-de-Arroz Perdido. Reconhecemos que há nestes casos um móvel psíquico que desencadeia um processo. Mas a questão psíquica, de que este acontecimento social é um sintoma, é uma questão a ser tratada pela psicanálise. Para o analista de discurso fica o que isto significa, pensando-se a ideologia e a interpretação. Trata-se, como dissemos, de pensar o imaginário social feminino. Interessam-nos as diferentes posições-sujeito face ao inusitado: uma mulher pintada em exagero, com saias rodadas e armadas, passeando pelas ruas com seu companheiro que a acompanhava com seu cavaquinho. Um casal não convencional em todos os sentidos. Também Pó-de-Arroz exagera em sua feminilidade. E o que devia ser um adorno, uma mostra de vaidade pessoal, extrapola e vira “outra coisa”. São os “loucos” da cidade. Andarilhos.

Esses sujeitos narrativizados como parte da memória da cidade são sujeitos que só ganham visibilidade quando contados, interpretados. Aí se tornam visíveis e a sociedade se relaciona com eles, pela estigmatização ou não. Só existem como interpretação; são sujeitos no momento mesmo em que são interpretados. Aí se tornam visíveis e a sociedade se relaciona com eles. Assim, sujeitos à interpretação, existem e simbolizam um sentido muito especial em relação à cidade. De certo modo, ao ganhar sentido/visibilidade, na cidade, a dizem, a significam. É um processo de significação irracional, não porque é irrepresentável como a memória discursiva, o interdiscurso, mas porque se envolve com um imaginário social que quer ver razão, ou sentido¹¹, em tudo, no imaginário social estabelecido pelo e para o sujeito comum. Qual é, interrogo, o estatuto dessas figuras como sujeitos sociais que só ganham visibilidade quando contados?

Enquanto sujeitos sociais, penso que são sujeitos ao equívoco. Sendo as interpretações que os tornam visíveis, não é menos sensível que, na interpretação, joga o equívoco. Na leitura que considera o estigma que as constitui, na sua memória, falam valores sociais que não podem ser esquecidos ao preço de tornarem-se, Catarina Bum e Pó-de-Arroz Perdido, objetos de escárnio, no desprezo social, na galhofa das crianças. Pessoas sem eira nem beira. Estigmatizados ou não, acontecem, se afirmam, se identificam como Catarina

¹¹ Como sabemos, o homem quer ver sentido em tudo. Evita o sem sentido. O que não compreende ou é irracionalidade ou loucura. De minha parte, tenho me voltado mais para o que não faz sentido do que para o que faz. O incompreensível muitas vezes nos surpreende.

Bum ou Pó de Arroz. Assim, se as pensamos como figuras simbólicas que percorrem as cidades com suas extravagâncias, sua diferença, enquanto acontecimentos inusitados, elas nos surpreendem em seus gestos de resistência. Como são equívocos os gestos dos Falcões, meninos do tráfico, quando dizem que estão “no lado certo da vida errada”, ou os gestos dos pixadores que se simbolizam, ao inscrever suas letras, incompreensíveis para o sujeito comum, nos espaços públicos, estas figuras simbólicas se significam no espaço social em que, pelo risco da estigmatização, servem de aviso aos que ousarem desrespeitar as normas sociais as mais banais. Mas, acima de tudo, Catarina Bum e Pó-de-Arroz Perdido, pela exibição das marcas do feminino, em seu excesso, vão além da separação entre loucura e realidade: são *alegorias* do feminino.

O que vejo nisto é resistência. Resistência in-voluntária, não necessariamente consciente. Eu diria, neste passo, algo que considero importante levar em conta discursivamente: a resistência prescinde da *vontade* do sujeito, assim como a ideologia prescinde das *intenções*. E é assim que elas se significam e significam¹². Mais uma vez reencontro a superação da compreensibilidade (NIETZSCHE)¹³, que coloca o sujeito na relação com o que chamam de “loucos sociais”, com aquilo que vai além dele e de sua (nossa) compreensão, e o relaciona com seus outros, naquele espaço concreto de interpretação. É a incompreensão que os mantêm vivos na nossa memória. Sujeitos, permanentemente, à interpretação¹⁴.

Referências Bibliográficas

¹² Do grego, “*allegoria*” significa “dizer o outro (a outra coisa)”, linguagem figurativa; construção de novos paradigmas. Interpretação da vida em narrativas mitológicas. Essas figuras, como Catarina e Pó-de-Arroz Perdido, e tantos outros “loucos” de rua, da cidade, são a instalação de outro espaço discursivo, outro espaço de interpretação, de outra narratividade, no espaço em que acontecem e se movimentam. Por isso a alegoria lhes cabe tão bem.

¹³ Segundo o que refiro em outro texto, falando da “vontade de sistema”, diz Nietzsche que ela se expressa por uma doutrina que se arroga a compreensão supra-individual, que é a exigência incondicional por uma compreensão inequívoca e de validade universal. Esta é a exigência de uma doutrina supra-individual, de uma desindividualização da argumentação, segundo palavras de Nietzsche. Isto, para Viesenteiner (2015), é a instrumentalização de um imenso processo de desindividualização de argumentos, a criação de um sistema de conceitos e uma lógica que seja capaz de proceder às suas derivações, cujo fundamento é “o pendor predominante de considerar o semelhante como igual”, bem como “a negação da fluidez da vida”, a exigência do “*gemein*”, o algo em comum, da compreensão universal, que recusa Nietzsche, e o apagamento, diria eu, das condições peculiares de vida, condições de existência. Essa “vontade” é uma metafísica, que vai em direção a um grande processo de vulgarização. Na busca de um consenso. Um sentido para todos.

¹⁴ Sujeitos à narratividade.

ANGENOT, M. Pour une théorie du discours social: problématique d'une recherche en cours. In: **Littérature**. n. 70, p. 82-98, Paris : Larousse. 1988

BENJAMIN, W. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: Zouk, (1936) 2012.

BÖLL, H. **Die verlorene Ehre Katharina Blum**, Berim: Der Spiegel, 1974.

CANGUILHEM, L. **Le cerveau et la pensée**. Paris: Murs, 1980.

COIMBRA, M. C. Catarina Bum, ameaça da desordem na memória coletiva. In : XVIII Encontro ANPOCS, Caxambu (MG) 1995.

HALBWACHS, M. **La mémoire collective**. Paris: PUF, 1968.

ORLANDI, E. P. Era uma vez corpos e lendas: versões, transformações, memória. In: ORLANDI, E. P. (org). **Instituição, relatos e lendas**: narratividade e individuação dos sujeitos. Pouso Alegre: Univás; Campinas: RG Editores, 2016.

_____. (org). **Discurso Fundador**. Campinas: Pontes, 1993.

_____. **Discurso e Texto**. Campinas: Pontes, 2001.

VIESENTEINER, J. L. Nietzsche e o projeto crítico de superação da compreensibilidade. (2015). In Cadernos Nietzsche. Disponível em <www.cadernosnietzsche.unifesp.br>. Acesso em jun. 2017.

A institucionalização de sentidos entre o consenso e as falas desorganizadas sobre a UPP

Greciely Cristina da Costa

Não é possível, por meio de ações policiais, conquistar um ambiente de paz ou de segurança.

Marielle Franco

Primeiro Nó: Linguagem, Instituições e Práticas Sociais

Em “As massas populares são um objeto inanimado?”, texto de 1977, Pêcheux afirma que o pensamento burguês constitutivo da formação social capitalista, a partir de seus interesses de classe, oscila entre duas concepções de sociedade: a “sociedade concebida como uma coisa, um mecanismo, uma máquina que pode funcionar mal, e que deve ser monitorada, controlada e ocasionalmente reparada” (PÊCHEUX, 2011, p. 272); e a sociedade “vista como um agente animado, considerada um projeto comum articulado por tomadas de decisões consensuais” (PÊCHEUX, 2011, p. 273).

O modo como a cidade¹ é organizada, planejada e administrada pelo discurso urbano é exemplar do processo de presentificação da oscilação dessas concepções operando na regulação do espaço urbano, pois ora a sociedade é discursivizada como uma “coisa” que precisa ser monitorada, controlada, consertada para “funcionar bem”, ora é configurada como “aquilo” que resulta de uma uniformidade, simetria e totalidade de sentido e de sujeitos que seriam produzidas pelo consenso. Dito de outro modo, essas duas concepções estão presentes na maneira como as relações sociais são significadas, reguladas e geridas na

¹ Pensamos a cidade a partir dos estudos da área “Saber Urbano e Linguagem”. Essa área baseia-se teórico-metodologicamente na perspectiva teórica da Análise de Discurso para a qual a cidade é tomada como objeto de reflexão, como espaço simbólico-político-ideológico de significação sujeito à interpretação, como espaço habitado por sujeitos de linguagem (PFEIFFER, 2013). Sendo assim, as pesquisas neste domínio analisam a cidade por meio do funcionamento da linguagem, considerando a linguagem como um observatório dos fenômenos urbanos (ORLANDI, 2004), e o espaço urbano sendo compreendido como um “espaço material concreto funcionando como sítio de significação [...] Um espaço simbólico trabalhado na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes” (ORLANDI, 2001, p. 186).

formação social capitalista na medida em que uma ou outra concepção é acionada para **neutralizar** a ambiguidade política e/ou para **conter** a divisão dos sentidos.

A tentativa de neutralizar a ambiguidade política ou conter a divisão dos sentidos faz parte do **processo de sobredeterminação do social pelo urbano**. No entanto, o “consenso é uma construção imaginária e o discurso social [...] não é homogêneo” (ORLANDI, 2004, p. 62). Ou seja, esse processo de sobredeterminação esbarra no real da cidade abrindo brecha para a desestabilização dos sentidos.

Com vistas a essa compreensão, a proposta desse trabalho é observar como se configura a relação entre Linguagem, Instituições e Práticas Sociais, tomando como lugar de observação o confronto entre o consenso produzido pela política pública de instalação da UPP nas favelas do Rio de Janeiro e as falas desorganizadas, definidas por Orlandi (2004) como vestígio do real da cidade, em torno dos sentidos de segurança. Para tanto, é importante realçar que, da perspectiva da Análise de Discurso, o Estado, enquanto instituição, é o articulador político-simbólico das relações sociais, exerce um papel determinante à medida que é ele (e suas várias instituições) que atuam no processo de individuação do sujeito (ORLANDI, 2001).

Nessa direção interrogamos: como pensar as políticas públicas, considerando a ligação do Estado com a Sociedade, com as práticas sociais, da perspectiva da Análise de Discurso, visto que o Estado é produtor de políticas públicas e atua no processo de individuação do sujeito? Como então pensar o processo de institucionalização de certos sentidos via política pública em detrimento de outros sentidos que constituem o tecido social heterogêneo da cidade? Como é possível desfazer a transparência do consenso, a sobredeterminação do social pelo urbano? E, ainda, como destituir a força imaginária com que se vislumbra uma sociedade tomada como coisa ou como fruto do consenso?

Tendo em vista a complexidade dessas relações e tensões em torno delas, dividimos esse texto em nós que dão corpo a essa rede de significações. No primeiro nó entre Linguagem, Instituições e Práticas Sociais, situamos, acima, duas concepções de sociedade a partir das quais se desencadeiam questões e sobreposições acerca do consenso que pode reger uma cidade. No segundo nó, a seguir, retomamos algumas análises de políticas públicas (de inclusão digital, de ensino, de inclusão social) emparelhadas às demandas sociais, a fim de marcar o funcionamento do consenso em cada uma delas. No terceiro nó, nos referimos ao consenso e às falas desorganizadas em relação aos sentidos de segurança no embate com a política de instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), apostando que elas podem

desestabilizar a unidade imaginária do consenso à medida que apontam para o embaraço provocado pelo confronto entre o imaginário e o real. Por fim, tecemos nossas considerações em direção de não fechar essa complexa e tensa rede de significações, mas de apontar para o nó da evidência (de sentidos) que não se desfaz apesar de estar sempre sujeito a novos enredamentos.

Segundo Nó: Políticas Públicas e Consenso

Na atual conjuntura, as políticas públicas estão ligadas às demandas sociais de todas as ordens. Elas dão a ver uma das formas de ligação do Estado (e suas instituições) com a Sociedade. Contudo, elas resultam de um jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder. Nesse sentido, envolvem o Estado, grupos políticos, questões econômicas, diferentes instituições do governo, as classes sociais e suas divisões; além de outras organizações da sociedade, tais como ONGs ou empresas privadas. Em comum, as políticas públicas têm o fato de serem estruturadas pelo consenso. Ou melhor, diante de uma demanda social diversa, as políticas públicas são sustentadas por um consenso e produzidas por instituições do Estado. A maneira pela qual se concebe a sociedade pesa tanto sobre essa demanda quanto sobre esse consenso.

No campo das ciências sociais, o consenso foi introduzido por Comte, no século XIX, definido como um cimento indispensável sobre o qual a sociedade deveria repousar. Segundo o Dicionário do pensamento social do século XX, o consenso surge ligado à tentativa de solucionar conflitos, “pela instituição de um ‘nós’ coletivo sobre o qual desenhar políticas que atendam às aspirações e sentimentos compartilhados pelos indivíduos e grupos que integram a sociedade” (OUTHWAITE, 1996, p. 132). No entanto, muitos autores depois de Comte enfatizaram o fato de que mesmo compartilhando do consenso, nem todos de um grupo ou sociedade participam da tomada de decisões das quais resultam o consenso. Se expressa, neste mesmo dicionário, a advertência de que pode “ocorrer que o que se apresenta como consenso geral seja apenas o consenso daqueles a quem é permitido participar do jogo político” (OUTHWAITE, 1996, p. 132). Ou seja, o consenso está longe de ser representativo de uma maioria, mas, pode corresponder aos anseios e interesses políticos-institucionais.

Orlandi (2010) assinala que a noção de consenso é a que tem sustentado “todo um processo discursivo quando se trata de *políticas públicas urbanas*” (p. 06, grifos da autora). Ao se refletir sobre o consenso “se pensa a ligação que une a sociedade” (ORLANDI, 2010, p.

06), ou seja, a ele é atribuído a ideia de unidade. Ao mesmo tempo, é preciso considerar que o consenso é objeto central de discussão em um sistema democrático. Mesmo longe de ser absoluto, ou incluir simetricamente todos os integrantes da sociedade, a autora alerta que o consenso é visto como necessário pelos cientistas sociais sob o argumento de que “se deve buscar o consenso quanto às questões que devem ser contempladas e às decisões que são exigidas na sociedade” (*ibid.*, p. 06).

Por outro lado, a ideia de abrangência da totalidade, a ilusão de universalização, o método e o caráter utilitários, a política do assistencialismo e a produção do efeito de unidade constituem o discurso das políticas públicas que se apresenta como da ordem do consensual. Esse mesmo discurso pautado na lógica consensual produz o apagamento das diferenças sociais, da contradição estruturante da sociedade capitalista e da dissimetria de sujeitos. É esse processo que leva Orlandi (2010) a afirmar que a produção do consenso se sustenta em uma concepção de vínculo social que por sua vez produz segregação, pois como ressalta a autora, o consenso é imaginário, enquanto o discurso social não é homogêneo. Pautado no jurídico e no administrativo, reflete a autora, o consenso se sustenta na necessidade de aparente harmonia apagando o conflito e silenciando o político.

Pode-se, assim, dizer que o consenso é produzido ideologicamente e sobredetermina o real. A partir dessa compreensão, chegamos a duas instâncias de significação diferentes: a do consenso que estrutura a política pública; a do real da cidade, cujas falas desorganizadas são vestígios, indícios, traços desse real.

Em relação a essa primeira instância, na sequência, retomamos alguns trabalhos sobre o discurso de políticas públicas, propondo observar a construção do consenso em cada um deles.

Em “Telecentros como políticas públicas de inclusão digital: da administração da vida na cidade”, Dias (2010) analisa as políticas de inclusão digital com vistas à implementação de telecentros na periferia de São Paulo. A autora mostra que a política pública do telecentro parte do consenso de que **“todos devem ter acesso”** à tecnologia. A universalização do acesso é a meta que resulta desse consenso e que está na base do Programa SocInfo. Todavia, o discurso das políticas públicas de inclusão digital, assim pautadas, reforça a exclusão simbólica do sujeito à medida que “vai produzir no sujeito a ilusão de fazer parte da sociedade da informação, individualizando-o na forma do ‘todos’, num processo sócio-econômico mundializado” que não permite a ele realmente fazer parte desse “todos” (DIAS, 2010, p. 71). A autora conclui que ao convocar esse “todos”, o discurso da política pública produz,

como efeito, a ilusão de igualdade, no interior da própria contradição do sistema econômico que não o inclui.

Pfeiffer (2010), em “Políticas públicas de ensino”, observa que as políticas públicas de ensino partem do pressuposto da **falta**: falta **no** indivíduo, falta **ao** indivíduo, falta **do** indivíduo. Neste caso, o consenso que se produz é o de que existe uma falta que é de responsabilidade do indivíduo. Como efeito, o discurso da falta produz a responsabilização do indivíduo pelo seu sucesso ou fracasso ao mesmo tempo em que restringe o sentido de educação a uma relação com o mercado².

Nunes (2011) analisa a Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua, lançada em 2008 pelo Governo Federal, que instala uma política pública federal visando à orientação das políticas estaduais e municipais. Nesse trabalho, o autor busca compreender a construção discursiva dos espaços e dos sujeitos na política pública. Com isso, mostra como se dá a passagem do discurso científico para o discurso instrumental da política pública por meio da construção de evidências que elidem as diferenças e as discursividades polêmicas em torno dessa questão. O autor assinala que a “Política Nacional, então, funciona não somente como um discurso sobre alguns sujeitos, mas como um processo de significação que atribui sentidos generalizados para o espaço público e as relações entre sujeitos que aí se estabelecem” (NUNES, 2011, p. 47). A metáfora População em Situação de Rua (PSR), semelhante ao discurso do politicamente correto, funciona em prol da correção ou do consenso uma vez que evita contradições e afasta sentidos indesejáveis. Nunes explica que “população em situação de rua produz um eufemismo que desloca os sentidos conflituosos para um espaço de estabilização de sentidos” (NUNES, 2011, p. 47). Quanto à rua, na referida política, ela é significada como espaço de circulação, lugar provisório, lugar a ser deixado para o retorno à família ou obtenção de moradia regular, e não como lugar a ser ocupado por sujeitos em sua mobilidade e na convivência com os diferentes. Desse modo, Nunes ressalta que um mecanismo de desambiguação dos sentidos do espaço público funciona ao lado do controle da polissemia das palavras operando na configuração de uma forma consensual. Essa por sua vez instrumentaliza as práticas que

² Os trabalhos de Orlandi (2010), Dias (2010) e Pfeiffer (2010), aqui referidos, compõem o livro “Discurso e Políticas Públicas Urbanas: a fabricação do consenso”. Esse livro é resultado das pesquisas realizadas no âmbito do projeto temático da Fapesp “A produção do Consenso nas Políticas Públicas Urbanas: entre o administrativo e o jurídico” (CAEL) do Labeurb/Unicamp, que foi coordenado por Eni P. Orlandi. Com o objetivo de determinar os sentidos e os mecanismos nos e pelos quais o consenso é produzido em documentos jurídicos e administrativos relativos às políticas institucionais, educativas, culturais, linguísticas, tecnológicas, esportivas, midiáticas etc., os autores interrogam se as políticas públicas dizem ou calam o político, mostrando de maneiras variadas como as políticas públicas fabricam o consenso, cujo principal efeito produzido é o de unidade.

decidem quem pode ou não ficar nas ruas e de que modo. Desta forma, “o discurso administrativo configura um imaginário do sujeito produtivo: o espaço público é lugar de trabalho, e não de práticas improdutivas como pedir esmolas ou estar ocioso” (NUNES, 2011, p. 46). Com efeito, essa política joga para fora do espaço público àqueles que não têm espaço nenhum.

A partir desses trabalhos, pode-se reiterar o fato de que o consenso constitui as políticas públicas, ele está na base de cada uma delas operando no processo de homogeneização do social de maneiras específicas. Junto a isso, observa-se o modo como o discurso das políticas institucionalizam certos sentidos. Como regularidade é possível observar o apagamento das reais condições de existência dos sujeitos na cidade, seja individualizando-o na ilusão de um “todos”, seja responsabilizando o sujeito pelo seu fracasso, restringindo os sentidos de educação a uma relação com o mercado, seja impedindo que a cidade, que a rua possa se configurar como lugar a ser ocupado por sujeitos em sua mobilidade e na convivência com os diferentes, determinando de maneira instrumentalizada quem pode e como pode estar no espaço público.

Entretanto, em meio aos discursos das políticas urbanas, no processo discursivo desencadeado pela fabricação do consenso, irrompem as falas desorganizadas, discursividades que compõem a segunda instância de significação desse nó entre produção de consenso, política pública e institucionalização dos sentidos na sociedade.

Terceiro Nó: Consenso, Falas Desorganizadas e Sentidos de Segurança

“As falas desorganizadas significam lugares onde sentidos faltam, incidência de novos processos de significação que perturbam ao mesmo tempo a ordem do discurso e a organização do social” (ORLANDI, 2004, p. 63). Isso, pois, na relação tensa e conflituosa entre o consenso, da ordem do imaginário, e o social, da ordem do real, irrompem falas desorganizadas que desorganizam o modo como o espaço urbano é administrado pelas políticas públicas. Desorganizam o próprio discurso urbano sobre a cidade, sobre as práticas sociais.

Considerar as falas desorganizadas no processo de institucionalização de sentidos pelo discurso das políticas públicas é considerar a irrupção do real da cidade uma vez que ele é:

o lugar onde a falha do discurso urbano acontece, onde o irrealizado salta, onde encontramos uma fala des-organizada, fora do lugar, que desconstrói a normatividade do discurso do e sobre o urbano, construindo outras formas de produzir sentido no espaço urbano. É no real da cidade que o urbano (politicamente delimitado) é posto em questão pelo simbólico, pela constante possibilidade de poder ser “o outro”. Forma pela qual os sujeitos atravessam a urbanidade e produzem falas des-organizadas; falas que desestruturam a forma como a cidade é significada pelo político, permitindo que ela própria se signifique na sua materialidade simbólica (RAMOS & PIMENTEL, 2011, p. 132).

É por essa via que propomos compreender o processo de institucionalização de sentidos produzidos pelos discursos das políticas públicas no embate com os sentidos produzidos pelas falas desorganizadas. Interessa-nos observar de que maneira a política pública de segurança do Rio de Janeiro, ao institucionalizar a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), se apresenta investida num processo de significação em torno de segurança, cujo sentido se difere daquele produzido pelo discurso de um morador da Cidade de Deus sobre a UPP, suposto beneficiário dessa política.

Pensar o processo de institucionalização de sentidos nos conduz a tensionar o próprio lugar de evidência da Instituição, já que a polícia é uma instituição. Mariani explica que a instituição:

é fruto de longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas que se legitimaram e institucionalizaram, ao mesmo tempo em que organizaram direções de sentidos e formas de agir no todo social (MARIANI, 1999, p. 51).

Assim, a instituição torna-se visível socialmente à medida que instaura suas práticas, rituais, leis ou normas. Segundo Mariani, essa visibilidade produz um efeito universalizante de reconhecimento. Efeito que se sedimenta num processo histórico de naturalização dos discursos institucionais.

A polícia é uma das instituições do Estado e está toda enviesada por práticas discursivas que legitimaram e institucionalizaram determinados sentidos, inclusive, seus próprios sentidos.

Definida por Althusser como um Aparelho Repressivo do Estado, a polícia é uma das instituições que representam o próprio Estado, cujo modo de funcionamento está centrado no exercício do poder e na violência como formas de assegurar “as condições políticas da reprodução das relações de produção que são em última análise relações de exploração” (ALTHUSSER, 1985, p. 74). Ao longo de sua existência histórica, ela tornou-se visível a partir da instauração de regras e atuação coercitiva num violento e contínuo exercício

de repressão. No entanto, essa mesma atuação foi sendo legitimada como necessária para a manutenção da “ordem pública”.

Para Foucault, a polícia é um dispositivo de poder e para que exerça seu poder, “deve adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com a condição de se tornar ela mesma invisível” (FOUCAULT, 1987, p. 237).

De maneiras diferentes, Althusser e Foucault nos permitem compreender a coexistência do Estado e da Polícia fundada em torno do poder na manutenção da política do Estado. Por outro lado, essa coexistência não é da ordem da transparência. Ela é apagada à medida que certos discursos – como é o caso do discurso da política pública – atribuem à polícia a garantia de segurança. Segurança de quem? Em relação a quem ou ao quê? Que sentidos de segurança se constituem aí para segurança tendo em vista seu longo histórico de aparelho repressivo do Estado?

Embora haja um jogo visível de regras, rituais, condutas e procedimentos muitas vezes violentos disparados a uma parcela da sociedade, enquanto discursivizados como práticas necessárias para garantir a segurança, esse jogo é naturalizado e a violência decorrente dele também. Enquanto um processo discursivo complexo é a naturalização que torna, às vezes, invisível, ou seja, não-evidente que não cabe à polícia, às suas práticas de repressão, a determinação dos sentidos de segurança.

Essa visibilidade na relação com a invisibilidade pode ser produzida pelo consenso e afeta o sentido de segurança uma vez que esse sentido é evocado como evidente (necessário, homogêneo, uno), pela força do discurso dominante. Consiste nessa evidência, o imaginário de que é a polícia a responsável pela segurança, essa universalizada pelo imaginário. No entanto, o sentido de segurança é constituído de um emaranhado de nós que dão forma a uma rede de significações permeada pela contradição, sujeita ao equívoco e determinada pelas condições de produção.

Para analisar um dos nós do consenso com a política pública, do site da UPP³, selecionamos um primeiro recorte no qual a Unidade de Polícia Pacificadora é apresentada como:

³ No livro “Sentidos de Milícia: entre a lei e o crime”, analisamos o processo de adjetivação de Polícia como Pacificadora, chamando a atenção para a forma pela qual esse epíteto elide os sentidos de repressão que constituem a história de significação de polícia. E, ainda, acentuamos o fato de que ordem, paz e segurança são formas materiais submetidas à opacidade da língua e sujeitas ao equívoco, tendo, portanto, seus sentidos deslocados nas diferentes redes discursivas. Já no artigo “Discursos de pacificação e a divisão de sentidos e sujeitos”, publicado na Entremeios, revista de estudos do discurso, buscamos compreender como então tem

R (1):

um dos mais importantes programas de Segurança Pública realizado no Brasil nas últimas décadas.

Esse modo de dizer, ou seja, de apresentar a UPP como “um dos mais importantes programas” já a coloca num certo lugar de evidência à medida que se associa a polícia à segurança. Esse lugar de evidência é o de que a polícia, na forma de UPP, seria a solução para a segurança pública. Trata-se, portanto, de uma discursividade que, em seu modo de ser formulada, projeta essa associação entre polícia e segurança como inquestionável.

Já no decreto de janeiro de 2011, que institucionaliza a política de segurança pública, pode-se observar que aparece dentre os objetivos da UPP o de:

R(2):

b) devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico.

É possível observar pela formulação a construção do consenso de que: **falta paz e tranquilidade à população das favelas**, ou **é necessário paz e tranquilidade para garantir o desenvolvimento social e econômico** – e aqui poderíamos questionar: desenvolvimento da favela, da cidade do Rio de Janeiro, para o morador da favela, para o não-morador? Em ambos, observa-se, portanto, o pressuposto da **falta de paz e tranquilidade** que poderia ser parafraseado, levando-se em conta as condições de produção, sobretudo a associação entre segurança e polícia, **por falta de segurança**.

No primeiro caso: falta segurança para a população das favelas. É interessante observar que paz e tranquilidade aparecem adjetivadas por públicas. O que confere à paz e à tranquilidade das favelas uma dimensão pública, cujos sentidos não são evidentes. Estaria aí o fora da favela concernido? Além disso, essa discursividade indica que a condição para o exercício de cidadania estaria ligada à paz e à tranquilidade da favela. Com efeito, condiciona-se o princípio da cidadania que, por sua vez, é o que confere ao homem sua existência perante o Estado e seus direitos como membro deste Estado. Condicionar a cidadania aí, nos leva a refletir sobre o lugar de inscrição do morador de favela. De acordo com Medeiros (2011, p.

significado o discurso de pacificação na produção de efeitos de sentido em face do processo sócio-histórico-ideológico movido pela política de segurança pública do Rio de Janeiro.

214), esse lugar configura-se, nessa conjuntura, como um lugar “fora-dentro: fora dos direitos, mas neles incluído pelas penalizações. É essa a sua posição-sujeito na formação discursiva que faz significar cidadão em nossa formação social”.

Já o segundo caso, falta segurança para o desenvolvimento social e econômico, nos permite questionar a maneira pela qual o social e o econômico aparecem na relação com desenvolvimento. Parece-nos funcionar aí uma outra forma de condicionar a vida na favela, as práticas sociais de seus moradores, neste caso, pelo desenvolvimento social atrelado, ou mesmo, submetido ao econômico. Essa maneira de significar o desenvolvimento faz parte das práticas neoliberais para as quais o que se impõe é o econômico. Franco (2014) em sua dissertação explica que “as UPPs fazem parte de um projeto do capital para viabilizar uma cidade de negócios, e não para a resolução dos problemas com a criminalidade” (p. 75). Além disso, a autora acentua que esse tipo de projeto fortalece a política de Estado Penal. Nas palavras da autora:

A reflexão a partir da política vigente, e de como o Estado se comporta nas favelas a partir da segurança pública que está em curso por meio das UPPs, reforçam a análise crítica desse projeto de segurança. Pois através da implementação do projeto Neoliberal há o fortalecimento do Estado Penal, no qual não é privilegiada a qualidade dos serviços, mas, sobretudo os valores alocados (FRANCO, 2014, p. 89).

Em linhas gerais, o discurso produzido pelo R(2) é o de que essa segurança poderia ser devolvida pela UPP. A paz e a tranquilidade poderiam ser **devolvidas** pela polícia. O verbo **devolver**, com toda a sua opacidade, expõe o lugar da polícia nessa política, o de agente que pode tanto dar de volta – como se ele tivesse a posse – quanto pode recusar, ou seja, impedir a paz e a tranquilidade. Segurança e insegurança constituem essa política. Resta-nos observar os lugares de significação nos quais um ou outro sentido é produzido.

Indo em outra direção, trazemos parte de uma entrevista com um morador da Cidade de Deus, onde desde 2009 a UPP foi instalada, para observar o modo ele diz sobre a política da UPP. Fala desorganizada que rompe com o consenso produzido pelo discurso da política pública à medida que o morador enuncia:

R(3):

O poder público acha que o problema é só o tráfico. Aí, nós começamos a sinalizar para eles que o nosso problema de segurança não era só o tráfico. Poderia ser também. Mas, que na verdade, era falta de educação, falta de saúde, falta de saneamento básico, falta de tudo

que nós tínhamos aqui. E, mais o tráfico, os confrontos que eles tinham com a polícia. (R., Liderança de Cidade de Deus). Retirado do livro Os donos do Morro – grifo nosso.

As falas desorganizadas são lugares de resistência ao já significado, neste caso, ao consenso. Ou seja, ao dizer que o problema da Cidade de Deus, para o poder público, “era só o tráfico” num jogo com “não era só” e “era falta de educação, falta de saúde, falta de saneamento básico, falta de tudo”, para o morador, o discurso rompe com o consenso que estrutura a política de segurança para o qual o pré-construído (PÊCHEUX, 1988) é o de que naquele espaço a falta é de segurança – em decorrência do tráfico –, ou falta de desenvolvimento sócio-econômico.

A formulação “O poder público acha que o problema é só o tráfico” dá a ver que a política é indiferente a outros problemas, apagando-os. Num jogo entre “é só”, “não era só” e “poderia ser também”, o discurso aponta para o sentido de segurança estar além daquilo que cabe no imaginário que atravessa a política pública.

No movimento parafrástico abaixo, no qual “poder público” poderia ser substituído por “Estado”, é possível observar como esse jogo estabelece um confronto entre o discurso da política pública, que se inscreve no decreto de lei, e a fala desorganizada, que incide no consenso desorganizando-o.

R (3): O poder público acha que o problema é só o tráfico.

(P1): O poder público acha que o tráfico é o único problema.

(P2): O problema não é só o tráfico.

(P3): O problema até poderia ser o tráfico, mas não é.

(P4): Há outros problemas além do tráfico ignorados pelo poder público.

Partindo da noção de formação imaginária, conforme Pêcheux (1969), Orlandi (2004) explica que o funcionamento imaginário do discurso urbano faz com que haja uma sobreposição do urbano sobre a cidade e deste sobre o social à medida que o administrador parte da imagem de que aquele espaço, aquele sujeito precisa de x, isto é, o real da cidade é elidido. A consequência dessa sobreposição é a de que a cidade em sua dimensão social sujeita à história deixa de significar.

Com efeito, o que observamos, no jogo entre o consenso produzido pela política pública de segurança e a fala desorganizada a respeito dessa mesma política, é o desencontro

produzido pelo sentido de segurança significado pelo poder público – ou seja, o Estado – e pelo morador da favela. Trata-se de sentidos alocados em diferentes formações discursivas.

Nessa direção, poder-se-ia dizer que a segurança aparece na política pública como consenso: o que a favela precisa é de segurança (em substituição à paz e tranquilidade). No discurso do morador, o sentido de segurança vai além daquele que muitas vezes é acionado pelo interdiscurso a respeito do tráfico na favela. Isso porque observamos que, ao enunciar “o nosso problema **de** segurança não era só o tráfico [...] Mas, que na verdade, era **falta de educação, falta de saúde, falta de saneamento básico, falta de tudo**”, a discursividade que se produz a partir dessa enumeração constitui um sentido de segurança vinculado à saúde, à educação, ao saneamento básico. **Aos direitos fundamentais. Na falta desses direitos, não há segurança.** São essas **faltas** que determinam o sentido de **(in)segurança**.

Um nó final que não se desfaz

Em “O que é cidade”, Rolnik (1988) propõe questionar quais políticas seriam capazes de produzir urbanidade, entendendo urbanidade como possibilidade de ir e vir, o acesso a serviços públicos como educação, saúde, transporte, cultura. Essa compreensão de urbanidade se afasta dos projetos de urbanização com fins de mercado, ou mesmo das políticas públicas com fins econômicos, colocando no centro da questão os direitos sociais, ou, conforme o estudo da autora, o direito à cidade que não se refere à ordem do capital e do consumo.

A partir do percurso que traçamos, neste estudo, é possível afirmar que a ordem do discurso da política pública de segurança do Rio de Janeiro associa a urbanidade ao desenvolvimento sócio-econômico com o qual estabelecemos ligação direta com o capital e com o consumo à medida que, na conjuntura atual, assinala a paz e a tranquilidade de uma população como forma de garantir o desenvolvimento social e econômico numa disputa pelo território (com traficantes, com a própria polícia – milícia), considerando tudo o que significa esse território. Em contrapartida, é o direito à urbanidade enquanto direito a espaços coletivos, infraestrutura, equipamentos públicos, mobilidade, saúde, educação, direito a direitos, ou seja, cidade para todos, tal como Rolnik propõe, que vemos ser ignorados pelo Estado.

Nessa direção, reitera-se que a fabricação do consenso pelas políticas públicas produz o apagamento do político, ou seja, apaga o fato de que o sentido é sempre dividido, o fato

de que os sentidos não são os mesmos para todos, embora pareçam ser, o fato de que essa divisão tem a ver com “as injunções das relações de força que derivam da forma da sociedade na história” (ORLANDI, 1998, p. 74). Sendo assim, conforme afirma Pfeiffer (2001, p. 32), “não há como falar em saúde, escola, memória, qualidade de vida, [eu acrescento aqui segurança], como se fossem categorias fechadas e transparentes”, tendo em vista que o sujeito, a língua, a cidade, o social não são homogêneos. Dessa forma, observa-se, ainda, conforme Orlandi (2010), a ambiguidade do político, ou mesmo o equívoco que se produz na nomeação “políticas públicas”, **nó**, no qual políticas e públicas aparecem lado a lado ao mesmo tempo em que essa associação se situa no lugar onde os sentidos opacificados se repartem.

Observamos, portanto, que o sentido de segurança da política pública não é o mesmo para o morador da Cidade de Deus. Há um jogo entre o discurso da política e a fala desorganizada que faz vir à tona o modo como se dá a institucionalização de uma política por um consenso fabricado com base no imaginário que (dis)torce o real. Mas, por outra via, na tentativa de neutralizar a ambiguidade política e/ou de conter a divisão dos sentidos, irrompem discursos que dão a ver o trabalho do sentido sobre o sentido, nó constitutivo da produção de evidência pela ideologia que não se desfaz apesar de estar sempre sujeito a novos enredamentos.

As evidências de sentido produzidas ideologicamente pelo discurso das políticas públicas em face da urbanidade são construídas em detrimento da elisão das reais condições de existência do sujeito, da cidade, intervindo aí na individuação do sujeito em sociedade. Entretanto, isso não quer dizer que não haja discursos, assim como é o caso das falas desorganizadas, que provoquem deslocamento, ruptura, ressignificação, resistência, afinal, “não há dominação sem resistência” (PÊCHEUX, 1988, p. 304).

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. 2ª edição. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro; introdução crítica de José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

COSTA, G. C. **Sentidos de milícia: entre a lei e o crime**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

DIAS, C. Telecentros como políticas públicas de inclusão digital: da administração da vida na cidade. *In*: ORLANDI, E. P. (Org.), **Discurso e Políticas Públicas Urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas, SP: RG, 2010.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, M. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Dissertação em Administração) – Universidade Federal Fluminense, p. 136. 2014.

MARIANI, B. Discurso e Instituição: a Imprensa. *In*: **Rua**, Campinas, n° 5, 1999, p. 47-61.

MEDEIROS, V. Posso me identificar? : Mídia, violência e movimentos sociais. *In*: ZANDWAIS, A. & ROMÃO, L. M. S. (Orgs.). **Leituras do político**. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, pp. 201-219.

NUNES, J. H. Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua. *In*: RODRIGUES, E. A.; SANTOS, G. L.; BRANCO, L. K.A.C. (Orgs.), **Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre**. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, SP: RG, 2011.

ORLANDI, E. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, v. 1, n. 1, p. 73-81, 1998.

_____. **Cidade dos Sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. (Org.) **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

_____. Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência. *In*: ORLANDI, E. (Org.), **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas, SP: Editora RG, 2010.

OUTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PÊCHEUX, M. **Análise Automática do Discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994 [1969].

_____. As massas populares são um objeto inanimado? *In*: **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2011 [1977].

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988 [1975].

PFEIFFER, C. Cidade e sujeito escolarizado. *In*: ORLANDI, E. (Org.), **Cidade Atravessada**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. Políticas públicas de ensino. *In*: ORLANDI, E. P. (Org.), **Discurso e Políticas Públicas Urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas, SP: RG, 2010.

_____. Percursos em um saber urbano e linguagem. *In*: GUIMARÃES, E. (Org.), **Cidade, Linguagem e Tecnologia: 20 anos de história**. Campinas, SP: Labeurb/Unicamp, 2013.

RAMOS, T. R.; PIMENTEL, R. M. L. A relação centro-periferia na discursividade da cidade. *In*: **Rua**, 2011, no. 17.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

Os sentidos de *imigrante* e de *refugiado*: uma prática social e política de definição

Luciana Nogueira

Os fatos reclamam sentidos.
(Paul Henry, 1994)

“Nós não desistiremos. Seguiremos fazendo o que pudermos fazer”.
(Roula, 26 anos, refugiada da Síria)¹

Considerações iniciais: as condições de produção do discurso

Neste artigo, produzimos um gesto de análise das definições de *imigrante* e *refugiado* a partir de dois espaços discursivos: a mídia jornalística (on-line) e o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados ou Agência da ONU para Refugiados). A partir de uma sondagem dos sentidos produzidos nesses espaços discursivos, buscamos compreender o funcionamento discursivo dessas definições, colocando em questão a ‘definição’ em Análise de Discurso e o funcionamento desses nomes como palavras-silêncio (NUNES, 2010). Está em questão a prática social da definição e a relação constitutiva do sujeito com o discurso (PFEIFFER, 2003). Consideramos, ainda, o modo como o político se textualiza nessa discursividade, no confronto de sentidos, numa relação entre linguagem, estado e fronteiras, na contemporaneidade, portanto uma prática social e política de definição.

O que nos chamou a atenção para pensar e problematizar o gesto da definição foi que justamente no mesmo mês e ano, agosto de 2015, instituições midiáticas de ampla circulação, como a *Veja* (on-line) e a *Folha de São Paulo* (on-line), publicaram uma matéria que se propunha a definir e diferenciar as palavras “imigrante” e “refugiado”. 2015 foi um ano em que o movimento migratório foi intenso e com grande repercussão na mídia mundial, devido às trágicas consequências das tentativas de travessia no mar, com os pequenos barcos

¹ Retirado de um conjunto de mensagens que foram escritas por refugiados e agrupadas no site *hopeness* com o título: “Refugiados sírios espalham mensagens de paz, união e esperança em Londres”. Disponível em: <http://www.hopeness.com.br/2017/03/refugiados-sirios-espalham-mensagens-de-paz-uniao-e-esperanca-em-londres/>. Acesso em: 20/02/2018.

superlotados de pessoas, sobretudo sírios, buscando refúgio em outros países da Europa, como a Grécia e a Itália, por exemplo. Neste ano, circulou muito na mídia a seguinte formulação: “a crise dos refugiados”. É a partir desse cenário que trazemos os recortes das definições para análise. De nossa perspectiva, interessa compreender como estas definições funcionam discursivamente produzindo efeitos de sentido na história, nesses espaços específicos, midiáticos, isto é, não se trata de ver as definições em dicionários ou enciclopédias, mas em textos que circulam em mídia on-line, de maneira que colocamos também em questão a mídia também como um lugar de consulta de definições. E, com o propósito de problematizar as definições apresentadas nos textos da mídia, é que trazemos ainda como estas definições são apresentadas pelo ACNUR.

Para chegar nessas matérias jornalísticas, como um primeiro movimento analítico, fizemos uma busca no Google com a seguinte entrada: “imigrantes refugiados ou”. Foi então que nos deparamos com esses textos midiáticos apresentando as definições. E a questão que imediatamente se colocou foi: por que a necessidade da definição nessa conjuntura histórica? O que com isto não está dito, mas está produzindo sentidos? Vale dizer, nesse sentido, que o discurso jornalístico cumpre determinado papel na institucionalização social dos sentidos, de maneira que fabrica consensos em torno do que seria a verdade de um evento (MARIANI, 1998), e, como tratamos aqui, a verdade de uma definição.

Como consequências do neoliberalismo, temos um conjunto de fatores, como um aumento de guerras civis e situações de miséria, de perda de emprego etc. que tem impulsionado as fugas da pobreza como um possível gesto de resistência e de sobrevivência. Maria Onice Payer, que já vem trabalhando com esse tema da imigração há bastante tempo e mais recentemente, com seu projeto de pesquisa “Processos de Subjetivação, Imigração e Linguagem – Séculos XIX e XXI”, em que toma como objeto de estudo a imigração como processo subjetivo envolto na história, ela aborda questões fundamentais das condições de produção dos discursos produzidos sobre este tema.

Nesse sentido, Payer (2015) trata do discurso *sobre* a imigração atual, considerando barcos à deriva e naufrágios no Mediterrâneo, em suas análises de imagens e enunciados da mídia internacional e do acervo sobre a emigração italiana do Museu da Imigração de Gênova, Itália. A autora mostra como, nas condições econômicas do capitalismo mundial, os mecanismos de imigração são considerados como “sem parâmetro na história”. Ela procura, assim, compreender a especificidade do processo de constituição de sujeitos no que ela chama de “mobilidade humana” da/na globalização, considerando que esses processos

se dão em massa e a relação disso com a linguagem, o ideológico e o simbólico, apontando assim as contradições do atual processo migratório e de refugiados. Desta forma, a autora fala de algo que se coloca como uma *extraposição* do migrante em relação a lugares discursivos pré-estabelecidos. Para ela:

Econômica e politicamente pautadas em novas regulações sistêmicas, juridicamente ainda previstas, os dizeres sobre a migração nos mares deixam entrever impactos em uma estruturação social e política bem sedimentada, no mesmo passo em que se desnuda uma condição humana que se apresenta de um outro modo ante às nacionalidades, que os direitos humanitários não conseguem amparar. O contingente de população que se desloca hoje de áreas de conflitos, fome e crises diversificadas no norte africano e na Ásia, para alguns autores um movimento economicamente previsto, apresenta-se como um desafio de tipo novo à administração e ao jurídico, que titubeiam no seu gerenciamento individual, por estado, de modo que estruturas e articulações supraestatais necessitem entrar em cena (PAYER, 2015, p. 31-32).

Levando isto em consideração é que pensamos nos sentidos em circulação para as palavras *migrante* e *refugiado*, a “necessidade” do fechamento de sentidos, na mídia, se materializando em tentativas de “esclarecimentos”, “definições” e os equívocos aí produzidos, que atestam a dupla materialidade do discurso: linguística e histórica. Esses equívocos no discurso apontam também para o fato de que “a regulação do estado não contém, como outrora, o estado de coisas que se apresenta” (*ibid.*, p. 32). Portanto, nessa mesma via, consideramos como uma tomada de posição ética e política, fazer a análise dessas palavras como uma convocação para um gesto de interpretação e tomadas de posição, também enquanto analistas, pois, como afirma Payer, “a contradição exposta aos olhos do mundo *provoca* mas também *convoca* os limites das configurações constituídas nos discursos sobre migração, produzindo fatos que demandam interpretação e ação”. (*ibid.*, p. 49).

Ainda uma palavrinha sobre a mundialização (ou globalização),² a qual produz a discursividade de um mito da democracia no sentido de que vivemos num mundo sem fronteiras. Como pensar os movimentos migratórios, a mobilidade populacional nestas

² Em seu livro sobre a mundialização do Capital, Chesnais (1996) problematiza o nome Globalização. Ele mostra como o uso do “globalismo” significava fazer um chamado aos dirigentes industriais e políticos americanos e europeus no sentido de parar de brigar por questões consideradas menores e bobas. O que estava em questão era tomar consciência dos interesses comuns e cooperar, segundo Chesnais. As publicações que fazem apologia da “globalização” e do “tecno-globalismo” apresentam o mundo que está nascendo como “sem fronteiras” (*borderless*, título do livro de 1990 de Ohmae) e as grandes empresas, como ‘sem nacionalidade’ (*stateless*, expressão empregada pela influente revista Business Week, 1990)” (Chesnais, 1996, p. 23). E perguntamos: sem fronteiras para quem? Ou para o quê?

condições? Estes não são fatos sem polêmicas, conforme Orlandi (2009), pois são mais sugeridos que existentes:

Isso nos leva a concluir que são espaços idealmente abertos, mas concretamente fechados, materializando as novas divisões: Norte/Sul; Oriente/Ocidente. A mundialização é mais falada que praticada. Mas nem por isso deixa de ter seus efeitos. Como sabemos o imaginário tem fortes consequências sobre o real. (ORLANDI, 2009, p. 102)

De acordo com a autora, há uma formação ideológica capitalista dominante e que se pratica através da projeção de inúmeras formações discursivas que vão formar um complexo “a dominante”, de maneira que se configuram as seguintes formações discursivas: da mundialização, da migração, da ecologia, do terrorismo, da delinquência etc. Para ela, esse complexo de formações discursivas são manifestações, na linguagem, de que o capitalismo se mantém em sua dominância. E, nessa mesma via, a autora (2007a) trata da intrincada relação entre sujeito/sociedade/Estado/Mundo, a qual resta sempre a ser administrada, apontando para uma contradição que está na estrutura mesma do sistema, pois:

Se a ordem social é burguesa e ela mesma cria dificuldades (diferenças), como gerir estas dificuldades (diferenças) tendo no horizonte o sujeito jurídico, pensando-se a mundialização? Com Declarações, Pactos etc. que são, por sua vez, a forma mesma da contradição do sistema e um meio de reduzir seus efeitos. (ORLANDI, 2007a, p. 308)

O processo de mundialização, nesse sentido, resulta também na constituição de um discurso mundial sobre a pobreza, a saúde, o meio ambiente, a responsabilidade, a migração etc. E, no sentido tratado por Orlandi, acima, podemos pensar a própria existência da Convenção dos Refugiados³, de 1951, por exemplo, como um modo de gerir as dificuldades criadas pelo próprio sistema.

A definição em Análise de Discurso

³ A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, também conhecida como Convenção de Genebra de 1951, define o que é um refugiado e estabelece os direitos dos indivíduos aos quais é concedido o direito de asilo bem como as responsabilidades das nações concedentes. A convenção também estabelece quais as pessoas que não podem ser qualificadas como refugiados, tais como criminosos de guerra. Também garante a livre circulação para portadores de documento de viagem emitido sob a convenção. (Wikipedia, acesso em 20/03/2018).

Pensar a questão da definição, discursivamente, nos coloca de imediato numa posição de um trabalho com a interpretação e, conseqüentemente, com a ideologia. Nesse sentido, compreendemos que a interpretação não é nunca qualquer uma, já que é regida por condições de produção dos sentidos, que são determinados na história. A relação com o ideológico, desse modo, se dá na injunção a uma interpretação que se apresenta como sendo “a” interpretação. (ORLANDI, 2008). Assim, Orlandi (2007b) argumenta que o fato de trazermos a questão da abertura do simbólico para a interpretação não significa que os sentidos não sejam geridos, administrados, já que toda formação social tem formas de controle da interpretação institucionalmente desenvolvidas e que são historicamente determinadas. Isso implica em que os sentidos, ainda que produzindo rupturas e acontecimentos, não estão nunca soltos, desligados, pois eles são administrados.

Mazière (2008), em seu texto sobre o enunciado definidor e a relação entre discurso e sintaxe, questiona o porquê de colocar o enunciado definidor como objeto da Análise de Discurso, ao que ela responde dizendo, entre outras coisas, algo que nos interessa particularmente, que não diz respeito ao dicionário, mas que tem a ver com o fato de que no dicionário – e estendemos aqui para as definições em geral – “a definição goza de um estatuto particular: ela é sempre mais ou menos considerada como “boa”, “sem restrições de uso”, intercambiável de um dicionário a outro”. (MAZIÈRE, 2008, p. 47). Além disso, ela também pontua que especialistas em terminologia procuram “viabilizar a ideia de uma possível definição universal do termo técnico ou científico. Isso é possível? Um estudo como este tenderia a colocar em dúvida a separação entre os termos e o restante do léxico” (*ibid.*). Essa é uma discussão que trazemos aqui para pensarmos o funcionamento da definição nos espaços discursivos midiáticos em questão, ao ponto de produzirem uma matéria específica sobre a definição de *imigrante* e *refugiado* e o seu “uso adequado”. Ainda respondendo o seu próprio questionamento, a autora afirma que:

Se o discurso não é jamais transparente, se a gramática particular de uma língua impõe escolhas significativas ao escritor, então a sintaxe da definição, em sua materialidade, tem algo a nos mostrar sobre as representações e as posições realmente assumidas pelo lexicógrafo no interior da ordem do saber e da instituição (*ibid.*).

Outra consideração importante para nós acerca do enunciado definidor é a relação que temos aí com o pré-construído. Mazière afirma que, juntamente com André Collinot, eles apresentam uma análise discursiva do enunciado definidor que é concebido como:

o lugar em que se constrói e se pode mostrar o “como se diz” de uma sociedade. Ao colocar em evidência esse verdadeiro “pronto para dizer” [prêt à parler] (cf. um artigo em *Lexicographica* 3 que tem esse título) deveríamos ser conduzidos à ideia de que, no interior da definição, se pode estudar de maneira privilegiada o que M. Pêcheux denominou “pré-construído”” (*ibid.*, p. 48)⁴.

Após as análises por ela empreendidas nesse artigo em referência, a autora conclui que “o lexicógrafo produz um trabalho que, através de um discurso muitas vezes percebido como transparente, diz seu assujeitamento cultural até pela forma sintática de sua escrita” (*ibid.*, p. 59), ou seja, pode-se considerar a definição como um discurso em sua materialidade sintática, enunciativa e lexical.

Nunes (2010), em seu texto sobre o léxico urbano e a relação entre discurso e silêncio, faz uma abordagem discursiva do léxico, sobretudo do léxico urbano. O autor leva em consideração o modo como o conceito de silêncio (ORLANDI, 2002), enquanto “horizonte de significação”, traz questões para o estudo do léxico, as quais: “levam em conta, para a análise do léxico, o funcionamento do discurso e das formas de silêncio aí imbricadas” (NUNES, 2010, p. 249), retomando que, para Orlandi (2002), o silêncio é a condição da significação. O silêncio significa e está nas palavras, lembra o autor, mostrando que o silêncio também condiciona, determina o movimento dos sentidos.

Nunes sustenta sua reflexão na apresentação da análise da palavra *mendigo*, num corpus composto de texto de política pública federal e dois textos jornalísticos em que ressoa esse discurso, mostrando o movimento dos sentidos, determinados, na mídia, que vão significar os sujeitos no espaço público. Trata-se de um estudo do léxico (urbano) em relação com a sociedade e a história e que nos mostra como as palavras são sustentadas pelas posições dos sujeitos e são índices de processos discursivos, conforme o autor. Nesse sentido é que pensamos as palavras *imigrante* e *refugiado* também como índices de processos discursivos, e de uma certa discursividade contemporânea.

Para Nunes (*ibid.*), há uma sobreposição dos discursos de organização da cidade sobre o real da cidade e isso, que resulta num imaginário urbano que promove o silenciamento das contradições, do político e do histórico, é materializado entre outras coisas, no modo como as palavras são definidas, comentadas etc. Nesse sentido, o ato de definir, na mídia, é um desses modos e conta a circulação, a necessidade de fechamento dos sentidos e apagamentos

⁴ A referência a M. Pêcheux é de *Les Verités de la Palice*, p. 88-89, F. Maspero. Paris, 1975.

de outros sentidos, do político. E ainda, para compreender a relação entre palavra, texto e discurso, o autor leva em conta as consequências teóricas e metodológicas do conceito de *silêncio* (ORLANDI, 2002). Então, “Tomar a palavra em sua relação com o silêncio evita uma visão formalista ou positivista da palavra e abre espaço para se trabalhar as contradições, os deslizamentos de sentido e a configuração das relações lexicais e discursivas” (NUNES, 2010, p. 251).

A *palavra-silêncio* como um procedimento de análise nos permite ver que existe algo na palavra que escapa da descrição linguística (da unidade lexical), como afirma Nunes e que só se percebe de modo indireto, abrindo para a deriva e a incompletude. E isso porque “as palavras são atravessadas de silêncio; o silêncio fala por elas, elas silenciam” (ORLANDI, 2002, p. 14). O que o autor coloca, a partir disso, é que existe uma dimensão significativa que não se limita ao linguístico, que vai além dele, justamente por essa concepção de silêncio como horizonte contínuo de significação, além de ressaltar a relação entre equívoco na língua e contradição histórica no estudo da palavra no discurso. Em outro texto, o Nunes nos leva a compreender a sua análise da palavra-silêncio, do seguinte modo:

Ao considerarmos as palavras analisadas como palavras-silêncio, observamos os deslizamentos de sentido por que elas passam, as relações com outras palavras e discursos, a ligação com a memória discursiva, a multiplicidade de sentidos, os equívocos e as contradições que permeiam as relações entre os sujeitos do discurso em suas diferenças (NUNES, 2012, p. 165).

Pensar nas palavras *imigrante* e *refugiado* como palavras-silêncio foi um modo que encontramos de expor os equívocos numa certa discursividade contemporânea sobre os efeitos da imigração, atentando-se para as condições de produção sócio-históricas da produção do discurso em que a contradição é constitutiva. Como um efeito desse equívoco, citamos, por exemplo, o trabalho desenvolvido por Rizental (2017) que vai trabalhar a designação *imigrante refugiado*, assim nesta sequência. Pensando nas formas de ser e estar num país, resultando em distintas designações, a autora considera três palavras específicas: estrangeiro, imigrante e refugiado. E para isso se apoia no que Zoppi-Fontana formula como processo de designação, o qual é caracterizado como “relações semânticas instáveis, produzidas pelo cruzamento de diferentes posições de sujeito, a partir das quais se instala um sentido, apagando outros possíveis/dizíveis” (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 203).

Então, Rizental (2017) toma *estrangeiros* como um hiperônimo, porém apontando para o fato de que os sentidos produzidos pelos discursos sobre os estrangeiros e por seus próprios dizeres se distinguem e isso tem a ver com as posições que ocupem e o retorno disso em designações que vão diferenciá-los. Para ela,

o imigrante refugiado é estrangeiro, mas dizer refugiado significa uma condição social inferior que ressoa sobre sua condição estrangeira. Os efeitos produzidos ao se falar sobre um estrangeiro que aqui trabalha ou que visita não são os mesmos que os produzidos quando se diz sobre um imigrante e deste também se diferenciam os sentidos sobre o refugiado (RIZENTAL, 2017, p. 63).

Entendemos que a autora toma para a formulação da designação imigrante refugiado o próprio efeito de distinção-indistinção que aponta para a equivocidade.

Por fim, retomamos o valioso trabalho de Pfeiffer (2003) sobre a definição. Ela coloca, antes de qualquer coisa, que trabalhar com a definição a partir da noção de discurso implica em considerar que o discurso é “efeito de sentidos entre locutores”⁵. E também traz as elaborações de Alain Rey (1988) que trata da definição como uma prática de descrever limites, mas se diferenciando, ou melhor, indo além, justamente porque trabalha-se, em Análise de Discurso, com os efeitos de sentidos (históricos, ideológicos), de maneira que “trazem para dentro o deslimite, o sentido que vaza, o sentido que explode, que vai em diversas direções, mas não em quaisquer direções (PFEIFFER, 2003, p. 106). E eu acrescentaria: porque a interpretação é sempre regida, administrada, historicamente (ORLANDI, 2007b).

Então, Pfeiffer nos mostra que trabalhar com a *prática social da definição*⁶, da perspectiva discursiva, é levar em conta que há uma relação constitutiva do sujeito com o discurso, uma vez que não há discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia⁷. Nesse sentido, como pusemos também no título deste artigo, trata-se de uma definição que é social e política, inevitavelmente. E é por aí que pensamos essa “necessidade” de definição de *imigrante e refugiado* na conjuntura mencionada.

Pfeiffer se dedicou a compreender como os sentidos de termos já estabilizados em diferentes bases materiais das práticas sociais da definição, tais como: os dicionários, as enciclopédias e os glossários, funcionam nos modos como se realizam as relações sociais.

⁵ Pfeiffer faz referência a M. Pêcheux, *Les Verités de la Palice*, Paris: Maspero, 1975.

⁶ Pfeiffer faz referência a REY, A. Polysémie du terme définition. In: Chaurand & Mazière (orgs.) *La définition – Actes du Colloque La Définition*. Paris, 1988.

⁷ Pfeiffer faz referência a Althusser, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1974.

Nos perguntamos, assim, como seria pensar o espaço discursivo da mídia e mesmo da Agência da ONU para Refugiados, como instituições que praticam determinadas definições? Seriam também diferentes instrumentos sociais da prática da definição, de um modo específico do político? Assim, a autora busca compreender como o sujeito é significado nesta prática específica de descrever limites, estando ou não na região delimitada pelo sentido de um termo, de uma palavra. E as questões que daí decorrem: quais os gestos de interpretação que estão delimitando esses sujeitos? Como eles são ditos, significados, visibilizados, invisibilizados pelos sentidos ali inscritos na definição? (PFEIFFER, 2003).

Que imagem de sujeito é constituída nas definições de *imigrante* e *refugiado* nesses espaços discursivos que tomamos para análise? Há um movimento justamente contrário ao da abertura e incompletude na linguagem, para um fechamento e estabilização dos sentidos nas práticas de definição da mídia, o que resulta num movimento de apresentar certos sentidos como sendo “os” sentidos de imigrante e refugiado. Há uma tentativa de uniformidade semântica. Trata-se, para nós, de um modo de compreendermos como se textualiza o político, pois, como conclui Pfeiffer, a evidência e literalidade dos sentidos, conforme ela analisou (noções urbanísticas tratadas na ordem do *discurso disponível*), que circula amplamente na mídia, “colam o sujeito a estas noções, imobiliza-o, tirando-o do processo, colocando-o apenas como representação estanque de uma dada situação” (*ibid.*, p. 109). Mas, os fatos reclamam sentidos, pois não há “‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso” (HENRY, 1994, p. 51-52).

As definições para *imigrante* e *refugiado*

Com relação ao espaço discursivo da mídia, uma breve consideração se faz importante, no sentido de que, conforme Dela-Silva (2008) apresenta, o dizer jornalístico, que é linguagem, não apresenta o fato, mas é um gesto de interpretação dele e “A imprensa, mais que simplesmente narrar acontecimentos e servir de suporte para tais narrações, produz sentidos para os acontecimentos que elege como de destaque em um momento dado” (Dela-Silva, 2008, p. 16). Portanto, ainda que se apresente como uma matéria jornalística “informativa” de definições de palavras, isto que afirma a autora deve ser levado em conta quando se trata de um texto midiático. E acerca do papel do discurso jornalístico na

institucionalização social dos sentidos, Mariani (1998, p. 145) coloca que, o discurso jornalístico “assume um caráter didático, em que as explicações têm a forma causa/consequência, aparecendo pontuada com exemplos. A operação de definição faz parte dessa pedagogia institucional jornalística como modo de didatizar as informações”.

Passemos aos recortes (R) estabelecidos por nós, para análise.

As definições da Veja

A matéria da Veja tem o seguinte título: “Qual a diferença entre imigrantes e refugiados?” Os recortes que apresentaremos são leituras nossas já desse gesto de definição que a matéria, desde o título, já se propõe a fazer. Assim, a definição no texto da Veja para *refugiados* é a seguinte:

(R1)

De forma resumida, **refugiados são pessoas que deixam seus países para escapar da guerra e da perseguição**, e podem **provar** isso de alguma forma. A Convenção de Refugiados de 1951, realizada após a II Guerra Mundial, **define** refugiado como uma pessoa que por medo de ser “perseguida por motivos raciais, religiosos, de nacionalidade ou por fazer parte um grupo social ou ter determinada opinião política **não está disposto** a se colocar sobre[sic] a **proteção** daquele país” (VEJA, Agosto de 2015, negritos nossos).

Como elementos que determinam os sentidos de refugiado, temos: “são pessoas que deixam seus países para escapar da guerra e da perseguição”. E que é preciso provar essa condição de refugiado: provar que é perseguido ou provar que há uma guerra e que dela está escapando, se refugiando. E ainda a retomada de uma outra definição, posta na Convenção de Refugiados de 1951 que é: “uma pessoa que por medo de [...] não está disposto a [...]”. Temos, de certa forma, a Convenção de Refugiados de 1951, como um discurso definidor inaugural para refugiado, de modo que o jurídico está legitimando os sentidos que a Veja põe em circulação para as definições que apresenta, já que é dado ao jurídico esse lugar de legitimidade que pode instituir algo. E instituir é, ao mesmo tempo, dar um efeito de unidade e de legitimidade. A referência à Convenção dos Refugiados, no texto da Veja, produz um discurso de autoridade porque traz o enunciado definidor (do documento) que está nesse lugar em que é reconhecido como legítimo. E, na matéria, apresenta-se a seguinte imagem colada ao texto de definição de *refugiados*:

1. Quem são os refugiados?



(R2)

Figura 1 – Imagem REFUGIADOS – Revista Veja

Nesta imagem, temos o que seria provavelmente um pai com uma filha no colo caminhando numa linha de trem, com uma mochila nas costas, possivelmente atravessando alguma fronteira entre países, ou indo em direção a ela.

E a definição para *imigrantes* é a seguinte:

(R3)

Qualquer pessoa que se muda de um país a outro é considerado imigrante, a não ser que esteja fugindo de guerras ou perseguição. **Imigrantes podem estar fugindo da pobreza, ou estar simplesmente buscando por melhores oportunidades. Podem também se mudar para se juntar a seus parentes.** Existe um debate atual sobre os imigrantes que deixam suas casas para fugir de mudanças climáticas – a desertificação da região africana de Sahel, por exemplo, ou a inundação de uma ilha costeira em Bangladesh – **e se eles podem ser classificados como refugiados.** (VEJA, Agosto de 2015, negritos nossos)

Na definição de *imigrante* temos, então, a seguinte definição: “qualquer pessoa que se muda de um país a outro”. E as seguintes descrições: “imigrantes podem estar fugindo da pobreza, ou estar simplesmente buscando por melhores oportunidades”; “podem também se mudar para se juntar a seus parentes”, de modo que “fugir da pobreza” não o define como refugiado da pobreza (extrema em milhares de casos). Há uma hesitação presente nesse texto (R3), abrindo para os (des)limites do que pode ser um imigrante ou um refugiado, o que aponta também para a equivocidade da definição. E colada ao texto de definição, temos a seguinte imagem:

2. Quem são os imigrantes?

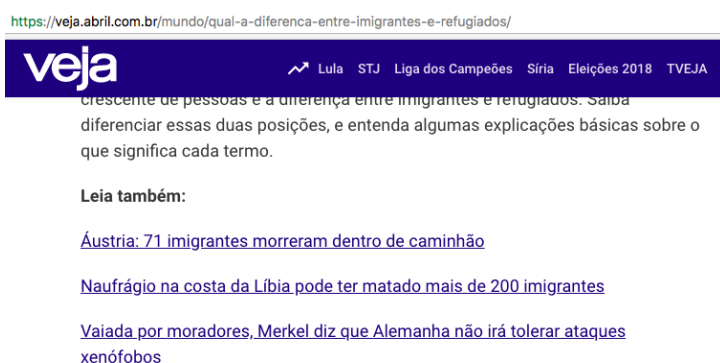


(R4)

Figura 2 – Imagem IMIGRANTES – Revista Veja

Como se pode notar, a imagem acima sugere alguém que está passando por um lugar que não se deve, enfaticamente, passar. Fazendo algo “que não se de fazer”. E pode ser também condizente com as práticas de um refugiado - flagrando as condições adversas de cruzamento de fronteiras que são delimitadas por arames farpados e o rompimento dessas barreiras, que são também físicas - pois se se pensa a imigração como um processo em que o sujeito escolhe fazer sem as condições que são descritas para as situações de refúgio, temos já, na imagem que se cola à definição de *imigrante* os sentidos do silêncio que está nessas palavras, nessas definições. Estão aí os (des)limites dos sentidos.

Na imagem abaixo, podemos observar os títulos de outras matérias jornalísticas que apareceram em relação com este texto de definição. Uma espécie de indiciador do que estamos analisando sobre os sentidos em movimento (em disputa?). Como interrogar, como compreender essa organização textual do site da Veja?



(R5)

Figura 1 – Recorte do site da Revista Veja

Pode-se dizer que 71 pessoas morrendo dentro de um caminhão são imigrantes e não refugiadas? Ou por que um naufrágio mataria 200 “imigrantes” na costa da Líbia? Não vamos discutir essas matérias em específico, mas apenas mostrar, pelas suas chamadas, títulos, no *site*, o modo como os sentidos vão sendo produzidos e tomando certas direções na história, dando a ver os equívocos que essa discursividade produz.

Vejamos estes outros recortes em que há definições para (de)limitar os refugiados dos imigrantes:

(R6)

Os refugiados são denominados dessa forma para sua própria proteção, de acordo com a Convenção de 1951 e outros acordos internacionais. Uma vez na Europa, os refugiados podem solicitar asilo político ou outro tipo de proteção, algumas vezes temporários. Pela lei, **os refugiados não podem ser enviados de volta a países onde suas vidas são ameaçadas**. (VEJA, Agosto de 2015, negritos nossos).

(R7)

Os países são livres para deportar imigrantes que chegam ao seu território sem documentos atualizados, **coisa que não podem fazer com os refugiados** desde a Convenção de 1951. Dessa forma, não é surpreendente que os políticos europeus prefiram se referir a todas as pessoas que chegam a seu continente como imigrantes. (VEJA, Agosto de 2015, negritos nossos).

Há determinações do jurídico nessas relações, nessas formas de definir e delimitar (os sentidos e os sujeitos), que tem toda uma dimensão política, de Estado, e que apresenta já o conflito, como podemos ver no recorte (R7) acima, quando se diz que “não é surpreendente que os políticos europeus prefiram se referir a todas as pessoas que chegam a seu continente como imigrantes”. Isto é, aponta-se aí para um litígio político que passa pelo léxico, pela definição. E com relação aos fatos da conjuntura de 2015, das inúmeras embarcações que saíam do norte da África em direção à Europa, a matéria da Veja apresentou o seguinte:

(R8)

5. Qual termo se aplica ao grande número de pessoas que chega a Europa atualmente? [imagem]

A agência de refugiados das Nações Unidas afirma que a maior parte dessas pessoas deve ser considerada refugiada. “A maioria das pessoas que chegou neste ano à Itália e Grécia, especialmente, veio de países em guerra ou que são considerados **‘produtores de refugiados’** e que necessitam de proteção internacional”, informou a agência. “No entanto, uma pequena parcela vem de outros países, e para muitos desses indivíduos, o termo imigrante pode ser correto”. Os traficantes de pessoas, contudo, não estão preocupados com essas distinções, e imigrantes e refugiados são submetidos ao mesmo

tipo de travessia, em embarcações precárias e perigosas. (VEJA, Agosto de 2015, negritos nossos).

Temos aí o funcionamento da palavra-silêncio (cf. NUNES, 2010). O que define um país ser um “produtor de refugiado”, além das guerras? Por que as situações de miséria, de pobreza extrema, não são explicitamente consideradas como produtoras de refugiados? Como poderíamos pensar o grande número de haitianos que vieram para o Brasil, por exemplo, desde o terremoto que devastou o país em 2010? E que até hoje não pode ser reconstruído? Trata-se de imigrantes ou refugiados haitianos? Como o jurídico, o Estado, trata disso? Também o caso dos venezuelanos que estão vindo para o Brasil, recentemente, demanda as mesmas questões. Ou seja, as palavras estão atravessadas de silêncio, de sentidos que não cabem, que vazam, que explodem em diversas direções, textualizando o político, a divisão dos sentidos, em determinada direção.

As definições da Folha de São Paulo (FSP)

Já no texto da FSP, a própria formulação é diferente. É um texto assinado e tem o seguinte título:

(R9)

Refugiados ou imigrantes? A discussão sobre os termos para descrever a crise
Karl Ritter - Da Associated Press, em Estocolmo (Suécia)
28/08/2015 12h00
(FSP, Agosto de 2015)

Notamos que, no próprio modo como se desdobra a pergunta que dá título à matéria jornalística, temos que, tanto *refugiados* quanto *imigrantes* estão definindo o que seja ‘crise’, a crise da mobilidade urbana atual. Vejamos, então, os seguintes recortes:

(R10)

O fato de estarem desesperados e vulneráveis depois de uma travessia agonizante do Mediterrâneo em embarcações decrepitas ou superlotadas é inquestionável.
Mas isso faz deles refugiados de guerra ou opressão, com direito à proteção sob as leis internacionais, ou eles seriam mais bem descritos como imigrantes, pessoas que simplesmente buscam uma vida melhor em outro país? (FSP, Agosto de 2015).

Temos aqui uma formulação diferente: após a descrição de uma situação calamitosa é posta uma questão, problematizando justamente a definição para *refugiado*. E então temos

como sentidos para *imigrante* “pessoas que simplesmente buscam uma vida melhor em outro país”. No recorte abaixo (R11), temos uma explicação sobre o modo como *Al Jazeera* passou a tratar da denominação e isso funciona como um argumento que direciona para o conflito de sentidos que se apresenta na própria definição:

(R11)

Na semana passada a rede Al Jazeera anunciou que vai deixar de usar o termo “imigrantes” em sua cobertura, dizendo que ele não descreve “o horror que está acontecendo no Mediterrâneo”, onde quase 2.500 pessoas já morreram este ano depois de deixar a Turquia ou norte da África em barcos superlotados.

Para o editor do site da Al Jazeera, Barry Malone, o termo “imigrantes” “evoluiu, passando de suas definições nos dicionários para uma ferramenta que desumaniza e distancia —um pejorativo massificante”. De agora em diante, a Al-Jazeera vai utilizar o termo “refugiados, quando for o caso”. (FSP, Agosto de 2015).

Como se pode ver, temos um questionamento explicitamente posto quanto ao uso da palavra *imigrantes* por determinada posição sujeito: a rede *Al Jazeera*, que é a maior emissora de televisão jornalística do Catar e a mais importante rede de televisão do mundo árabe. E ainda, no texto da FSP, o autor traz uma citação do ACNUR apresentando o que seria uma “definição legal” para os termos. Vejamos alguns recortes:

(R12)

Legalmente falando, existe uma **distinção crucial**. O Alto Comissariado da ONU para Refugiados (Acnur) diz que, basicamente, é o caso de saber se a pessoa está sendo empurrada para fora de seu país ou atraída para outro.

Um imigrante é alguém que busca condições melhores de vida em outro país, enquanto um refugiado é alguém que foge de perseguição, conflito ou guerra.

Apenas o segundo grupo tem chances de receber asilo na Europa.

“É simplesmente falso falar em imigrantes sírios quando há uma guerra em curso na Síria”, disse William Splindler, porta-voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur).

“Pessoas que fogem de guerras merecem apoio. Quando deixamos de descrevê-las como refugiadas, nós as privamos do apoio e compreensão que o público europeu dá aos refugiados.”

Mesmo assim, autoridades europeias consideram que não é exato aplicar o termo “refugiados” a todos. **Muitos dos africanos ocidentais que estão chegando à Itália, por exemplo, podem não estar fugindo para salvar suas vidas, mas buscando vida melhor em países europeus com padrão de vida muito mais alto.**

A partir do momento em que um imigrante solicita asilo, ele se torna candidato a asilo, disse Beijer. A agência usa o termo “refugiado” apenas depois de o pedido de asilo ter sido aprovado e a pessoa ter recebido status de refugiada. (FSP, Agosto de 2015, negritos nossos).

Novamente temos uma regularidade enunciativa que aponta para uma distinção entre imigrantes e refugiados, e que, no recorte acima, é resumida da seguinte forma: refugiado é

quem é “empurrado para fora de seu país” e imigrante é quem “é atraído para outro [país]”. Os efeitos de sentidos são os de que, num caso escolhe-se migrar e noutro caso não há escolha, e aí temos o sujeito jurídico (de direitos e deveres) e livre circulação social. Esta é a forma individualizada concreta, na história. No capitalismo, trata-se do indivíduo livre de coerções e responsável (ORLANDI, 2001). E a palavra ‘asilo’ tem relação direta com ‘refugiado’. Só pode ser refugiado quem pede asilo, o que atesta as práticas jurídicas determinando também os sentidos e os sujeitos refugiados. Mas, no mesmo recorte (R12) acima, os dizeres do porta-voz do ACNUR apontam as contradições e conseqüentemente a equivocidade da definição, mais uma vez, já que “É simplesmente falso falar em imigrantes sírios quando há uma guerra em curso na Síria”.

Ao final da matéria da FSP, são apresentados alguns exemplos do modo como a imprensa tem tratado “o termo”. Vejamos o recorte (R13):

(R13)

Alguns especialistas notam que o uso de um ou outro dos termos, **imigrante ou refugiado, de modo abrangente não capta a situação de pessoas que não se enquadram claramente em uma ou outra das categorias ou então que se enquadram nas duas.**

Por exemplo, muitos africanos ocidentais se mudaram para a Líbia em busca de trabalho, mas viraram alvos de violência, ameaças e extorsão por parte de milícias, criminosos e forças de segurança, à medida que a situação de segurança na Líbia deteriorou, disse Ruben Andersson, antropólogo na *London School of Economics*.

“Então como podemos descrever pessoas que podem ter deixado seu país em busca de trabalho, mas acabam em um país onde não conseguem continuar a viver porque enfrentam ameaças e repressão de todos os tipos?” (FSP, Agosto de 2015, negritos nossos).

No recorte acima (R13) podemos observar o modo como o antropólogo citado - e portanto, tendo sua posição ali posta em circulação na mídia - dá visibilidade ao equívoco da definição, mostrando inclusive como é difícil represar os sentidos de uma definição que muda historicamente e é constituída de contradição. Como se passa de imigrante a refugiado ou vice-versa? Esta é uma a questão posta no texto da FSP. Desse modo, temos aí uma retomada das definições do ACNUR, mas não só isso, pois é feita uma referência ao ACNUR e aos direitos humanos, que funcionam como argumento para os sentidos de imigrante e refugiado. Podemos dizer, a partir destes recortes, que o texto funciona já nesse efeito do político, da instabilidade dos sentidos, apontando para o seu movimento. A questão da “terminologia”, conforme é tratada pelo jornal, a partir de uma breve exposição de como alguns veículos de imprensa (como a Associated Press, a BBC, a National Public Radio etc.) tem tratado dessas

definições, aponta também para a definição como sendo um problema que não dá conta da realidade.

As definições do ACNUR

Por fim, trazemos algumas formulações que encontramos no site oficial do ACNUR⁸ em torno da definição de imigrante e refugiado. Abaixo o título e subtítulo do texto que recortamos:

(R14)

“Refugiados” e “Migrantes”: Perguntas Frequentes

O ACNUR sempre se refere a “refugiados” e “migrantes” separadamente, para manter clareza acerca das causas e características dos movimentos de refúgio (ACNUR, 2016, s/p).

Logo no título, em (R14), pela ocorrência da conjunção “e” e no subtítulo a descrição de que há uma prática de referência/definição pelo ACNUR sempre separando os termos, novamente temos esta regularidade da distinção dos sentidos que afeta enunciativamente o modo, a forma como a definição vai ser apresentada. E a separação aqui é posta no sentido de “manter clareza” sobre causas e características do refúgio, isto é, é preciso certificar-se, de algum modo, de que se trata de refúgio. O texto é então constituído de uma lista de 10 questões, das quais selecionaremos apenas três (a primeira, a segunda e quinta questão) como recorte para análise. O critério foi recortar as questões em que aparecia mais enfaticamente esta formulação de definição e distinção dos termos, (de)limitação dos sentidos. Vejamos:

(R15)

1. Os termos “refugiado” e “migrante” são substituíveis entre si?

Não. Apesar de ser cada vez mais comum os termos “refugiado” e “migrante” serem utilizados como sinônimos na mídia e em discussões públicas, **há uma diferença legal crucial entre os dois**. Confundi-los pode levar a problemas para refugiados e solicitantes de refúgio, assim como gerar entendimentos parciais em discussões sobre refúgio e migração. (ACNUR, 2016, s/p).

Este recorte (R15) atesta essa regularidade de se fazer a distinção e delimitação dos termos, ancorando-se no jurídico, pois “há uma diferença legal e crucial” entre eles. Se legalmente não se é considerado um refugiado, pode-se ser tratado como um imigrante e isso

⁸ Trata-se de texto recortado da seção Perguntas Frequentes.

terá determinadas consequências: legais e cruciais. O que comporta os sentidos de cruciais? O que silencia isso?

(R16)

2. Qual a especificidade sobre a terminologia “refugiado”?

Refugiados são especificamente definidos e protegidos no direito internacional. **Refugiados são pessoas que estão fora de seus países de origem por fundados temores de perseguição, conflito, violência ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública e que, como resultado, necessitam de “proteção internacional”.** As situações enfrentadas são frequentemente tão perigosas e intoleráveis que estas pessoas decidem cruzar as fronteiras nacionais para buscar segurança em outros países, sendo internacionalmente reconhecidos como “refugiados” e passando a ter acesso à assistência dos países, do ACNUR e de outras organizações relevantes. Eles são assim reconhecidos por ser extremamente perigoso retornar a seus países de origem e, portanto, precisam de refúgio em outro lugar. Essas são pessoas às quais a recusa de refúgio pode ter consequências potencialmente fatais à sua vida. (ACNUR, 2016, s/p).

Então, os sentidos que determinam o que seja refugiado são: perseguição, conflito, violência, ou outras circunstâncias que perturbam seriamente a ordem pública, acarretando a necessidade de “proteção internacional”. Ao terem uma “definição” específica, os refugiados teriam também uma “proteção” específica.

(R17)

5. A palavra “migrante” pode ser utilizada como um termo genérico para também abranger refugiados?

Uma definição legal uniforme para o termo “migrante” não existe em nível internacional. Alguns formuladores de políticas, organizações internacionais e meios de comunicação compreendem e utilizam o termo “migrante” como um termo generalista que abarca migrantes e refugiados. [...]

“Migração” é comumente compreendida implicando um processo voluntário; por exemplo, alguém que cruza uma fronteira em busca de melhores oportunidades econômicas. Este não é o caso de refugiados, que não podem retornar às suas casas em segurança e, conseqüentemente, têm direito a proteções específicas no escopo do direito internacional.

Desfocar os termos “refugiados” e “migrantes” tira atenção da proteção legal específica que os refugiados necessitam, como proteção contra o *refoulement*⁹ e contra ser penalizado por cruzar fronteiras para buscar segurança sem autorização. **Não há nada ilegal em procurar refúgio – pelo contrário, é um direito humano universal.**

⁹ *Refoulement* poderia ser traduzido por expulsão, repulsão, repressão, supressão. Seria a ação de reprimir, de recalcar, conforme o dicionário *Le Petit Robert*: “1. action de refouler (des personnes). 2. Mécanisme inconscient par lequel on refuse l'accès à la conscience (de désirs que l'on ne peut ou ne veut pas satisfaire). [...]” (Dictionnaire *LE PETIT ROBERT*, Nouvelle édition enrichie pour 2011). Trata-se de uma palavra muito utilizada no direito internacional, em que se fala, recorrentemente, em “princípio de *non-refoulement*”, como aquilo que proibiria um país de expulsar alguém para um território em que se possa estar exposto à perseguição. Há, assim, outras derivas de sentidos que nos interessam para uma análise discursiva, mas não a faremos aqui.

Portanto, misturar os conceitos de “refugiados” e “migrantes” pode enfraquecer o apoio a refugiados e ao refúgio institucionalizado em um momento em que mais refugiados precisam de tal proteção. (ACNUR, 2016, s/p).

Para além do reforço que se dá o tempo todo na distinção enunciativa que, caso não seja feita, pode gerar mais problemas ainda aos que são legalmente considerados refugiados, nós observamos o quanto esta é uma prática social e política de definição que procura se amparar no jurídico de forma contundente, como vemos no texto do ACNUR. Não pode haver, deste modo, ilegalidade no refúgio, como há na “migração”.

Rizental (2017), ao pensar e propor junto os termos da designação “imigrante refugiado”, trabalha já no efeito equívoco da formulação, da definição, não seguindo assim essa tentativa de (des)limitação dos sentidos. Para ela:

Refugiados é a designação mais habitual utilizada pelas instituições, pela mídia e por boa parte daqueles que vivem no país que recebe estes imigrantes. Por isso, escolhemos esta designação como título para facilitar o acesso à nossa pesquisa. Entretanto, entendemos que estar refugiado significa estar designado por uma condição concedida pelo país que acolhe, dentre os vários tipos de imigrantes, aqueles que se encontram em situação de fuga (*ibid.*, p. 16-17).

Ou seja, por ser uma condição concedida pelo país que acolhe, dentre os vários tipos e condições de imigrantes, a autora também mostra o funcionamento político da definição, alertando para o fato de que a palavra refugiado não designa apenas o imigrante que vem de outro país, mas também alguém que se desloca internamente para refugiar-se em outra cidade ou em outro estado.

O que vemos nessa prática social e política da definição, em nossa perspectiva discursiva, é o funcionamento equívoco da definição. Para Orlandi (2001) o equívoco é a falha da língua na história. Ela diferencia falha e equívoco, pois a língua é capaz de falha. “Essa possibilidade – a da falha – é constitutiva da ordem simbólica. Por seu lado, o equívoco já é fato de discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que se produz o equívoco.” (*ibid.*, p. 102). E o equívoco se dá justamente no funcionamento da ideologia e/ou inconsciente, de modo que a ideologia funciona pelo equívoco e é estruturada pela contradição, conforme a autora. Assim, temos (esquemáticamente) que a falha é da língua, equívoco do discurso e contradição da história, de maneira que, falar em equívoco em Análise de Discurso significa considerar que não é só falha por que tem a história, a historicidade. E é na história que se fala em contradição.

Considerações Finais

Neste artigo, procuramos mostrar - colocando em questão um movimento de definição das palavras imigrante e refugiado na mídia (on-line) - que ao tomar as definições para análise, tratamos de expor alguns de seus efeitos, na evidência de como seus sentidos são postos e apontar para isso que Pfeiffer (2003) chama de explosão de sentidos e que se constitui no conjunto das relações sociais, dos sujeitos e dos sentidos, levando em consideração o político. E também expor a opacidade da linguagem ao silêncio que está na palavra, aos equívocos constitutivos das definições e às fronteiras de sentidos que se busca levantar para essas definições de imigrante e refugiado.

Mariani (1998, p. 148), ao tratar da definição de comunista no imaginário dos jornais, conclui que “se o ato de definir na prática discursiva jornalística tem de fato uma função institucional de caráter didático”, de sua perspectiva, é possível compreender tais definições como um procedimento de controle intradiscursivo, que funciona restringindo o processo de produção de sentidos. Considerando isto, podemos dizer que as definições de imigrante e refugiado são formuladas nas mídias (on-line) aqui analisadas de modo a restringir determinados sentidos para essas palavras, fazendo circular amplamente, dado o funcionamento do digital, o que seria a definição de imigrante e refugiado na sociedade e na história.

Buscamos mostrar que “a definição é uma formulação, um gesto de interpretação, constituído em determinadas condições de produção” (DIAS, 2012, p. 55). E quantos aos recortes, como gesto do analista, eles são feitos determinados “pela contradição de ele [o recorte] ser um modo de delimitação do texto e ao mesmo tempo ser uma maneira de se trabalhar no deslimite das evidências de sentidos já postos na história.” (ibid., p. 57). E na história há muitas “Roulas”, como a da epígrafe deste artigo, sírias, haitianas, venezuelanas, congolezas, argelinas, senegalesas, palestinas, enfim, que em suas singularidades na busca por refúgio, não desistirão e seguirão fazendo o que puderem, apesar das fronteiras.

Referências Bibliográficas

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

DELA-SILVA, S. C. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil:** a imprensa na constituição da TV como grande mídia. Campinas, SP: [s.n.], 2008.

DIAS, J. P. **Um Gesto de Interpretação na História do Conhecimento Linguístico Brasileiro:** a definição do nome gramática. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Letras – Centro de Artes e Letras – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2012.

HENRY, P. **A História não Existe?** Tradução: José Horta Nunes. In: ORLANDI, E. (Org.). Gestos de Leitura. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 29-53.

MARIANI, B. **O PCB e a Imprensa:** os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MAZIÈRE, F. **O Enunciado definidor:** discurso e sintaxe. In: Guimarães, E. (org.) História e sentido na linguagem, incluindo texto de Michel Bréal. Campinas, 2ª edição aumentada, Editora RG, 2008. p. 47-60.

NUNES, H. H. **Léxico Urbano, Discurso e Silêncio:** um fazer no entremeio. In: Barros, L. A. e Isquierdo, A. N. (orgs.) O Léxico em Foco: múltiplos olhares. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 249-262.

NUNES, J. H. **A Enciclopédia Discursiva da Cidade (ENDICI).** In: Ferreira, A. C. F. e Martins, R. T. (orgs.) Linguagem e Tecnologia. Campinas: Editora RG, 2012. P. 159-175.

ORLANDI, E. **Discurso e Texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 5ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

ORLANDI, E. P. **Educação em Direitos Humanos:** um discurso. In: SILVEIRA, R. M. G., et al. Educação em Direitos Humanos: Fundamentos Teórico Metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007(a). p. 295-311.

ORLANDI, E. P. **Interpretação:** autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5ª ed. Campinas: Pontes, 2007(b).

ORLANDI, E. P. **Terra à Vista – Discurso do Confronto:** Velho e Novo Mundo. 2ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, E. P. **Terrorismo:** uma difícil tarefa de definição. In: BARBOSA, J. B. et al. Léxico e gramática: dos sentidos à construção de significação. Série Trilhas Linguísticas. n.16. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 99-125.

PAYER, M. O. **Imigração à deriva e efeitos de extraposição discursiva.** In: Flores, G. G. B.; Neckel, N. R. M.; Gallo, S. M. L. (orgs.) Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia. 1ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2015, v. 1, p. 29-54.

PAYER, M. O. **A condição humana de imigrantes à deriva:** corpos, línguas e diluição do sujeito. In: Grigoletto, E.; Nardi, F. S. de. (orgs.) *A Análise de Discurso e sua História: avanços e perspectivas*. 1ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2016, v. 1, p. 343-358.

PFEIFFER, C. C. **Definir (,) um percurso.** In: Orlandi, E. *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas, SP: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003. P. 105-120.

RIZENTAL, S. S. **Refugiados: tensões em um imaginário de acolhimento.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Letras. 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/3843/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final.pdf>

ZOPPI-FONTANA, M. G. **É o nome que faz a fronteira.** In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. p. 202-215.

Referências *sítes* consultados para os recortes

ACNUR – Agência da ONU para Refugiados - **“Refugiados” e “Migrantes” Perguntas Frequentes** – (sem data) <http://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/refugiados/refugiados-e-migrantes-perguntas-frequentes/> Acesso em 26/02/2018.

Jornal FOLHA DE SÃO PAULO (*on-line*) **Refugiados ou imigrantes?** A discussão sobre os termos para descrever a crise (28 de agosto de 2015 – seção Mundo). Disponível: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/08/1674827-refugiados-ou-imigrantes-a-discussao-sobre-os-termos-para-descrever-a-crise.shtml> Acesso em 26/02/2018.

Revista VEJA - **Qual a diferença entre imigrantes e refugiados?** (31 de agosto de 2015 – seção Mundo) <https://veja.abril.com.br/mundo/qual-a-diferenca-entre-imigrantes-e-refugiados/> Acesso em 26/02/2018.

Estado, escola, língua: unidades divididas

Mariza Vieira da Silva

Considerações iniciais

BOAS-VINDAS

- Oi?
- Oi.
- Como cê chama?
- Máira.
- Ah, Eu sou o Luan.
- Legal.
- De que escola cê veio?
- Eu vim do CEU¹.
- Punutz, meu. Que azar!
- Por quê?
- Por quê? Oxi... Bem-vindo ao inferno!

(Rodrigo Ciríaco, 2014, p. 63)

Gostaríamos de tomar como núcleo de nossas formulações referentes ao Estado, à Escola e à Língua como unidades divididas, algumas questões nem sempre tangíveis, transparentes, trabalhando diferentes discursividades enquanto “efeito da língua sujeita a falha que se inscreve na história” (GADET; PÊCHEUX, 2004). Visamos, assim, compreender as relações de força e as relações de sentidos, heterogêneas, bem como os processos de individuação do sujeito, que movimentaram e movimentam as contradições, no que diz respeito às representações de Língua e de seu ensino, de Escola e de Estado como objetos históricos e ideológicos em relação a uma unidade imaginária, tomando como condições de produção a conjuntura mais ampla da globalização da economia e da revolução tecnológica, que trouxeram uma reestruturação produtiva e mudanças do/no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na formação do trabalhador: um sujeito urbano de uma sociedade letrada.

Interessa-nos, pois, observar analiticamente como essas unidades se dividem para se reunificarem em outro (mesmo?) espaço-tempo político e simbólico historicamente

¹ CEU – Centro Educacional Unificado, criado pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e localizado em áreas periféricas da Grande São Paulo, mobiliza equipamentos urbanos públicos dedicados à educação infantil e fundamental, às práticas esportivas, recreativas e culturais.

determinado, repetindo, deslocando, movimentando sentidos e sujeitos em um sistema de escolarização dual em que trabalha um interdiscurso, uma memória do dizer, que se constrói desde a colonização, evidenciando que a educação de hoje resulta das contradições atuais, mas também das contradições estruturantes de nossa sociedade colonizada e escravocrata. No início da colonização, tínhamos, sobretudo, uma educação para a salvação das almas dos índios e dos negros; em finais do século XIX, uma educação para a regeneração do aluno de cor, de classe inferior, do órfão, do indigente, do ocioso, do vicioso, do vagabundo, do descarado, do depravado, do devasso, do imoral, como herança de nossa barbárie, como diz Pires de Almeida; hoje, uma educação para a inclusão dos excluídos como categoria que naturaliza essa memória.

Caminhando entre os universos logicamente estabilizados e aqueles sujeitos a equívocos, em pesquisas dessa natureza, tem sido imperioso lembrar-nos da exigência primeira do “primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas” em que se supõe o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua, que não é linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional. É língua. (PÊCHEUX, 1990, p. 50).

Observamos que esses gestos, contudo, devem estar munidos de um forte dispositivo teórico como a análise de discurso para empreender um trabalho de desconstrução de evidências, de compreensão de assimetrias e discrepâncias que se sustentam em uma memória discursiva em que a apropriação da escrita pelos brasileiros sempre se fez e se faz por rupturas e discontinuidades, por estabelecimento de direitos e, ao mesmo tempo, de limites a esses direitos, por um mesmo e um diferente que insistem e resistem nas repetições e nos deslocamentos, fortalecendo determinadas formações discursivas, sempre heterogêneas, como aquilo que pode e deve ser dito em uma conjuntura dada (PÊCHEUX, 1988).

Dispositivo este capaz de abrir espaço de compreensão para o que Pêcheux chama de “lutas ideológicas de movimento”. Lutas pensadas, segundo ele, “não como lutas entre classes constituídas como tais, mas, em vez disso, como uma série de disputas e embates móveis (no terreno da sexualidade, da vida privada, da educação etc.)” (PÊCHEUX, 2011, p. 96). Em uma sociedade urbana complexa como a nossa, estabelecem-se fronteiras movediças entre as classes, trabalhando divisões entre línguas, entre a sociedade e escola, e também no interior da própria escola através de programas e projetos, ações e atividades como a de educação compensatória, de progressão automática, de ciclos, de classes de

aceleração, de alfabetização na idade certa (?), de cursos aligeirados e precários de formação profissional, de ensino à distância como modalidades de inclusão excludente do sujeito.

Neste artigo, tomamos alguns arquivos de uma pesquisa mais ampla sobre o processo de escolarização do português como língua nacional a partir da segunda metade do século XX, e fizemos um recorte nas noções de “texto” e de “competência”, analisando-as em diferentes discursos, sem pretender fazer um estado da arte dos conceitos e, sim, pensar nas continuidades e rupturas do discurso pedagógico e do discurso de políticas públicas de educação e de línguas em relação a noções de repetição e de equívoco.

Trata-se de um momento histórico controvertido, paradoxal, no Brasil. De um lado, movimentos culturais fortes e renovadores no campo da música, do teatro, do cinema, da televisão, da literatura; movimentos de implantação e desenvolvimento de cursos de pós-graduação em linguística e em educação; de criação de associações, de revistas especializadas, de tradução e lançamentos de livros de divulgação nessas áreas. De outro, uma ditadura militar que duraria 21 anos (1964-1985) com forte censura sobre as artes e a educação.

Ditadura esta que será seguida por um movimento de redemocratização do país, marcado pela globalização da economia, pela revolução tecnológica, pela reestruturação produtiva e consequente mutações no mercado de trabalho, estruturantes da vida em uma sociedade cada vez mais urbana, em que se estabelecem novas fronteiras de desigualdade, que produzem outros processos de individualização do sujeito pelo Estado e suas instituições, como a Escola.

Nessa conjuntura histórica e teórica, novas demandas devem ser contempladas pelas políticas públicas de educação como a de desenvolver a capacidade do sujeito de expressar-se, de comunicar um conteúdo em uma forma passível de ser ensinado-aprendido, mensurável-controlável em uma sociedade de um capitalismo dito flexível em que o trabalhador deve se adequar com autonomia, criatividade, espontaneidade. Momento em que as capacidades comunicacionais, interacionais, devem fazer parte da força de trabalho para fazer face à redução dos postos de trabalho e de precarização do mercado, de fragmentação da família, de perda de referências, de rupturas de laços de pertencimento, de insegurança, de solidão.

A PLACA

A minha aluna virou uma placa. Há três meses ela deixou de vir à escola por isso: virou uma placa. E não uma placa qualquer, de trânsito, que ninguém respeita. Ela virou uma placa publicitária. Agora tem uniforme, endereço e identidade. Não fica mais à margem. Fica na porta dos *shoppings*, concessionárias e futuros edifícios, se autopromovendo: A placa. Com pernas.

A minha aluna virou uma placa. Ela diz sentir muito orgulho da empresa em que trabalha. Construtora. Grande. Bem conceituada. Vende casa de alto padrão, para pessoas de bem, alto poder aquisitivo. Luxo. Seus condomínios têm quadra de tênis, piscinas, bancos; centro de compras particular, segurança e conforto. Diz que a tendência do futuro são os ricos não saírem mais de suas caixas, seus *bunkers*. Para eles tudo será *Prime, Van Gogh, Personalité*.

A minha aluna virou uma placa. Aconteceu na porta da escola. Um homem parou o carro importado, abaixou o vidro e disse: “você leva jeito para placa”. Um cara branco, alto, malhado; peito raspado, gel e gravata. *Big boss*. Ele não perguntou idade, se tinha experiência ou carteira registrada. Pediu apenas para tirar os óculos, soltar o cabelo. “Pronto. É isso aí. Bonita. Está contratada”.

A minha aluna virou uma placa. Ela diz que trabalha numa empresa ética, séria. Não registram, mas pagam todos os impostos. Todo final do dia ela recebe seu salário. E vai embora pra casa. A empresa só fez uma exigência: que deixasse a escola. Questão de escolha. O trabalho é das nove da manhã às sete da noite. Segunda a domingo. E sempre há um novo bico. Setor imobiliário em expansão. Eles precisam de placas. Ela já é uma placa. Quem precisa de estudo?

A minha aluna virou uma placa. Outro dia, pura sorte, eu a encontrei. Andando sozinha, pela noite, voltava do serviço. Descaracterizada. Não parecia ser a menina frágil da sexta série que até outro dia eu conheci. A menina tímida que sonhava em ser modelo, e só estudava. Falei: “e aí? Você precisa voltar pra escola”. Ela respondeu, em tom de deboche: “quem eu? Fala sério!”. Ela não. Já tinha uma profissão. Tinha seu próprio dinheiro, ajudava a mãe em casa. Responsável, não precisava mais de conselhos, não precisava de mais ninguém. Só do *big boss*, o chefinho. Aquele que lhe deu valor. Deu emprego, deu presentes, prometeu castelos. O único que não lhe fez se sentir mais como uma qualquer. A transformou numa placa.

Uma placa-viva.

(CIRÍACO, 2014, p. 69-70)

Como as noções de texto e de competência podem nos ajudar a compreender os processos de produção de sentidos e de individuação do sujeito?

A retomada desses termos e noções visa, sobretudo, estimular estudos e pesquisas sobre um espaço-tempo simbólico e político como a Escola em relação às demandas econômico-sociais, em que repetições, inversões e deslocamentos conceituais e metodológicos que sustentam as práticas, abrigam o mesmo e o diferente, de forma a explicitar os processos discursivos aí presentes, em sua relação com as condições de produção do discurso, ou seja, os interlocutores, a formação social e suas instituições, o

mecanismo imaginário e, ao mesmo tempo, o contexto histórico mais amplo, o interdiscurso, em que a formação discursiva se movimenta, se ressignifica.

O repetível é uma das dimensões da historicidade que revela diferentes modos de o sujeito se relacionar com a linguagem e o sentido. A repetição, discursivamente, não significa redundância; e não tomamos a reprodução em termos funcionalistas, ou seja, como uma repetição eterna de um estado idêntico de coisas, mas, como trabalho simbólico e político da história do conhecimento sobre a língua, sobre a leitura e a escrita, em relação às demandas de determinado momento histórico, em que os objetos do discurso adquirem sua estabilidade referencial, sua unicidade imaginária.

O texto, a língua, as linguagens

O texto, a partir da década de 1960, começa a ganhar centralidade no ensino da língua portuguesa como forma de superar o ensino descontextualizado de unidades linguísticas consideradas estanques como letras/sílabas, palavras, orações, períodos, de adequar o aluno a diferentes situações de interlocução oral e escrita, e de trabalhar os usos da língua. Trata-se de um momento histórico marcado pela entrada da linguística na Escola via políticas de Estado como possibilidade de ruptura com um ensino considerado conservador, centrado na gramática, e garantia de uma real renovação no ensino da língua portuguesa.

Para Orlandi,

É na noção de texto que se explicita o estatuto técnico (e tecnológico) da produção da linguagem. Ou seja, a linguagem como instrumento – a dimensão pragmática da linguagem, suas tecnologias, arregimentando a própria imagem que se faz dela – tem sido levada ao paradoxismo contemporaneamente. E a Análise de Discurso deve ser capaz de apreender isso. Por isso a noção de texto é a mais apropriada, pois ela é justamente uma unidade a nível imaginário, aquele em que funcionam as injunções pragmáticas. A noção de texto – seja oral, seja escrito – traz junto a de formulação, a de versões (comentário), a de variação do/no dizer. E a de autor (ORLANDI, 2001, p. 15-16).

O texto pensado dessa maneira permite-nos explicitar e analisar outros elementos envolvidos nessa centralidade pela presença e funcionamento por um “através” servindo de mediador entre a língua portuguesa e o texto: o ensino do português através de textos. Como efeito, observamos o apagamento da língua, em sua estrutura e acontecimento (PÊCHEUX, 1990), presente no texto: uma unidade complexa de significação marcada pela incompletude, pela intertextualidade, pelo interdiscurso.

Gostaríamos, então, de sinalizar para alguns pontos de descrição e análise que nos permitam conhecer um pouco como se constrói na relação entre história das ideias e processos de escolarização do português, entre demandas econômico-sociais e um saber-fazer escolar, em conjunturas históricas determinadas, esse estatuto técnico e tecnológico da produção da linguagem, de que fala Orlandi, trazendo como objeto de estudo e de análise o texto em manuais didáticos de língua portuguesa da Educação Fundamental, na segunda metade do século XX, quando começa a realmente se efetivar a universalização da educação básica no Brasil em termos de acesso à escola.

Podemos observar, de modo geral, duas concepções de língua presentes nas políticas educacionais e práticas linguísticas e pedagógicas a partir desse momento. Em uma perspectiva mecanicista e instrumentalista, a “língua” aparece como um sistema anterior às práticas linguísticas individuais e sociais às quais ele forneceria um meio de expressão. De outro lado, em uma perspectiva sociológica e culturalista, a “língua” aparece como estando sempre já aí na realização de um pensamento, de uma cultura, de uma concepção do mundo, de uma ideologia tomada como conteúdo.

O que fica excluído, em ambos os casos, é a análise dos efeitos que produzem na forma das práticas linguísticas e pedagógicas o acaso, o equívoco, a ambiguidade, a incompletude e a exterioridade. E como, acrescentaríamos, as relações sociais são contraditórias, e como a ideologia que elas realizam não existe senão sob a forma de uma luta ideológica de classes divididas e heterogêneas, o que fica também de fora nessas concepções é a forma social específica das contradições que comandam e afetam as práticas linguísticas, conferindo-lhes uma forma imaginariamente unificada, que mascara os efeitos linguísticos dessas contradições (BALIBAR; MARCHEREY, 1974).

Considerando nosso corpus, observamos um predomínio forte do caráter utilitarista da língua via um descritivismo sustentado pela pragmática e pelo funcionalismo, que se constrói prescritivamente pela manualização (PUECH, 1998), o que possibilita a difusão de um discurso da eficiência, de resultados, de cumprimento de metas, do melhor aproveitamento dos recursos em termos macro - de políticas públicas - e micro - sala de aula -, e de controle no desempenho do aluno, na proliferação de avaliações. O conhecimento sobre a língua, que possibilita o desenvolvimento da capacidade reflexiva, torna-se reconhecimento de textos, de gêneros, possibilitando um trabalho político sobre a língua como bem simbólico, legitimando determinados usos.

Vejamos, como esses processos e movimentos se constroem, analisando manuais de língua portuguesa de 5ª a 8ª séries das décadas de 1960/70/80/90, de uma mesma autora, Magda Soares, tomando como recortes básicos os títulos das coleções.

“Português através de Textos” (1968)
“Comunicação em Língua Portuguesa” (1972)
“Novo Português através de Textos” (1982)
“Português através de Textos” (1990)

Podemos observar que o primeiro e o quarto título se repetem, mas tendo passado por deslocamentos que trazem pistas, indícios dos caminhos percorridos para que o último possa ser significado diferentemente em termos de representação de língua e de disciplina/matéria a ser ensinada-aprendida. Não se trata, pois, de mera repetição e que terá como efeito, já adiantamos, a diluição da língua em meio a outras linguagens e o apagamento da relação entre o simbólico e o político, como divisão do sujeito, da sociedade. O discurso é efeito de sentidos entre locutores, conforme Pêcheux (1990a), logo ele, o sentido, se produz nas relações entre sujeitos, entre sentidos. Não está nas palavras, fixado de antemão.

O título da coleção de 1970, “Comunicação em Língua Portuguesa”, chama a nossa atenção ao sair de um padrão de repetição, através do termo/noção “comunicação” como lugar privilegiado para aglutinar saberes e discursividades que irão movimentar os sentidos de língua, de leitura, de escrita, de conhecimentos sobre a língua em outras direções, tornando-os evidentes, transparentes, consensuais². Esse título tem sua sustentação no discurso jurídico. É desse momento a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 5.692 de 1971 que une o primário ao ginásio, formando o Ensino de 1º Grau, hoje Ensino Fundamental, em que há o apagamento explícito do Português como matéria, deixando-o apenas como conteúdo específico (SILVA, 2010).

Diferentemente das outras três coleções aqui mencionadas, não há um livro separado de orientação ao Professor. A parte dedicada ao Professor está incorporada ao livro do aluno, e em suas páginas finais são apresentadas noções de comunicação de forma bastante simples e sucinta, através de diagramas, de frases curtas, esquemáticas, sem autoria, marcada pela ausência de citações, de referências bibliográficas. Tal modo de disseminar a ciência silencia as fontes do saber, apresentando os conceitos sem aspas como pré-construídos, apagando a

². O que é reafirmado por análises mais detalhadas de todo o manual, bem como de outros discursos desse momento histórico, realizadas em outros trabalhos no âmbito de pesquisa mais ampla sobre o processo de escolarização do português no/do Brasil, que vimos realizando.

sua história e produzindo um discurso que tende à homogeneidade, que apaga as filiações teóricas. Um discurso de evidências.

(1) ENSINAR PORTUGUÊS = ENSINAR COMUNICAÇÃO (SOARES, 1972, p. 136).

(2) Por isto nosso pensamento: o professor de Português é, antes de tudo, um professor de comunicação. Não apenas professor de linguagem; mas, sobretudo, professor de *linguagens* (SOARES, 1972, p. 137 – grifo da autora).

(3) Língua é instrumento de comunicação. Comunicação pelo código *palavra*. Que pode ser falada ou escrita – quando somos fonte. Que pode ser ouvida ou lida – quando somos recebedores (SOARES, 1972, p. 137 – grifo da autora).

(4) Não basta aprender a usar – na expressão e na compreensão – o código *palavra*. Nem sempre é o código mais frequente. Nem o mais eficiente. E cada um enfrenta hoje um bombardeio de comunicação, por códigos inúmeros (SOARES, 1972, p. 138).

(5) Aprendemos a língua usando-a, não falando a respeito dela. A Linguística Aplicada já mostrou: ensinar a respeito da língua não melhora o uso da língua. Saber teoria gramatical – sintaxe, morfologia – não significa saber comunicar-se bem (SOARES, 1972, p. 143).

Quanto ao texto especificamente, temos o recorte que se segue.

(6) Este livro é um livro de estudo de textos. E aqui se entende texto a mensagem expressa:

- através da palavra
 - em linguagem literária
 - em prosa
 - em verso
 - em linguagem de jornal
 - em linguagem de revista
- através do desenho
- através da história em quadrinho (SOARES, 1972, p. 140).

O texto passa a ser o lugar privilegiado de onde se observa e trabalha empiricamente as manifestações da língua, dos sentidos, fazendo emergir novos objetos de conhecimento: mensagem, contexto, situação, referência, intenção. Temos, pois, uma abordagem sociológica das linguagens em ação (aí incluída a verbal) nas trocas sociais. E o que se produz como efeitos nesse deslocamento do texto que passa de materialidade significante a “mensagem/conteúdo” como forma empírica presente em toda e qualquer linguagem é o apagamento do próprio da língua, a homogeneização das diferentes linguagens, dentro e fora da Escola. O texto, assim, regula, normatiza a língua, o sujeito, o sentido. Submete o sujeito a um modo de interpretar o texto e, ao mesmo tempo, o legitima, imaginariamente, como leitor e autor.

Collinot (1999) mostra como a “gramática de texto” desterritorializa noções trazidas de outras teorias, opera deslocamentos epistemológicos e impõe a essas noções novas condições de funcionamento, reordenando e reinterpretando seus elementos em uma perspectiva comunicacional. O texto desloca-se, como podemos ver, para mensagem em múltiplas linguagens, mensagem que se apresenta como um conteúdo a ser trabalhado, recuperando-se as intenções do autor, a ideia central, por exemplo. Isso permite também a adoção de técnicas de trabalho em sala, não só pela fragmentação do texto – introdução, desenvolvimento, conclusão –, como pela organização dos gestos de interpretação – compreensão, interpretação, vocabulário, situação –, dos procedimentos didáticos – estudo dirigido, leitura orientada, exercícios de múltipla escolha. Técnicas, estratégias, procedimentos que possibilitam o uso eficaz de textos, a regulação da transmissão do sentido, o seu planejamento e gestão.

Na coleção seguinte, da década de 1980, o título – “Novo Português através de Textos” – retoma o da década de 1960 – “Português através de Textos” –, mas acrescido de um determinante para a língua portuguesa: “novo”. Temos, então, uma língua ressignificada de uma perspectiva pragmática e funcionalista como ferramenta, instrumento de comunicação, em que nada é deixado ao acaso: tudo é objeto de segmentação e combinação de sequências: unidades imaginárias que levam a uma estabilização institucional da cena enunciativa. Temos, pois, a linearização do dizer, no caso, do dizer sobre a língua, mas também no dizer a língua sem equívocos. E o “através de” como meio, como lugar de travessia entre o texto e o sujeito já é outro também: é mensagem, é conteúdo.

Quando essa Coleção vem a público na década de 1980, lembremos, a linguística já está institucionalizada no Brasil em termos de produção e circulação de conhecimentos científicos. O Manual do Professor volta a vir separado do livro do aluno, e apresenta-se bastante detalhado com discriminação de conteúdos, motivação, objetivos gerais e específicos, procedimentos de orientação, procedimentos de correção, procedimentos de avaliação, resenhas bibliográficas, respostas e comentários para cada Unidade.

Pode-se, então, na década de 1990, voltar ao primeiro título da Coleção com o significado de cada um dos seus termos/noções já reformulados conceitualmente em um percurso em que se pode observar parte do processo de construção do texto como essa unidade imaginária de que fala Orlandi (2001).

Competência e o sujeito universal

A outra noção que tomamos para pensar o funcionamento de certas unidades imaginariamente unas e inequívocas, como Estado, Escola e Língua, trabalhando a repetição nas políticas de línguas (e de educação) foi a de “competência”, no arcabouço mais amplo da língua tomada como instrumento de comunicação. Essa noção ganha centralidade na terceira versão da Base Nacional Comum Curricular – BNCC de 2017.

Em suas páginas iniciais, a BNCC argumenta que a noção de competências se sustenta no discurso jurídico, no de políticas públicas de currículos e nos projetos de avaliação de âmbito nacional e internacional, sem discutir as rupturas e continuidades presentes em diferentes discursividades. Lembramos que o conceito de competência, em que jogam a paráfrase e a polissemia como base do funcionamento discursivo, produzem-se deslocamentos epistemológicos, que são sociais e políticos, em relação a novas demandas.

Na versão de 2016, apenas um ano antes, essa noção não aparece de forma explícita, mas como parte dos objetivos de cada série. Como essa retomada e centralidade pode nos ajudar a significar as políticas públicas de educação no interior dessas lutas ideológicas de movimento de um capitalismo de consumo, de mercado?

No âmbito da BNCC, a noção de competência é utilizada no sentido da mobilização e aplicação dos conhecimentos escolares, entendidos de forma ampla (conceitos, procedimentos, valores e atitudes). Assim, ser competente significa ser capaz de, ao se defrontar com um problema, ativar e utilizar o conhecimento construído.

A adoção desse enfoque vem reafirmar o compromisso da BNCC com a garantia de que os direitos de aprendizagem sejam assegurados a todos os alunos. Com efeito, a explicitação de competências – a indicação clara do que os alunos devem saber, e, sobretudo, do que devem saber fazer como resultado de sua aprendizagem – oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem esses direitos (BNCC, 2017, p. 16).

O que chama a nossa atenção é a noção de conhecimento, que pode ser discutida em relação a outros elementos não ditos como “informação”, “reconhecimento”. A BNCC toma o conhecimento como uma racionalidade instrumental, naturalmente objetivo e neutro, mobilizado como algo pronto, acabado, capaz de ser aplicado, ativado, utilizado por um sujeito intencional e consciente capaz de dominá-lo e controlá-lo. Um conhecimento transparente, sem equívocos, em situação de uso, de comunicação como ação individual na solução de problemas coletivos, sociais. Para Auroux (1992, p. 11), diferentemente, “Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a

atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber”.

Interessante observar que aqui também a estrutura da BNCC-2017 é construída por um discurso de evidências, através de diagrama, tópicos, códigos alfanuméricos para cada objetivo de aprendizagem, sem referências, sem citações, sem autoria, em uma segmentação crescente. Há as competências específicas de cada área de conhecimento; nas áreas em que há mais de um componente curricular (Linguagens e Ciências Humanas) são definidas competências específicas do componente, como o de Língua Portuguesa. Em seguida, cada componente curricular apresenta um conjunto de habilidades, que estão relacionadas a diferentes objetos de conhecimento (entendidos como conteúdos, conceitos e processos) que, por sua vez são organizados em unidades temáticas (BNCC, 2017, p. 26), que definem um arranjo dos objetos de conhecimento (BNCC, 2017, p. 27).

O texto, reconceptualizado e ressignificado, como vimos anteriormente, no contexto mais amplo da comunicação, da pragmática e do funcionalismo, continua como o centro das práticas de linguagem, mas não apenas em sua modalidade verbal (p. 63). E prosseguindo na fragmentação e para “atender a essa multiplicidade de modalidades e usos da língua escrita e da língua oral, e tendo sempre o texto como centro, a BNCC de Língua Portuguesa está organizada em cinco eixos organizadores comuns ao longo do Ensino Fundamental” (BNCC, 2017, p. 63), a saber: oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e gramaticais e educação literária.

As políticas de línguas a partir, principalmente de 1980, 1990, podem ser analisadas, em uma conjuntura de um capitalismo de consumo que começa a expandir-se, de uma urbanização em que as desigualdades se tornam ainda mais visíveis não sendo mais possível ignorá-las. Nesse contexto, podemos observar o trabalho da relação contraditória entre o sociologismo e o logicismo, recobrando a questão do Estado, cada uma a seu modo (PÊCHEUX; GADET, 1988). O sociologismo, pensando em nossos arquivos, falando de democracia, de cidadania, de direitos, de desigualdade, de equidade, de diversidade; a outra, o logicismo, falando do que é universal, do que é da natureza humana no processo de aprender-ensinar. Divisão esta que aparece recoberta pela neutralidade científica, visando dar conta de uma realidade de diferenças e desigualdades estruturais de nossa sociedade.

E se a noção de sujeito é o que realiza a contradição da linguística, e da educação eu acrescentaria, as políticas e as práticas se desenvolveriam, conforme Pêcheux,

de acordo “com o **mito continuísta empírico-subjetivista**, que pretende que, a partir do sujeito concreto individual “em situação” (ligado a seus preceitos e a suas noções), se efetue um apagamento progressivo da situação por uma via que leva diretamente ao sujeito universal, situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos (PÊCHEUX, 1988, p. 127 - grifos do autor).

E a noção de “competência”, observadas as condições de produção de diferentes discursividades, permite-nos acompanhar esse movimento, quer pelo dito ou pelo não-dito, e ao mesmo tempo, pelo já-dito. A partir da redemocratização do país até nossos dias, o discurso sociologizante em termos de diagnósticos, de contextualização, de fundamentação de demandas para as políticas públicas é o dominante. Assim, nos “Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental (de 5ª a 8ª séries)”, vemos no tópico denominado “Condições para o tratamento do objeto de ensino: o texto como unidade e a diversidade de gêneros”, a menção a três competências: a discursiva, a linguística e a estilística (1998, p. 23).

Se aí temos o sociologismo falando do político para negar o político a partir do sujeito concreto individual “em situação”, no sistema de avaliação nacional para a Educação Fundamental que começa a instalar-se de forma progressiva na década de 1990, a noção de “competência cognitiva” será crucial para sua implementação. Essas competências situam-se no campo da razão e do individual, do lógico-natural, abrindo as portas para o logicismo (que também se apresenta em outros lugares).

Entende-se por competências cognitivas as modalidades estruturais da inteligência - ações e operações que o sujeito utiliza para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que deseja conhecer. As habilidades instrumentais referem-se, especificamente, ao plano do “saber fazer” e decorrem, diretamente, do nível estrutural das competências adquiridas e que se transformam em habilidades (SAEB, 1999, p. 9).

Ao delimitar os domínios de saber dessa formação discursiva – ações, operações, saber fazer, habilidades, uso, instrumentalização -, em duas notas explicativas de pé de página (p. 9), essas Matrizes Curriculares evidenciam um funcionamento em que se trabalha, de forma idealista, os pares contingência/necessidade, objeto/sujeito, estrutura lógica/situação observável, levando a conceber a ciência de todo e qualquer objeto como relações de pensamento, independentes do ser, desvinculadas das condições materiais de existência.

Em artigo de 2017, Miguel Arroyo vem reafirmar certos efeitos de sentidos que observamos em nossas análises entre competência e avaliação, trazendo outros sentidos para a relação entre o sociologismo e o logicismo, em uma aliança sustentada pela pragmática e

pelo funcionalismo, para trabalhar as contradições unidade-diversidade linguística e indivíduo-sociedade. Ele irá articular uma relação entre avaliação e qualidade da educação, mostrando como uma prática de todo professor sempre presente nas escolas, a avaliação, transforma-se em política nacional e internacional de avaliação, deslocando a qualidade da educação escolar para índice de desenvolvimento da qualidade não apenas da educação escolar, mas de desenvolvimento globalizado das nações. “Elevar a avaliação à condição de política nacional e internacional globalizada, redesenha os parâmetros de qualidade da educação porque redesenha a qualidade do trabalho, de sua produtividade. De segregação e negação” (ARROYO, 2017, p. 12).

Para ele, essa relação redefine o referente da qualidade e da avaliação da educação em uma conjuntura de reestruturação produtiva face à nova base científico-tecnológica. Novas divisões se estabelecem.

O imaginário de escola muda radicalmente para os trabalhadores. Aprendem que ser submetidos a esses processos logo chegando à escola, na Provinha Brasil e antes na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e tantas provas é muito mais do que se submeter a serem aprovados-reprovados em domínios de habilidades e saberes escolares. Aprendem logo no pré-escolar que a função da escola é submetê-los a aprovados-reprovados no padrão globalizado de trabalho, de desemprego estrutural, de trabalho excedente (ARROYO, 2017, p. 14).

Um fecho

Mas não há ritual sem falha e a resistência está sempre presente na arte de rua, dos pichadores, na música, na literatura, na poesia, no trabalho anônimo de professores, em que a escola não é nem céu, nem inferno, mas uma instituição do Estado com suas contradições e divisões. Resistências que mostram a irredutibilidade da linguagem, da língua ao enquadramento em enfoques sociologizantes ou cognitivistas que visem o silenciamento, o apagamento do simbólico, do político. A língua como um corpo de regras se autoriza a estabilidade em certos discursos, autoriza ao mesmo tempo uma contínua desestabilização da univocidade.

O que conta em Brasília: a letra, quem tem a letra mais doida. Por exemplo: se o muro é esparra, passa muito carro, eu tenho que colocar rápido, eu coloco um apelido, que a letra sai bem legível, quase escrito, está entendendo? Uma coisa bem simples, qualquer um consegue ler isso aqui. Só que se tiver muito tempo para eu fazer, estiver tranquilo, você vai lá e desenha a letra todinha, fica uma letra de estilo diferente, está entendendo? (ABRAMOVAY et al., 2010, 125-126).

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, M. [et al.]. **Gangues, gênero e juventudes: donas de rocha e sujeitos cabulosos**. Brasília: SDH/PR, 2010.

ARROYO, M. G. O direito à formação humana como referente da avaliação. In: SORDI, M. R. L. de; VARANI, A.; MENDES, G. do S. C. V. (orgs.) **Qualidade(s) da escola pública: reinventando a avaliação como resistência**. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2017, 11-30.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

BALIBAR, E.; MARCHEREY, P.. Apresentação. In: BALIBAR, R. e LAPORTE, D. **Le français national: politique et pratique de la langue nationale sous la Revolution**. Paris: Hachette, 1974.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Matrizes curriculares de referência para o SAEB**. Brasília: INEP, 1999.

BRASIL. **Base nacional comum curricular: educação é a base. 3ª versão revista**. Brasília, MEC, 2017. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf Acesso em 07 abr. 2017.

CIRÍACO, R. **Te pego lá fora – contos**. São Paulo: Editora DSOP, 2014.

COLLINOT, A. Texte/textualité. IN : COLLINOT, A. ; MAZIÈRE, F. (orgs.). **Le français à l'école : un enjeu historique et politique**. Paris : Hatier, 1999, 198-225.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da linguística**. Trad. Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Melo. Campinas, SP: Pontes, 2004. Edição original: 1981.

GUIMARÃES, M. S. **Português através de textos: 1ª série**. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1968. 9ª edição.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990. Edição original: 1988.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia Mariani ... [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990a, 61-162. Edição original: 1969.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi... *et al.* Campinas, SP : Editora da Unicamp, 1988. Edição original: 1975.

PUECH, C. Manuélsation et disciplinarisation des savoirs de la langue: l'énonciation. In : COLLINOT, A. ; PETIOT, G. **Les carnets du CEDISCOR 5: Manuélsation d'une théorie linguistique : le cas de l'énonciation**. Paris: Sorbonne Nouvelle, 1998, p. 15-30.

SILVA, M. V da. Le mouvement et les déplacements de la disciplinarisation des savoirs linguistiques au Brésil : historicité, sujet et société contemporaine. In: **Les Dossiers d'HEL** n. 5. **La disciplinarisation des savoirs linguistiques: histoire et épistémologie**, Paris: SHESL, 2012. Disponível em : <http://htl.linguist.univ-paris-diderot.fr/hel/dossiers/numero5>. Acesso em 10 abr.2017.

SOARES, M. **Comunicação em Língua Portuguesa**: 5ª série. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares S.A. 1972.

_____. **Novo Português através de Textos**: 5ª série. São Paulo: Abril, 1982.

_____. **Português através de Textos**: Exemplar do Professor, 5ª série. 3ª ed. São Paulo: Editora Moderna, 1990.

Effets des pratiques colingues et codiscursives sur l'institution du sens et des sujets politiques au parlement européen

Rachele Raus

Considérations initiales

Depuis quelques années, nous nous intéressons beaucoup à la circulation (inter)discursive du matériel discursif et lexical à l'intérieur du dit / des dits pluriels des organes des organisations internationales, notamment du Parlement européen (RAUS, 2010, 2013...). Dans cet article, nous allons nous interroger sur ce que cette circulation implique au plan de l'« institution » du sens et des « pratiques sociales », ce qui nous permettra de revenir sur nos cas d'étude, de « relire » nos recherches, pour approfondir la réflexion sur des notions auxquelles nous tenons tout particulièrement (colinguisme, codiscours) et sur la manière dont on peut poser ces mêmes notions par rapport à la langue imaginaire et à la langue fluide, deux notions introduites par Eni Puccinelli Orlandi (1996a) qui nous ont permis de réfléchir sur la présence de mécanismes de blocage de la circulation discursive et, par conséquent, sur la présence d'un discours dominant qui s'imposerait, tout en encadrant en même temps des pratiques discursives et sociales.

Précisons que notre approche s'inspire de l'analyse du discours (AD), notamment des recherches en AD telles qu'elles se sont produites en France, à la suite des travaux de Michel Pêcheux, et ensuite au Brésil. Nous tenons donc à préciser notre positionnement de chercheur par rapport au débat actuel sur les « études du discours », catégorie proposée par Van Dijk et problématisée par Maingueneau (2014, p. 18), qui souligne l'importance de relier chaque AD (i.e. « école française » du discours; *Critical Discourse Analysis* au Royaume-Uni...) au contexte culturel spécifique dans lequel elles ont été et sont produites. C'est en tenant justement compte de l'aspect culturel, que nous avons considéré non seulement l'AD française mais aussi les travaux de l'AD brésilienne, qui sont étroitement liés à la linguistique et à la pragmatique (ORLANDI, 2007). En ce sens, ce sont les études d'Eni Puccinelli Orlandi qui nous ont inspiré, travaux qui ont enrichi et transformé la réflexion française en AD (MAZIÈRE, dans ORLANDI, 1996, p. 8).

Quelques préliminaires notionnels

Avant d'entreprandre l'analyse, il faut préciser les notions que nous utiliserons dans ce travail réflexif de manière à voir de près les mécanismes discursifs à l'œuvre dans le genre de discours concerné: les relations parlementaires de l'Union européenne (UE).

Tout d'abord, précisons que la notion de colinguisme est issue des travaux de Renée Balibar (1985, 1993), auteure qui s'est intéressée aux relations de la langue française à la langue latine et à la manière dont le français instaure justement un espace de légitimation institutionnel en s'affranchissant du latin. Il s'agit donc, comme le précisera plus tard Sonia Branca-Rosoff dans un ouvrage édité en hommage à Balibar, du « rapport entre langues instituées » (2001, p. 5). Le colinguisme ne peut en fait se réduire ni à la relation entre langues différentes ni aux mécanismes langagiers concernant le multilinguisme, mais c'est une notion ample qui place au centre de l'analyse « l'association, par l'enseignement et la politique, de certaines langues écrites faisant communiquer des partenaires légitimes » (BALIBAR, 1993, p. 7). Il est à remarquer que l'hyperlangue¹ de l'UE, notamment celle du Parlement européen (PE), se caractérise justement par l'association de langues écrites, qui sont instituées et deviennent institutionnelles par le biais de la politique linguistique du PE et qui font communiquer des partenaires légitimes (avant tout les représentants des États membres). En effet, le PE reconnaît comme langues officielles et de travail les 24 langues de l'UE (COMBA, 2010, p. 30). Ces langues, qui sont utilisées également lors des interactions orales, par exemple lors des débats parlementaires, finissent par être « retravaillées » à l'écrit, comme le démontre la rédaction des documents parlementaires qu'on a justement qualifiés de « complexes » (COSMAI, 2007, p. 175; 2014, p. 172) et que nous analyserons ensuite.

À partir de la notion de colinguisme, nous avons proposée celle de « codiscours », que nous avons dénommée au préalable « colinguisme discursif » pour marquer la filiation de la notion à partir des travaux de Balibar (RAUS, 2015a). Il faut également souligner que c'est grâce aux réflexions de Sonia Branca-Rosoff et de Jacques Guilhaumou (1998) sur le mot « socialisme » que nous avons pensé élargir la notion de colinguisme. En effet,

nous pensons que les mécanismes de remaniement des sémantismes caractérisant le colinguisme peuvent concerner aussi le niveau discursif et par là s'élargir aux

¹ Paraphrasant Sylvain Auroux (1997), l'hyperlangue est un « espace-temps » structuré par les relations de communication humaine qui se déroulent dans un certain environnement. Ces individus ont des compétences linguistiques variées, ont accès à des outils linguistiques de grammatisation (grammaires, manuels...) et ont des activités sociales.

relations entre discours institués, c'est-à-dire reconnus comme légitimes (RAUS, 2015a, p. 117).

À la suite de ces réflexions, nous avons défini le codiscours comme l'« ensemble des relations entre discours institués » (Raus 2015b, p. 117). L'intérêt de l'AD française pour l'interdiscours, en effet, permet de poser comme fondamentale la relation entre des discours qui sont considérés comme légitimes parce qu'ils sont produits par des partenaires censés être tels: les représentants des institutions concernées, les lobbies et les autres acteurs légitimes qui ont des échanges dans l'hyperlangue européenne.

Nous avons jusqu'ici dénommé ces partenaires de la communication comme « acteurs » et de manière spécifique nous les avons considérés comme des acteurs politiques. Si nous avons utilisé ce désignant, c'est surtout pour souligner le rapport des institutions avec les pratiques sociales. À cet égard, précisons que les analystes (Maingueneau, Charaudeau, p. 459) considèrent la langue comme une pratique sociale (*praxis*), qui, tout en étant déterminée par les contraintes sociales, produirait des effets qui transformeraient ces contraintes. En d'autres termes, parler produirait l'acte de changer les relations sociales, ce qui entraînerait des transformations idéologiques (Marianne Ebel et Pierre Fiala, 1983).

Cependant, d'un point de vue discursif, il faudrait plutôt parler de « sujets », notamment de « sujets-énonciateurs ». Dans notre cas, il s'agit de sujets politiques, à savoir les institutions européennes considérées en tant qu'énonciateurs collectifs (la voix de l'institution qui reste le garant ultime du dit) et pluriels (la voix des représentants des États-membres et des autres sujets légitimes, entre autres les traducteurs, dont la voix continue à se distinguer à l'intérieur des discours institutionnels produits). La transformation d'acteurs en « sujets » conduit à une réflexion sur la relation au pouvoir et sur l'assujettissement. En effet, comme l'a dit Michel Foucault (1982):

Il y a deux sens du mot « sujet »: sujet soumis à l'autre par le contrôle et la dépendance, et sujet attaché à sa propre identité par la conscience ou la connaissance de soi. Dans les deux cas, ce mot suggère une forme de pouvoir qui subjugue et assujettit.

Précisons que parler de sujet en AD veut dire parler également et surtout de l'interdiscours et de la place délimitée par tout sujet-énonciateur à son intérieur dès qu'un discours est énoncé.

Nous allons donc analyser la production des discours de ces sujets-énonciateurs, production qui sera entendue à la fois comme pratique énonciative et comme pratique

sociale. En ce sens, il nous a semblé essentiel d'analyser les pratiques colingues et codiscursives empiriques, telles qu'elles émergent dans le discours du PE, par rapport aux choix des sujets-énonciateurs.

C'est justement parce que pour nous les pratiques discursives sont déjà des pratiques sociales que nous alternerons le désignant « acteurs », lorsque nous voudrions mettre l'accent sur les pratiques sociales, et le désignant « sujet », quand nous insisterons sur les pratiques discursives, tout en sachant que ces deux notions sont en fait étroitement liées et interdépendantes l'une de l'autre.

Si nous avons parlé de choix, c'est parce que, bien que décentré par l'interdiscours, le sujet peut se positionner à son intérieur. D'ailleurs, c'est à ce point qu'interviennent les mécanismes de l'institution de sens, de son blocage et par là l'institution d'un sujet dominé-assujetti, mais aussi que se produit une véritable tension entre blocage et tendance du sujet à la résistance, comme l'a démontré Eni Puccinelli Orlandi dans son travail sur les formes du silence (1994).

Cette tension est fort proche de celle qui caractérise le couple « langue fluide » - « langue imaginaire », catégories introduites toujours par Eni Puccinelli Orlandi pour distinguer la langue orale brésilienne (langue fluide) de la grammatisation² portugaise, qui essaie de normaliser l'autre, lors de la construction de la langue nationale au Brésil. Pour reprendre les mots de Puccinelli Orlandi (1996^a, p. 2): « La langue imaginaire est celle que les analystes fixent avec leurs systématisations et la langue fluide est celle qui ne se laisse pas fixer dans des systèmes et des formules ».

Pour cette raison Puccinelli Orlandi distingue le portugais du Brésil du portugais du Portugal, qui ont une tradition différente et restent donc des langues doubles, malgré les efforts portugais d'« instituer », et donc de fixer, les sens-autres de la langue orale des Indiens du Brésil. Comme cela arrive pour l'exemple du portugais, nous pensons que les langues utilisées au PE et leurs homologues au plan national (langues nationales) peuvent être considérées également comme un cas d'« hétérogénéité linguistique » (*idem*). Ce sont notamment les langues utilisées au PE, c'est-à-dire les « variantes nationales de l'eurojargon » (RAUS, 2013a), que nous allons analyser de près. Précisons que notre analyse se focalise sur la comparaison des langues française et italienne, mais que souvent il nous faudra aussi

² Selon Auroux (1992, p. 28), « Par grammatisation, on doit entendre le processus qui conduit à décrire et à outiller une langue sur la base des deux technologies qui sont encore aujourd'hui les piliers de notre savoir métalinguistique: la grammaire et le dictionnaire ».

tenir compte de l'anglais aussi puisque, comme nous allons le voir, il s'agit d'une langue officielle et de travail qui est très utilisée lors de la rédaction et de la traduction des documents concernés et qui est souvent l'original à partir duquel s'obtiennent, entre autres, les versions italienne et française des textes produits.

Conditions de production des rapports parlementaires de l'UE

Charaudeau (Charaudeau, Maingueneau, 2002 : 119) souligne la présence d'une double acception de « conditions de production ». La première est de type communicationnel et consiste dans l'« ensemble des données non-linguistiques qui président à l'acte d'énonciation », ce que nous appellerons les « conditions de production matérielles » (voir le paragraphe 2.1).

Cependant, les conditions de production d'un discours, au sens de l'AD, concernent le plan discursif et doivent donc pouvoir également se définir de manière différente. Ces « conditions de production discursives » (voir le paragraphe 2.2) tiennent compte de l'interdiscours et de la manière dont les discours se co-construisent mutuellement, notamment en termes de discours dominant-dominé. Par conséquent, nous allons considérer ces deux types de conditions qui vont également nous éclairer sur le « rapport du Parlement européen » en tant que genre discursif.

Conditions de production matérielles

Au plan de la communication, les rapports du PE sont des textes complexes. Le *Règlement* interne du Parlement (2004, 2009) en précise la structure et les procédures de votation et d'approbation. Dans le cas des rapports d'initiatives, d'où nous tirerons nos exemples, la procédure prévoit une proposition de résolution sur un sujet de compétence des commissions parlementaires, qui sera accompagnée d'un exposé des motifs. Avant d'aboutir au texte final, le rapport est présenté au Parlement sous la forme d'un projet rédigé dans la langue que le rapporteur choisit parmi les 24 langues officielles. Il arrive souvent que le rapporteur choisisse d'utiliser une langue véhiculaire, normalement l'anglais ou, plus rarement, le français ou l'allemand. Ensuite, les parlementaires présentent leurs amendements dans l'une des 24 langues officielles, qui est normalement, mais pas exclusivement, leur langue maternelle. Une fois les amendements acceptés ou refusés, le texte

final est voté et approuvé ou, plus rarement, rejeté par la commission. S'il est approuvé, il est ensuite déposé et soumis à la discussion et à l'approbation du PE. Le rapport final est enfin traduit et rendu disponible dans plusieurs langues et, idéalement, dans les 24 langues officielles de l'institution.

Si les rapports du PE sont définis complexes, ce n'est pas parce que leur procédure les rend constitutivement multilingues (les amendements en sont un exemple) ni parce qu'ils sont traduits dans les langues des États-membres, mais parce que l'on passe de la dimension orale des discussions parlementaires à un texte écrit. Dans ce passage, les changements stylistiques, de structure des phrases (tournures phrastiques), de registre linguistique... rentrent dans un processus que Domenico Cosmai appelle de « neutralisation » (2007, p. 173). Ce type de remaniements ne se produit pas forcément à l'occasion de la rédaction du texte, mais c'est le plus souvent le fruit de sa traduction dans les autres langues officielles.

C'est par exemple ce qui se passe lors de la traduction française du projet de rapport sur la situation des femmes roms dans l'Union européenne qui est présenté par la rapporteure hongroise Livia Járóka³ et est approuvé en avril 2006⁴ (Tab. 1):

Anglais	Français
<p>While preparing the draft of <i>my report, I have had</i> discussions with both public and private parties in the European Union. These contacts included:</p> <ul style="list-style-type: none"> - an exchange of views with Roma Women's Initiative. - <i>As a woman of Roma origin, I have experienced</i> first hand much of the same discrimination that faces Romani women across Europe. - As an anthropologist, <i>I have studied the situation of Romani women</i> by visiting Romani communities and personally observing their experiences. As an MEP, last year, when I visited Greece and Macedonia, I witnessed more of the victimization of Romani women first hand. (...) <p><i>There is a cry of minority and in special</i> Romani women to find themselves in the policies and actions of the member states as well as European Union's Institutions when</p>	<p>Lors de l'élaboration du présent projet de rapport, <i>votre rapporteur a eu</i> des discussions avec des organes publics et privés de l'Union européenne. Ces contacts ont notamment été les suivants:</p> <ul style="list-style-type: none"> - un échange de vues a eu lieu avec la Roma Women's Initiative; - <i>en tant que femme d'origine rom, votre rapporteur a</i> elle-même subi une grande part des discriminations dont sont victimes les femmes roms de toute l'Europe; - en tant qu'anthropologue, <i>votre rapporteur a étudié la situation des femmes roms</i> en visitant des communautés roms et en observant personnellement leurs expériences. En tant que MPE, lors de sa visite l'an passé en Grèce et en Macédoine, elle a pu observer encore mieux les traitements injustes dont sont victimes les femmes roms; (...) <p>Parmi les minorités et en particulier les Roms, <i>les femmes souhaitent</i> être prises en compte dans les politiques et actions des États membres et des</p>

³ Les amendements déposés par cette rapporteure sont normalement en anglais. Cette pratique et l'utilisation d'un anglais non idiomatique dans le rapport, ce qu'un traducteur de l'Union ne ferait pas, nous amène à dire que la rapporteure utilise l'anglais lors de la rédaction de son rapport. Remarquons que la version hongroise du rapport, qui est disponible sur le site du PE, présente des caractéristiques fort proches de la version anglaise que nous présentons ici.

⁴ Les caractères gras, les italiques et les soulignés dans les citations sont les nôtres.

addressing both gender equality and racial and ethnic discrimination	institutions de l'Union européenne en matière d'égalité hommes-femmes et de discrimination raciale et ethnique
--	--

Tableau 1: Versions anglaise et française du Rapport de Livia Járóka (2006)

La traduction française opère plusieurs transformations qui neutralisent les tournures anglaises non idiomatiques, comme « *cry* » et « *in special* », et normalisent le document par rapport au désenbrayage (présence de la non-personne à la place du « je »), qui caractérise ce genre de discours. Cependant, ces changements finissent par affaiblir le positionnement d'un sujet qui, sans doute à cause de l'origine-autre de la rapporteure (« en tant que femme rom »), s'exprime de manière décalée par rapport à la rhétorique habituelle de l'hyperlangue communautaire (CAIMOTTO, 2017, p. 181).

Nous constatons ainsi que le traducteur double l'instance énonciative première dont il « silencie » (ORLANDI, 1996b, p. 28) le véritable dit, pour réduire les tournures orales et spontanées de la version originale à la fixité de l'écriture formelle de l'eurojargon.

Pourcentage d'utilisation des langues

Un deuxième aspect qu'il faut considérer par rapport aux productions matérielles des rapports est l'utilisation majoritaire de l'anglais lors de la rédaction et de la traduction de ces documents. Si le PE reconnaît 24 comme langues officielles et de travail, force est de constater que les documents sont normalement rédigés dans trois langues pivots: l'anglais en priorité, puis le français et l'allemand. Au plan de la traduction des rapports, l'anglais reste prioritaire, comme le démontre (Tab. 2) les quelques chiffres concernant les pages traduites pour la seule Commission (COMMISSION EUROPÉENNE, 2010, p. 102):

	1997	2004	2008
Production totale en pages	1 125 709	1 270 586	1 805 689
Texte source en anglais	45%	62%	72%
- en français	41%	26%	12%
- en allemand	5%	3%	3%
- autres langues	9%	9%	13%

Tableau 2: Tendances de la traduction à la Commission européenne

Et voici ce qui arrive en 2014 (Fig. 1), d'après les données rendues disponibles par l'Antenne de la Direction générale de la Traduction (DGT) de la Commission européenne:

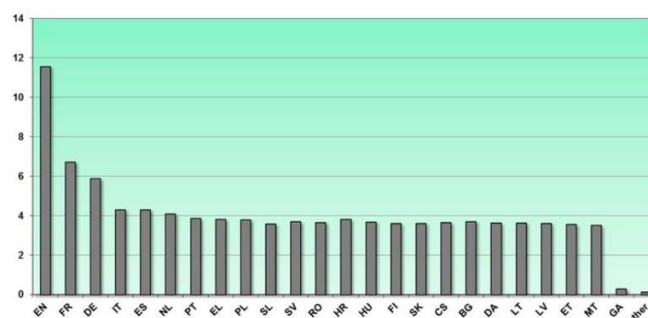


Figure 1: Tendances de la traduction à la Commission européenne en 2014

Nous constatons la tendance grandissante à privilégier de plus en plus l'anglais, ce qui a de fortes répercussions sur le choix des rapporteurs d'utiliser cette langue comme langue pivot avant même de recourir à la traduction dans les autres langues officielles, comme nous avons eu l'occasion de le dire. Précisons que, comme dans le cas cité de Járóka (Tab. 1), les rapporteurs qui utilisent l'anglais le plus souvent ne sont pas des natifs.

Conditions de production discursives

Au plan discursif, l'hyperlangue communautaire se caractérise par la présence de ce que les linguistes ont dénommé « eurolecte » (GOFFIN, 1994) ou, de manière péjorative, « eurojargon » (GOFFIN, 2005), qui est défini comme « (techno)lecte spécifique » utilisé par les sujets politiques. Cet idiolecte se caractérise par (RAUS, 2013a, p. 386):

- la coprésence d'au moins trois types de terminologie: institutionnelle, normative-juridique et sectorielle (Nystedt, 1999, p. 205);
- la tendance à l'hyperonymie, notamment en ce qui concerne la terminologie juridique qui, avec la terminologie institutionnelle, représente le noyau dur de l'eurojargon;
- la présence d'une phraséologie, mais aussi de tournures phrastiques et, de manière plus large, de stratégies discursives et d'une rhétorique spécifiques.

Bien sûr, ces tendances générales trouvent ensuite des adaptations variées dans les eurojargons empiriques tels qu'ils se réalisent dans les 24 langues officielles, ce qui permet de

parler de « variantes nationales » de l'eurojargon, ce dernier étant alors une sorte de langage « imaginaire » *supra partes* visant la communication transnationale.

Ce jargon a été souvent critiqué parce qu'il est finalement peu compréhensible par les non-initiés au point que l'UE même, dans ses guides de rédaction, recommande de recourir à des tournures et à un langage plus simples qui puissent être accessibles à tout citoyen. Cela dit, l'eurojargon est ce qui fait que tous les ans un ensemble de néologismes, souvent peu intelligibles, finissent par circuler, par les médias et par les discours politiques, dans les discours nationaux de l'espace européen et par dicter les politiques nationales, restant alors dans sa mémoire pour tout citoyen européen. Ainsi en va-t-il pour des termes comme « violence à l'encontre des femmes », « combattant étranger », « harcèlement + X » (où X = sexuel / à l'école / moral...)... qui ont fini par se massifier et par animer les débats nationaux. Bien que ces termes et les arguments associés soient mis en circulation à la suite de l'adaptation médiatique et politique, il faut pourtant souligner que c'est justement au plan européen que ces termes sont définis et produisent des pratiques spécifiques et que c'est déjà à ce stade que se joue la tension entre d'une part, l'institution du sens recommandé par l'eurojargon imaginaire et de l'autre, la tendance des langues empiriques – les variantes nationales de l'eurojargon – à réagir à ce blocage de manière différente.

Précisons que quand nous avons parlé d'eurojargon comme d'une langue *supra partes* nous avons souligné sa tendance à l'hyperonymie juridique, ce qui veut dire que ce jargon reste volontairement flou et suffisamment vague pour permettre ensuite l'adaptation aux langues politiques et juridiques nationales. Cependant, l'eurojargon encadre forcément les réalisations discursives obtenues par traduction dans les langues empiriques qui sont utilisées dans l'hyperlangue communautaire. Lors de cet encadrement, la présence de l'idéologie néolibérale crée un déjà-là incontournable. Par exemple, si nous considérons le néoterme « flexicurité », mot-valise créé à partir de « flexibilité » + « sécurité », on ne peut pas contester que, par-delà les différentes traductions de ce terme dans les langues officielles des institutions européennes, il impose un concept qui tend à légitimer par le présupposé d'existence la flexibilité du travail, en jouant sur l'opacité pour atténuer la conflictualité et pour induire de nouvelles attitudes par rapport au travail (AT*TRUIA, 2014). De manière similaire, mais cette fois-ci au plan du discours, l'analyse conduite par Clara Rizzitelli (2012) sur le discours européen concernant la femme migrante démontre la présence d'une rhétorique néolibérale commune aux versions italiennes et françaises des documents analysés et qui légitime l'insertion de la femme migrante par la nécessité économique : pour la femme

européenne, il s'agit de la nécessité d'entrer dans le marché du travail, pour la migrante il s'agit de la remplacer dans le travail de soin et de trouver à son tour un emploi dans le foyer familial de manière à s'insérer dans le pays d'accueil (RIZZITELLI, 2012, p. 37).

Par ces stratégies discursives et lexicales, la rhétorique de l'Union européenne instaure de mémoires prothétiques (LANDSBERG, 2004), c'est-à-dire qui ne viennent pas du vécu des personnes et qui s'imposent par la circulation dans l'interdiscours, en contribuant à instituer un sens qui, tout en restant flou, encadre les réalisations discursives des sujets et se pose en discours dominant par rapport au discours de ces derniers.

Ces mémoires sont prothésiques dans la mesure où les termes qui circulent et deviennent institués au plan communautaire le sont dans une hyperlangue vide de mémoire et cela à la différence de ce qui se passe au niveaux des langues empiriques nationales.

Pour distinguer les deux, citons, par exemple, le cas de l'italien communautaire « *bevande spiritose* » (« boissons spiritueuses ») au lieu de « *bevande alcoliche* » (« boissons alcooliques ») qu'on utilise au niveau de la langue nationale, le premier déclenchant un certain effet comique en italien à cause la polysémie que « *spiritoso* » entraîne au niveau de la langue commune (« *spiritoso* » dans la langue italienne courante veut dire « drôle, qui fait rire »). C'est aussi le cas de « violence domestique » utilisée dans le document de l'UE alors que le français national privilégierait plutôt « violence conjugale »... La création et la circulation de ces termes se fait justement dans une situation d'énonciation-autre, artificielle, par rapport aux hyperlangues nationales et c'est pour cette raison que nous trouvons de fortes ressemblances avec les mécanismes de l'hétérogénéité linguistique qui est décrite par Eni Puccinelli Orlandi.

L'eurojargon imaginaire produirait donc un discours dominant qui finirait par conditionner la production des eurojargons empiriques nationaux, en les encadrant. Notre hypothèse est résumée dans le tableau 3:

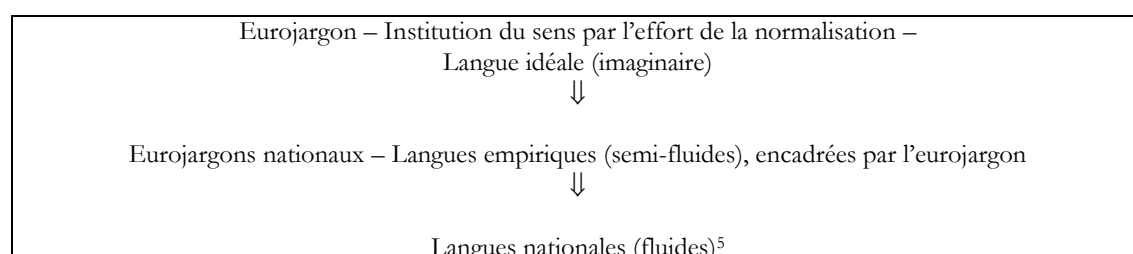


Tableau 3 : Relations entre langues dans l'espace européen

⁵ Les langues nationales sont fluides par rapport à l'eurojargon. Par rapport à la construction des langues nationales, nous ne pouvons pas dire si ces langues ont toujours été telles.

Sorte de « langue de mousse » (ORLANDI, 1996b) dont on a souvent contesté le fait d'être trop vague en raison de l'hyperonymie ou de l'absence de définitions de quelques termes, qui pourtant sont très souvent utilisés et dictent des pratiques spécifiques (par exemple, « terroriste », « minorité »...), l'eurojargon imaginaire, qui se réalise concrètement dans les eurojargons nationaux, tend à instituer l'idéologie néolibérale prônée par les politiques européennes.

Cependant, c'est lors de sa réalisation empirique dans les eurojargons nationaux que se produit la tension entre cette langue vide de mémoire et l'éventuelle tentative de résistance des langues nationales. Voyons de plus près en quoi consiste le blocage produit par l'eurojargon lors de la tentative d'instituer les sens, ou plutôt les « concepts », des termes.

La « grammatisation » passe par la normalisation de l'eurojargon

Comme pour n'importe quelle langue imaginaire, l'eurojargon aussi a ses propres outils de « grammatisation » (AUROUX, 1992). Ces outils se composent non seulement de manuels de rédactions, qui présentent les critères à respecter lors de la rédaction des documents européens (par exemple, la cohérence logique, la cohérence terminologique, la clarté, la précision juridique...), mais également des normes produites par l'Organisation internationale de normalisation (ISO) qui recommandent d'entreprendre une démarche « onomasiologique », c'est-à-dire qui privilégie la définition du concept avant de choisir la dénomination de l'objet concerné, pour définir les termes (voir les normes 704, 860 et 1087 du Comité technique 37). Ces critères recommandent, entre autres, l'univocité conceptuelle et l'harmonisation (graphique, phonétique et conceptuelle) des termes. Le principe de l'harmonisation justifierait, par exemple, le fait qu'en français européen on privilégie « violence domestique », calqué sur l'anglais « *domestic violence* » et qui trouve son équivalent harmonisé dans les autres langues romanes, entre autres, l'italien (« *violenza domestica* »). Au plan lexical, donc, la terminologie essaie d'instituer un sens, via l'accord sur un concept défini de manière onomasiologique, qui tend à uniformiser et à figer le lexique. Les termes sont ensuite transcrits et définis dans la banque de données officielle de l'UE, *l'InterActive Terminology for Europe*, qui est connue sous l'acronyme « IATE » (voir Fig. 2).

Domaine	Boisson	fr
Définition	la boisson spiritueuse obtenue par distillation d'un moût fermenté de céréales, présentant des caractères organoleptiques provenant des matières premières utilisées	
Réf. de la définition	JOCE L 160, 12.06.1989, p.4	
Terme	alcool de céréales	
Fiabilité	3 (fiable)	
Réf. du terme	Règlement (UE) n° 68/2013 de la Commission du 16 janvier 2013 relatif au catalogue des matières premières pour aliments des animaux, 32013R0068/FR	
Date	07/08/2013	
Terme	boisson spiritueuse de céréales	
Fiabilité	3 (fiable)	
Réf. du terme	JOCE L 160, 12.06.1989, p.4	
Date	24/09/2003	
	it	
Définition	la bevanda spiritosa ottenuta mediante distillazione di un mosto fermentato di cereali che presenta caratteristiche organolettiche derivanti dalle materie prime utilizzate	
Réf. de la définition	GUCE L 160, 12.06.1989, p.4	
Terme	bevanda spiritosa di cereali	
Fiabilité	3 (fiable)	
Réf. du terme	GUCE L 160, 12.06.1989, p.4	
Date	24/09/2003	

Figure 2: Exemple d'une fiche bilingue d'IATE concernant l'entrée « Boisson spiritueuse » / « *Bevanda spiritosa* »

Le sens institué n'est pas la seule dimension qui est figée. La dimension textuelle l'est également par la présence de pratiques rédactionnelles normative qui finissent par rendre les rapports parlementaires un genre de discours « routinier » (MAINGUENEAU, s.d., p. 2) dont la structure est figée et, par conséquent, prévisible. Voici, par exemple, comment se présente le projet de rapport d'initiative au PE (Fig. 3):

Paratexte	<p align="center">PROPOSITION DE RÉSOLUTION DU PARLEMENT EUROPÉEN</p> <p>sur l'exploitation sexuelle et la prostitution et leurs conséquences sur l'égalité entre les hommes et les femmes (2013/2103(INI))</p> <p><i>Le Parlement européen,</i></p>
Visas	<ul style="list-style-type: none"> – vu les articles 4 et 5 de la déclaration universelle des droits de l'homme de 1948, – vu la convention des Nations unies de 1949 pour la répression de la traite des êtres humains et de l'exploitation de la prostitution d'autrui, <p align="center">...</p>
Considérants	<p>A. considérant que la prostitution et la prostitution forcée sont des phénomènes comportant une dimension de genre et une dimension internationale, puisqu'entre 40 et 42 millions de personnes sont concernées dans le monde entier, la grande majorité des personnes prostituées étant des femmes et des filles, et presque tous les clients étant des hommes, et considérant qu'elles constituent par conséquent tant une cause qu'une conséquence de l'inégalité entre les hommes et les femmes, qu'elles ne font qu'aggraver;</p> <p>B. considérant que la prostitution est une forme d'esclavage incompatible avec la dignité de la personne humaine et ses droits fondamentaux;</p> <p align="center">...</p>
Dispositions	<p>1. reconnaît que la prostitution et l'exploitation sexuelle sont des questions étroitement liées aux genres et des violations de la dignité humaine, qu'elles sont contraires aux principes régissant les droits de l'homme, parmi lesquels l'égalité entre hommes et femmes, et sont par conséquent contraires aux principes de la charte des droits fondamentaux de l'Union européenne, notamment l'objectif et le principe de l'égalité entre les hommes et les femmes;</p> <p>2. souligne que la santé et les droits sexuels et génésiques de toutes les femmes doivent être respectés, en ce inclus le droit de disposer de leur corps et de leur sexualité, sans coercition, sans discrimination et sans violence;</p> <p align="center">...</p>
Exposé des motifs	<p align="center">EXPOSÉ DES MOTIFS</p> <p>La prostitution est un phénomène difficile à quantifier puisqu'il est illégal dans la plupart des États membres. Selon un rapport de la Fondation Scelles publié en 2012, la prostitution, à l'échelle mondiale, concerne entre 40 et 42 millions de personnes, dont 90 % dépendent d'un proxénète.</p> <p align="center">...</p>

Figure 3: Structure du rapport d'initiative

Comme le montre la figure 3, les éléments du paratexte sont suivis par les visas (introduits par la configuration « vu + X »), les considérants (introduits par la configuration « considérant que + X »), les dispositions (introduites par des verbes à la troisième personne de l'indicatif) et par l'exposé des motifs.

Au plan de la circulation discursive plus généralement, l'utilisation d'une part, des mémoires de traduction, et de l'autre, d'argumentaires et d'éléments de langage prescrits (KRIEG-PLANQUE, OGER, 2017) tend à créer des configurations d'énoncés qui peuvent

même se répéter identiques, à quelque détail près, lorsqu'il est question de rapports concernant le même domaine d'intervention politique. Voici, par exemple, comment la contestation de l'amalgame femme-victime se présente dans le rapport que la Hongroise Zita Gurmai rédige sur la situation des femmes dans les Balkans en 2008, et comment il est repris dans le rapport sur la situation des femmes en période de guerre qui a été présenté six ans après par la Roumaine Norica Nicolai (versions françaises en Tab. 4; version italienne en Tab. 5):

FR (Gurmai)	(9) estime que les femmes dans les Balkans, qui ont été victimes de la guerre, ne devraient plus être considérées uniquement comme des victimes de guerre, mais plutôt comme des protagonistes dans la stabilisation et la résolution des conflits ;
FR (Nicolai)	(28) [...] estime que les femmes qui ont été victimes de la guerre ne devraient plus être considérées uniquement comme des victimes de guerre, mais plutôt comme des protagonistes dans la stabilisation et le règlement des conflits ;

Tableau 4 : La reprise du rapport Gurmai (2008) dans le rapport Nicolai (2011) en français

IT (Gurmai)	(9) ritiene che le donne nei Balcani, che hanno subito la guerra, non dovrebbero più essere considerate soltanto come vittime di guerra, quanto piuttosto come faultrici della stabilizzazione e risoluzione di conflitti;
IT (Nicolai)	(28) [...] è del parere che le donne vittime della guerra non dovrebbero più essere considerate soltanto come vittime di guerra, quanto piuttosto come faultrici della stabilizzazione e risoluzione di conflitti;

Tableau 5 : La reprise du rapport Gurmai (2008) dans le rapport Nicolai (2011) en italien

Le blocage fait que, dès qu'on produit du discours, celui-ci peut être réutilisé via l'implémentation des mémoires de traduction mises à disposition des traducteurs officiels aussi bien que de tout rédacteur qui, tout en s'appuyant sur des sources similaires (i.e. des argumentaires), finit par réutiliser des lieux communs et des tournures préconstruites (déjà-là).

Cependant, la tendance normalisatrice de l'hyperlangue communautaire, dont la composante diplomatique (au sens de PASCUAL, 2004, p. 9) prévoit un degré d'opacité censé garantir ensuite l'adaptation nationale des discours produits à l'international, est constamment basculée par les tendances spécifiques des variantes nationales des eurojargons, qui se caractérisent par des penchants différentes et qui permettent de parler de la présence de langues « semi-fluides » à des degrés variés, comme nous allons le voir en prenant en compte les pratiques colingues et codiscursives qui ont lieu à l'intérieur du PE.

Les pratiques colingues au PE

Nous allons tout d'abord considérer les variantes nationales de l'eurojargon par rapport aux pratiques colingues, tout en rappelant que le colinguisme consiste dans les relations possibles entre langues instituées, telles les 24 langues officielles et de travail du PE. Tout comme pour les pratiques codiscursives, nous poserons d'abord la question du sujet aux langues et puis par rapport à l'institution du sens.

Rapport du sujet à la langue

Chaque rapporteur-e du PE peut utiliser sa langue maternelle lors de la présentation de son rapport. Cependant, les données statistiques que nous avons fournies au tableau 2 et les pratiques que nous avons pu observer lors de l'analyse des rapports du PE montrent la tendance des parlementaires à utiliser l'anglais véhiculaire et, plus rarement, le français ou l'allemand comme langues de travail. Cette tendance est sans doute favorisée par la volonté et la nécessité de se comprendre mutuellement. Par exemple, il n'est pas rare que certains amendements soient proposés par des parlementaires de nationalité différente qui appartiennent au même groupe politique et/ou à des groupes politiques différents. Il est donc normal que ces amendements soient présentés dans l'une des langues véhiculaires, surtout l'anglais.

Cependant, les pratiques langagières favorisent l'utilisation de l'anglais dès la rédaction du projet de rapport et donc avant même la discussion des amendements. Rappelons que, jusqu'à l'entrée du Royaume-Uni dans l'Union, c'était la langue française qui jouissait d'un certain prestige, notamment en raison de son utilisation privilégiée dans le domaine juridique; les choses ont changé à la suite de l'adhésion du Royaume-Uni et, par conséquent, à « la montée en puissance de l'anglais » (LAUTISSIER dans TRON, 2010, p. 1). Tout en restant résiduel, il peut arriver que le français aussi puisse être choisi par le rapporteur comme langue de travail, comme c'est le cas pour la Bulgare Nedelcheva Mariya, pour la Slovaque Anna Záborská ou pour la Portugaise Regina Bastos. Bien sûr, l'impératif communicationnel justifie ces pratiques d'utilisation d'une langue de travail différente de sa propre langue maternelle mais cela nous fait réfléchir:

1. d'une part, sur la présence de sujets politiques qui ressentent leur langue comme plus ou moins délégitimée, ce qui peut produire à son tour l'affaiblissement du positionnement politique dès que nous considérons la place que ces sujets occupent dans l'interdiscours, c'est-à-dire leur « positionnement » (CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2002, p. 453);
2. de l'autre, sur la manière dont l'utilisation d'une langue par un non-natif produit déjà du sens-autre, et donc de l'hétérogénéité linguistique.

Positionnement « polémique » italien (S1) vs positionnement « autoritaire » français (S2)

Par rapport au premier constat, signalons le cas de l'italien, qui justement finit par avoir une attitude colingue différente du français en raison d'un positionnement ressenti comme moins légitime, notamment par rapport à l'anglais, qui reste souvent la langue de l'original des documents mais aussi du français. Ce positionnement du traducteur, et en général du sujet natif qui utilise l'eurojargon italien, émerge de l'attitude « réceptive » (CALIENDO, 2004, p. 9) vis-à-vis des autres langues. L'eurojargon italien a en effet tendance à utiliser des emprunts qui viennent de l'anglais, britannique ou américain (c'est par exemple le cas de « *mobbing* » que l'anglais britannique remplacerait plutôt par « *psychological harassment* »), et des autres langues. Mais Caliendo remarque aussi la tendance de la structure de l'eurojargon italien à se modifier en raison des tournures calquées sur le français et/ou sur l'anglais. Ainsi en va-t-il lors de la répétition des possessifs, qui normalement sont omis en italien, lors de l'inversion de la structure italienne « nom + adjectif », ou lors du vouvoiement, qui en italien se fait normalement par la non-personne (« *lei* ») mais qui, dans le contexte du PE, se fait plutôt en utilisant la personne (« *voi* » calqué sur le français). Ces caractéristiques de l'eurojargon italien montrent justement l'« ouverture colingue » de cette langue par rapport aux autres, notamment aux langues véhiculaires.

Cependant, si une certaine contamination entre langues caractérise non seulement le jargon italien mais également les autres variantes nationales de l'eurojargon produite dans l'hyperlangue « transnationale » et artificielle de l'UE, en raison justement du fait qu'il s'agit en quelque sorte de langues qui restent hétérogènes par rapport aux langues nationales, ce qui caractérise l'italien est d'une part, son ouverture colingue plus marquée, ce qui renvoie à un positionnement « polémique » des sujets (au sens de ORLANDI, 1984) et de l'autre, que ce positionnement finit par se répercuter au plan du sens et des pratiques sociales.

À ce sujet, nous allons présenter deux exemples qui portent sur les verbes « charnières » qui introduisent les paragraphes des dispositions des rapports parlementaires. Ces verbes sont fondamentaux dans la mesure où ils permettent au PE de se positionner par rapport

aux autres acteurs concernés dans l'espace public, avant tout la Commission et le Conseil de l'UE. Il s'agit donc d'observer les modalités d'engagement des acteurs tel qu'il est souhaité par le Parlement européen.

Le premier exemple que nous donnons concerne une étude que nous avons menée sur les rapports parlementaires concernant la prostitution (RAUS, 2017). Nous avons d'abord procédé en rassemblant les verbes des dispositions par rapport à leur visée pragmatique, puis nous avons pris en compte leur fréquence d'utilisation dans les rapports en français et en italien, ce qui a donné les chiffres et pourcentages transcrits dans le tableau 6:

Visée du verbe	FR (tot. 697 occurrences)	IT (tot. 648 occurrences)
<i>Exposition d'une idée</i> (ex. « constate, observe, reconnaît / osserva riconosce, prende atto »)	34 (4,87 %)	35 (5,4 %)
<i>Défense d'une position</i> (ex. « considère, estime, note / considera, nota rammenta »)	77 (11,04 %)	103 (15,89 %)
<i>Mise en valeur d'une idée</i> (ex. « appelle, insiste, souligne / evidenzia, insiste, sottolinea »)	183 (26,25 %)	121 (18,67 %)
<i>Critique</i> (ex. « condamne, exige, s'inquiète / condanna, esige, deplora »)	22 (3,15 %)	34 (5,24 %)
<i>Proposition d'une solution</i> <i>(incitation à l'action)</i> (ex. « demande, encourage, exhorte / chiede, esorta, incoraggia »)	375 (53,8 %)	327 (50,46 %)
<i>Approbation</i> (ex. « salue, se félicite / plaude, si compiace »)	6 (0,86 %)	28 (4,32 %)

Tableau 6: Fréquence des verbes introduisant les dispositions dans les rapports d'initiative (en gras les différences majeures)

Par le tableau, nous voyons que l'énonciateur/traducteur italien – c'est-à-dire le « sujet 1 » (S1) – a tendance à se mettre en relation avec les autres acteurs sollicités, par rapport auxquels il défend sa propre position, il critique les autres acteurs/sujets ou les approuve. Le

dit reste justement « polémique » (Puccinelli Orlandi 1984), ouvert aux autres en raison d'un imaginaire ressentant le positionnement italien comme moins légitime.

Par contre, l'énonciateur/traducteur français – c'est-à-dire le « sujet 2 » (S2) – tend à mettre en valeur ses propres idées et à proposer des solutions, tout en ressentant son positionnement comme légitime et autoritaire (Puccinelli Orlandi 1984). Cela lui permet de privilégier des verbes à visée incitative comme le verbe « demande », qui est le verbe le plus utilisé pour introduire les dispositions des rapports analysés, comme nous pouvons le constater dans le tableau 7:

FR	IT
<i>Demande</i> (206)	Invita (135)
Souligne (147)	<i>Chiede</i> (131)
Invite (128)	Sottolinea (110)
Estime (41)	Ritiene (44)

Tableau 7: Les verbes les plus utilisés pour introduire les dispositions des rapports d'initiative

À la différence du français, l'italien privilégie l'invitation (« *invita* ») à l'engagement de la demande, cette dernière ne venant qu'à la deuxième place (« *chiede* »).

Cette tendance à un positionnement différent de la part du sujet est confirmée par une autre étude, que nous avons conduite sur le rapport sur la politique intégrée des produits, qui a été présenté par le suédois Anders Wijkman en 2004 (RAUS, 2011). Cette fois-ci, il s'agit d'un rapport législatif, dont l'original anglais de certains amendements et leurs traductions en français et en italien suggèrent de nouveau l'attitude « polémique » de S1 et « autoritaire » de S2, comme nous pouvons le voir à l'aide du tableau 8:

Amendements n°	Version originale (EN)	Traduction française	Traduction italienne
17-42-43...	<i>Calls on the Commission</i>	<i>Demande</i> à la Commission	<i>Invita</i> la Commissione
18-60	... <i>calls on the Commission</i>	... <i>exhorte</i> la Commission	... <i>Invita</i> la Commissione
45-46-47...	<i>Calls on the Commission</i>	<i>Invite</i> la Commission	<i>Invita</i> la Commissione
50	<i>Calls on the Commission</i>	<i>Engage</i> la Commission	<i>Invita</i> la Commissione
53-68-69...	<i>Calls on the Commission</i>	<i>Réclame</i> que la Commission	<i>Invita</i> la Commissione

Tableau 8: Traductions française et italienne du verbe introducteur « *To Call* »

Les modulations opérées en français, s'expliqueraient par les choix faits en relation avec le cotexte d'occurrence du verbe introducteur. Sur la base des verbes performatifs introduits par « *To Call* », nous avons dans l'ordre (Tab. 9):

Degré de performativité	Verbe	Cotexte discursif
<	<i>Invite</i> (la Commission à)	explorer les possibilités / reconnaître l'importance / concevoir les instruments PIP de façon à ce qu'ils s'imbriquent
	<i>Exhorte</i> (la Commission à)	définir des objectifs / promouvoir la collaboration
	<i>Demande</i> (à la Commission de)	présenter une directive / aider l'industrie / donner priorité aux mesures suivantes
	<i>Réclame</i> (que la Commission)	développe un système / établit un comité
>	<i>Engage</i> (la Commission à)	Veiller à intégrer le concept PIP ... dans ses propositions législatives

Tableau 9: Performativité des verbes français en relation avec les cotextes

Le tableau 9 montre que S2 module les énoncés en engageant davantage la Commission que ne le font l'original et la traduction italienne: les attentes vis-à-vis de la Commission augmenteraient en raison des activités et de l'engagement demandés. La stratégie énonciative présente dans la traduction française témoigne donc d'un positionnement précis, autoritaire, et qui insiste sur la responsabilité des acteurs.

L'hétérogénéité linguistique

Par rapport à la manière dont l'utilisation d'une langue par un non-natif produit déjà du sens-autre, ce qui amène à l'hétérogénéité linguistique, citons l'exemple des travaux préparatoires au Rapport sur les aspects relatifs à l'égalité entre les femmes et les hommes dans le contexte de la récession économique et de la crise financière présenté en 2010 par l'Espagnol Romeva i Rueda. Dans le tableau 10, il est possible de voir les amendements à ce rapport qui ont été proposés en français par la Bulgare Nedelcheva Mariya (A), par la

Française Elisabeth Morin-Chartier (B) et par cette dernière et d'autres parlementaires de nationalités variées:

Proposition de résolution	(A) Amendement de Nedelcheva	(B) Amendement de Morin-Chartier	(C) Amendement de Morin-Chartier et d'autres parlementaires de nationalités variées
considérant que [...] les réponses apportées à l'échelle nationale et internationale – aucune d'entre elles ne tenant compte des <u>spécificités liées à l'égalité hommes-femmes</u> –, ont également été décidées uniquement par les hommes	considérant que les réponses nationales et internationales apportées à la crise n'ont pas suffisamment pris en compte les <u>spécificités de genre</u> ; (or. fr.)	considérant que les réponses apportées à l'échelle nationale et internationale – aucune d'entre elles ne tenant compte des <u>spécificités liées à l'égalité hommes-femmes</u> – (or. fr.)	considérant que les réponses apportées à l'échelle nationale et internationale – qui ne tenaient pas suffisamment compte <u>de la dimension de genre</u> – ; (or. en.)

Tableau 10: Amendements au rapport Romeva i Rueda (2010) et l'utilisation des langues (FR/EN)

D'abord, remarquons le fait qu'effectivement la Française Morin-Chartier utilise la langue française mais aussi que, dès qu'elle propose un amendement avec d'autres parlementaires de différentes nationalités, elle utilise l'anglais, ce qui ensuite demande la (re)traduction en français. Par conséquent, si le dit de Nedelcheva (A) et de Morin-Chartier (B) est en français dans l'original, le dit de Morin-Chartier et des autres parlementaires (C) est produit par la traduction de l'anglais, ce qui justifie le fait que l'on privilégie le terme « dimension de genre » pour traduire par calque l'anglais de l'original de l'amendement « *not sufficiently gender-inclusive* », que nous n'avons pas rapporté dans le tableau.

Par contre, les amendements proposés en français (A-B) montrent une utilisation différente de l'anglais de la part des deux francophones, dont seulement la seconde est native. Nedelcheva privilégie le concept anglais du terme « *gender* » que Morin-Chartier aplatit par adaptation sur la seule composante hommes-femmes, témoignant justement de l'adaptation d'un concept flou au contexte national, à la mémoire de sa propre langue nationale. Précisons ce que la Commission générale de terminologie et de néologie (COGETER), qui, en 2015, est devenue la Commission d'enrichissement du français, avait justement recommandé au sujet du terme anglais *gender* en juillet 2005:

En anglais, l'emploi de *gender* dans ces expressions constitue un néologisme et correspond à une extension de sens du mot qui signifie *genre grammatical*. De plus,

ce terme est souvent employé pour désigner exclusivement les femmes ou fait référence à une distinction selon le seul sexe biologique.

Or, en français, le mot **sexe** et ses dérivés **sexiste** et **sexuel** s'avèrent parfaitement adaptés dans la plupart des cas pour exprimer la différence entre hommes et femmes, y compris dans sa dimension culturelle, avec les implications économiques, sociales et politiques que cela suppose.

La substitution de *genre* à **sexe** ne répond donc pas à un besoin linguistique et l'extension de sens du mot *genre* ne se justifie pas en français. Dans cette acception particulière, des expressions utilisant les mots *genre* et *a fortiori* l'adjectif *genré*, ou encore le terme *sexospécificité*, sont à déconseiller.

Toutefois, pour rendre la construction adjectivale du mot *gender*, fréquente en anglais, on pourra préférer, suivant le contexte, des locutions telles que **hommes et femmes**, **masculin et féminin**; ainsi on traduira *gender equality* par **égalité entre hommes et femmes**, ou encore **égalité entre les sexes**.

La Commission générale de terminologie et de néologie recommande, plutôt que de retenir une formulation unique, souvent peu intelligible, d'apporter des solutions au cas par cas, en privilégiant la clarté et la précision et en faisant appel aux ressources lexicales existantes.

À la différence de Morin-Chartier, Nedelcheva s'inscrit dans la mémoire anglaise du terme de départ et opère un choix colingue différent.

Le choix d'un colinguisme privilégiant des formes transculturelles d'influence majeure de l'anglais sur le français se reflète aussi, au niveau phrastique, dans l'utilisation de Nedelcheva du binôme de traduction introduisant d'abord la forme anglaise et puis l'équivalent français, alors que dans les documents parlementaires européens en français l'on trouve plutôt la forme inverse, par respect de la tendance française à privilégier celle-ci (RAUS, 2007, p. 323). Citons, par exemple, l'amendement proposé par la parlementaire bulgare au projet de rapport présenté par Kratsa-Tsagaropoulou le 28 mars 2011 (6): « *C bis. Considérant que la question de la représentativité des femmes à la direction des entreprises va de pair avec celle du 'genderpay gap' (différence de salaire)* ». Si normalement, le dit français a tendance à utiliser d'abord le terme français et puis le terme étranger entre parenthèses, ce que nous avons appelé un « bilinguisme de respect » (RAUS, 2007, p. 324), Nedelcheva fait l'inverse et, tout comme il arrive également pour la langue italienne, elle introduit d'abord la langue anglaise et puis la traduction entre parenthèses, ce qui témoigne la présence d'une sorte de « bilinguisme de prestige » (*idem*). De nouveau, soulignons l'attitude colingue de l'italien par rapport à l'anglais qui est considéré comme langue de prestige et ressenti comme modèle à imiter, ce qui implique aussi la reprise des concepts exprimés par cette langue nationale et/ou véhiculaire.

L'institution du sens

Les pratiques colingues des eurojargons nationaux qui sont utilisés par les sujets instituent des sens décalés, comme nous venons de voir, ce qui laisserait supposer alors la présence de langues fluides. Cependant, notre hypothèse est justement qu'il s'agit de langues semi-fluides, en ce qu'elles sont encadrées par l'eurojargon imaginaire qui produit à la fois des réactions distinctes (positionnement « polémique » italien vs positionnement « autoritaire » en français) et l'hétérogénéité linguistique (entre ces variantes et les langues nationales ; entre l'utilisation des langues par des natifs et par des non-natifs). La traduction permet donc de réadmettre une « dimension argumentative » (AMOSSY, 2010, p. 33-34) qu'autrement le dit européen aurait plutôt tendance à aplatir par la tentative de « grammatiser » ces variantes. L'exemple de Livia Járóka, que nous avons cité précédemment, montre justement la tendance à instituer un sens précis et des modèles de rédaction spécifique qui n'ont pas vraiment grand-chose à voir avec les langues-cultures nationales. L'exemple de « flexicurité » est un autre cas qui témoigne de la volonté de créer des mémoires prothétiques qui n'ont aucun rapport avec les langues-cultures nationales.

Nous allons maintenant plus loin en considérant des cas analogues à ce dernier en partant du constat selon lequel l'eurojargon est un langage institutionnel qui « n'est pas insensible à [la] logique *floue, naturalisante* » (STEINER, 2002, p. 200) qui caractérise la « langue de coton » internationale, une langue qui s'adapte à tout contexte. Cette notion se rapproche de la « langue de mousse » décrite par Orlandi (1996b) et se caractérise par un flou notionnel et par des caractéristiques décrites par les analystes (HUYGHE, 1991; STEINER, 2002; POERKSEN, 2011, qui privilégie le terme « langue en plastique »). C'est justement par rapport à cette langue imaginaire, qui vise l'institution de l'idéologie néolibérale, que les variantes empiriques réagissent, tout en en restant conditionnées. Voici, ce que dit Steiner (2002, p. 201-202) à propos de l'harmonisation en tant qu'instrument de normalisation / grammatisation européen, en citant Marc Abélès (1999, p. 501-511):

Cette harmonisation conceptuelle engendre de nombreux rapports de force *inter* et *intra*-étatique. « On a (...) beaucoup entendu les mots *flexibility, employability*. Remarquons que ces mots sont aisés à traduire en français. Or ils ont suscité une forte résistance ». Alors que l'employabilité renvoie, en France, à la précarisation grandissante de l'emploi les Britanniques voient d'un mauvais œil cet acharnement à parler d'« exclusion ». « Cette bataille à fleurets mouchetés autour de la traduction de certains mots se livre sans trêve dans l'arène des institutions européennes ». Se joue en effet, derrière ces questions de traduction, une lutte pour l'imposition d'une certaine gestion – perception – de la société. Certains termes participent à la résistance, note Marc Abélès.

Steiner cite l'exemple de « service public », l'équivalent français de l'anglais « *public utility* » qui pourtant, à la différence de ce dernier, insiste sur des prestations qui ne visent pas la déréglementation néo-libérale mais plutôt « la satisfaction de l'intérêt général » (STEINER, 2002, p. 202). Le sujet français montre donc qu'il réagit à la tentative d'assujettissement à l'idéologie néolibérale. Par contre, la tendance du sujet italien semble confirmer ce que nous avons pu constater auparavant à propos des attitudes de S1 et de S2 plus en général. Nous pouvons le voir lors de la traduction des termes anglais concernant l'intégration de la dimension de genre: dans le tableau 11, nous avons transcrit les versions anglaise, italienne et française des amendements 8 et 9 du rapport sur l'approche intégrée de l'égalité des femmes et des hommes dans le cadre des travaux de la commission, rapport présenté par la rapporteure slovène Anna Záborská en 2006:

EN	IT	FR
Stresses that gender mainstreaming cannot replace specific policies which aim to redress situations resulting from gender inequality , and underlines that specific gender equality policies and gender mainstreaming are dual and complementary strategies and must go hand in hand if the goal of gender equality is to be achieved	Sottolinea che l' integrazione della dimensione di genere non può sostituire politiche specifiche miranti a rimediare a situazioni risultanti da disparità fra uomini e donne e ricorda che le politiche specifiche finalizzate alla promozione della parità e integrazione della dimensione di genere sono complementari e che vanno pertanto condotte di pari passo per conseguire l'obiettivo della parità fra uomini e donne	Souligne que l' approche intégrée pour l'égalité ne saurait remplacer les politiques spécifiquement destinées à corriger les situations résultant d' inégalités entre hommes et femmes et rappelle que politiques spécifiquement destinées à promouvoir l'égalité et approche intégrée pour l'égalité sont complémentaires et qu'elles doivent aller de pair pour parvenir à l' égalité entre hommes et femmes
Points out that mainstreaming involves ensuring gender perspective and attention to the goal of gender equality are central to all activities...	Rileva che l' integrazione della dimensione di genere postula che la prospettiva di genere e l'attenzione all'obiettivo della parità occupino una posizione centrale in tutte le attività...	Souligne que l' approche intégrée pour l'égalité implique que la dimension de l'égalité et la prise en compte de l'objectif d' égalité soient assurées d'être au cœur de toute action...

Tableau 11: Amendements 8 et 9 au rapport Záborská (2006) et leur traduction en FR et en IT

L'exemple cité permet de remarquer la réaction majeure du S2 qui, en respectant la recommandation de la COGETER, remplace « *gender* » par l'« égalité », cette dernière devenant le concept clé qui institue un sens décalé par rapport au concept anglais, un sens plus approprié pour la langue nationale concernée. Par contre, le S1 reste proche de l'original, à quelque détail près (l'« *equality* » devenant « *parità* », ce qui est d'ailleurs proche de la « *parità di retribuzione* » utilisée dans le Traité de Rome de 1957). Le degré de réaction à l'eurojargon et à l'idéologie néolibérale que nous constatons dans les versions français et italienne est

différent en raison justement du positionnement d'assujettissement majeur ou mineur des sujets qui rédigent / traduisent les rapports et qui, par conséquent, subissent et réagissent différemment au blocage du sens.

Les pratiques codiscursives au PE

Si nous passons maintenant à l'analyse des pratiques codiscursives, et que, par conséquent, nous prenons en compte les relations entre discours institués, nous pouvons constater la coexistence, à l'intérieur de l'hyperlangue communautaire, de plusieurs types de discours qui se croisent et interagissent dès qu'on a affaire à l'eurojargon. En effet, ce dernier est produit dans un espace-temps structuré par une hyperlangue à dominante juridique et politique mais également sectorielle dans la mesure où les politiques européennes s'intéressent à plusieurs domaines (société, agriculture, pêche...). L'eurojargon donc est fort hétérogène au plan lexical et peut l'être également au plan discursif. Comme chaque type de discours respecte des contraintes spécifiques, les relations codiscursives varieront par rapport au type de discours concerné, notamment dans un contexte multilingue tel que celui de l'UE.

Par exemple, nous avons constaté ailleurs que le discours juridique français tend à faire résistance aux « événements sémantiques », c'est-à-dire à toute « nouvelle conceptualisation qui entraîne une reconfiguration de l'hyperlangue, se reflétant en discours et éventuellement en langue (événement discursif et linguistique) » (RAUS, 2003a, p. 62) et que de ce fait, il réagit également à l'hyperlangue qui encadre la nouvelle conceptualisation (RAUS, 2012, p. 13). C'est ce qui justifie que le terme « parité » n'est pas utilisé en français au plan juridique et que c'est plutôt le terme « égalité » qu'on finit par privilégier dans le français national et dans l'eurojargon français. Nous avons pourtant vu que l'équivalent italien de l'« *equality* / égalité » concernant le genre ou les sexes (H/F) est justement « *parità* ». Ajoutons que le discours juridique italien considère « *parità* » (parité) comme synonyme juridique d'« *uguaglianza* » (égalité) (CAIELLI, 2010, p. 157sv) et que donc le discours juridique a des caractéristiques différentes selon les langues, l'italien admettant la synonymie juridique là où le français privilégie la clarté et différencie la synonymie linguistique de la synonymie juridique. Par conséquent, l'espace multilingue de l'UE non seulement produit des tendances colingues qui diffèrent selon les langues mais également des tendances codiscursives qui varient également par rapport aux langues concernées. Précisons que, lors du passage codiscursif de matériel lexical et discursif, le basculement qui se produit entraîne

la reconfiguration de l'hyperlangue et déclenche l'événement sémantique présidant à l'événement discursif et à la légitimation de nouvelles mémoires et pratiques sociales.

Or, il faut rappeler ce que le *Guide pratique commun* (2014) pour la rédaction des textes du PE recommande à l'égard de la cohérence terminologique:

6.2 La cohérence de la terminologie signifie qu'il faut utiliser les mêmes termes pour exprimer les mêmes concepts et que des termes identiques ne doivent pas être utilisés pour exprimer des concepts différents. Le but consiste à ne pas laisser d'ambiguïtés, de contradictions ou de doutes quant à la signification d'une notion. (...)

6.2.2 Il faut utiliser les termes dans leur acception usuelle. Si le même mot a un sens différent dans le langage juridique et dans le langage courant ou technique, il faut formuler la phrase de manière à éviter toute équivoque.

Par rapport donc à l'eurojargon conçu en tant que langue imaginaire, la variante française tend à respecter le blocage sémantique, tandis que la langue italienne semble le contourner par le recours à sa ressource majeure: la synonymie.

Essayons alors d'aller plus loin dans l'analyse des mécanismes codiscursifs par rapport aux variantes des eurojargons nationaux, tout en abordant la relation des sujets au discours et ensuite les effets des pratiques codiscursives sur l'institution du sens en français et en italien.

Rapport du sujet au discours

Dès que nous prenons en compte les pratiques codiscursives, nous observons également les sujets cognitifs (RAUS, 2003b, p. 12) qui président aux événements discursifs éventuels. Notion introduite en 2001 et développée en 2006 par Jacques Guilhaumou (2006), les *sujets cognitifs* sont des médiateurs entre l'expérience sensible et le savoir abstrait: l'hyperlangue, en tant qu'espace/temps de l'intercommunication humaine, serait structurée par des sujets disposant de capacités cognitives propres, en langage simplifié des *sujets cognitifs*. Ces sujets disposent de la possibilité de basculer l'hyperlangue et de produire l'événement sémantique.

Cependant, dans le discours du PE et du genre de discours « rapport d'initiative » que nous analysons, l'eurojargon semble limiter la possibilité de ces sujets de se positionner librement à l'intérieur de l'interdiscours. L'exemple cité de Járóka ne montre pas seulement la tendance à instituer un sens occidental au plan du colinguisme, mais aussi la volonté de

standardiser un discours comme genre où tout recourt à la modalité axiologique est à éviter. D'ailleurs, c'est la notion même de « genre de discours » qui implique un certain degré de blocage et de figement des composantes lexicales, discursives et textuelles.

Mais le blocage peut également découler d'autres facteurs, comme le démontre le débat problématique autour du rapport d'initiative sur la prévention de la radicalisation et du recrutement des citoyens de l'Union par des organisations terroristes qui a été présenté en 2015 par la parlementaire française Rachida Dati. Le projet de rapport insiste sur la réitération des termes « terroriste », terme flou qui pourtant permet l'action internationale en vertu des résolutions du Conseil de sécurité des Nations unies portant sur la lutte contre le terrorisme, et « combattant étranger », à propos duquel on « invite la Commission européenne à établir une définition commune » (paragraphe 2).

Les amendements proposés démontrent le positionnement clair de certains parlementaires, notamment hollandais, suédois et autrichiens, qui essaient de reformuler sans cesse les deux termes de manière différente, comme on peut le constater par le tableau 12:

Projet de rapport	Amendement
<p>A. considérant que plus de 5 000 citoyens européens ont rejoint des organisations terroristes et notamment les rangs de Daech en Iraq et en Syrie ; que ce phénomène ne cesse de s'accélérer pour prendre une ampleur considérable ;</p> <p>B. considérant que les attaques terroristes à Paris, à Copenhague et à Tunis de ce début d'année 2015 mettent en lumière la menace sécuritaire que constituent la présence et la circulation des combattants étrangers sur le territoire européen ; (...)</p>	<p>(Vicky Maeijer - Hollande)</p> <p>A. considérant que plus de 5 000 djihadistes européens ont rejoint des organisations terroristes et notamment les rangs de Daech en Iraq et en Syrie ; que ce phénomène ne cesse de s'accélérer pour prendre une ampleur considérable ;</p> <p>B. considérant que les attaques terroristes à Paris, à Copenhague, à Bruxelles et à Grenoble survenues en 2015 mettent en lumière la menace sécuritaire que constituent la présence et la circulation des djihadistes sur le territoire européen ; que l'Union européenne a condamné ces attaques, mais est confrontée dans le même temps à l'afflux de nouveaux terroristes ;</p> <p><i>Or. nl</i></p>
<p>2. invite la Commission européenne à établir une définition commune de la notion de « combattants étrangers » (...)</p> <p>33. suggère aux États membres de se pencher sur la mise en place de tuteurs dans le processus de déradicalisation des citoyens européens revenus de combats aux côtés d'organisations terroristes</p>	<p>(Kristina Winberg - Suède)</p> <p>2. invite la Commission européenne à établir une définition commune de la notion de djihadistes (...)</p> <p>33. suggère aux États membres d'adopter des mesures judiciaires répressives contre les djihadistes de retour ou sur le point de rentrer de combats aux côtés de groupes terroristes ;</p> <p><i>Or. en</i></p>
<p>28. rappelle que la bonne mise en application des instruments existants, tels que les systèmes SIS et VIS, constitue la première étape de ce renforcement des frontières</p>	<p>(Franz Obermayr - Autriche)</p> <p>28. rappelle que la bonne mise en application des instruments existants, tels que les systèmes SIS et VIS, constitue la première étape de ce renforcement des</p>

extérieures pour détecter les éventuels départs des citoyens européens vers des zones de conflits ; (...) 36. invite les États membres à participer à cet effort de traçabilité des flux financiers extérieurs et à faire montre de transparence sur leurs relations avec certains pays du Golfe, afin de renforcer la coopération dans le but de faire la lumière sur le financement du terrorisme et du fondamentalisme en Afrique et au Moyen-Orient, mais également de certaines associations en Europe ;	frontières extérieures pour détecter les éventuels départs des citoyens européens vers des zones d'activités islamistes intensives ; (...) 36. invite les États membres à participer à cet effort de traçabilité des flux financiers extérieurs des organisations islamistes et à faire montre de transparence sur leurs relations avec certains pays du Golfe, afin de renforcer la coopération dans le but de faire la lumière sur le financement du terrorisme islamiste et du fondamentalisme en Afrique et au Moyen-Orient, mais également de certaines associations islamistes en Europe ;
---	---

Or. de

Tableau 12: Quelques amendements hollandais, suédois et autrichiens au rapport de Rachida Dati de 2015

Les exemples démontrent la focalisation sémantique différente que les reformulations par « djihadiste » et « islamiste » produisent par rapport à l'objet du discours (et d'intervention). Les sujets cognitifs en question insistent sur une pratique codiscursive permettant la reprise du discours religieux (« djihadiste » / « islamiste »). Cette interférence diaphasique (MAINGUENEAU, 1991, p. 143) d'une part, réduit aux seuls facteurs religieux la radicalisation et le terrorisme dont il est question dans le rapport, et de l'autre, contribue à la diffusion de la perception occidentale qui oppose la religion chrétienne à l'Islam, réduisant ce dernier à l'islamisme. Faisons remarquer que le terme « djihadiste » est purement occidental, le *jihad* du Coran ne renvoyant pas à la « guerre sainte / croisade » (RABAH, 1998, p. 234).

Le rapport final ne retiendra pas ces reformulations et finira par insister sur la nécessité de prévenir l'islamophobie et de ne pas réduire la radicalisation à la seule composante religieuse:

considérant que la lutte contre la radicalisation ne saurait se limiter à la radicalisation islamiste; que la radicalisation religieuse et l'extrémisme violent touchent aussi l'ensemble du continent africain; que la radicalisation politique a aussi frappé l'Europe en 2011, en Norvège avec les attentats perpétrés par Anders Behring Breivik; (...)

qu'une approche globale de la lutte contre la discrimination, en général, et l'islamophobie et l'antisémitisme, en particulier, est complémentaire au travail de prévention spécifique de l'extrémisme terroriste; (...)

souligne que l'Union et les pays des Balkans occidentaux, la Turquie, les pays du Golfe et d'autres États arabes devraient faire front commun pour lutter contre la radicalisation et le recrutement, déterminer l'origine du financement des activités terroristes et élaborer un nouveau discours contre le fondamentalisme islamiste;

Bref, l'on finit par ne pas laisser passer la composante discursive-autre, on la neutralise dans un discours qui finit par opposer une idéologie (consensuelle) à une autre (très fortement positionnée).

Cette forme de « silencement » (ORLANDI, 1996b) du dit ne semble pourtant pas capable de bloquer l'événement discursif lors de l'utilisation de l'expression « État islamique » dans la version française du document, qui finit par remplacer le désignant « *Daech* » utilisé dans le projet de rapport. Voici des cas où le syntagme remplace *Daech* ou est simplement ajouté dans le rapport final:

les rangs du groupe « État islamique », du Front al-Nosra et d'autres organisations en dehors de l'Union européenne

(...) qui vise à assurer une stabilisation immédiate des zones libérées du groupe « État islamique »;

souhaite le lancement d'une campagne de communication structurée au niveau de l'Union européenne, se fondant sur les cas d'anciens « combattants étrangers » européens qui sont parvenus à se déradicaliser et dont les témoignages et les traumatismes participent à mettre en lumière la perversité profonde et la dimension religieuse erronée de l'adhésion à des organisations terroristes telles que le groupe « État islamique »;

L'apparente contradiction du non-blocage s'explique par la présence du paradigme « groupe + 'État islamique' », où la modalité autonymique (AUTHER-REVUZ, 2000) renvoie à la fois à:

- la non-coïncidence interlocutive, qu'on pourrait expliciter par « groupe qu'on appelle / qui se dénomme »;
- la non-coïncidence entre les mots et les choses, qu'on pourrait reformuler par « un groupe qui se prend pour un 'État' et se définit comme tel mais qui en fait reste un groupe », ce qui permet d'invalidier l'existence d'un État islamique et de délégitimer ce groupe qui se prend pour un « État ».

Le syntagme est donc encadré dans le discours européen français par des marques qui en soulignent l'hétérogénéité et qui en cernent l'utilisation-autre.

Remarquons que les versions italiennes des amendements utilisent plutôt « *Daech* » et « ISIS », en reprenant des désignants utilisés normalement par les Français (*Daech*) et les Anglais (ISIS), ce qui confirme l'ouverture colingue majeure du sujet italien.

Le préconstruit de l'expression « groupe État islamique » servira alors à encadrer les réalisations discursives des prochains rapports français et pour avoir un impact non

seulement sur les sujets (cognitifs et politiques) mais aussi sur l'institution du sens à donner à l'objet de discours en question, ce qui nous permet justement de revenir sur les effets sémantiques des pratiques codiscursives.

L'institution du sens

Lors des pratiques codiscursives, les passages de matériel discursif et/ou lexical d'un discours à l'autre produit des remaniements sémantiques, puisque « les mots 'changent de sens' en passant d'une formation discursive à une autre » (HAROCHE, HENRY et PÊCHEUX, 1971, p. 102) et d'un discours à l'autre, comme l'ont démontré Branca Rosoff et Guilhaumou (1998). D'ailleurs nous venons de voir que l'expression « groupe 'État islamique' » ne véhicule pas seulement une relation spécifique du sujet au référent (non-coïncidence entre les mots et les choses) mais également entre sujets (non-coïncidence interlocutive), ce qui permet à ces derniers de délimiter leur place dans l'interdiscours, à savoir leur positionnement. Cependant, par le préconstruit, l'expression finit par instituer un sens précis dans la variante française de l'eurojargon.

Un mécanisme similaire se met en place lors de l'inscription du discours de l'association altermondialiste ATTAC dans le dit du PE. Nous revenons ici sur un autre cas d'analyse que nous avons étudié ailleurs (RAUS, 2015a, 2015b), pour réfléchir sur les pratiques codiscursives par rapport à l'institution du sens au plan de l'eurojargon et de ses variantes multilingues.

L'association pour la taxation des transactions financières et pour l'action citoyenne (ATTAC) est une organisation altermondialiste qui a été créée en France en 1998 dans le but de faire approuver le paiement d'une taxe sur les transactions financières. Dès lors, cette organisation n'a pas cessé de grandir et de devenir un point de repère pour les altermondialistes à l'échelle mondiale, notamment après les événements du forum social de Porto Alegre de 2001. Depuis 2000, l'association est reconnue par l'Union européenne, qui lui accorde également des fonds et permet des rencontres entre les députés du Parlement / les membres de la Commission et les représentants des altermondialistes concernés. Les échanges entre l'association ATTAC et l'UE se concrétisent dans une hyperlangue qui institue le discours des altermondialistes comme légitime et déclenche donc des pratiques codiscursives qui facilitent sa reprise à l'intérieur du dit européen.

Cependant, la manière dont le dit d'ATTAC est repris par les organes européens, notamment dans le discours du PE que nous observons de près, montre la présence de mécanismes spécifiques de silencement. En effet, le passage de matériel discursif et lexical du discours d'ATTAC au discours du PE produit non seulement le détournement du sens produit par le discours de l'association, mais agit par la neutralisation des pratiques sociales souhaitées par l'interférence diaphasique (le dit allogène d'ATTAC), en finissant par relégitimer les pratiques de la rhétorique européenne, voire internationale. En d'autres termes, le dit en contre-discours d'un sujet extérieur, telle l'organisation ATTAC entendue comme sujet collectif, est encadré dans le dit européen, qui en bloque les dérives sémantiques potentiellement dangereuses. Le mécanisme est similaire à la concession argumentative, une stratégie qui semble valider le dit de l'autre (arguments ou thèse) pour mieux l'invalidier ensuite et renforcer, par conséquent, l'institution d'un sens endogène.

Précisons que, bien que le discours d'ATTAC soit ressenti comme institué par le PE, ce dernier finit par devenir perméable à la reprise discursive du dit-autre par le biais de deux « passeurs » du dit de l'association, qui ont contribué à l'ouverture codiscursive du PE au dit altermondialiste, comme nous l'avons démontré ailleurs (Raus 2015a, 2015b) : il s'agit de l'Organisation internationale du Travail (OIT) et du Lobby européen des femmes (LEF). Ce sont les événements historiques, notamment les contestations à la « mondialisation » en 2001 et la « crise », financière d'abord (2007) et économique après (2008), qui permettent un rapprochement majeur de ces dits et par là le déclenchement des pratiques codiscursives. Nous tenons à souligner cet aspect pour rappeler le rôle joué par le substrat événementiel dans les mécanismes de circulation discursive et préciser donc l'importance des événements historiques qui peuvent présider aux basculements de l'hyperlangue.

Voyons maintenant quels sont les effets des pratiques codiscursives du PE par rapport au dit d'ATTAC au plan de l'institution du sens par l'analyse de deux cas différents.

Le premier exemple que nous donnerons concerne la manière dont le PE s'intéresse et inscrit dans son dit la question du « patriarcat », question à laquelle ATTAC est très sensible depuis ses débuts et pour laquelle l'organisation signera avec le Lobby européen des femmes (LEF) l'appel de Bruxelles de 2012 contre la prostitution. L'argument qui permet à ATTAC d'invalidier le patriarcat est le fait que cette association y voit l'imposition du rapport de domination de l'homme sur la femme et donc l'établissement de relations de force inégales entre les sexes. Cependant, si nous jetons un coup d'œil à la manière dont le patriarcat s'inscrit

dans le dit du PE, nous nous apercevons que le patriarcat rentre dans une configuration sémantique d'énoncés qui instituent un sens précis et idéologique:

Valenciano Martínez-Orozco (2004, p. 17) **Le peuple rom** repose sur une **tradition patriarcale** très ancrée. Les femmes [il s'agit des femmes issues de groupes minoritaires dans l'Union européenne] se trouvent au croisement entre la culture traditionnelle et la modernité et sont confrontées aux valeurs de leurs familles et au poids culturel du patriarcat [...]

Bozkurt (2005, p. 5) considérant que le sous-développement économique et social dans certaines zones urbaines et rurales en général et dans certaines régions défavorisées de **Turquie** [...] aggravent les problèmes des femmes dans ces régions et affaiblissent leur position, qui est aussi fragilisées par des **structures sociales patriarcales** dominantes;

Járóka (2006, p. 4) considérant qu'il semblerait que, en raison de **traditions patriarcales**, beaucoup de femmes – notamment des **femmes et des filles roms** – ne bénéficient pas du respect total de leur liberté de choix [...]

Parvanova (2010, p. 8) demande à la Commission et aux États membres, en collaboration avec les ONG, de réaliser des campagnes de sensibilisation ciblant les **femmes appartenant à des minorités** ainsi que le grand public et d'assurer la pleine mise en œuvre des dispositions pertinentes pour lutter contre les habitudes culturelles discriminatoires et les **modèles patriarcaux**

Gustaffson (2012, p. 12) demande à la Commission de prêter une attention particulière au fait que, dans de **nombreux pays en développement**, la possibilité pour les femmes d'embrasser une carrière dans l'économie verte est encore fortement limitée en raison **des systèmes patriarcaux** et des modèles sociaux [...]

À la différence du discours d'ATTAC, le patriarcat ne caractérise pas les sociétés des États membres de l'UE mais caractérise les cultures-autres. Le discours altermondialiste est alors recadré par un discours qui reste fondamentalement axé sur l'opposition tradition (l'autre) - modernité (l'Europe des pays développés).

Le deuxième exemple que nous allons traiter concerne le slogan même de l'association ATTAC, « Un autre monde est possible », qui s'inscrit dans le dit du PE à la suite de la crise de 2007-2008, grâce aussi au rôle de passeur joué par le LEF. Voici comment le slogan s'inscrit dans le dit du parlementaire belge Marc Tarabella:

Tarabella (2010, p. 14) La crise économique, financière et sociale qui secoue l'Union européenne et le monde a un impact sur les femmes [...] Cependant, la crise recèle également un énorme potentiel: les gouvernements et l'Union européenne doivent revoir la façon dont ils élaborent leurs politiques. **Une nouvelle société est possible.**

Nous retrouvons dans la reformulation la stratégie de silencement décrite par Orlandi comme politique du sens (1996b, p. 62):

on dit « X » pour ne pas (laisser) dire « y », « y » étant le sens à écarter du dit. C'est le non-dit nécessairement exclu. C'est par là que l'on « silencie » les sens que l'on évite, sens qui pourraient installer le travail d'une « autre » formation discursive, d'une « autre » région de sens. Le silence trace ainsi les limites des formations discursives⁶, et détermine, par conséquent les limites du dire.

Ce sont notamment les deux reformulations suivantes du slogan altermondialiste qui méritent d'être analysées de près:

- « autre \Rightarrow nouvelle » ;
- « monde \Rightarrow société ».

Ces reformulations ne sont pas innocentes mais permettent d'aligner le contre-discours altermondialiste sur le dit du PE, les sujets cognitifs de ce dernier étant bloqués par l'interdiscours parlementaire et par l'eurojargon qui, par l'implicite, a tendance à légitimer l'institution et son dit. En effet, comme nous l'avons dit ailleurs (RAUS, 2015a, p. 125),

La substitution de « nouveau » à « autre » permet à la fois de:

- ne pas délégitimer les politiques précédentes, l'alternative laissant entendre, à la différence de la nouveauté, que le modèle principal a échoué. D'ailleurs, l'UE ne renonce pas à ses politiques de développement (COMMISSION EUROPÉENNE, 2010, p. 10) ;
- ne rien toucher à l'idée positive du progrès, qui reste inaltérée, notamment dans la structure « X + nouveau » reliant la nouveauté à l'innovation;
- s'aligner sur la « langue de coton » (Steiner 2002) normalement utilisée par l'UE (nouvelle stratégie de Lisbonne; nouvelle stratégie pour l'égalité entre les hommes et les femmes...).

Le blocage du sens-autre se fait à des degrés différents, selon les variantes nationales de l'eurojargon. Il est utile de faire la comparaison de la version originale française de Tarabella avec les traductions italiennes et portugaises d'une part, et avec la traduction anglaise de l'autre:

⁶ Faisons remarquer que déjà Michel Pêcheux avait parlé de « formation discursive ». Cette notion n'a pourtant pas fait l'unanimité et a été discutée depuis les années 1980 (voir Charaudeau, Maingueneau, 2002, p. 271-272), raison pour laquelle nous lui avons préféré celle de « configuration d'énoncés », expression reprise à Foucault mais enrichie ensuite par Guilhaumou, Mالدidier et Robin (1994), qui l'ont réutilisée à des fins d'analyse de corpus hétérogènes.

IT/PT

(2010: 13) Una nuova società è possibile, a patto che sia ispirata a un ideale di reale uguaglianza.

(2010: 14) Uma nova sociedade é possível, animada por um ideal de igualdade real.

EN

(2010: 13) A new society, underpinned by an ideal of genuine quality [*sic*], could conceivably emerge.

Les variantes nationales montrent que l'inscription du slogan dans les versions italienne et portugaise se produit de manière identique à ce qui arrive dans la version française mais que par contre la version anglaise finit par effacer toute trace de l'interdiscours altermondialiste (« *a new society... could conceivably emerge* »).

Cela ne nous étonne pas tellement, étant donné que la plupart des analyses que nous avons menées sur les rapports multilingues démontrent que la langue anglaise, notamment la langue véhiculaire utilisée à l'international, dont la mémoire est transculturelle et artificielle, semble capable d'un degré de souplesse majeure par rapport aux autres langues, ce qui la rend la langue idéale pour véhiculer l'idéologie de l'eurojargon imaginaire. À ce sujet, faisons remarquer ce qui arrive dans le rapport d'Anna Záborská, où la version anglaise du document montre la présence constante du terme pivot « *gender* », qui entre autres, se maintient dans les discours des différentes institutions européennes, tandis que, dans les autres langues, notamment en français, ce terme et ses dérivés ont produit un foisonnement d'équivalents, notamment si l'on compare les discours des différentes institutions.

Nous voulons justement terminer ici par l'exemple du syntagme « *gender mainstreaming* » pour revenir sur la tension constitutive entre langue imaginaire (eurojargon comme convergence commune vers l'harmonisation des langues) et langues empiriques (eurojargons nationaux, dimension d'adaptation par la traduction), en rappelant ce que nous avons dit sur la traduction française de ce syntagme (RAUS, 2014):

nous devons préciser que le lissage des modalités polémiques, voire conflictuelles, œuvre une sorte de mise en silence de l'appel à l'action et naturalise les différents positionnements et points de vue afin de préserver le simulacre du consensus international. Ensuite, et de manière conséquente, la dimension traduisante endosse une partie de la dimension argumentative du discours, en jouant un rôle qui, jusqu'à aujourd'hui, n'a pas encore été analysé. (...) [L]a traduction reste, en effet, la trace fondamentale des décalages existants et ouvre une brèche dans l'idéologie du discours international qui mérite des études ultérieures.

Encadré par l'eurojargon imaginaire, les variantes empiriques nationales réagissent donc à des degrés différents au blocage du sens et des sujets et finissent par délimiter des

espaces discursifs (CHARAUDEAU, MAINGUENEAU, 2002, p. 97) qui leur permettent de se réaliser comme semi-fluides dans des conditions qui les différencient des productions et des pratiques discursives purement nationales.

Conclusions

En conclusion, nous sommes partie de l'hypothèse (voir le tableau 3) selon laquelle les variantes nationales de l'eurojargon, qui sont hétérogènes par rapport aux langues nationales, se posent à la confluence entre:

- d'une part, la tendance au blocage du dit, de la langue et du positionnement qui caractérise l'eurojargon imaginaire qui les encadre ;
- et de l'autre, la circulation majeure du sens et la liberté de se positionner au plan de l'interdiscours qui caractérise les langues nationales fluides.

Or, les exemples des pratiques colingues et codiscursives qui se réalisent au PE et que nous avons présentées ici, produisent des effets variés sur l'institution du sens et sur le positionnement des sujets, témoignant de la présence d'une tension constitutive constante entre l'eurojargon imaginaire, la langue « dominante » de l'idéologie néolibérale qui vise à absorber tout contre-discours (voir le dit d'ATTAC ou l'oralité du dit de Járóka) et à imposer l'économie comme diaphasie constitutive, et les variantes nationales de l'eurojargon, langues dominées, qui, tout en restant encadrées par le premier (ce qui en bloque le sens / les sujets), réagissent devenant des langues « semi-fluides ». Cette réaction diffère selon la variante nationale en question : si les sujets français (cognitifs et politiques) réagissent au niveau des pratiques colingues, ce qui montre la tendance de ces sujets à se positionner clairement là où il est question de s'appuyer sur une langue ressentie comme légitime, leurs homologues italiens préfèrent des pratiques d'ouverture colingue, ce qui montre un positionnement ressenti comme délégitimé au plan de la langue. C'est pourtant lors des pratiques codiscursives que les Italiens finissent par se soustraire à l'eurojargon imaginaire en recourant à la ressource majeure qu'ils trouvent dans la langue italienne pour débloquer le sens: la synonymie.

Rappelons que ce qui est en jeu est le discours citoyen des droits politiques et sociaux et la manière des sujets de réorienter des politiques censées se produire de plus en plus dans un contexte qui n'est plus national. En ce sens, la tension polémique entre eurojargon imaginaire et variantes nationales, tout en gardant l'apparence du consensus, finit par

démontrer la capacité des sujets de réagir aux blocages du sens et de leur positionnement (assujettissement) dans l'interdiscours, en faisant recours aux ressources constitutives de leurs langues naturelles, voire aux éléments qu'ils ressentent comme capables de produire une réaction légitime.

Précisons encore un autre aspect qui ressort de notre travail: le fait que la langue anglaise véhiculaire semble la plus appropriée à véhiculer le discours néolibéral, en raison de sa nature transculturelle. Cependant, elle n'est pas la seule. Le français véhiculaire aussi, comme le montre le cas cité de Nedelcheva, semble jouer un rôle absolument similaire. Langue hétérogène normalement peu étudiée, ce français, ou mieux ces français, finit par être mis au service d'une idéologie qui n'est plus nationale.

À cet égard, précisons que les langues véhiculaires sont celles qui permettent de mieux réaliser l'idéologie néolibérale au plan discursif et lexical du fait qu'elles s'appuient sur une mémoire qui n'est pas nationale et qui reste, somme-toute, artificielle. Il s'agit de langues transculturelles qui semblent alors mieux s'adapter à la possibilité de véhiculer des mémoires prothétiques. Au plan empirique, ces langues sont finalement la réalisation la plus proche de l'eurojargon imaginaire.

Par conséquent, il est possible de revenir sur le tableau 3, en y ajoutant les éléments supplémentaires suivants (Tab. 13):

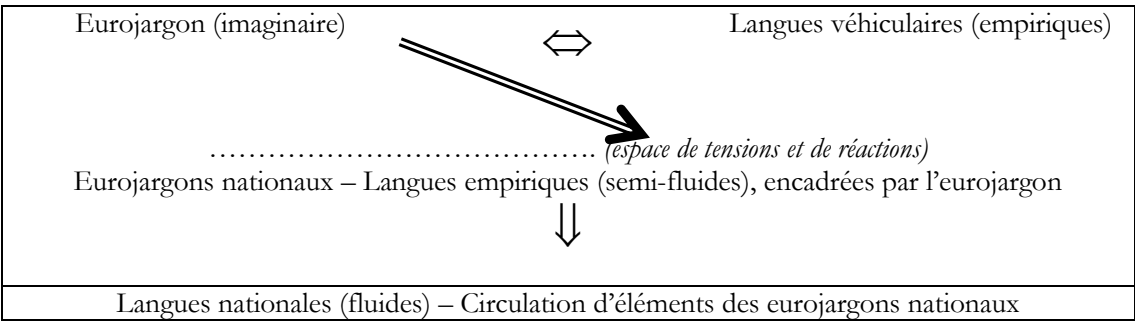


Tableau 13: Relations entre langues dans l'espace européen

Dans le tableau 13, nous avons justement ajouté les trois éléments suivants:

- 1) le rôle joué par les langues véhiculaires par rapport à la réalisation empirique de l'eurojargon imaginaire;
- 2) les réactions plurielles des eurojargons nationaux par rapport à l'effort de normalisation de l'eurojargon imaginaire;

- 3) la reprise d'éléments des eurojargons nationaux dans les langues nationales.

Ces trois éléments ajoutés ouvrent autant de parcours de recherches qui permettent d'aller plus loin dans l'étude de la circulation discursive, de l'interdiscours et de la manière dont chaque culture et donc les différents sujets (cognitifs et politiques) essaient de résister à tout blocage, tout en (re)découvrant, lors de cet effort, le potentiel de leur langue-culture.

Bibliographie

- Abélès Marc (1999). « Pour une exploration des sémantiques institutionnelles ». *Ethnologie française*, n°4, p. 501-511.
- Amossy Ruth (2010). *L'argumentation dans le discours*. Paris : Nathan.
- Attruia Matteo (2014). « Opacité sémantico-référentielle et ambiguïté de la formule flexicurité dans le discours de la Commission européenne ». *Repères-Dorif*, n°5. <http://www.dorif.it/ezone/ezone_articles.php?art_id=180>. Consulté le 30. 07.2017.
- Auroux Sylvain
- (1992). « Introduction. Le processus de grammatisation et ses enjeux ». In : Sylvain Auroux (dir.), *Histoire des idées linguistiques*. Liège : Mardaga, Tome 2, p. 11-64.
 - (1997). « La réalité de l'hyperlangue ». *Langages*, n° 31, p. 110-121.
- <http://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1997_num_31_127_2128>. Consulté le 30. 07.2017.
- Authier-Revuz Jacqueline (2000). « Le fait autonymique : langage, langue, discours – Quelques repères ». <<http://syled.univ-paris3.fr/colloques/autonymie-2000/theme1/authierrel.pdf>>. Consulté le 30. 07.2017.
- Balibar Renée
- (1985). *L'institution du français. Essai sur le colinguisme des Carolingiens à la République*. Paris : PUF.
 - (1993). *Le colinguisme*. Paris : PUF.
- Branca-Rosoff Sonia (éd.) (2001) *L'institution des langues. Autour de Renée Balibar*. Paris : éd. de la Maison de Sciences de l'homme
- Branca-Rosoff Sonia, Guilhaumou Jacques (1998). « De 'société' à 'socialisme'. L'invention néologique et son contexte discursif ». *Langage & Société*, n°83, p. 39-77.
- Caielli Mia (2010). « *Égalité e Parité* : una sinonimia solo apparente. In : Rachele Raus (éd.). *Multilinguismo e terminologia nell'Unione europea. Problematiche e prospettive*. Milan : Hoepli, p. 157-161.
- Caimotto Cristina, Rachele Raus (2017). « The alter-globalist counter-discourse in European Rhetoric and Translation. Women's Rights at the European Parliament ». In: Barbara Curli, Manuela Ceretta (eds), *Discourses and Counter-discourses on Europe, from the Enlightenment to the EU*. London: Routledge, p. 169-188.
- Caliendo Giuditta (2004). « nEUologisms: produttività lessicale del linguaggio comunitario. *Inter@lia*, n° 30, p. 8-10.

- Charaudeau Patrick, Maingueneau Dominique (éds) (2002). *Dictionnaire d'analyse du discours*. Paris : Seuil.
- Comba Mario Eugenio (2010). « Divergenze nei testi giuridici multilingui dell'Unione europea ». In : Rachele Raus (éd.). *Multilinguismo e terminologia nell'Unione europea. Problematiche e prospettive*. Milan : Hoepli, p. 157-161.
- Commission européenne (2010) *La traduction à la Commission 1958-2010*.
- Commission générale de terminologie et de néologie (2005). *Recommandation sur les équivalents français du mot gender*
<<http://www.culture.fr/Ressources/FranceTerme/Recommandations-d-usage/GENDER>>. Consulté le 30. 07.2017.
- Cosmai Domenico (2007). *Tradurre per l'Unione europea*. Milan : Hoepli.
- Ebel Marianne, Fiala Pierre (1983). *Sous le consensus, la xénophobie*. Lausanne : Institut de Sciences politiques.
- Foucault Michel (1982/1994). *Le sujet et le pouvoir*. In : Michel Foucault (1994). *Dits et Ecrits tome IV*. Paris : Gallimard, texte 306 [traduit par Fabienne Durand Bogaert à partir de la version anglaise : (1982) *The subject and the power*. In: Hubert Dreyfus, Paul Rabinow, *Michel Foucault : Beyond Structuralism and Hermeneutics*, Chicago: The University of Chicago Press, 1982, p. 208-226.
<<http://libertaire.free.fr/MFoucault102.html>>. Consulté le 30. 07.2017
- Goffin Roger (1994). « L'eurolecte : oui, jargon communautaire, non ». *META*, XXXIX, 4, p. 636-642.
- (2005). « Quels corpus et quelles approches pour une description contrastive de l'eurolecte ? ». *Préactes des 7^{èmes} journées scientifiques du ré-seau Lexicologie, Terminologie et Traduction*.
<<http://perso.univ-lyon2.fr/~thoiron/JS%20LTT%202005/pdf/Goffin.pdf>>. Consulté le 30. 07.2017.
- Guilhaumou Jacques
- (2001). « La connexion empirique entre la réalité et le discours. Sieyès et l'ordre de la langue », *Marges linguistiques* n°1.
 - (2006). *Discours et événement. L'histoire langagière des concepts*. Besançon : Presses Universitaires de Franche-Comté.
- Guilhaumou Jacques, Maldidier Denise, Robin Régine (1994). *Discours et archive*. Liège : Mardaga.
- Haroche, Henry et Pêcheux Michel (1971). « La sémantique et la coupure saussurienne : langue, langage, discours ». *Langages*, n° 24, p. 93-106.
- Huyghe François-Bernard (1991). *La langue de coton*. Paris : Robert Laffont.
- InterActive Terminology for Europe (IATE) <<http://iate.europa.eu>>. Consulté le 30. 07.2017.
- Landsberg Alison (2004). *Prosthetic Memory. The Transformation of American Remembrance in the Age of Mass Culture*. New York : Columbia University Press.
- Maingueneau Dominique
- (s.d.). « Typologie des genres de discours ». <<http://dominique.maingueneau.pagesperso-orange.fr/pdf/Typologie-des-genres-de-discours.pdf>>. Consulté le 30. 07.2017.
 - (1991) *L'Analyse du discours*. Paris : Hachette.
 - (2014) « L'Analyse du discours et l'espace européen ». In : A. Grezka, M. Leclère, M. Temmar (éds), *Les sciences du langage en Europe*, Limoges : Lambert-Lucas, p. 15-22.
- Nustedt Jane (1999). « L'italiano che si scrive a Bruxelles ». *Italiano e oltre*, XIV, p. 198-206.

- Parlement européen (2014) *Guide pratique commun du Conseil et de la Commission à l'intention des personnes qui contribuent à la rédaction des textes législatifs*.
- Pascual Edmond (2004). *La communication écrite en diplomatie*. Perpignan : Presses Universitaires de Perpignan.
- Puccinelli Orlandi Eni
- (1984). « Typologie du discours et règles de la conversation », *Langage & Société*, n°29, p. 3-25.
 - (1996a). « La langue brésilienne (des effets de la colonisation sur la langue) ». *Linx*, n° 8, <<https://linx.revues.org/1139>>. Consulté le 30. 07.2017.
 - (1996b) *Les formes du silence. Dans le mouvement du sens*. Traduction de Pierre Légglise-Costa, avec révisions d'Eni Puccinelli Orlandi, de Francine Mazière et d'André Collinot. Paris : Édition des Cendres. [Texte original : (1992) *As formas do silêncio : no movimento dos Sentidos*. Campinas : Editora Da Unicamp]
 - (2007) « L'analyse du discours et ses entre-deux : notes sur son histoire au Brésil ». In : Eni Puccinelli Orlandi, Edoardo Guimarães (éds), *Un dialogue atlantique. Production des sciences du langage au Brésil*. Lyon : ENS éditions, p. 37-62.
- Rabah Saddek (1998). *L'Islam dans le discours médiatique. Comment les médias se représentent l'Islam en France ?* Beyrouth : Les éditions Al-Bouraq.
- Raus Rachele
- (2003a). « L'évolution de la locution "à la turque". Repenser l'événement sémantique », *Langage & Société*, n° 105, p. 39-68.
 - (2003b) « Dinâmica da relação "turcos-sultão" nos séculos XVII-XVIII e efeitos de sentido: pode-se falar de acontecimento semântico ? ». Traduction d'André Giraud et de Mariângela Joanilho. *Linguas e Instrumentos linguísticos*, Vol.9/10, p. 9-45.
 - (2007) « La terminologie des Bourses italienne et française : quelle relation à la langue anglaise ? ». In I. Berh, D. Hentschel, M. Kauffmann, *Langue, économie et entreprise : le travail des mots*. Paris : Presses de la Sorbonne Nouvelle, p. 311- 325.
 - (2010) (éd.). *Multilinguismo e terminologia nell'Unione Europea. Problematiche e prospettive*. Milan : Hoepli.
 - (2011) « La traduction des termes en discours : la construction du point de vue dans les Amendements du Parlement européen ». In : Jacqueline Lillo (éd.), *D'Hier à aujourd'hui. La réception du lexique de spécialité*. Monza : Publimetrica Publisher, p. 239-252.
 - (2012) « A não-inscrição da 'paridade' na lei constitucional francesa de 1999 ». Traduction de Débora Massmann. *Entremeios*, Vol. 4, n°1, p. 1-16. <<http://www.entremeios.inf.br/published/80.pdf>>. Consulté le 30. 07.2017
 - (2013a) « L'Eurojargon et sa variante française ». *Argotica*, vol.1 / n°2, p. 383-394. <[http://cis01.central.ucv.ro/litere/argotica/1.%20Argotica_Ro/files2013/Argotica_a_1\(2\)2013.pdf](http://cis01.central.ucv.ro/litere/argotica/1.%20Argotica_Ro/files2013/Argotica_a_1(2)2013.pdf)>. Consulté le 30. 07.2017
 - (2013b) *La terminologie multilingue. La traduction des termes de l'égalité H/F dans le discours international*. Bruxelles : De Boeck.
 - (2014) « Enjeux sociaux et culturels de la traduction française de 'gender mainstreaming' dans les discours des acteurs internationaux (1995-2000) ». *Repères-Dorif*, n°5. <http://www.dorif.it/ezine/ezine_articles.php?art_id=183>. Consulté le 30. 07.2017
 - (2015a) « Types de contre-discours et remaniements 'codiscursifs' : l'inscription du dit d'ATTAC et du LEF dans les rapports du Parlement européen sur les femmes (2004-2012) ». *Semen*, n°39, p. 115-134.

- (2015b). « L'émergence d'un discours 'hégémonique' : quelle place pour le contre-discours altermondialiste dans les rapports du Parlement européen sur les femmes (2004-2012) ? ». In : Julien Aubussier, Tony Ramoneda (éds), *L'Europe en contre-discours*, Besançon : Presses Universitaires de Franche-Comté, p. 115-128.
 - (2017) « Les rapports d'initiative au Parlement européen ou comment la traduction influe sur les aspects performatifs d'un genre discursif ». *Mots. Les langages du politique*, n° 114, p. 95-115.
- Rist Gilbert (éd.) (2002). *Les mots du pouvoir. Sens et non-sens de la rhétorique internationale*. Paris : PUF.
- Rizzitelli Clara (2012). *La donna migrante nell'UE in una prospettiva italo-francese*. Quaderni di Donne & Ricerca, n°26.
 <https://www.cirsde.unito.it/sites/c555/files/allegatiparagrafo/23-05-2016/quaderno_rizzitelli.pdf>. Consulté le 30. 07.2017.
- Steiner Béatrice (2002). « De la langue de bois à la langue de coton : les mots du pouvoir ». In : Gilbert Rist (éd.). *Les mots du pouvoir. Sens et non-sens de la rhétorique internationale*. Paris : PUF, p. 193-208.
- Tron Giorgio (2010). « Alcune postille sulla traduzione del modale *should* nei 'considerando' degli atti normativi », *Inter@lia*, n°46, p. 18-22.
- Uwe Poerksen (2011). *Parole di plastica. La neolingua di una dittatura internazionale*. Traduction d'Armando Capannolo. L'Aquila : Textus edizioni [texte original : (1989) *Die Plastikwörter. Die Diktatur einer internationalen Sprache*. Stuttgart : Klett-Cotta].

Rapports parlementaires⁷

- Bozkurt Emine (2005). *Rapport sur le rôle des femmes en Turquie dans la vie sociale, économique et politique*.
- Dati Rachida (2015). *Rapport sur la prévention de la radicalisation et du recrutement des citoyens européens par des organisations terroristes*.
- Gurmai Zita (2008). *Rapport sur la situation des femmes dans les Balkans*.
- Gustaffson Mikael (2012). *Rapport sur le rôle de la femme dans l'économie verte*.
- Livia Járóka (2006). *Rapport sur la situation des femmes roms dans l'Union européenne*.
- Norica Nicolai (2011). *Rapport sur la situation des femmes en période de guerre*.
- Parvanova Antonyia (2010). *Rapport sur l'insertion sociale des femmes appartenant à des groupes ethniques minoritaires*.
- Romeva i Rueda Raúl (2010) *Rapport sur les aspects relatifs à l'égalité entre les femmes et les hommes dans le contexte de la récession économique et de la crise financière*.
- Tarabella Marc (2010). *Rapport sur l'égalité entre les femmes et les hommes au sein de l'Union européenne*.
- Valenciano Martínez-Orozco Elena (2004). *Rapport sur la situation des femmes issues de groupes minoritaires dans l'Union européenne*.
- Záborská Anna (2006). *Rapport sur l'approche intégrée de l'égalité des femmes et des hommes dans le cadre des travaux des commissions*.
- Wijkman Anders (2004). *Rapport sur la communication de la Commission au Conseil et au Parlement sur la Politique Intégrée des Produits - Développement d'une réflexion environnementale axée sur le cycle de vie*.

⁷ Les rapports parlementaires sont déchargeables sur le site du PE <http://www.europarl.europa.eu/portal/fr>. Nous n'avons rapporté ici que le titre de la version française des documents concernés.

De incivilizados a descivilizados: um percurso semântico do nome vândalos

Taisir Mahmudo Karim
Lucas Alvares

Considerações iniciais

A nomeação claramente é isso, uma enunciação que chama atenção nessas manifestações atuais, quando, sem fazer juízo de valor, chamam alguém de *vândalo*, porque quebrou a porta do banco, tem duas coisas: tem um passado que está significando ali, você tem as enunciações, e isso é uma história longa que se constrói; esse recorte não é um recorte que pega tudo, ele recorta um certo funcionamento ali. Tem *vândalo* e quando chama esse sujeito de *vândalo*, isso projeta alguma coisa. Vamos supor, um jornalista chama de *vândalo*. O que isso projeta? Enunciações muito variadas que ecoam na voz do jornalista. Agora, se um delegado chamar de *vândalo*, já é diferente, ele já projeta a possibilidade de criminalização. Então tem a ver com acontecimento, mas quem é que está agenciado por essa palavra? Isso também faz parte tanto do modo de recortar o passado, quanto de projetar o futuro. (GUIMARÃES, 2015, p. 21).

Conforme fragmento acima, o nome *vândalos*, no funcionamento de linguagem, apresenta seu caráter polissêmico. Nesse sentido, este estudo propõe analisar o nome do lugar dos estudos enunciativos. Como vimos acima, o nome *vândalos* chama a atenção; por vezes se faz comum a observação do uso do nome, de quando as manifestações populares são noticiadas pela imprensa nacional, enunciados como: “vândalos depredaram o patrimônio público”; “vândalos quebraram vidraças e as portas do comércio local”; “onde ocorreram atos de vandalismo e barbárie”, etc., são repetitivos no jornalismo brasileiro. Esse nome, usado com relativa frequência pela mídia em geral, principalmente para noticiar sobre acontecimentos ocorridos pós manifestações populares, é empregado para nomear as pessoas que “destoam” do comportamento habitual que se espera de um indivíduo “civilizado”. Essas pessoas, descritas pelo modo exaltado de se manifestarem, são consideradas violentas; são responsabilizadas pelo quebra-quebra, agressões físicas; são as que tomam e usam objetos diversos (pedras, placas de trânsito, pedaços de pau, lixeiras, rojões, etc.) para protestarem durante as manifestações. O nome *vândalos*, ao ser enunciado para particularizar esses manifestantes, o seu funcionamento designativo, constrói sentidos que acabam por determinar uma identidade estereotipada a esses indivíduos, a qual passa a

significá-los, a dar-lhes existência sócio-histórica. É o processo da semantização desses indivíduos pelo dizer da mídia brasileira. Esse funcionamento de linguagem, considerando aqui o real da língua e da história, toma-os como sujeitos “descivilizados” (aqueles que são civilizados, mas que agem como se não os fossem), um sujeito que deve ser significado de modo diferente dos demais, aqueles ditos normais – conforme normas pré-estabelecidas pelo ocidente civilizado.

Nessa direção, observemos que o nome *vândalos* se articula em novos acontecimentos, levando em consideração os sentidos construídos pelo percurso constitutivo de sua história enunciativa. Mas a imprensa, ao enunciar *vândalos*, um acontecimento enunciativo, constituído por uma temporalidade própria, sentidos outros se movem. Ou seja, enunciar *vândalos* hoje para particularizar indivíduos em manifestações populares é renomear os já “civilizados”, balizando-os pelo comportamento político-social do ocidente civilizado, isto é, hoje, os que são nomeados de *vândalos* são sujeitos que poderíamos designá-los de “descivilizados”, aqueles que formam novos grupos tribais. Esse modo tortuoso da aparição do sentido designando o nome *vândalos* em acontecimentos no mundo ocidental civilizado contemporâneo causa um estranhamento semântico, mesmo se levarmos em conta a acomodação semântico-referencial estabilizada para com o nome pelo/no ocidente civilizado, isto é, *vândalos* está para sentidos de uma rede semântica construída na relação sinonímica com vandalismo/barbárie/violência/selvageria; generalizando, significa os não civilizados (os incivilizados). Nesse sentido, a enunciação de *vândalos*, hoje, movimenta sentidos que, no presente do acontecimento, significa aquilo que se construiu no percurso histórico-enunciativo do nome, a temporalidade desse acontecimento recorta como memorável os sentidos que moviam o nome entre os séculos IV e VI: os estrangeiros, os outros, os grupos tribais considerados bárbaros, os incivilizados. Mas nossa reflexão nos leva para além dessa estabilização semântico-referencial. Aqui, *vândalos* está para os já civilizados, como dito acima, e isso provoca a irrupção de um novo capítulo da história de enunciação do nome *vândalos*, é sua latência de futuridade significando no funcionamento enunciativo do nome.

Para que possamos estabelecer nossas análises, na observação dos sentidos que designam *vândalos*, construídos em acontecimentos recentes, tomaremos como suporte teórico-metodológico os preceitos da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2002), perpassando por narrativas historiográficas que versam sobre o termo em estudo. Como material jornalístico de análise, utilizaremos o texto retirado de um jornal de grande

circulação nacional – *Folha de S. Paulo* – intitulado “Vândalos”, de Cristina Grillo, na seção Opinião, de junho de 2013. O texto trata de uma manifestação popular no Brasil atual.

Ao tomarmos como objeto deste trabalho o nome *vândalos*, enunciado em textos jornalísticos contemporâneos, trazemos primeiro a observação de aproximação semântica entre os nomes *vândalos* e *bárbaros*, nomes que a partir do funcionamento enunciativo, construído do lugar da historiografia, tecem uma relação designativa de determinação sinonímica entre ambos. Em seguida, realizamos as análises do recorte jornalístico selecionado. A partir dessas análises, procuramos mostrar como sentidos outros, em *vândalos*, são construídos pelo/no funcionamento da linguagem considerando a relação do simbólico com o sujeito e a história.

Nomes nas histórias

Tratar daquilo que os termos *bárbaros/vândalos* possam significar, numa simetria sinonímica, é ser tomado pela orientação que instaura, de imediato, uma rede de sentidos que traz o lugar da incivilidade, ou seja, o oposto às práticas sociais estabelecidas pelo processo civilizatório ocidental. O funcionamento desses termos, no acontecimento enunciativo midiático, opera para a argumentatividade de direção semântica que constrói sentidos que passam a significá-los na relação com a violência, a barbárie, o atraso, a selvageria, entre outros adjetivos que se assemelham; são sentidos que movem o relevo semântico da negatividade, sentidos que vão de encontro aos da ação civilizatória ocidental.

Um primeiro movimento designativo dos nomes *vândalos/bárbaros* a ser considerado: o embate político constitutivo da língua entre *vândalos/bárbaros* e *civilizados*. Esse instaura, pelo processo antonímico, o lugar da diferença, o conflito desigual do real da língua. Temos, assim, o termo *civilizados* aqui operando na direção de uma rede semântica que constrói sentidos que passam a significar o “bem” no sentido de positividade, sustentando a relação opositiva com termos como: *incivilizados/bárbaros/vândalos/selvagens*, estes operando na relação argumentativa dos sentidos que significam o “mal” na relação de negatividade. O funcionamento enunciativo desses termos constrói, assim, a relação semântica de alteridade plena entre os termos.

Para apreendermos de modo direto essa questão, continuemos a análise retomando o embate político instaurado entre os nomes *civilizados* e *bárbaros*¹. De início temos uma dicotomia semântica entre esses nomes, mesmo sabendo que *civilização* é um termo relativamente novo, moderno, se comparado a *bárbaros*, conforme já apontado por Benveniste em “Civilização: contribuição à história da palavra” (1991)². Voltemos ao termo *bárbaros*; em Todorov (2010), temos:

Como se sabe, o termo vem da Grécia Antiga, sociedade em que ele tinha um uso comum, em particular, após a guerra contra os persas. Era utilizado em oposição a outro vocábulo e, conjuntamente, eles permitiam dividir a população mundial em duas partes iguais: os gregos – portanto, ‘nós’ – e os *bárbaros*, ou seja, ‘os outros’, os estrangeiros (TODOROV, 2010, p. 24).

Aqui, uma observação a considerar, refere-se à relação dicotômica entre “nós”, os gregos, e “os outros”, os *bárbaros*, os estrangeiros. Isso nos permite particularizar a análise considerando o aspecto opositivo trazido pela relação dos pronomes, conforme apontado na citação acima. Para tanto é preciso especificar a análise do termo *bárbaros*, considerando o domínio semântico de determinação desse fragmento enunciativo. Vejamos o procedimento de reescrituração de *bárbaros*. Temos, no caso, a reescrituração de *bárbaros* por substituição em “os outros” e “estrangeiros”, estes na direção sinonímica de determinação para *bárbaros*, sendo todos estes determinados por uma relação de antonímia a “gregos” e a “nós”. Essa direção semântica é construída no espaço de enunciação do ocidente civilizado, mais localmente, no da civilização greco-romana – como se observará mais abaixo. Ou seja, um primeiro indicador semântico determinante de *bárbaros* está para a predicação de não ser “gregos”, não ser o “nós”. Essa questão tem desdobramentos pontuais, por exemplo: os *bárbaros*, “os outros” não compartilham da helenidade. Nesse sentido, a língua grega determina o ser “nós”. Assim, “todos aqueles que não a compreendiam, nem a falavam ou que a falavam incorretamente” determina os *bárbaros* “os outros”, “os estrangeiros” (TODOROV, 2010, p. 25).

Nessa direção temos em Laplantine: “A antiguidade grega designava sob o nome *bárbaro* tudo o que não participava da helenidade” (LAPLANTINE, 2012, p. 40). E, em Macedo, temos: “Eles eram chamados pelos romanos de “bárbaros”, designação genérica de

¹ Aqui tratamos apenas da relação do termo *bárbaros* com civilizados, em seguida retomaremos o termo *vândalos*.

² Conforme Benveniste em “Problemas de Linguística Geral I” (1991).

todos os povos que não falavam latim nem adotavam os padrões da civilização greco-romana” (MACEDO, 2006, p. 79).

Vejam, esses enunciados podem ser parafraseados por:

a) Aqueles que não falam a língua da civilização greco-romana, que não participam dos seus ideais e seus costumes são os *bárbaros*, são os “outros”, são os “estrangeiros”.

Como podemos observar, *bárbaros* está na relação de determinação semântica por uma questão de linguagem, eles são todos aqueles que não dominam, não compreendem as línguas e as práticas sociais dos greco-romanos.

Assim, o termo *bárbaros*, ao longo de sua história enunciativa, tem seus sentidos construídos no espaço de enunciação do ocidente civilizado. Mas *bárbaros*, como outro termo qualquer, no acontecimento do dizer, apresenta suas nuances semânticas, sentidos que ora se estabilizam, ora são deslocados para que novos sentidos ocupem o caráter de significação outra. Ou seja, o termo *bárbaros* se estabelece constituindo sua fronteira semântica na enunciação, no acontecimento.

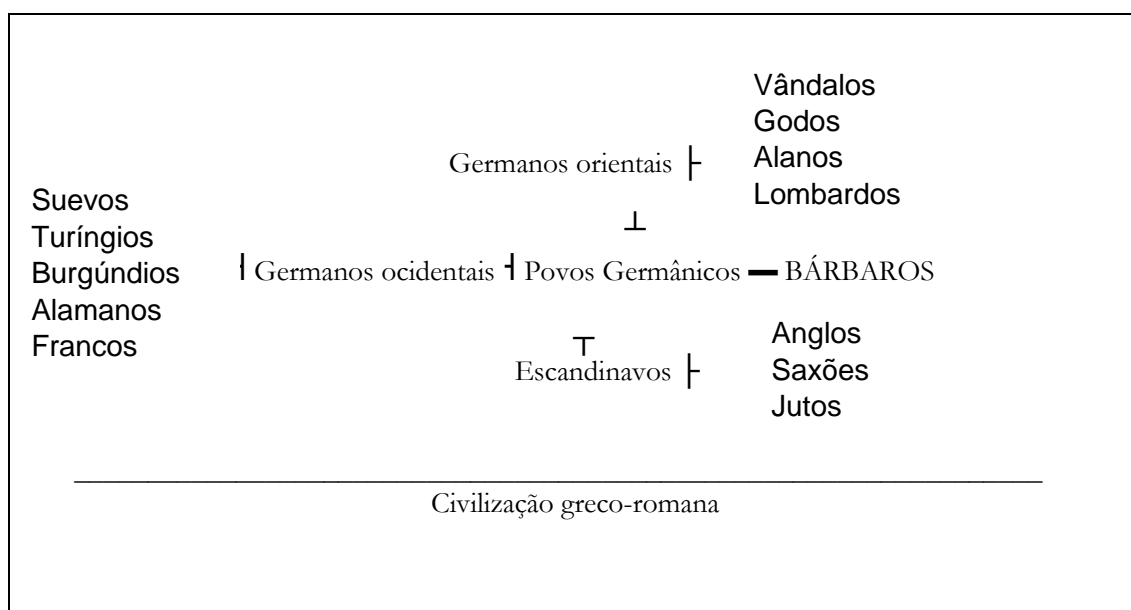
Temos, então, para o termo *bárbaros*, sentidos construídos em acontecimentos enunciativos que se dão no espaço de enunciação do ocidente, levando em conta a relação de civilidade entre as civilizações greco-romana (civilizados) e os bárbaros (incivilizados), mas é interessante observar aqui que “os outros” não enunciam sobre si, ou seja, os *bárbaros* são enunciados e significados pelo “nós”, pela civilização greco-romana.

Retomemos novamente a relação entre os termos *bárbaros* e *vândalos*. Para que possamos mostrar mais fortemente a relação designativa entre esses termos, trazemos agora o fragmento de uma narrativa historiográfica. A narrativa descreve a divisão étnica e territorial dos povos germânicos na Europa durante o Império Romano, entre os séculos IV-VI. Segundo Macedo (2006):

há que se considerar o fator externo, relacionado com a irrupção de povos germânicos no interior do império. Eles eram chamados pelos romanos de “bárbaros”, designação genérica de todos os povos que não falavam latim nem adotavam os padrões da civilização greco-romana. Habitavam ao norte das fronteiras imperiais em regiões da atual Europa Centro-Oriental, e passaram a pressionar as fronteiras localizadas nas proximidades dos rios Reno, Danúbio e Don (...) Embora tivessem um longínquo parentesco, de uma matriz indo-europeia comum (algo que se revela em traços sociais, religiosos e linguísticos estudados por George Dumézil), nos séculos IV-VI os povos germânicos estavam organizados em tribos e confederações de tribos, podendo ser divididos em três grandes grupos étnico-regionais: os escandinavos (anglos, saxões e jutos) que habitavam nas proximidades do mar do Norte, os germanos ocidentais (suevos, turingios, burgúndios, alamanos e francos) que habitavam nas proximidades do

rio Elba, e os germanos orientais (godos, alanos, alamanos, *vândalos*³ e lombardos) que habitavam entre os rios Elba e Don. (MACEDO, 2006, p. 79-80).

Como podemos observar no fragmento acima, *povos germânicos* é reescriturado por substituição por *bárbaros*, e por enumeração por: *escandinavos*, *germanos ocidentais* e *germanos orientais*. Esse processo de reescrituração leva *povos germânicos* a operar na relação sinonímica com *bárbaros*, sendo que *povos germânicos* é determinado por *escandinavos*, *germanos orientais* e *germanos ocidentais*. Temos ainda a relação de determinação para *escandinavos* em Anglos, Saxões e Jutos. Para *germanos ocidentais* temos Suevos, Turíngios, Burgúndios, Alamanos e Francos. E, para *germanos orientais*, a relação com Godos, Alanos, Alamanos, *Vândalos* e Lombardos. Assim, *bárbaros*, na relação sinonímica com *povos germânicos*, acaba por ser determinado por *vândalos*. Esses todos se encontram na relação antonímica com civilização greco-romana, conforme se apresenta o DSD abaixo:



Onde-se lê: Bárbaros obtém uma relação sinonímica com Povos Germânicos, que por sua vez é determinado por escandinavos, germanos ocidentais e germanos orientais. Sendo que Vândalos, Godos, Alanos e Lombardos determinam Germanos orientais. Suevos, Turíngios, Burgúndios, Alamanos e Francos determinam Germanos ocidentais. Anglos, Saxões e Jutos determinam Escandinavos. Esses todos constroem uma relação antonímica com civilização greco-romana.

Vejamos o que Macedo diz sobre a caracterização de *bárbaros*:

Chegamos aqui a um ponto importante: o da caracterização de “bárbaro” e de ‘invasões bárbaras’. Sabe-se o quanto mesmo em nossa época tais termos contêm

³ Grifo nosso.

de pejorativo e de preconceituoso. Com efeito, a tais palavras estão associadas idéias de selvageria, atraso, violência desmedida, anarquia, primitivismo, e outras similares. Ao adotá-las acriticamente, a historiografia acaba por reproduzir o caráter etnocêntrico que as impregna. O “bárbaro” sempre é considerado do ponto de vista do “não-bárbaro”, quer dizer, do ponto de vista de quem se identifica com o mundo romano, e a idéia de “invasões bárbaras” confere aos povos não romanos uma responsabilidade negativa na destruição de um padrão civilizacional considerado modelar para o Ocidente (MACEDO, 2006, p. 80).

Neste fragmento, a condição semântica para o termo *bárbaros* já está lá, está pré-determinada pelo dizer dos *não-bárbaros*. Observa-se que *bárbaros* predica um conjunto de características que orienta para a argumentatividade da incivilidade, o lugar “de selvageria, atraso, violência desmedida, anarquia, primitivismo, e outras similares” (MACEDO, 2006, p. 80). Tem-se, assim, nesse recorte enunciativo, um conjunto de determinações que, ao ser enunciado, recorta como memorável sentidos que se estabilizaram no ocidente civilizado para o nome *bárbaros*. São sentidos que “laçam” o termo, isto é, enunciar *bárbaros* do lugar do dizer ocidental, como modo de individualizar indivíduos, o nome, no seu funcionamento, apresenta uma simetria que opera na direção argumentativa de sustentação dos sentidos trazidos pelo memorável, ou seja, nomear *bárbaros* é fazer significar o sujeito incivilizado, de certo modo, diria também, o sujeito malévolos.

Retomemos a questão de os *bárbaros* serem ditos e significados por uma perspectiva dos *não bárbaros*, o lugar do dizer do ocidente civilizado. Essa questão marca o nome *bárbaros* de modo muito particular, *bárbaros* é o nome que designa os indivíduos “outros”, aqueles que não fazem parte do “nós” é, nesse caso, sempre enunciado e significado por aqueles que se identificam como *não bárbaros*, o “nós”. O “nós” está sempre em lado oposto com os “outros”; como já visto acima, de um lado, os gregos, os romanos, de outro, os bárbaros, os estrangeiros. Esse lugar de dizer sobre os *bárbaros* constrói sentidos que sustentam a relação de alteridade de mão única, uma relação política que determina o bem e o mal, o que implica a divisão da humanidade entre civilizados (nós) e incivilizados (os outros). Os “outros” não se significam no dizer, não enunciam, assim, o nome *bárbaros* é enunciado e significado pelo “nós” no espaço de enunciação do mundo ocidental civilizado, o lugar de dizer dos “civilizados”. Ou seja, as enunciações que sustentam a rede semântica, que opera sentidos de negatividade para *bárbaros* se dão do lugar dos *não bárbaros*.

Voltemos ao nome *vândalos* (nosso objeto de análise), e aqui se deve levar em conta sua determinação no processo sinonímico construído pelo domínio semântico de determinação de *bárbaros*, como visto em Macedo (2006). Como dissemos no início deste trabalho, nosso objetivo aqui é analisar o termo *vândalos* enunciado em textos jornalísticos

que resultam das manifestações populares no Brasil do século XXI. Nesse sentido, é importante retomarmos a afirmação de Guimarães (2002) quando diz que os sentidos daquilo que algo significa se dão no acontecimento do dizer, o qual constitui sua temporalidade própria na relação existente entre língua, sujeito e história; assim, a análise do nome *vândalos* leva em consideração a constituição do político da linguagem, que, para Guimarães, é caracterizado

pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão excluídos. Desse modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento (GUIMARÃES, 2002, p. 16).

Passemos agora às análises do recorte retirado do jornal *Folha de S. Paulo*.

Novos bárbaros: vândalos brasileiros do século XXI

Como se sabe, o Brasil recente tem vivenciado diversas manifestações populares; manifestações que indicam o descontentamento da população em relação ao Estado brasileiro: descontrole de gastos públicos; desvio de recursos; corrupção ativa e passiva; entre tantos outros, são motivos que levam os brasileiros às ruas exigindo mudanças políticas.

São manifestantes que representam os mais diversos grupos sociais, com interesses distintos, apesar de as manifestações se instaurarem como de objetivo comum. Entre esses que saem às ruas como forma de manifestarem o descontentamento estão os grupos considerados “exaltados”, os que supostamente agem com violência, destruindo patrimônios públicos e privados; são esses brasileiros, os manifestantes nomeados de *vândalos*, que nos interessam nesta análise.

A imprensa, ao noticiar esses acontecimentos, com frequência identifica esses manifestantes pelo termo *vândalos*. Esse funcionamento semântico, instaurado pelo acontecimento de nomeação, os constitui sócio-historicamente; são, em verdade, identificados como tal, *os vândalos*, considerando aqui também os sentidos construídos e estabilizados pela história enunciativa da palavra no ocidente civilizado.

Vejamos, então, como se constroem sentidos para *vândalos* no recorte retirado do jornal já citado. Para efeito de melhor compreensão do trabalho, o recorte será identificado por **R1**. Passemos à observação e análise do recorte.

Folha de S. Paulo, 22 de junho de 2013. Página A2, seção Opinião.

VÂNDALOS

RIO DE JANEIRO – O que se via na madrugada de ontem ao longo dos pouco mais de três quilômetros da Avenida Presidente Vargas que separam a Candelária da Prefeitura do Rio não era o resultado de uma manifestação legítima por melhorias em saúde, transportes ou educação.

Nos pontos de ônibus, pessoas que tentavam voltar para casa eram atacadas por grupos que ainda saqueavam lojas e assaltavam a população.

Nem mesmo lixeiros que tentavam limpar as ruas escaparam. Vi um grupo tentando roubar as vassouras daqueles que, na madrugada, se esforçavam para trazer de volta um pouco de normalidade à cidade. Outros ameaçavam equipes de manutenção que tentavam avaliar os estragos em paradas de ônibus e semáforos.

Dezenas de postes onde ficam radares e câmeras que controlam o trânsito – e que poderiam fornecer imagens que ajudariam a identificar os baderneiros – foram arrancados.

Na avenida havia a consequência da ação de vândalos. Uma minoria entre os 300 mil manifestantes que, no fim da tarde de quinta-feira, iniciaram pacificamente uma passeata no mesmo local onde, há quase 30 anos, reivindicaram-se a redemocratização do país e as eleições diretas para a Presidência da República.

O saldo do vandalismo: semáforos danificados; placas de trânsito, paradas de ônibus, lixeiras e relógios de rua destruídos; placas de identificação de ruas arrancadas.

Um número ainda não contabilizado de lojas e agências bancárias foram saqueadas. Uma cabine da PM foi incendiada. O Terreirão do Samba, lugar de shows populares, e acesso ao Sambódromo foram depredados. Uma escola pública aos arredores também foi vandalizada. Imagens exibidas pela TV mostram um homem que, com um martelo, destruía vitrines de lojas, agências bancárias, orelhões.

Quem busca melhorias para o país não sai com martelo na mochila.

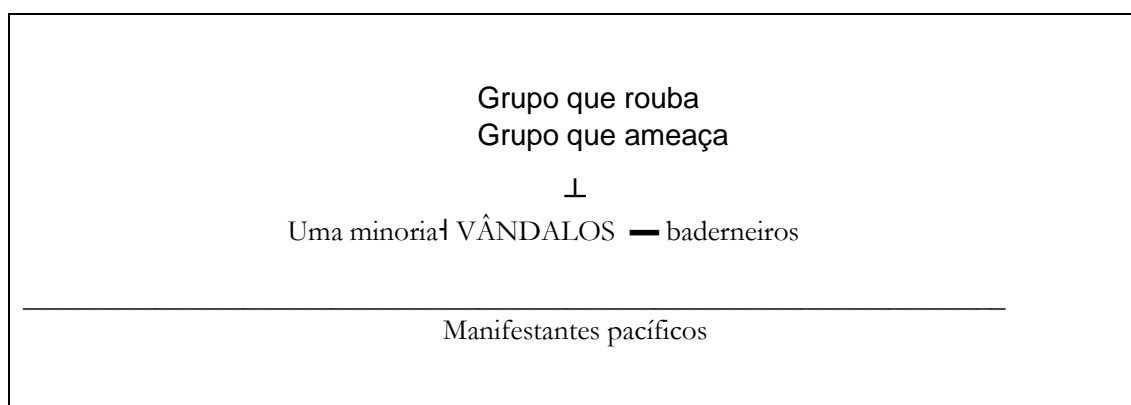
Por Cristina Grillo.

O agenciamento da cena enunciativa constitutiva de um jornal tem sua configuração construída de modo bastante específico. A cena apresenta um locutor-empresa que é “significado no acontecimento de cada texto” presente no jornal (GUIMARÃES, 2010b). Ou seja, nos textos jornalísticos, o locutor-empresa é significado “como o lugar social de sujeito que tipificou os espaços do jornal e assim constituiu modos de enunciação futuras” (GUIMARÃES, 2010b, p. 104). Nesse sentido, o jornal apresenta um espaço de enunciação tipificado e constituído do lugar social de dizer do locutor-empresa. No caso do texto em análise, o espaço está tipificado por seção Opinião e a forma de discurso que funciona nesse espaço enunciativo é o do discurso relatado de forma direta.

A cena enunciativa dessa seção Opinião agencia a representação do locutor-jornalista que fala do lugar do dizer do enunciador individual, o que se fala se dá do lugar social de

dizer do locutor-jornalista, tomado pela perspectiva do enunciador individual, segundo Guimarães (2002, p. 25), o enunciador individual: “É a representação de um lugar como aquele que está acima de todos, como aquele que retira o dizer de sua circunstancialidade. E ao fazer isso representa a linguagem como *independente* da história”. Portanto, o locutor-jornalista, ao relatar de forma direta, ocupa o lugar de dizer que apresenta a perspectiva “que se dá como independente da história pela representação desta individualidade”.

Começemos a análise desse recorte observando o DSD que se segue:



Onde-se lê: Grupo que rouba, grupo que ameaça e uma minoria funciona determinando vândalos. Vândalos obtém uma relação de sinonímia com baderneiros. Isso tudo mantém uma relação antonímica com manifestantes pacíficos.

Vejamos, então, o que significa *vândalos* no **R1**. Uma primeira observação: *vândalos* é enunciado como título da matéria, ou seja, tudo que vem depois reescreve⁴ por expansão *vândalos*. Temos, assim, uma relação integrativa textual na qual o procedimento de articulação predicativa constrói uma narratividade⁵ semântica para *vândalos*. O que se vê no caso dessa narrativa é uma construção que opera para a argumentatividade de uma relação sinonímica entre *vândalos* e *bárbaros*, uma relação possível se levarmos em conta o movimento integrativo textual do conjunto de determinações que reescreve *bárbaros* visto em Macedo (2006) e em Grillo (2013), com o conjunto de predicções que determina *vândalos*. Em Macedo, se tem “selvageria, atraso, violência desmedida, anarquia, primitivismo, e outras similares” (2006, p. 80); em Grillo (2013), grupos que atacavam, saqueavam, assaltavam, roubavam, ameaçavam, estragavam, depredavam, destruíam, vandalizavam. Essa relação é marcada pela

⁴ Conforme conceito de reescrituração desenvolvido em Guimarães (2007).

⁵ Adotamos a noção de narratividade, tal como compreendida por Orlandi (2017, p. 30-31), como funcionamento do interdiscurso (memória discursiva), considerando a historicidade, materialidade do discurso, enquanto estrutura e acontecimento. Ou seja, a narratividade como constitutiva do funcionamento da memória, dos sentidos e dos sujeitos em qualquer forma e funcionamento de discurso.

temporalidade própria do acontecimento de **R1**, que recorta como memorável as narrativas de *vândalos/bárbaros* enunciadas do lugar da historiografia. Aqui, os sentidos dos dois conjuntos estão para a sustentação simétrica da rede semântica que estabiliza o lugar da argumentatividade da negação civilizatória do ocidente civilizado. Trata-se da divisão própria do político da linguagem, o conflito estabelecido pela normatividade desigual do real da história⁶. Se, de um lado, temos “nós” os *civilizados*, de outro se tem “os outros” os *vândalos/bárbaros*. É o confronto do real da história constituído pelo simbólico entre o bem e o mal, ou seja, as narrativas historiográficas das civilizações, ao serem enunciadas do lugar de dizer do ocidente civilizado, marcam a semantização que determina o que deve e pode significar *civilizados* e *vândalos/bárbaros*.

Ainda é possível apontarmos para o nome *vândalos* um conjunto de termos que reescreve *vândalos*. São reescrituras que se dão por substituição como: “grupos”, “um grupo”, “baderneiros”, “outros”, “*vândalos*”, “uma minoria”. São termos que indicam sempre a representação de coletividade, isto é, *vândalos* é configurado na relação do coletivo, as ações dos vândalos se dão em conjunto, são sentidos que, de certo modo, rememoram as organizações tribais, como pudemos observar em Macedo (2006). Vejamos o caso da reescritura de *vândalos* por “outros”. O fragmento traz *vândalos* reescriturado por “outros” pelo funcionamento anafórico: “Outros ameaçavam equipes de manutenção”, o “outros” traz também para o presente do acontecimento sentidos que se configuraram pelo dizer da historiografia, são as tribos dos não civilizados.

Uma questão importante a se observar é trazida pela predicação de *vândalos* em: “outros ameaçavam equipes”. A articulação posta por esse funcionamento recorta como memorável a história dos povos germânicos, contada do lugar do ocidente civilizado. Esse lugar constrói sentidos que os designam enquanto *bárbaros* e isso faz com que *vândalos* signifique, ainda hoje, aqueles “outros”, a ameaça. Trata-se de indicar, pelas marcas do dizer, enunciadas do lugar do locutor-jornalista, que as manifestações populares no Brasil são ameaçadas pelas ações dos *vândalos*, “os outros”, os novos *bárbaros*.

Em outro fragmento do texto, o termo *vândalos* aparece reescriturado por substituição pela palavra “baderneiros”. Esse procedimento é operado pela articulação predicativa em “baderneiros”, que leva *vândalos* a significar na relação sinonímica com “violência”. Vejamos o fragmento: “*Dezenas de postes [...]* que poderiam fornecer imagens que ajudariam a identificar

⁶ Conforme noção de político em Guimarães (2002).

os baderneiros – *foram arrancados*”. Em seguida, o fragmento que traz o termo *vandalismo* na relação predicativa com *vândalos* reforça a direção argumentativa que sustenta a relação sinonímica com “violência”. Esse movimento de argumentação se dá pela relação integrativa textual de vandalismo com *vândalos* do título do texto, um procedimento de articulação predicativa. Esse funcionamento sustenta a direção argumentativa construída pela reescrituração de vandalismo, uma reescrituração que se dá pelo procedimento de enumeração que descreve adjetivando vandalismo conforme se observa no fragmento: “O saldo do vandalismo: semáforos danificados; placas de trânsito, paradas de ônibus, lixeiras e relógios de rua destruídos; placas de identificação de ruas arrancadas.” De tal maneira, os sentidos que vão se construindo para o termo *vândalos*, no funcionamento enunciativo desse acontecimento, amarram o lugar semântico da negatividade (barbárie/violência), lugar estabilizado para *vândalos*. São sentidos que estabelecem e identificam o lugar do mal em oposição ao do bem pelo dizer do “nós”, no caso o locutor-jornalista. Isso se configura em “Quem busca melhorias para o país não sai com martelo na mochila”. E são negativos em relação a quê? Em relação a qual positividade? Os sentidos construídos nessa relação estabelecem para *vândalos* o lugar da negatividade semântica em relação aos preceitos de ordenamento positivista que direciona para a organização constitutiva da sociedade ocidental civilizada.

O funcionamento do termo *vândalos*, nesse acontecimento enunciativo, como já dito acima, recorta como memorável narrativas que dizem dos conflitos tensionados pela relação entre as civilizações *greco-romana* e *povos germânicos* (*civilizados* e *incivilizados*), trazendo, assim, os sentidos que se estabilizaram para ambos os termos ao longo de suas histórias enunciativas. Desse modo, ao se enunciar *vândalos* como modo de nomear indivíduos em manifestações populares no Brasil, esse funcionamento semântico mobiliza sentidos construídos na relação sinonímica com *bárbaros*. São sentidos estabilizados, ecoando de forma direta pelo memorável constitutivo desse acontecimento.

Assim, o nome *vândalos* hoje identifica os sujeitos descivilizados que são significados por sentidos que os designam *bárbaros*, são os que ocupam o lugar social daqueles (os outros) que não comungam com a condição civilizatória ocidental em que vivem, não seguem o fio norteador naturalizado que se estabeleceu para o “nós” que vive uma sociedade civilizada. Os manifestantes *vândalos* são “os outros”, não fazem parte da sociedade ordeira, eles são os estranhos (“os grupos”, “os desordeiros”, “os vândalos”, “uma minoria”), os responsáveis pela ruptura da ordem social estabelecida.

Por último, vamos observar o fragmento que se segue: “Uma escola pública aos arredores também foi vandalizada”. Há, nesse caso, a reafirmação que sustenta toda narratividade de negação para *vândalos*; tem-se aqui o rastro que marca o comportamento dos manifestantes *vândalos*, aqueles que destroem bens públicos: “lojas e agências foram saqueadas. Uma cabine da PM foi incendiada. O Terreirão do Samba (...) e acesso ao Sambódromo foram depredados”. No caso da escola pública, um dos pilares de sustentação da civilidade do Ocidente civilizado. Nesse recorte, o termo “vandalizada” conjuga toda predicação que argumenta para os sentidos sobre a ação que especifica *vândalos*. Essa determinação, operada na articulação argumentativa pela contiguidade textual, uma operação que constrói sentidos identitários para o sujeito *vândalos*, conforme dito no início deste trabalho, projeta uma conclusão semântica marcada pela caracterização negativa trazida pelos verbos: “destruir”, “danificar”, “arrancar”, “saquear”, “incendiar”, “depredar”, estes em uma relação antonímica com “Quem busca melhorias para o país”.

Ou seja, nas manifestações populares, aqueles que saem de casa vão para as ruas e agem de modo violento, destruindo o patrimônio público ou privado, não são manifestantes e não reivindicam por melhorias ou pelo fim da corrupção do país, eles são os “outros”, os *vândalos* (os grupos, os baderneiros, uma minoria), que têm por objetivo único a violência/barbárie. Nesse sentido, ao nomear manifestantes de *vândalos* é significá-los do lugar semântico já estabilizado para o termo *vândalos* (no sentido raso da palavra), mas sentidos outros se movem; esse acontecimento enunciativo mobiliza novos sentidos para *vândalos*. *Vândalos* está para os já civilizados designando-os enquanto sujeitos “descivilizados” (os civilizados em estado de reversão). Esse processo de nomeação apresenta e significa uma nova condição da divisão social interna: não são as classes sociais divididas pela representação da clássica pirâmide social, o que se vê aqui é outra coisa, é a divisão política dos sujeitos brasileiros construída pelo real da língua e da história, é isso, que em certa medida, faz significar outra História política do Brasil.

Considerações finais

Observa-se que o caminho percorrido para a constituição dos sentidos de uma palavra se dá a partir de sua história de enunciação. Eles (os sentidos) são constitutivos do acontecimento enunciativo em que aparece a palavra. Ou seja, nossas observações quanto à constituição dos sentidos no funcionamento semântico enunciativo do nome *vândalos* se dão

a partir do acontecimento de dizer enunciado do lugar da mídia levando em consideração a temporalidade própria desse acontecimento enunciativo.

As análises nos levaram a uma direção movente dos sentidos da palavra em seu funcionamento enunciativo. Esse movimento semântico constitui-se na relação de tensão entre o processo parafrástico e o polissêmico e isso foi possível de se observar ao levarmos em consideração o processo de reescrituração de *vândalos* na relação integrativa textual. Como pudemos observar, o nome *vândalos* significa pela relação integrativa textual, que, no seu funcionamento enunciativo, apresenta, na articulação, o processo de reescrituração do nome. Esse procedimento retoma os sentidos já estabilizados, como também os desloca. Como vimos, *vândalos* significa incivilizados, mas também passa a significar “descivilizados”, uma relação de rompimento semântico para o civilizado.

A determinação semântica de *vândalos* na relação sinonímica com bárbaros, *a priori*, no Ocidente civilizado continua significando o lugar da violência/barbárie em relação à ordem estabelecida pelos preceitos da civilização ocidental. Mas, se *vândalos* significou *bárbaros* pela civilização greco-romana, por não compartilharem dos mesmos costumes, da mesma língua e organização política e social, como então considerar a nomeação de manifestantes brasileiros do século XXI e já civilizados como *vândalos*?

A história enunciativa do nome é construída pela própria transversalidade e descontinuidade do real da língua e da história. A temporalidade específica, que opera no acontecimento do dizer, movimenta sentidos que desloca os já institucionalizados, esse movimento abre espaço para novos sentidos significarem no acontecimento. *Vândalos*, portanto, significa no presente do acontecimento aquilo que a historiografia construiu enunciativamente: os outros, os estrangeiros, os bárbaros, são os não civilizados. Mas *vândalos*, como vimos nas análises, significa também o já civilizado, o sujeito “descivilizado”, um sujeito já tomado pelos preceitos de civilidade ocidental.

Nesse sentido, o funcionamento de *vândalos* no presente do acontecimento instala sentidos que apontam para a direção que apresenta o movimento “descivilizatório” dos já civilizados, constituindo-se assim o lugar do “novo bárbaro”, “os outros”, que são significados negativamente pelo “nós”, a imprensa civilizada, que se coloca no lugar da ordem constitutiva e hegemônica da sociedade.

Nesse sentido, a determinação designativa de *vândalos* para indivíduos da civilização ocidental instala, além de uma movência dos sentidos constituídos pela história semântica e enunciativa do termo, um paradoxo semântico e político no qual *vândalos* não são aqueles que

estão de fora, “os outros”, em uma situação excludente como demarcação cultural e geográfica. O *vândalo* é agora o indivíduo que pertence a, e que compartilha da própria civilização, *vândalo* é aquele que rompe os limites que determinavam a relação entre o civilizado e o incivilizado, mas mantém a relação de alteridade entre o bem e o mal.

Referências Bibliográficas

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística** Geral I. Campinas: Pontes, 2010.

GRILLO, C. Vândalos. In: **Folha de S. Paulo**. 22 de junho de 2013. Página A2, seção Opinião.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002.

_____. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. 4. ed. Campinas: RG, 2010a.

_____. Dois modos de não dizer EU. In: ORLANDI, E. P (org.). **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas: RG, 2010b.

LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (orgs.). **Palavra: Forma e sentido**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

KARIM, T. M. Dois nomes dois destinos. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**. Campinas: Pontes, 2003.

MACEDO, J. R. **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.

ORLANDI, E. P. **Eu, tu, ele: discurso e real da história**. Campinas: Pontes, 2017.

TODOROV, T. **O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações**. Petrópolis: Vozes, 2010.

Fronteiras moventes, sentidos deslizantes

Verli Petri

Para falar de fronteira...

De um lado terra, doutro lado terra;
De um lado gente; doutro lado gente;
Lados e filhos desta mesma serra,
O mesmo céu os olha e os consente.

O mesmo beijo aqui; o mesmo beijo além;
Uivos iguais de cão ou de alcateia.
E a mesma lua lírica que vem
Corar meadas de uma velha teia.

Mas uma força que não tem razão,
Que não tem olhos, que não tem sentido,
Passa e reparte o coração
Do mais pequeno tojo adormecido

Miguel Torga

O convite para falar sobre Linguagem, Estado e Fronteiras¹ vem ao encontro de um desejo muito antigo que é o de refletir um pouco mais sobre a questão da fronteira no Sul do Brasil para além dos elementos geográficos, políticos e históricos, já bastante estudados. Trata-se de empreender uma reflexão sobre uma prática social já naturalizada – para quem vive próximo às regiões de fronteira (neste caso: entre um país e outro) – e constitui (e reproduz) sentidos corriqueiramente: a língua ou as línguas de fronteira. É do senso comum, e já foi abordada em diferentes estudos, a problemática da língua ou das línguas faladas em regiões de fronteira, em nossa especificidade, estamos tratando do portunhol.

O uso do portunhol como língua de fronteira² tem desencadeado uma série de discussões polêmicas, o que passa a agregar à língua uma série de rotulações (hipotéticas, na maioria dos casos), que consideraremos aqui como locais e temporárias, das quais destacamos algumas das mais recorrentes neste início do século XXI: a) portunhol – língua própria das regiões de comércio entre países fronteiriços; b) portunhol – língua na qual se produz uma literatura de resistência; c) portunhol – língua muito próxima de - e que, às vezes,

¹ Tema de mesa-redonda do Enelin/2017.

² Há uma tomada de posição nesta reflexão, pois falamos do lado de cá da fronteira, do lado brasileiro, e esta posição traz implicações, como poderá ser constatado no texto.

se confunde com - Dialetos Portugueses do/no Uruguai (conhecidos como DPUs); d) portunhol – língua que funciona no processo de aprendizagem de Português e/ou Espanhol como língua estrangeira ou como segunda língua. Lagares (2016) discorre sobre as incertezas e indefinições na delimitação das línguas, trazendo à baila algumas reflexões sobre o “spanglish”, língua em funcionamento na fronteira entre México e EUA, também suscetível de muitas tentativas de predicação, em situação bem parecida com a do portunhol; para o autor “reconhecer ou negar uma língua é, em definitivo, um (in)questionável gesto político” (LAGARES, 2016, p. 157).

Em nosso gesto de interpretação, entendemos que também está se realizando um gesto político, posto que o portunhol nos é uma questão muito cara. Para essa reflexão, elencamos algumas possibilidades de predicação para o portunhol, as quais discutiremos de modo mais geral, sem adentrar muito nas questões de políticas linguísticas, encaminhando nossas reflexões para uma questão bem particular: há uma língua de fronteira no Sul do Brasil ou são línguas de fronteira?

A poesia, que interessa aos linguistas sempre de modo especial, é que nos traz muito das coisas do mundo, do sujeito na língua e da própria língua e é dela que parto para fazer esta reflexão sobre fronteira. É Miguel Torga quem nos diz poeticamente sobre o quanto a fronteira nos une, sob um mesmo céu e uma mesma lua; e nos “reparte” como “uma força” – diríamos estranha – “que não tem razão,/ que não tem olhos,/ que não tem sentido”. Em nossa perspectiva, faz-se necessário pensar a língua em suas relações com o sujeito no mundo, neste caso, no mundo particular da fronteira; faz-se necessário trazer à tona modos de significar a fronteira para sujeitos que vivem a realidade social de estar em região de fronteira, mas, sobretudo, de ser sujeito, vivenciando as línguas de fronteira em seus diferentes funcionamentos. Assim como há fronteiras – no plural –, tentaremos responder a nossa questão inicial propondo explicitar que é possível identificar que há línguas de fronteira – também no plural.

Desconstruindo algumas evidências

A questão central, que se coloca ainda na introdução deste trabalho, implica a explicitação de uma problemática que, muitas vezes, passa despercebida sob pelo menos duas teses a desconstruir:

- a) a língua de fronteira que pode ser observada entre o Rio Grande do Sul e os países da região do Prata é “o portunhol” (generalizando os falares das diferentes regiões de fronteira a conhecer);
- b) quem não sabe falar direito “a língua do outro” usa o “portunhol” (no sentido de trapaça);

No interior dessas duas teses, merecem destaque especial em nossa reflexão duas palavras e os sentidos que elas produzem no interior do discurso em análise – qual seja, o discurso sobre o portunhol: “língua/língua de fronteira” e “falar”.

Para dar início à discussão que visa desconstruir essas duas afirmações correntes, vamos mobilizar a noção de língua que dá conta de seu funcionamento em práticas discursivas, pois, para Pêcheux e Fuchs (2010, p. 171) a língua “constitui o lugar material onde se realizam efeitos de sentido” e eles não estão dados, são suscetíveis a deslizamentos. Por esse viés, entendemos que a língua é o lugar da falha, do equívoco, das lacunas, do múltiplo, da saturação, do repetível, da opacidade. À noção de língua relacionamos a noção de sujeito que se constitui na história e que produz gestos de interpretação. O sujeito interpelado-constituído em sujeito da e na fronteira toma uma posição, um lugar social, constituído no e pelo discurso. Ele produz sentidos em um espaço movente que é o da fronteira física, mas também da fronteira simbólica. É deste sujeito que tratamos aqui: um sujeito que “fala” o portunhol; é um sujeito empírico, mas é, principalmente, um sujeito dotado de inconsciente e interpelado ideologicamente, é um sujeito que toma posição para falar a língua da fronteira, trata-se, neste primeiro momento, da relação do sujeito com a história via oralidade. Orlandi (2012, p. 171) coloca escrita e oralidade em um mesmo patamar de existência, porque ambas “são constituídas pela interpretação”. A oralidade, assim como a escrita, inscreve-se na história e, no caso do portunhol, instaura diferentes práticas sociais no espaço da fronteira. Ao falar, o sujeito da fronteira se diz enquanto sujeito do seu discurso, constitui-se identitariamente e faz com que seu grupo social seja este e não outro.

Este falar, esta tagarelice vinda das zonas de fronteira, incomoda³, desacomoda e, em nosso caso, encanta, surpreende! O portunhol não apaga as diferenças, nem promove a desidentificação dos sujeitos com a sua “pátria” ou com a ideologia dominante que nos faz

³ Fazendo referência a uma palestra proferida em dezembro de 2017 para o GEL/Corpus/UFSM, intitulada: “Uma língua de fronteira incomoda muita gente... mas diversas línguas incomodam muito mais! Reflexões iniciais sobre o Portunhol”.

reconhecer o que é ser uma “nação”, pelo contrário: falar portunhol é poder estar aqui e lá, é reconhecer as zonas de litígio e poder negociar sentidos apesar delas. Algumas questões gerais e de senso comum que se colocam são: portunhol é uma língua? O portunhol tem mais do português ou do espanhol? O portunhol é uma língua de fronteira ou é um subterfúgio de brasileiros que querem ou que pensam que sabem falar espanhol? Falar portunhol traz prestígio ou desprestígio ao sujeito falante? Enfim, questões que não abordaremos aqui, de modo aprofundado, pois o que se coloca para nós como questão central é: de que sujeitos e de que portunhol estamos falando? E como os sentidos se movimentam e deslizam a partir desse modo de nomear a língua de fronteira? Afinal, que língua é essa da região da fronteira entre Brasil-Argentina e entre Brasil-Uruguai? Podemos dizer que há uma língua comum ou são línguas de fronteira – no plural?

Sobre a fronteira em movimento

Nossa reflexão traz à baila a língua ou as línguas faladas nas fronteiras do Brasil, mais especificamente do Rio Grande do Sul (compreendendo as fronteiras com o Uruguai e com a Argentina), dando especial ênfase às fronteiras moventes do Sul do Brasil com a Argentina. Trata-se de uma região geográfica e politicamente demarcada como de fronteira, banhada pelo Rio Uruguai – que, em períodos de enchentes, avança cidade adentro (do lado brasileiro), movendo a fronteira e agitando os sentidos sobre a própria noção de fronteira. As fotografias abaixo ilustram essa realidade:



Fotografia1
Fonte: Acervo pessoal de Cristina Paré



Fotografia 2
Fonte: Acervo pessoal de Cristina Paré



Fotografia 3
Fonte: Acervo pessoal de Cristina Paré

Lá não há uma ponte física construída; lá não há limites para a língua brasileira e para a língua argentina; lá também não funciona “o portunhol”, pelo menos não aquele que

descrevemos mais acima⁴ ou aquele que conhecemos nas regiões fronteiriças do Brasil com o Uruguai⁵.

A água que rapidamente altera as fronteiras geográficas entre Brasil e Argentina nos faz pensar que se está diante da mesma água, do mesmo céu... que se está diante de um grupo social atônito diante da força das águas. O primeiro momento é o do espanto, mas logo em seguida o sujeito passa a produzir sentidos, a materializar, via discurso, a enchente e tudo o que dela decorre. Para que isso se realize, simbolicamente, é necessário que a língua funcione e que o sujeito fale o “seu” portunhol, compreendido pelos outros sujeitos da fronteira. Nesse espaço físico não se pode mais morar, não se pode mais pescar, não se pode mais caminhar/navegar. Há uma suspensão passageira que não interdita o dizer... ainda se pode olhar, sentir e dizer. Para ilustrar esta realidade, trazemos fotografias da última grande enchente e o deslocamento das casas de parte da população ribeirinha para as partes mais altas da cidade.



Fotografia 4
Fonte: Miguel Araújo⁶

⁴ “a) portunhol – língua própria das regiões de comércio entre países fronteiriços; b) portunhol – língua na qual se produz uma literatura de resistência; c) portunhol – língua muito próxima de – e que, às vezes, se confunde com – Dialectos Portugueses do/no Uruguai (conhecidos como DPUs); d) portunhol – língua que funciona no processo de aprendizagem de Português e/ou Espanhol como língua estrangeira ou como segunda língua”.

⁵ O que apresentaremos ainda no desenvolvimento deste texto, via poema de Fabián Severo.

⁶Disponível em: <<http://www.itaqui.rs.gov.br/noticias/2014/06/defesa-civil-de-itaqui-segure-monitorando-a-cheia-do-rio-uruguai.html>>. Acesso em: 14 fev. 2018.



Fotografia 5
Fonte: Adriane Franciosi/Agência RBS⁷.



Fotografia 6
Fonte: Miguel Araújo⁸

⁷ Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2014/06/Em-Itaqui-casas-sao-removidas-inteiras-do-rio-Uruguai-4539964.html>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

⁸ Disponível em: <<http://www.itaqui.rs.gov.br/noticias/2014/06/defesa-civil-de-itaqui-segue-monitorando-a-cheia-do-rio-uruguai.html>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

As imagens das “casas volantes” (ou bolantes) nos afetam muito, por todo o imaginário que temos do que é uma casa e de que fronteira ela delimita, pois o que é próprio da casa é do universo particular, privado, íntimo, em contraponto com o que é próprio da rua que é de todos, público, exterior. A realidade desse grupo social que vive nas fronteiras moventes, à beira do Rio Uruguai, se contrapõe ao nosso imaginário de fronteira, já que as águas do rio avançam em direção às casas, as casas é que saem do seu território próprio, puxadas por tratores da prefeitura, e vão ocupar outro espaço que é público, temporário, mas que passa a significar diferentemente para os sujeitos que nela habitam e para todos os outros que, ao se depararem com elas em outro lugar físico, reorganizam em si mesmos os limites, as fronteiras entre o público e o privado, entre a casa e a rua. A tensão se instala e obriga os sujeitos a se movimentarem com tudo, inclusive suas casas, e é aí também que os sentidos deslizam...

Em pesquisa⁹ realizada em Itaqui – RS, com crianças de escolas públicas de ensino fundamental, podemos compreender que há uma naturalização de sentidos para os movimentos próprios a essa região de fronteira, bem como que há uma ausência de preocupação com a língua que se fala. As línguas, assim como as fronteiras, fazem parte do cotidiano, não há uma tomada de consciência (explícita) da influência da língua espanhola argentina no falar das crianças. As entrevistas realizadas mostraram que a relação de identidade/diferença e mesmo de alteridade se dá na tomada de consciência deles em relação ao que significa ser “gaúcho da fronteira” em detrimento de outros gaúchos brasileiros, de outros “gauchos” argentinos e de outros brasileiros¹⁰. Trazemos aqui um pouco dos dicionários compartilhados de língua de fronteira que elaboramos com as crianças de duas escolas de Itaqui. Seleccionamos apenas o verbete fronteira:

⁹ Aqui faço referência ao projeto do *Dicionário Compartilhado de Língua de Fronteira*, desenvolvido entre os anos de 2014 e 2015, quando eu era tutora do Grupo do Programa de Educação Tutorial, PET, Letras da UFSM, juntamente com a Prof^a. Eliana Sturza, que coordenava o Programa Escolas Interculturais de Fronteira, PEIF, no âmbito da UFSM, com recursos financeiros advindos do MEC para trabalho nas escolas interculturais de fronteira. Nossa parceria contou com estes financiamentos.

¹⁰ Cf. também PETRI & ALVARES (2017). “Saberes compartilhados: a constituição de sujeitos na construção de um dicionário de língua de fronteira”. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/reacl/article/view/2518/2173>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

Fronteira

Comunicação com outras línguas, com os hermanos, correntinos, paisanos.

Exemplo:

Chalana é o barco de madeira que atravessa a fronteira.

Fonte: **Dicionário Compartilhado de Língua de Fronteira**, produzido por alunos da Escola Otávio Silveira.

Fronteira

1. É uma mistura de uma cidade com a outra, com as mesmas coisas, mas com diferentes línguas e coisas; país vizinho;
2. Divisa do Brasil com a Argentina;
3. Divisa de um certo lugar, estado ou país;
4. É uma divisa entre dois países; é um país,
5. Estado ou cidade que se limita com outros países, estados ou cidades;
5. Em Itaqui, temos o Rio Uruguai, o porto, a bal-sa, a Igreja, o parcão e vários bairros.

Exemplo:

Passei da fronteira com Uruguai de carro e voltei de barco.

Vou para a fronteira.

A fronteira entre a Argentina e Itaqui são poucos metros de lonjura.

Tivemos uma enchente na fronteira de Itaqui com Argentina em 2014.

Ontem eu e meu amigo atravessamos a fronteira de barca.

Sinônimo:

Divisão; barca; embarcação; rio; ponte; porto; limite.

Fonte: **Dicionário Compartilhado de Língua de Fronteira**, produzido por alunos da Escola Vicente Solés.

Esses verbetes, em nosso entender, dão um pouco de visibilidade para este sujeito da fronteira, bastante afetado pelas relações entre português e espanhol, tomados por um

vocabulário comum, por sentidos partilhados, por vivências muito particulares que, às vezes, são invisíveis¹¹ aos olhos das outras regiões de fronteira e de outras regiões do Brasil.

Outra fronteira, outro portunhol ou o portunhol do outro?

Se temos a fronteira com a Argentina determinada pelas águas de um grande Rio (município brasileiro de Itaquí) como ponto de partida, por outro lado, temos os outros espaços de fronteira entre Brasil e Argentina com ponte (como é o caso da cidade de São Borja), sem ponte e sem cidade (como é o caso de Porto Xavier), bem como temos a fronteira seca entre Brasil e Uruguai (município de Santana do Livramento), na qual é possível estar com um pé no Brasil e o outro no Uruguai no meio da mesma rua. A realidade social de Itaquí é muito diferente daquela de Santana do Livramento, posto que lá a fronteira é constitutiva dos sujeitos e dela se tem consciência o tempo inteiro, é zona de livre comércio e o saber duas ou mais línguas é definidor para se obter um posto de trabalho, por exemplo. A fronteira ali é desnaturalizada, muito embora seja resultado de um imaginário social bem peculiar. Na região de Livramento há escolas bilíngues, há professores e escritores produzindo textos escritos em portunhol numa tentativa de documentar tal língua que está em pleno funcionamento juntamente com o português do Brasil, o espanhol do Uruguai, bem como as influências das línguas de imigração, línguas árabes, línguas indígenas, línguas africanas, etc. Exemplo disso são os trabalhos de Fabián Severo, escritor contemporâneo uruguaio que se dedica ao portunhol e produz sua literatura (em prosa e em verso, em portunhol). Destacamos aqui um poema escrito em portunhol, publicado em portunhol e em espanhol no *site* do autor:

Poema 34 de Noite nu Norte (Bilingüe)¹²:

Trinticuatro	Treinta y cuatro
Mi madre falava mui bien, yo entendía. Fabi andá faser los deber, yo fasía. Fabi traseme meio litro de leite, yo trasía. Desí pra doña Cora que amañá le pago, yo disía. Deya iso gurí i yo deiyava.	Mi madre hablaba muy bien, yo entendía. Fabi andá faser los deber, yo hacía. Fabi traseme meio litro de leite, yo traía. Desí pra doña Cora que amañá le pago, yo decía. Deya iso gurí y yo dejaba.

¹¹ Cf. depoimento da Profª. Cristina Paré em entrevista para a televisão. Disponível em <<http://corpus.ufsm.br/index.php/2015-04-28-12-58-06/video>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

¹²Disponível em: <http://fabiansevero.blogspot.com.br/2011/08/poema-34-de-noite-nu-norte-bilingue_21.html>. Acesso em: 14 fev. 2018.

<p>Mas mi maestra no entendía. Mandava cartas en mi caderno todo con rojo (iguaisito su cara) i asinava imbaiyo.</p> <p>Mas mi madre no entendía. Le iso pra mim ijo i yo leía.</p> <p>Mas mi madre no entendía. Qué fiseste meu fio, te dise que te portaras bien i yo me portava.</p> <p>A istoria se repitió por muintos mes. Mi maestra iscrevía mas mi madre no entendía. Mi maestra iscrevía mas mi madre no entendía.</p> <p>Intonses serto día mi madre entendió i dise: Meu fio, tu terás que deiyá la iscuela i yo deiyé.</p>	<p>Pero mi maestra no entendía. Mandaba cartas en mi cuaderno todo con rojo (igualito a su cara) y firmaba abajo.</p> <p>Mas mi madre no entendía. Le iso pra mim, ijo y yo leía.</p> <p>Mas mi madre no entendía. Que fiseste meu fio, te dise que te portaras bien y yo me portaba.</p> <p>La historia se repitió por muchos meses. Mi maestra escribía mas mi madre no entendía. Mi maestra escribía mas mi madre no entendía.</p> <p>Entonces cierto día mi madre entendió y dijo Meu fio, tu terás que deiyá la iscuela y yo dejé.</p>
---	---

O poema está escrito em portunhol e trata da questão da língua por ela mesma, as dificuldades que se tem diante das instituições, como é o caso da escola. Acreditamos que é preciso pensar o portunhol como uma prática social de tipo novo que se realiza e que desliza a cada dia, a cada falante e a cada discursivização, os dizeres se movimentam e os sentidos também. É difícil delimitar, borderar, tocar nela sem que escape e apareça em lugar inusitado já re-significada. A versão em espanhol uruguaio - ao lado - evidencia as diferenças e as semelhanças linguísticas, mas também explicita de que lugar fala o autor do poema: saber portunhol não implica a desidentificação do sujeito com a língua nacional e/ou oficial, é mais uma língua, mais uma possibilidade de dizer na fronteira e para além dela.

Na verdade, estamos fazendo um esforço para compreender um pouco mais essa questão que se apresenta em sua complexidade, nosso esforço consiste também em se inscrever e suportar a movimentação instaurada pela contradição de que “existe língua e existem línguas”, conforme explicita Eni Orlandi (2004, p. 7) em sua apresentação para a obra “A língua inatingível”, de Gadet e Pêcheux. Talvez possamos dizer que estamos diante de línguas de fronteira, línguas que têm seus funcionamentos garantidos na oralidade própria às relações de vizinhança, de partilha social, de trocas econômicas e simbólicas. Quanto à escrita, ainda temos muito para saber...

Na tentativa de responder à questão que norteia esta reflexão, trazemos alguns exemplos de trabalhos que evidenciam a força do portunhol nas regiões de fronteira no interior do Rio Grande do Sul. Nosso esforço consiste em trazer materialidades produzidas

na oralidade que é própria dessa língua, por isso os documentários e vídeos aqui recortados para nos servirem no interior do texto escrito. Assim, acreditamos fazer avançar um pouco mais nossa investigação na direção de compreender como se efetivam as múltiplas fronteiras e as diversas possibilidades de língua de fronteira.

Recorte 1 – Documentário *Diz aí Fronteira Riveramento*¹³



¹³Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9UGAN0ERd50>>. Acesso em: 14 fev. 2018.



Desse primeiro documentário selecionamos um recorte com três quadros para explicitar como sujeitos da comunidade, participantes convidados para o documentário, tratam com naturalidade a questão das línguas com as quais “lidam” em seu dia a dia. Neste caso, Laura Santos (como ela mesma se apresenta no início) nos diz que o portunhol seria uma língua inventada na mescla de duas outras línguas também bastante conhecidas.

Recorte 2 – Documentário *A Linha Imaginária*¹⁴



Em *A linha imaginária*, de 2014, vamos nos deparar com muitos depoimentos, tanto de especialistas quanto de sujeitos locais participantes. Selecionamos este quadro (Recorte 2), pois revela a voz de um sujeito da comunidade que se diz “nascido e criado” na fronteira

¹⁴ Cf. em *A linha imaginária*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D_hT3J9ZaFs>. Acesso em: 14 fev. 2018.

(em Aceguá): com seus modos de nomear as línguas para além do portunhol, do espanhol ou do português, para ele trata-se do “uruguaio” e do “brasileiro”.

Recorte 3 – Documentário *Mixtura de vidas*¹⁵



Já no documentário *Mixtura de vidas*, de 2002, temos acesso ainda a um terceiro espaço da fronteira entre Brasil e Argentina eminentemente rural, conforme podemos ver (no Recorte 3), a escola argentina como espaço oficial que tenta manter as diferenças linguísticas e culturais, o que já aparecia evidenciado no poema de Fabián Severo quando retrata a realidade entre Brasil e Uruguai; nisso as fronteiras se assemelham muito, se aproximam em suas lutas diárias de existência e de necessidade de políticas específicas. No entanto, quando falamos de fronteiras sem pontes nem balsas, sem comércio forte, de fronteiras rurais, estamos dando visibilidade a grupos sociais aos quais as políticas públicas não chegam.

Se nosso gesto de interpretação é também um gesto político, se consideramos essencial o reconhecimento desta pluralidade linguística nas regiões de fronteira do interior do Rio Grande do Sul, este trabalho tem também o objetivo de dar um pouco de visibilidade a grupos sociais esquecidos pelas políticas públicas, seja do lado brasileiro seja do lado dos “hermanos”.

À guisa de conclusão ou para além das fronteiras

¹⁵ Cf. em *Mixtura de vidas*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8PhzrLAqZgM>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

Para além das fronteiras, neste caso, encaminha-nos para além das vozes dos fronteiriços, para além das possibilidades de movimento e deslizamento de sentidos para aqueles que vivem a realidade de fronteira, seja ela qual for, queremos encerrar nossa reflexão, trazendo à baila um funcionamento diferenciado do portunhol que nos tocou muito e profundamente. Trata-se do recorte de uma fala da Presidente Dilma Roussef em visita oficial ao Uruguai, momento em que o portunhol aparece como espaço de estreitamento de relações políticas, diplomáticas e sociais entre dois países fronteiriços. Já não se trata de zona de fronteira de circulação de sujeitos que falam o portunhol, mas de um espaço social privilegiado no qual o portunhol vai funcionar para aproximar dois chefes de estado e, conseqüentemente, dois Estados. O portunhol nesse momento revela o funcionamento do político, a negociação de sentidos, funcionando também como “língua partida” (PETRI, MEDEIROS, 2013).

Recorte 4 – Pronunciamento de Dilma Roussef¹⁶



Dilma Rousseff inicia seu pronunciamento já em portunhol, quando cumprimenta os jornalistas, uma tradutora repete logo após “periodistas”, ao que Dilma responde: “estoy tentando hablar em portunhol”, em uma tentativa de aproximação com o país vizinho e pede que não seja feita a tradução simultânea (se for necessária que seja feita depois) e ainda complementa com um pedido de desculpas dizendo “pero, não estoy sendo bien sucedida”. Ela prossegue sua fala em portunhol, fazendo referência ao momento histórico da saída de Pepe Mujica da presidência do Uruguai, demonstrando-se emocionada.

¹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5_Q9Gm6b-3w>. Acesso em: 14 fev. 2018.

O pronunciamento de Dilma, naquele momento, causou muitas polêmicas, dado que, para alguns brasileiros (e isso pode ser visto nos comentários do vídeo no *you tube*), a Presidente deveria falar a Língua Espanhola oficial; para outros, ela deveria falar Português que é a língua de seu país; para outros, ainda, ela deveria falar o Inglês, para que o mundo a entendesse... ou ainda nem devesse estar lá, nem devesse estar falando. Entretanto, há também muitos que, como nós, compreendem o momento de partilha, a despedida do Presidente uruguaio (que estava prestes a deixar o cargo), o momento histórico, a cordialidade linguística, a camaradagem, a empatia e a amizade engendradas na tentativa de se falar portunhol, agora não mais a língua de uma das regiões fronteiriças, mas aquela língua que coloca a todos em situação de solidariedade, de fraternidade, enquanto América Latina de “hablantes” hispanos e brasileiros, com todas as alegrias e as dores que esta condição propicia.

Com esta reflexão, esperamos ter dado início ao que chamamos de processo de desconstrução das duas teses anunciadas no início. **A primeira** é aquela tese que propõe que a língua de fronteira, observada entre o Rio Grande do Sul e os países da região do Prata, é “o portunhol”: o que há são línguas de fronteira, não há como generalizar, as fronteiras são diferentes e o portunhol se realiza de diferentes modos; e **a segunda** é aquela que defende que quem não sabe falar direito “a língua do outro” usa o “portunhol”: não é bem assim! Precisamos desconstruir o sentido de trapaça na língua e começar a observar os distintos funcionamentos que o portunhol pode ter, do quanto ele pode aproximar ou distanciar os grupos sociais que engendram históricas lutas políticas, sociais e linguísticas na América Latina.

Referências Bibliográficas

LAGARES, X. C. Que língua é essa? Incertezas e indefinições na delimitação das línguas. In: MARIANI, B. et al. **Indizível, ininteligível e imperceptível**: o sujeito contemporâneo e seus arquivos. Niterói, RJ: EDUFF, 2016, p. 141-158.

ORLANDI, E. P. Sobre o intangível, o ausente e o evidente. In: GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível**: o discurso na história da linguística. Trad. Bethania Mariani e Maria E. Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004, p. 7-10.

ORLANDI, E. P. Oralidade e interpretação: o dito, o esquecido, o disperso, o indistinto. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 169-186.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 2. ed. Trad. Bethania Mariani et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. p. 163-252.

PETRI, V.; ALVARES, J. Saberes compartilhados: a constituição de sujeitos na construção de um dicionário de língua de fronteira. **Revista Real: UNEMAT**, n. 10, 2017, p. 61-74. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/reacl/article/view/2518/2173>>. Acesso em: 14 fev. 2018.

PETRI, V.; MEDEIROS, V. Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. **Revista Letras**. Santa Maria: v. 23, n. 46, 2013.

Guardiões da memória da região dos inconfidentes: invisibilidade e resiliência

William Augusto Menezes

Considerações Iniciais

O presente capítulo nasceu da proposta de exposição em mesa-redonda intitulada “Sujeitos invisíveis e memória”. Na elaboração da proposta e na escrita deste texto, utilizamos parte da pesquisa por nós realizada, sob a denominação de “Discursos sociais, estratégias identitárias e representações da memória: explorando acervos da Região dos Inconfidentes”.¹ Trata-se de um projeto amplo, tipo “guarda-chuva” ou programa de pesquisa, que buscou estabelecer um trabalho com acervos de diversas modalidades, identificados como discursividade circulante em cidades e distritos da Região dos Inconfidentes. Dentre as diversas “barbatanas”, ou projetos mais específicos que foram se delineando, encontram-se preocupações voltadas para as narrativas orais da tradição regional (*casos e lendas*, por exemplo); de narrativas orais temáticas, nos diversos domínios discursivos (*educação, religião, cotidiano, política e lazer*, por exemplo); narrativas orais de si e do outro (*autobiografia e biografia*, por exemplo); com acervos discursivos de modalidade escrita: manuscritos em períodos diversos (*registros administrativos e pessoais*) e impressos (*boletins, folhetos e jornais* do século XIX e, sobretudo, do XX); com acervos iconográficos (*monumentos e imaginária religiosa*, por exemplo).²

No caso atual, lidaremos com projetos que integram o acervo de narrativas orais denominado *Guardiões da Memória da Região dos Inconfidentes*, com realce para a cidade de Mariana e seus distritos. Esses projetos representam três dimensões da narratividade regional expressa em suas narrativas orais: a) a narrativa oral temática, que será tomada como narratividade do cenário político marianense; b) a narrativa oral da tradição regional, a partir de uma lenda que circula no distrito de Passagem de Mariana, numa perspectiva de “pertencimento” local; c) a narrativa oral de atingidos pelo rompimento da Barragem de

¹ A presente pesquisa, com as diversas fases, contou com o fomento do CNPq, da CAPES e da FAPEMIG, em momentos e recortes distintos.

² Trata-se de uma pesquisa desenvolvida por pesquisadores do Grupo de Estudos sobre Discurso e Memória, GEDEM-UFOP.

Fundão, que é a barragem de rejeitos da Samarco, cujo rompimento aconteceu no dia 5 de novembro de 2015 – uma narrativa da cidade, com seus problemas atuais e traumas que reclamam a urgente elaboração de medidas reparatórias e de políticas públicas.

A questão básica que orienta a nossa abordagem relaciona-se ao significado das narrações desses sujeitos (em relação à superação do conflito narrativo) e à maneira como eles colocam em relevo a memória, a comunidade e a cidade. Ou seja, tomando o caso de narradores da cidade de Mariana como parte da região dos Inconfidentes, examinaremos como esses guardiães, enquanto sujeitos de experiência, se relacionam aos fatos da vida, ao cotidiano das vivências coletivas e, sobretudo, à narratividade da cidade de Mariana, enquanto memória de discursos da cidade e comunidades da região dos Inconfidentes.

Para a nossa reflexão e análise, utilizaremos um *corpus* formado a partir de entrevistas narrativas realizadas com os narradores: o Sr. Vicente e o Sr. Gerci, acerca da narratividade política marianense; o Leandro e a Dona Geralda, como guardiães da memória passagense, para nos contar sobre a lenda “Maria Sabão”; o Sr. Filomeno e a Lucimar Muniz, que nos contarão sobre a narrativa do rompimento da Barragem de Fundão. Na medida em que uma narrativa, no tempo e no espaço da cidade, contém algum problema ou conflito a ser superado, será importante perceber como os narradores, enquanto guardiães da memória, colocam as perspectivas de solução dos mesmos.

Ao fazer a definição pela sequência de três momentos e espaços distintos da narratividade marianense (tema da política, lenda urbana e trauma), com atenção para dois narradores em cada temática narrativa temos por orientação perceber as nuances e contrastividade nos processos de individuação das narrativas.

Sujeitos invisíveis e Guardiães da memória

Ab, meu velho e invisível Avôbai!

Zé Ramalho

A sociedade em que vivemos privilegia a capacidade de trabalho em ritmo de competitividade e a disponibilidade para o consumo de bens enquanto paradigmas do seu funcionamento. Agilidade e pensamento rápido, ser ousado nas atitudes, combina-se melhor às iniciativas de troca e à capitalização. Se tempo é dinheiro, o melhor cenário para a representação dessa sociedade é a juventude. É o momento da plenitude na busca de desejos

acenados pela sociedade de consumo. Em contraposição, o pior momento está na velhice: os velhos deixam de participar da sociedade de trocas imediatistas e começam a buscar artefatos que já se tornaram símbolos da decadência, como próteses, lentes, aparelhos para a escuta, bengalas... E, o pior ainda ocorre com aqueles que necessitam e não conseguem adquirir tais “acessórios”.

Na medida em que os sujeitos envelhecem, vão se tornando cada vez mais à margem na sociedade, tendo os seus desejos como sinais de irrealização. Eles passam a incomodar e são, por isso, acomodados em algum canto. São isolados, banidos do convívio sadio no interior da família ou discriminados pela falta de paciência dos demais. Como as suas palavras não são levadas à sério, eles tornam-se, pouco a pouco, um peso morto nos ambientes em que circulam. Como afirma Ecléa Bosi,

A velhice, que é fator natural como a cor da pele, é tomada preconceituosamente pelo outro. Há, no transcorrer da vida, momentos de crise de identificação: na adolescência também nossa imagem se quebra, mas o adolescente vive um período de transição, não de declínio. O velho sente-se um indivíduo diminuído, que luta para continuar sendo um homem. O coeficiente de adversidade das coisas cresce: as escadas ficam mais duras de subir, as distâncias mais longas a percorrer, as ruas mais perigosas de atravessar, os pacotes mais pesados de carregar. O mundo fica erizado de ameaças, de ciladas. Uma falha, uma pequena distração, são severamente castigadas. (BOSI, 1994, p. 79).

A luta para continuar pertencendo à classe dos humanos se faz também de maneira desvantajosa para os velhos. Resta-lhes ajustarem-se à condição de invisibilidade, pois envelhecer, nessa sociedade, é tornar-se invisível. Na verdade, a possível consolidação de saberes no tempo vivido, ou seja, a experiência e conhecimentos acumulados mostram-se em desvantagem diante de mudanças rápidas na vida social. Essa lógica um tanto perversa do capital – uma lógica que é reproduzida nos discursos e práticas circulantes – fomenta o imaginário social e os desejos dos indivíduos. É a lógica que se percebe latente nos meios de comunicação, na indústria cultural e no próprio setor produtivo. Despreza-se, assim, o velho, numa espécie de economia da paciência, pois não temos tempo a perder. E, nessa lógica, quem já viveu mais tende a representar um gasto maior para produzir menos, e, assim também, a valer, de certa maneira, cada vez menos.

No entanto, não se trata somente de uma lógica que se submete apenas a uma espécie de “conflito de gerações”. Há tanto uma cultura quanto uma orientação dos ordenamentos das relações trabalhistas e das políticas públicas que agravam as desvantagens dos velhos. É pela cultura anti-velhice que se procede a exclusão de saberes e experiências anteriores,

enquanto que, pelos ordenamentos trata-se da exclusão de direitos, sobretudo, os direitos previdenciários. A este respeito, estamos também de acordo com Ecléa Bosi: a questão da velhice é social e se insere na seara da acumulação e distribuição das riquezas.

A noção que temos de velhice decorre mais da luta de classes que do conflito de gerações. É preciso mudar a vida, recriar tudo, refazer as relações humanas doentes para que os velhos trabalhadores não sejam uma espécie estrangeira. Para que nenhuma forma de humanidade seja excluída da humanidade é que as minorias têm lutado, que os grupos discriminados têm reagido. A mulher, o negro, combatem pelos seus direitos, mas o velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por eles. (BOSI, 1994, p. 81).

Nós é que temos que lutar pelos velhos. Estamos de acordo com a tese de Ecléa Bosi, e este é o sentido dos projetos que permitiram criar o acervo “Guardiães da Memória da Região dos Inconfidentes”. Lutar pelos velhos passa por dar-lhes a palavra para que nos contem sobre os seus saberes e experiências adquiridas nas vivências e lutas de outrora. Assim, a atividade de pesquisa segue o viés de luta pelos velhos e também de dar prosseguimento às lutas destes, e, com isso, passamos a eles uma função que gostam de executar e para a qual se capacitaram, que é a de contar as suas lembranças e emitir pareceres sobre o passado. Contudo, “uma lembrança é um diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia”. (BOSI, 1994, p. 81). É, necessário, portanto, um retrabalho, a lapidação do diamante, para que ele possa ser percebido como participante legítimo de uma parcela da narratividade ou memória discursiva da cidade. (ORLANDI, 2001).³

Os guardiães da memória são os narradores da memória discursiva da cidade. Não são sujeitos especiais. Na verdade, todos os que vivem na cidade e compartilham saberes e imaginários circulantes no seu espaço geopolítico estão em condições de se tornar narradores. Há, nesse sentido, uma variedade muito ampla de narrativas, porém, nem todas as narrativas concorrem para o interesse de pesquisa, no mesmo momento, e muitas narrativas se perdem no tempo e no espaço. Assim, é tarefa da pesquisa identificar narrativas passíveis de relevância no espaço e tempo imaginado pelo projeto, bem como os possíveis narradores disponíveis na cidade no espaço e tempo de coleta das narrações.

³ Com Eni Orlandi, consideramos que a cidade não possui o seu narrador, mas que produz sentido a partir de várias formas da materialização, como pichações, outdoors, rodas de conversa, lendas etc. (ORLANDI, 2001). Neste sentido, a questão de base para as entrevistas era: “Como você (o senhor, a senhora) conta essa história?”.

Quem são os Guardiões da Memória? A designação foi criada no âmbito do projeto para designar indivíduos habitantes da região dos Inconfidentes, com idade igual ou superior a 60 anos (ou que habitem na região há mais de 40 anos) e que reconhecidos pelas suas comunidades (distritos, cidades) como quem tem algo a contar acerca de si, da comunidade e da vida nas comunidades. A definição da idade mínima (60 nos) contém uma sugestão sobre a entrada no período de velhice, embora idoso e velho não sejam palavras de mesmo sentido. De fato, a intenção é escutar, primeiramente, os narradores mais idosos ou em situação de cuidados de saúde, julgando que é possível colher registros que podem se perder com a morte dos mesmos. Agimos dessa maneira entre os anos 2011 e 2013. Porém, no caso do rompimento da barragem de Fundão, em 2015, ampliamos a definição de Guardiões para incluir sujeitos mais novos ou mesmo jovens, com o critério de vivência em regiões atingidas pela lama.

A metodologia de registro foi, inicialmente, a entrevista semiestruturada, com encontros realizados na residência do narrador, em dia e horário previamente estipulados. A equipe de entrevista era composta por 2 (dois) pesquisadores, munidos de gravador ou câmera VHS, máquina fotográfica e um roteiro mínimo – o objetivo era ouvir a narrativa do sujeito, de maneira mais livre e, na medida do possível, sem interrupção de raciocínio do narrador⁴. Mais recentemente, no caso das entrevistas com narradores sobre o rompimento da Barragem de Fundão, os encontros são em local público, com a presença de pesquisadores e convidados.⁵

A partir dessas três dimensões do acervo Guardiões da Memória na Região dos Inconfidentes, apresentaremos, a seguir a análise de 3 (três) recortes, tomados como *corpus* de pesquisa. Ou seja, uma narrativa oral temática, como narratividade do cenário político marianense; uma narrativa de tradição oral, enquanto lenda que circula pela cidade; uma narrativa oral de atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão.

A narratividade sobre a política marianense

Meu nome é tumulto e escreve-se na pedra!

Carlos Drumond de Andrade

⁴ Os arquivos de entrevistas foram transcritos e digitalizados, como material de pesquisa disponível à pesquisa científica.

⁵ Esses encontros com narradores sobre o rompimento da Barragem de Fundão são previamente divulgados, com chamada pública para participantes interessados.

O cenário político da cidade de Mariana é algo que chama a atenção, pela veemência da disputa em torno dos cargos eletivos. As mídias de informação se multiplicam no período, carros de som espalham-se por todos os distritos e as promessas dos candidatos chegam a todos os espaços da cidade. Contudo, o tom do discurso político não é nada amistoso. Acusações, boatos, insultos, ameaças, panfletos apócrifos e violência física fazem parte do cotidiano das campanhas eleitorais, limitando ainda mais o espaço da cidadania.

A situação tornou-se ainda mais grave em maio de 2008, quando João Ramos, então pré-candidato à prefeitura pelo PTB, foi morto com quatro tiros. João Ramos havia sido prefeito da cidade em três mandatos, nos períodos 1973-1976, 1983-1988 e 1993-1996.⁶

Político tradicional e carismático, habituado à disputa, o seu nome era tido como um dos favoritos entre as pré-candidaturas. Assim, tão logo aconteceu o crime já se espalhou pela cidade a hipótese de que se tratava de crime político motivado para eliminar esse forte candidato.⁷ Tem-se, com isso, uma eleição extremamente tumultuada em 2008, com questionamento judicial do resultado. Não é o caso de retomar detalhes, no limite deste trabalho, mas vale a pena observar que todo esse clima favoreceu que durante a legislatura de 2009-2012, o cargo de prefeito da cidade de Mariana fosse ocupado por cinco indivíduos distintos, refletindo o clima de instabilidade dominante.⁸

Essa instabilidade política e a disputa violenta, com uma visível paralisia na definição de políticas do município, chamaram a nossa atenção e constituíram-se em pano de fundo das entrevistas narrativas. Afinal, o que acontecia com a política local? Qual seria a possibilidade de identificação de problemas e debates para superá-los? Vejamos, então, a narração dos guardiães.

O senhor Vicente nasceu na cidade de Mariana, em 1914. Quando o entrevistamos, ele estava com 96 anos. No dia e hora combinados, encontramos com ele à porta da sua residência: sujeito esbelto, apesar da idade, portando terno preto, gravata e chapéu, numa fina elegância que vinha do início do século XX. “Era assim que ele gostava de se apresentar

⁶ Nas eleições do ano 2000, João Ramos foi, novamente, candidato a prefeito. No entanto, teve a sua candidatura cassada momentos antes do pleito. Mesmo assim, o seu nome foi mantido na cédula eleitoral da chapa (que tinha Celso Cota Neto, como vice-prefeito). A chapa foi a primeira colocada em número de votos, assumindo, assim, o vice-prefeito.

⁷ <http://www.otempo.com.br/super-noticia/ex-prefeito-executado-1.76280>

⁸ Roque José Camêlo, prefeito eleito, governou em 2009 e 2010, quando teve o mandato cassado; Terezinha Ramos, segunda colocada nas eleições, assumiu por duas vezes (em 2010 e em 2011); Roberto Rodrigues (2012). Além desses, assumiram mandatos pró-tempore o então presidente da Câmara, em 2009 – Raimundo Elias Horta, e o presidente eleito da Câmara para 2011, Geraldo Sales de Souza, o Bambu. <https://www.mariana.mg.gov.br/galeria-de-ex-prefeitos> ; <http://camarademariana.mg.gov.br/>

publicamente... ele está da mesma maneira como se vestia para os comícios e atividades políticas do Partido Republicano Mineiro, do qual foi presidente”, informou-nos um familiar. Muito educado e falante, com memória privilegiada, se considerada a sua idade, e pronúncia muito clara, o senhor Vicente discorreu sobre alguns temas por quase 50 minutos.⁹

Em um determinado momento da conversa, fizemos a indicação para a temática política: “Vamos falar então de disputa política marianense?”. Rapidamente, ele deu início à fala, como se já esperasse a pergunta. E, na conversa, ele chegou a um ponto importante sobre a configuração da “militância”, “ativistas” e do PRM – Partido Republicano Mineiro, em Mariana:

É Mariana... aqui em Mariana tinha a esquerda e direita, e um era piolho, o outro era percevejo. Eu era... o... Tancredo Neves achava muito gozado esse nome de... piolho e percevejo.

O Sr. Vicente se reconhece como um sujeito conhecedor da narratividade marianense, situando-se com destreza na temática política a partir da memória de discursos da cidade. No trecho acima, no entanto, a hesitação em sua fala, dá-nos, possivelmente, um sinal do seu esforço para trazer à lembrança aquilo que teria acontecido no passado longínquo. No entanto, a sua rememoração recebe outra direção no momento em que surge uma nova tópica ou lembrança: o encontro e partilha de uma “novidade” marianense com o ex-presidente Tancredo Neves – certamente, um político de grande importância para o narrador, na medida em que esteve em Mariana e que, além das questões da sua viagem, ainda trocou amenidades com o Sr. Vicente.¹⁰

A *memória de discursos* é constituída por saberes de crença e de conhecimento sobre o mundo. É preciso perceber, no entanto, que a memória não se constitui como um estoque compacto de matérias que ficariam reservadas em algum lugar da mente, numa ideia de mente-depósito de memória. A memória de discursos é social, no sentido de que tais discursos circulariam na sociedade enquanto representações partilhadas e que contribuem para a formação das identidades coletivas. Ela tem por característica a fragmentação da

⁹ Há problemas técnicos com a gravação, mas não estão relacionados à clareza na exposição do entrevistado. O entrevistado faleceu 2 anos após essa entrevista.

¹⁰ Tancredo Neves iniciou a carreira política em 1933, como vereador em sua cidade São João Del Rey. Assim como o Sr. Vicente, foi membro do Partido Republicano Mineiro. Com a redemocratização, tornou-se Deputado Estadual pelo Partido Social Democrático (PSD) entre 1947 e 1951. Nos anos seguintes, continuou a carreira política. Foi Deputado Federal, Primeiro Ministro, Senador da República e Presidente eleito e não empossado, com o fim da Ditadura Militar, em 1985.

sociedade em comunidades discursivas, orientadas por um conjunto de saberes compartilhados que as especificam em relação às outras (CHARAUDEAU, 2004, p. 19). Como se o narrador da cidade quisesse dizer: “Tancredo foi bem recebido pela cidade e deixou boas recordações”. O esforço do narrador, nesse sentido, não se dá, necessariamente, para a recuperação de algo que esqueceu, mas para expressar as mais adequadas representações (no sentido fraco do termo representações) da narrativização da cidade, do ponto de vista do espaço sociodiscursivo em que ele se encontra (ORLANDI, 2001).

A falta, no caso, não é necessariamente um esquecimento. Porém, ela causa estranhamento pela hesitação, podendo ter outro sentido, como a recusa do narrador em inserir-se numa determinada comunidade discursiva, que já não é bem vista e bem quista, como no tempo construído pela memória. Na querela entre *esquerda* e *direita*, entre *piolhos* e *percevejos*, “Eu era...” Não há uma sequência: eu era esquerda? Eu era direita? Era piolho, ou percevejo? As representações da memória permitem àquele que conta o uso de estratégias de identificação, mas também aquelas de recusa de identificação. Embora recusar pode ser um bom indício sobre qual seria mesmo a sua escolha. Ou seja, deixar de enunciá-la não apaga, necessariamente, a relação entre o dizer e a ideologia. Antes, pode ser uma revelação daquele sujeito participante ativo do jogo político partidário. Se o *eu* narrador não era nem isso e nem aquilo, fica-nos a possibilidade de afirmar que ele, como forte participante do jogo da política marianense, deveria ter razões para evitar essa identificação, no discurso atual – o que não retira a sua participação no jogo ideológico partidário.

De maneira similar pode realçar essa falta na distinção, em Mariana, nas designações *esquerda* e *direita*. Na prática social, o marianense mediano nas ações políticas sempre faz uma escolha apaixonada entre direita e esquerda. Mesmo que a posição do cidadão se modifique de uma eleição para a outra, esse jogo direita/esquerda integra as orientações ideológicas da narrativização política da cidade.

Porém, onde se localizaria, no recorte ideológico, essa distinção direita e esquerda na narrativização da política marianense? Como afirma o Sr. Vicente:

Quem era piolho? Era esquerda. Isso, o início mesmo da política é Doutor Cristóvão Brenner, [ele] era esquerda. Doutor Augusto Gomes Freire, irmão do Gomes Freire, né? Irmão do Gomes Freire. Uma... a mesma família seguia partidos diferentes. [Isso] ocorre hoje ainda.

Piolho e percevejo não eram designações aleatórias, embora as motivações escapem ao Sr. Vicente. Mas na pesquisa, enquanto esforço cognitivo, que realiza para encontrar uma

gênese das atribuições de direita ou de esquerda, chega a duas conclusões. A primeira é que piolho era designação para a esquerda; a segunda é que tal prática de designação (direita/esquerda) no recorte ideológico já se apresentava no período em que Mariana tinha como chefes políticos o Dr. Cristóvão Brenner e Augusto Gomes Freire. Isso remete o recorte para os primeiros anos do século XX, período em que se deu a criação do Partido Republicano Mineiro em Mariana. Direita e Esquerda estariam relacionadas, portanto, a duas alas (tendências? facções?) do Partido Republicano Mineiro em Mariana.

Como pensar, aqui, em opções ideológicas mais difusas? Por certo, apesar de que se está falando no âmbito da narratividade política, em um espaço em que a memória de situações comunicativas¹¹ é propícia à percepção da ideologia em uma formulação fortemente marcada pela luta de classes, não é dessa noção que se trata. Não é também uma perspectiva em que se poderia pensar em esquerda e direita como na relação entre jacobinos e girondinos, na Revolução Francesa. O que há, certamente, é uma adaptação terminológica realizada no momento próximo ao da criação do Partido Republicano Mineiro, em Mariana (partido único), pela narrativização política marianense, mantendo-se, assim, como parte da memória de discursos, mas com um deslizamento de sentido da memória de signos que talvez tenha se perdido no tempo.¹² No entanto, nada se pode afirmar sobre a relação entre a terminologia e o caráter de classe, ou mais ou menos popular do político que se situa à direita ou daquele que se situa à esquerda, ou no recorte oferecido por Norberto Bobbio, de que a esquerda se volta para o igualitarismo, enquanto a direita torna-se para a liberdade (BOBBIO, 2011).

Uma última questão é que, se as representações da memória do Sr. Vicente permitem identificar que as designações esquerda e direita já se apresentavam no início do próprio Partido Republicano, o mesmo não ocorreu em relação a Piolho e Percevejo¹³. Essas parecem

¹¹ A memória das situações comunicativas funciona como dispositivos que normatizam as trocas comunicativas e que se definem através de um conjunto de condições psicossociais de realização de modo que os parceiros possam se entender sobre o que constitui a expectativa da troca, possam estabelecer um contrato de reconhecimento, condição da construção recíproca e diferenciada do sentido (CHARAUDEAU, 2004, p. 20).

¹² A memória das formas de signos se organiza enquanto maneiras de dizer mais ou menos rotineiras, como se o que se importasse na linguagem não fosse o que se diz, mas sua execução. Assim, se constituem comunidades de “saber dizer” (CHARAUDEAU, 2004, p. 20-21).

¹³ Uma dica para se refletir a esse respeito vem da Sociologia Política, com o pousoalegrense Orlando de Carvalho, no exame sobre os partidos políticos em Minas Gerais. Segundo o autor, “A tradição registrada por numerosos documentos valiosos é a de que, em Minas, a regra, até 1930 foi a existência nas comunidades locais de duas facções aglomeradas em torno de grandes famílias. No município a luta era acirrada e, por vezes, violenta, marcada de episódios dramáticos, que acentuava a divisão. Nas campanhas eleitorais surgiam críticas, caricaturas e apelidos, que permaneciam. Vejamos alguns desses apelidos. Passos: patos e perus; Lavras: gaviões e rolinhas; Alfenas: besouros e marimbondos; Itapeçerica: tarecos e papeatas; Januária: luzeiros e escureiros; Guaraniésias: peludos e pelados.” (CARVALHO, 1957).

ser, de fato, designações mais recentes na narratividade marianense para as duas correntes majoritárias da política da cidade. O Sr. Gerci, mais conhecido por Seu Nonô, era contemporâneo do Sr. Vicente. Da mesma maneira que o Sr. Vicente, ele foi um Percevejo/direita, mas com menos pudor para revelar a memória da política local. Talvez porque tenha participado com certa empolgação das atividades políticas, mas não foi dirigente partidário. Parece que ele tinha que se preocupar mais com aspectos do trabalho para a sobrevivência. Quer dizer, no interior do grupo de Percevejos havia graus diferentes de participação – o que permite que pensemos em deslizamentos possíveis no interior da formação discursiva partidária.

Assim, de um lugar mais afastado da burocracia partidária, Sr. Nonô mantém, na lembrança designações que são de um período anterior. E, como nos contou, antes da querela entre piolhos e percevejos, a disputa já era acirrada, muitas vezes violenta, entre Jagunços e Araras: “Pois é, começou Jagunço... eles começaram com o nome de Jagunço... depois passou pra Piolho. (...) E nós éramos Arara, depois passamos pra Percevejo”.

A partir dos relatos, podemos dizer (provisoriamente, talvez) que a narratividade do percurso das forças políticas locais contém uma evolução na designação dos participantes: Jagunços, na primeira República, quando o Partido Republicano era a única opção em Mariana, tornam-se Piolhos no final da Era Vargas; Araras na primeira República tornam-se Percevejos no final da Era Vargas. E, mais recentemente, no cenário da ditadura militar, quando a ARENA detinha o controle político regional, Piolhos vão para a esquerda e Percevejos para a direita. E isso, no interior da Arena (ARENA 1 e ARENA 2), na configuração política da narratividade da cidade. Quer dizer, o par esquerda e direita na narratividade da cidade tem coerência, mas um sentido distinto da tradição jacobina, marxista ou do socialismo de Norberto Bobbio.

Maria Sabão – uma narrativa da tradição oral: inclusão e resiliência

A Mina de Passagem de Mariana data da primeira metade do século XVIII. Ela ainda existe, mas tornou-se um local de visitação turística e prática de atividades lúdicas. Em torno dessa Mina se constituiu o distrito (Passagem de Mariana), como palco de atração de indivíduos e imaginários, com vários relatos em que se percebe o conflito entre a produção da riqueza material e a realidade de concentração da mesma, com a utilização de um amplo contingente de pessoas em precárias condições de vida e trabalho – o que se aplica, primeiro,

aos escravos e brancos pobres da região e, posteriormente, ao trabalhador “livre e dependente”.

Dentre as lendas que circulam pelo distrito encontra-se a Maria Sabão. Pela importância dessa no repertório local, pode-se dizer, seguindo os Guardiões da Memória, que Maria Sabão é a lenda de Passagem de Mariana. Na verdade, há pouca menção a essa lenda, entre os estudiosos do tema. É uma lenda de assombração. Como disse um Guardião da Memória local, “Maria Sabão é uma assombração de Passagem de Mariana. Ela possui até residência fixa no distrito – que é ali no boqueirão” (cavidade nas pedras que dá acesso ao Ribeirão do Carmo, junto à Mina de Passagem).

Vamos realizar um breve comentário sobre duas narrações dessa lenda, com o objetivo de refletir sobre a diversidade do projeto de influência entre os dois narradores. O primeiro deles é Leandro Henrique. Leandro é professor (Língua Inglesa) e jornalista; proprietário do Jornal Espeto (ênfase na folkcomunicação, especialmente na divulgação de casos e lendas da região). É integrante e um dos membros fundadores da Associação dos Caçadores de Assombrações de Mariana (ACAM). A segunda narradora é Geralda Jacinta, conhecida como Dona Naná. A Dona Naná é aposentada, dona de casa e participante assídua das atividades socioculturais do distrito. É reconhecida também na cidade pelo trabalho com práticas terapêuticas a partir de ervas da região. As entrevistas com esses narradores aconteceram em datas distintas e foram gravadas em som e vídeo.

Após algum tempo da entrevista, o pesquisador fez a seguinte questão para o Leandro: “Como você conta a história da Maria Sabão”?

O nosso comentário, na narração de Leandro, começa pelo conflito: Maria, escrava doméstica encarregada de lavar a roupa reporta ao seu senhor: “Acabou o sabão e não tem sebo: o que eu faço”? A resposta do senhor contém uma ameaça e uma “sugestão”: “Deixei de saber. Quero as roupas limpinhas. Senão, você vai pagar caro. Ah, que pegue alguma dessas crianças vadias, que ficam dando trabalho por aí”. Sem outra solução, Maria acatou a sugestão. Afinal, diante da ameaça, a sugestão do senhor tornava-se a única saída. Na verdade, é como se fosse uma ordem. E, cumprir ordens, sem qualquer questionamento da autoridade é típico do regime escravocrata, pois, o escravo não tem qualquer liberdade, com disse Leandro.

Maria não era somente quem fazia sabão e lavava muitas roupas. Era escrava. Cumpria ordens. Assim, pegou as crianças e resolveu o problema da lavagem de roupas. Porém, diz o Narrador que Maria não ficou mais em paz: ela havia tirado a vida de uma

criança, colocado o corpo da mesma num enorme caldeirão, utilizando-a para produzir sabão. Ela ficou com a consciência pesada, e isso a atormentava fortemente.

O tormento de Maria foi tanto que ela perdeu o juízo. Abandonou a casa do senhor, entrou pelo boqueirão da mina afora e desapareceu.

Passado algum tempo, moradores observam que crianças “levadas” estavam desaparecendo, sem notícias. Tem início, assim a estória. Maria, mesmo depois de morta, continuava aparecendo como assombração. Ela saía do boqueirão, à noite, e carregava consigo as crianças “levadas”, aquelas que desobedeciam aos seus pais e mais velhos, que não realizavam as tarefas escolares, e que, como se diz, “não tinham educação”.

Fica, então, o moral da história como um tipo de ensinamento: as crianças devem se comportar bem, realizar os seus deveres escolares, demonstrar educação e respeito pelos mais velhos. Elas não devem permanecer nas ruas na escuridão noturna. A lenda tem, assim, um moral da história que é pedagógico, orientando-se para uma narratividade de formação de uma espécie de “pessoa de bem” na vida social.

E na contação de Dona Naná, o que acontece? Em sua maneira de contar a Maria Sabão existiu, viveu em Passagem e, também, tornou-se lenda. Contudo, a sua personagem não viveu em um tempo muito diferente deste que vive a Dona Naná. Ela era alguém que se caracterizava pela sua atuação no mundo do trabalho, em situação de jornada de serviço precário. Como explica a própria Dona Naná:

Ela existiu sim. Não sei há quantos anos. Era lavadeira de roupa. Mas com esse tipo de roupa que eu tô falando. Uma hora era uma trouxa debaixo do braço [faz o gesto como se portasse uma trouxa debaixo do braço], uma na cabeça [faz o gesto, colocando algo na cabeça], né, e a lavadeira de roupa não era... lavadeira de roupa... mas a lavadeira de roupa não era só pra mim... pra ela [gesto apontando para si]. Era lavadeira de roupa pra região [gesto indicando abrangência]. Era a produção dela. Era Maria Sabão porque... [bate com a mão sobre o braço] pra lavar roupa. Então era por isso. O apelido dela. Não sei muito bem, mas, provavelmente, Maria Sabão porque ela só fazia o sabão pra lavar roupa, né?

Neste caso, o nome também vem das atividades desempenhadas por Maria: fazer o sabão para lavar roupas e para lavar uma extensa quantidade de roupas. Logo, ela fazia muita quantidade de sabão, e os demais moradores, peritos na observação sobre o que se passava na comunidade, viam-na sempre com uma cuia de sabão em uma das mãos. Em síntese, havia uma relação forte entre Maria e o Sabão, tão forte que o sabão passou a ser o termo principal em sua identidade, constituindo-se em alcunha outorgada pela sua comunidade.

Porém, o tempo desta *Maria Sabão* era bem próximo do tempo da narradora Geralda. Havia quase uma sincronia na vida de ambas. Melhor ainda, o tempo de vida ativa da lavadeira Maria era o mesmo tempo de *vida ativa* dos familiares mais velhos de Geralda: a mãe e avós. A diferença é que Maria era uma trabalhadora que lavava roupas para o seu sustento e para o sustento dos seus familiares. Ela não lavava apenas a roupa da sua família, como outros faziam. A sua profissão ou produção (mulher livre) era essa: lavadeira de roupa para muita gente – habitantes daquele mesmo espaço geográfico narrado por Leandro: o atual distrito de Passagem de Mariana, porém em outra dimensão social e temporal.

Chama a nossa atenção, assim, que o nome Maria Sabão aparece na narração de Geralda como uma espécie de homenagem a uma Maria – mulher, trabalhadora que “existiu” na (sua) história e que lutou bastante para sobreviver, com o seu trabalho cotidiano de lavagem de roupas para aqueles que podiam pagar pelo serviço. O segundo termo da relação traz assim uma qualificação positiva à vida de trabalho de uma *Maria* (dentre outras). Essa é uma *Maria* homenageada com uma extensão ao seu nome que indica o seu papel na produção: fazer muito sabão para lavar muitas roupas. Trata-se, além disso, de uma Maria que se situa num tempo de trabalho próximo ao da narradora: o tempo do trabalho livre. Tudo parece caminhar, portanto, para uma construção bem centrada na memória experiencial da própria Geralda e o seu grupo próximo: é a sua geração lembrando-se de uma geração anterior e do papel central desempenhado por uma Maria na sustentação da vida familiar.

Podemos falar, assim, em duas maneiras de contar a lenda por esses sujeitos individuados na relação com a ideologia. Leandro, professor e jornalista, vê a lenda de assombração Maria Sabão como parte do processo pedagógico para a educação infantil. A Dona Naná, como Dona de Casa e terapeuta no trabalho com ervas da região, vê que Maria tornou-se uma assombração pelo desejo da comunidade em lembrar dessa trabalhadora. Porém, ela é uma assombração entre aspas, lúdica, pois continua contribuindo para a comunidade – agora no processo pedagógico para a educação infantil.

Maria Sabão não é, assim, uma pessoa excluída da cidade, como se poderia pensar à primeira vista. Ela é parte das preocupações da cidade, mantendo-se em um imaginário que contribui para com a comunidade. Ela é aquela que se preocupa em contribuir para a boa formação das crianças, mas também aquela que, no espaço de vivência de Dona Naná, uma trabalhadora e dona de casa, representa algo que precisa ser vencido pela comunidade: o abandono e insegurança no momento em que o trabalhador vai se tornando mais fraco, seja pela doença, seja pela velhice. Há algo nesse gesto que ultrapassa o desejo de não exclusão,

para favorecer, numa formulação de Cirulnik, a atividade do sujeito, no seu espaço da memória na comunidade, como uma espécie de tutor de resiliência:

No solo hablo, sino que tengo el dominio de mi palabra y convierto progresivamente en sujeto de mi palabra; soy capaz de decir: “Yo soy aquel que conoció tal adversidad, sufrió de tal manera y superó ese infortunio de este modo”. En ese momento se constituye la identidad narrativa de aquel que fue herido. Constatamos que hay allí un enorme tutor de resiliencia muy eficaz que es la narratividad. Yo tengo el traumatismo: la resiliencia no dice que el traumatismo no tiene ningún valor; el traumatismo es una muerte psíquica parcial de la cual se puede volver metamorfoseado (CIRULNIK, 2006, p.120).

A lição ou moral da história como vetor de resiliência pode ser uma boa chave na comunidade e na narratividade mais ampla da cidade para enfrentar, juntamente, problemas que envolvem a comunidade.

O rompimento da barragem de Fundão: trauma e memória

Bento Rodrigues é o nome do subdistrito de Mariana que foi devastado pelas ondas de lama decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco. O “acidente” aconteceu em 5 de novembro de 2015. Desde então, instalou-se um conflito sobre a reparação dos problemas causados pelo acontecimento. Porém, é um conflito, quer dizer, as possíveis soluções mobilizam interesses distintos: do ponto de vista da Samarco, empresa pertencente à Vale e à BHP, que explora a produção e circulação do minério na região, o acontecimento foi um acidente, que se precipitou pela ocorrência de abalos sísmicos em áreas próximas. Nessa narrativa, o rompimento foi algo que aconteceu apesar do empenho da empresa, em estar sempre procurando corrigir problemas causados pela natureza. A própria empresa Samarco seria vítima desse infortúnio, embora sensibilizada a partir de uma ética empresarial, ela se coloque, desde a ocorrência do fato, como disposta a cooperar para a solução de problemas.

Porém, o que nos interessa, no momento, não é, exatamente, versar sobre a construção narrativa da empresa, e, sim, perceber a narração de *Guardiões da memória* atingidos pela lama. Iremos assim, dar a palavra, inicialmente, ao Sr. Filomeno. O Sr. Filomeno é um Guardião da memória de Bento Rodrigues com muito reconhecimento da comunidade – seu espaço de atuação. É algo interessante que, como bem faz um guardião da tradição, ele reporta à constituição da comunidade desde o seu mito fundador. Segundo ele,

Bento Rodrigues foi descoberto em 1694, por intermédio de uma comissão que residia aqui em Mariana e Ouro Preto. Esses, insatisfeitos com... com o pessoal, os donos de..., os bandeirantes, também os donos de escravos, um pequeno número desmembrou de Mariana e Ouro Preto. E, esse grupo descobriu Bento Rodrigues. Eles desceram pelo Rio Gualaxo e chegando no entroncamento do Rio Gualaxo com o Rio do Carmo... eles bateando foram muito [bem sucedidos] com a descoberta do ouro. Então, eles acamparam ali e subiram pelo Rio do Carmo, eles encontraram, próximo de onde era a Igreja de São Bento... resolveram acampar e ali foi construída uma pequena fazenda e também a Igreja de São Bento.

Estão aí reunidos os elementos fundadores da comunidade: um grupo de bandeirantes, o ouro, os rios e a Igreja. Nessa fundação, a bandeira passa primeiro por Bento Rodrigues, e somente depois, ela chega em Mariana. Houve, no entanto, um certo encantamento por parte de alguns bandeirantes, liderados pelo capitão Bento Rodrigues, para com o local. Isso teria contribuído para que retornassem ao espaço geográfico e fundassem um povoado. Desde então, aquele local, que ganhou o nome do líder, tornou-se um espaço de realização comunitária: festas, muita música, criações (animais) que viviam sem a necessidade de cercas, recursos naturais e, sobretudo, um espaço de indivíduos colaborativos na vida social. Tudo ia bem: uma tradição que durou quase três séculos. Mas, recentemente, quer dizer, em sincronia com o período da geração do Sr. Filomeno, chegou a empresa Samarco. E, com o tempo os interesses da empresa tornaram-se distintos daqueles da comunidade, com risco de rompimento da barragem e perigo para a comunidade. Isso, segundo o Sr. Filomeno foi o que se consumou no dia 5 de novembro.

Eu não sei se vocês foram lá depois que ocorreu o acidente... Houve uma coisa... é uma coisa muito triste. Eu tive uma tristeza fabulosa porque eu tinha uma casa de dois andares e... [EMOÇÃO; bebe água] essa casa era toda mobiliada. Acabei perdendo. E essa casa foi doada pelo meu pai e ... quando ele faleceu me deixou por nascer..., mas o pai dele, ele era escravo numa fazenda, a fazenda era da família Cotta, na Fábrica Nova, e ele, ela foi doada pela família Cota, então, eu quando eu ia me casar fui retirando cada parede de pau a pique e fazendo de tijolos. E, depois, eu coloquei as... fiz sapatas para as vigas e coloquei outro andar na casa e em cima fiz uma coberta. / / Isto eu perdi tudo... E, ao perder me deu uma tristeza muito grande porque eu não dormi e acabei sofrendo um problema de coração [EMOÇÃO], eu fui lá... fiquei hospitalizado em Belo Horizonte e foi preciso colocar marcapasso. Quer dizer, hoje eu não sou o mesmo. Isso devido a essa porcaria desse [EMOÇÃO, usa lenço para limpar as lágrimas] serviço mal feito que a Samarco fez.

O Sr. Filomeno é um guardião que goza de muita credibilidade. Trabalhou na Samarco por 42 anos, desempenhando atividades que reuniam saberes importantes no cotidiano da mineradora. Ele conhece bem as atividades da empresa, os problemas e soluções. Afinal é um saber do seu trabalho e de reflexão entre membros da comunidade que

se preocupavam com os riscos do cotidiano à beira da uma barragem de rejeitos. Com esse saber, o Sr. Filomeno não tem dúvida que o rompimento é uma “Tragédia anunciada”.

É... dois de junho de 2015, eu fui fazer uma visita lá na mina Samarco e eu falei pra um gerente. A gente olhando pra o trabalho deles e ele mostrando lá a barragem e eu falei: “Essa barragem não tá segura não, capaz de, de uma hora pra outra, isso assorear”. E ele falou: “Não, isso não vai assorear não”. Eu falei: “É o que vocês falam pra o pessoal lá em Bento quando vocês vão fazer palestra. Levam o prefeito e ficam iludindo o pessoal a ponto de...”, ainda falei com ele, “a ponto de um alguém ter falado com um rapaz lá que essa barragem vai assorear, e o rapaz chegou até a agredir o prefeito porque o prefeito foi falar com vocês que tava com vocês, tava com vocês porque a barragem tava segura”. Mas, eu tava.. eu tava com eu registrei tudo. [EMOÇÃO] Tava com gravador [...] E eu registrei tudo, só que ao invés de eu trazer a gravação aqui pra Mariana, eu deixei lá em Bento... e acabou eu perdendo tudo.

A rememoração de quem perdeu tudo, inclusive, um gravador com registros que trariam evidências à sua memória é difícil, dolorosa. E, como percebe o Sr. Filomeno sem uma gravação, não adianta insistir com a empresa. Essa coloca em cena todos os recursos possíveis, para desfazer ou se contrastar com a memória da comunidade. E a tristeza torna-se ainda mais forte ao perceber que após 42 anos de trabalho na empresa, hoje o seu dizer não é suficiente como prova. Após anos sinalizando sobre qual posição a Samarco deveria adotar, agora ele, falando a partir do espaço da sua comunidade, não é reconhecido pela Empresa como capaz de alterar a sua posição. Não basta ele dizer que foi assim. Precisaria comprovar com uma memória eletrônica, reprodutora da sua narrativa.

Contudo, esse Guardiã não é uma voz isolada na comunidade. Lucimar Muniz, uma jovem guardiã, reforça o que ele diz, mas por outra via. Em sua narração, apresenta um discurso que parecia esquecido: o interesse da empresa Samarco pela área devastada de Bento Rodrigues era manifesto e já conhecido. Era parte, assim, da memória de discursos da empresa. O rompimento da Barragem teria contribuído para tornar palpável um projeto anterior, de anexação da área ao campo da empresa. Ou seja, os arranjos propostos pela Samarco, na atualidade, parecem ser a atualização de um projeto apresentado, anteriormente, de incorporação de área do Bento ao espaço de beneficiamento do minério. Segundo ela, isso se daria por meio do chamado “projeto Mirandinha” – algo já planejado pela Samarco e que somente agora, após o rompimento da barragem que devastou Bento Rodrigues, e em meio às querelas de reparação, a Samarco está conseguindo colocar em prática:

O Projeto Mirandinha, ele... O projeto Mirandinha, ele é um projeto da mineradora Samarco já desde 2010, melhor, 2008, quando a mineradora já tem o

interesse numa área onde já existia uma fazenda [a Fazenda] Mirandinha, no século XVIII, em adquirir aquela região para construir uma grande barragem. Só que isso fica exatamente dentro do dique S2, e a comunidade [naquele momento] nega essa construção. O projeto Mirandinha, eles não conseguiram por em prática naquele momento, mas o Dique S4, ele, na verdade, ele é colocar o projeto da barragem Mirandinha em construção.

A narração de Lucimar reforça, por outro caminho, a afirmativa do Sr. Filomeno. Ela explica possíveis razões para que se tenha tratado com descaso o anúncio de uma possível tragédia. No fundo, a “tragédia anunciada” pode corresponder simplesmente a uma estratégia de aquisição da área. Com essa posição, o Sr. Filomeno não precisa ficar preso ao esquecimento do aparelho gravador, à memória eletrônica, martirizando-se por não haver portado consigo o aparelho no dia do rompimento da Barragem. Ele não teve qualquer culpa por havê-lo deixado em Bento, onde desapareceu levado pela lama e, sequer, teria como prever os acontecimentos do dia. E, nada garante que a gravação resolveria toda a complexa contenda. Na verdade, são disputas em torno da construção narrativa da realidade. Pode, assim, reorganizar a sua memória, para buscar perceber outras dimensões da luta pela reparação de direitos e a constituição de políticas públicas.

Considerações finais

Trouxemos à reflexão três situações distintas de trabalho possível com os Guardiães da memória. Em síntese, podemos concluir que a escuta desses narradores da cidade, distritos e região pode contribuir para quebrar com o quadro de invisibilidade dos mesmos e possibilita-nos um contato diferenciado com a memória discursiva regional (a memória de discursos, de signos e de situações de discurso). No caso da tematização política de Mariana, a narratividade remete-nos a um conhecimento sobre dificuldades não solucionadas na vida política da cidade, sobre as quais é necessário que as comunidades se detenham. Há algo que, efetivamente, não produz um sentido que favoreça o espaço público, pois a consideração de similaridade entre direita e esquerda é um indicador de problemas locais na relação entre a classe política e cidadãos; a classe política e a cidade. No caso da lenda Maria Sabão, a diversidade na contação da narrativa parece indicar a possibilidade de atualização ideológica da lenda no interior de formações discursivas com níveis de diferenciação na vida comunitária: no caso, uma FD que se orienta para a área educacional e a outra que se faz presente em preocupações relacionadas à insegurança em relação à saúde e condições de sobrevivência dos indivíduos mais pobres da comunidade. Já na narração dos guardiães da

memória de Bento Rodrigues, a memória se dirige para o reforço da luta comunitária pela reparação de danos causados por ações e omissões da empresa mineradora Samarco. Pensamos, assim, que tal perspectiva reforça a importância dos Guardiões da memória regional.

Esse trabalho articula, portanto, o espaço da pesquisa acadêmica, como produção de conhecimentos na área dos estudos da linguagem a uma preocupação social orientada para a possibilidade de padrões de atuação mais condizentes com a vida comunitária, na contemporaneidade. A noção de Guardiões da memória ganha com isso um espaço importante, pois não se trata de nenhuma nostalgia ou gosto do passado pelo passado, mas da possibilidade da lembrança como ingrediente que pode permitir um trabalho com a memória e o retrabalho do próprio sujeito de memória. Enquanto narratividade da cidade, o que se almeja não é a sua pura conservação, e, sim o exame da sua significação, permitindo a revisão da experiência subjetiva do narrador, a reorganização emocional e, junto aos espaços de narratividade próprios do narrador, a possibilidade de busca de lideranças transformadoras e capazes, inclusive, de contribuir na formulação de políticas públicas na solução dos problemas.

Referências Bibliográficas

BOBBIO, N. **Direita e esquerda. Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: EdUNESP, 2011.

BOSI, E. **Memória e sociedade – lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, O. Os partidos políticos em Minas Gerais. In **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Edição n. 2, 1957.

CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: Machado, I; Mello, R (Org). **Gêneros, reflexões em análise do discurso**. Belo Horizonte: Nad/Fale-UFM, 2004.

CYRULNIK, B. **El amor que nos cura**. Barcelona: Gedisa, 2006.

ORLANDI, E. Parkour: corpo e espaço reescrevem o sujeito. In: **Língua e instrumentos linguísticos**, n. 34, jul-dez 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Arte, 5, 6, 7, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 65, 105, 115

C

Consenso, 5, 7, 31, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 173

D

Discours, 65, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 126, 127, 129, 131, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156
Discurso, 5, 7, 10, 17, 22, 24, 26, 32, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 60, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 99, 101, 102, 105, 107, 109, 115, 116, 173, 189, 190, 191, 192, 193, 197, 199, 206, 207, 212, 213, 214, 215

E

Enseñanza, 17, 18, 19
Ensino, 8, 27, 67, 70, 80, 103, 105, 107, 114, 116, 181, 212, 214, 215
Escola, 5, 30, 37, 43, 78, 103, 104, 105, 106, 108, 115, 116, 166, 170, 184, 187
Estado, 5, 8, 32, 37, 45, 60, 67, 68, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 84, 88, 93, 94, 103, 105, 107, 112, 113, 115, 165, 174, 214

F

Ficção, 6, 31, 38, 61
Ficción, 5, 10, 24
Fronteira, 8, 30, 36, 91, 98, 102, 162, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 215

H

Hyperlangue, 119, 120, 124, 125, 126, 127, 131, 133, 141, 142, 146, 147, 153

I

Ideologia, 7, 42, 44, 45, 48, 52, 53, 55, 57, 59, 60, 63, 64, 78, 85, 88, 99, 108, 176, 189, 198, 199, 203
Imaginário, 7, 9, 29, 30, 31, 33, 36, 38, 39, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 68, 69, 71, 73, 76, 77, 78, 84, 86, 100, 101, 102, 107, 115, 181, 183, 193, 203
Imigrante, 5, 7, 62, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100
Institucionalização, 5, 7, 66, 67, 71, 72, 78, 82, 90
Instituciones, 13
Instituições, 6, 7, 35, 41, 43, 44, 45, 49, 60, 61, 67, 68, 72, 81, 89, 99, 105, 106, 184
Institutions, 120, 124, 126, 139, 150
Instrumento, 6, 11, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 44, 50, 52, 73, 107, 110, 111, 112
Interpretação, 5, 7, 21, 22, 31, 37, 38, 42, 44, 48, 49, 51, 52, 55, 56, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 83, 85, 88, 89, 100, 111, 175, 176, 187, 189

L

Langage, 13, 25, 126, 130, 139, 142, 153, 154, 155
Langue, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156
Lengua, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24
Lenguaje, 5, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23, 24
Língua, 5, 6, 8, 34, 36, 37, 48, 49, 74, 78, 85, 87, 99, 103, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 159, 160, 161, 162, 165, 171, 172, 174, 175, 176, 177,

178, 179, 181, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 215
 Linguagem, 3, 6, 7, 9, 27, 29, 30, 37, 41, 42, 49, 55, 57, 64, 66, 80, 81, 83, 84, 89, 100, 101, 104, 107, 108, 110, 113, 115, 158, 159, 160, 162, 165, 167, 168, 173, 199, 208, 214
 Literatura, 7, 22, 23, 24, 25, 31, 56, 61, 105, 115, 174, 179, 183

M

Memória, 5, 6, 26, 27, 30, 32, 34, 37, 45, 46, 48, 49, 51, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 78, 87, 104, 168, 191, 192, 194, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 212, 215
 Migrantes, 97, 98, 99, 102

N

Narratividade, 7, 37, 38, 56, 59, 60, 62, 64, 65, 168, 170, 191, 192, 194, 195, 197, 199, 200, 202, 204, 207, 208

P

Política, 5, 7, 8, 14, 17, 18, 23, 25, 33, 41, 44, 45, 46, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 86, 88, 90, 93, 99, 115, 164, 171, 172, 191, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 207, 208
 Políticas linguísticas, 18, 175
 Políticas lingüísticas, 17
 Político, 5, 7, 14, 24, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 54, 60, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 78, 79, 81, 86, 87, 89, 93, 94, 96, 99, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 114, 115, 159, 160, 161, 165, 168, 172, 175, 187, 188, 191, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 212, 213, 215
 Politique, 116, 119, 126, 131, 132, 133, 135, 141, 144, 149, 156

Prática social, 5, 8, 81, 88, 99, 174, 184, 198
 Pratiques sociales, 118, 120, 121, 133, 142, 147

R

Refugiado, 5, 7, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100
 Relato, 9, 30, 31, 32, 59, 61
 Resistência, 7, 44, 45, 52, 64, 76, 78, 82, 115, 116, 174, 179

S

Sentido, 8, 10, 13, 15, 16, 19, 21, 24, 27, 29, 33, 34, 36, 41, 42, 45, 46, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 66, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 97, 101, 107, 109, 110, 111, 112, 155, 158, 159, 160, 161, 165, 166, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 189, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 207
 Sociedade, 3, 6, 36, 41, 43, 45, 47, 49, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 59, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 78, 79, 84, 86, 100, 103, 104, 105, 109, 113, 115, 150, 161, 170, 172, 192, 193, 197, 198, 208, 214
 Subjetividade, 26, 27, 28, 29, 35, 37, 38
 Sujeito(s), 3, 5, 7, 8, 9, 27, 30, 32, 34, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 74, 82, 86, 87, 89, 93, 96, 100, 104, 109, 116, 159, 168, 170, 171, 175, 176, 177, 179, 181, 183, 186, 188, 190, 192, 193, 194, 195, 203
 Sujeitos invisíveis, 5, 7, 50, 55, 191, 192

T

Testemunho, 6, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 59, 62, 213

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Eni P. Orlandi - É pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp, professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS) e professora colaboradora do IEL, na Universidade Estadual de Campinas. É pesquisadora 1A do CNPq. Foi docente na USP de 1967 a 1979, onde ensinou Filologia Românica, Linguística, Sociolinguística e Análise do Discurso Pedagógico. De 1971 a 1974, ministrou a disciplina de Análise de Discurso no curso de Especialização em Tradução na PUC-Campinas. Atuou como docente no Departamento de Linguística do IEL, na Unicamp, de 1979 a 2002. Tem doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo e pela Universidade de Paris/Vicennes (1976). Recentemente, publicou o livro “Eu, Tu, Ele: Discurso e Real da História” (2017). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em teoria da Análise Linguística, atuando principalmente nas seguintes áreas: Análise de Discurso, Linguística, Epistemologia da Linguagem e Jornalismo Científico.

Débora Massmann - É docente permanente e coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS). É doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) (2009), mestre e graduada em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2005 e 2002). Realizou estágio Pós-doutoral em Semântica no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2014). Orienta trabalhos nos níveis de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Tem experiência em Teorias Linguísticas principalmente na área de semântica, análise de discurso, retórica e argumentação. Em suas pesquisas, destaca-se o interesse pelo funcionamento do discurso jurídico, político e artístico.

Andrea Domingues - Possui graduação em História Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1999), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002), doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007) e pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (2016). Atualmente é Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa, professora permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem, professora titular do Curso de História da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS). Pesquisadora e orientadora de diversos projetos de pesquisa de iniciação científica financiados pela FAPEMIG. Professora, pesquisadora colaboradora eventual do Programa de Pós-graduação em Educação e cultura do campus Universitário do Tocantins - Cametá, da Universidade Federal do Pará. Desenvolve projetos de pesquisa com foco em Análise de Discurso, Cultura e Sociabilidade, Memória, Campo e Cidade, Língua e Ensino. Tem experiência na área de História e Análise de Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, cidade, memória, história, discurso, migração, festejos populares, etnia, identidade, cultura afro brasileira, questões indígenas, leis educacionais, história e imprensa, história e memória, prática de ensino em história, pesquisa e metodologia.

SOBRE OS AUTORES

Alma Bolón Pedretti - É professora titular efetiva de Literatura Francesa no Instituto de Letras (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación – Udelar) e professora agregada efetiva de Linguística Aplicada - Carreira de Tradução (Facultad de Derecho – Udelar) no Uruguai. Integrante do grupo de pesquisa “Filosofia Teórica da Comunicação” (Discurso, Universidade, tecnologia, globalização), ativo desde 1999, e do grupo “Montevideana” (Comparatismo), ativo desde 2003, autoidentificados em CSIC 2014 (No.882487). É também co-dirigente de um projeto e integra outro projeto I+D, ambos apresentados à CSIC, em 2016, e em vigência e vinculados às áreas acima mencionadas nos grupos autoidentificados. Destaca-se a co-direção de um Seminário Permanente de Pesquisa em FHUCE. Prêmios e títulos: Primeiro Prêmio Compartilhado na categoria Ensaio Inédito (Nacional, 2001, Ministério da Educação e Cultura). Contato: abolon@adinet.com.uy

Bethania S. C. Mariani - É Professora Titular de Linguística do Departamento de Ciências da Linguagem – GCL, da Universidade Federal Fluminense – UFF. Coordena o Laboratório Arquivos do Sujeito, ministra aulas na Pós-Graduação em Estudos de Linguagem em duas linhas de pesquisa: Análise do Discurso e História das Ideias Linguísticas. Seus últimos trabalhos estão voltados para a temática do testemunho. Contato: bmariani@id.uff.br

Débora Massmann - É docente permanente e coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS). É doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) (2009), mestre e graduada em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (2005 e 2002). Realizou estágio Pós-doutoral em Semântica no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2014). Orienta trabalhos nos níveis de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem. Tem experiência em Teorias Linguísticas principalmente na área de semântica, análise de discurso, retórica e argumentação. Em suas pesquisas, destaca-se o interesse pelo funcionamento do discurso jurídico, político e artístico. Contato: debora.massmann@univas.edu.br

Eni P. Orlandi - É pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp, professora e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS) e professora colaboradora do IEL, na Universidade Estadual de Campinas. É pesquisadora 1A do CNPq. Foi docente na USP de 1967 a 1979, onde ensinou Filologia Românica, Linguística, Sociolinguística e Análise do Discurso Pedagógico. De 1971 a 1974, ministrou a disciplina de Análise de Discurso no curso de Especialização em Tradução na PUC-Campinas. Atuou como docente no Departamento de Linguística do IEL, na Unicamp, de 1979 a 2002. Tem doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo e pela Universidade de Paris/Vincennes (1976). Recentemente, publicou o livro “Eu, Tu, Ele: Discurso e Real da História” (2017). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em teoria da Análise Linguística, atuando principalmente nas seguintes áreas: Análise de Discurso, Linguística, Epistemologia da Linguagem e Jornalismo Científico. Contato: enip@uol.com.br

Greciely Cristina da Costa - É professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás). Mestre e Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Durante seu doutoramento, realizou um estágio de pesquisa (doutorado sanduíche) na Université de Paris 13, em Paris (2010).

Liderou o Projeto de Pesquisa “Imagens e suas discursividades” e, atualmente, coordena o Projeto de Extensão “A Linguagem vai à Escola” (ALinE). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso, com pesquisas voltadas para a compreensão das discursividades da imagem, para o funcionamento da denominação e para a análise de discursos sobre a cidade, a violência e a criminalidade, dentre outros temas que envolvem a relação entre linguagem e sociedade. Contato: greciely@gmail.com

Lucas Alvares – Possui graduação em Relações Internacionais pelo Centro Universitário UNIFMU (2007). cursou Pós-Graduação em Estratégia e Análise do Ensino Superior na Instituição Faculdade do Pantanal (2014). Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT – 2016), em Cáceres-MT. Professor das disciplinas de Filosofia, Sociologia e Economia na instituição de ensino superior Faculdade do Pantanal e tutor para disciplinas ofertadas à distância pela mesma instituição nas disciplinas de Ética, Sociologia e Antropologia. Doutorado em andamento na UNEMAT, em Linguística. Contato: laspa85@gmail.com

Luciana Nogueira - É professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem (PPGCL) da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás). Possui doutorado (2015) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, com estágio de pesquisa (doutorado-sanduíche) na Université Paris 13 (2012-2013). Concluiu o pós-doutorado (2016) no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, na Univás. Atualmente, é coordenadora do Centro de Línguas (CELi) do PPGCL-Univás. É integrante do Coletivo de Trabalho Discurso e Transformação (Contradit). Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Análise de Discurso e Semântica da Enunciação e sua pesquisa atual é dedicada ao estudo do discurso neoliberal e do discurso de gestão em diferentes espaços. Contato: lulunog@yahoo.com.br

Mariza Vieira da Silva - Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas, com pós-doutorado em História das Ideias Linguísticas na École Normale Supérieure Sciences & Lettres de Lyon. Professora aposentada da Universidade Católica de Brasília e pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Criatividade da Universidade Estadual de Campinas. Contato: marizavs@uol.com.br

Rachele Raus - É graduada em Língua e Literatura Estrangeira pela Università dell’Aquila, com louvor. Possui doutorado pela Escola Superior de Língua Moderna para Intérprete e Tradutor (SSLMIT), da Universidade de Trieste. Pesquisadora no “setor disciplinar” L-LIN 04 da Universidade de Turim, no qual atua como docente desde 2002. De 2003 a 2009 atuou no Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Estudo da Mulher (CIRSDé), da Universidade de Turim, o qual dirigiu de 2009 a 2012. Atualmente é diretora do "Centro de Estudos sobre a Europa (TO-EU)", do Departamento de Cultura, Política e Sociedade, da Universidade de Turim. É representante do Ateneo torinese, no Centro Interuniversitário de Pesquisa sobre a História dos Ensinos Linguísticos (CIRSIL). Contato: rachele.raus@unito.it

Taisir Mahmudo Karim - É professor adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Possui doutorado (2012) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Linguística/UNEMAT, membro do Centro de Estudos e Pesquisa em Linguagem (CEPEL). Coordena o projeto de pesquisa “Estudo da Significação: Nomes Próprios”/FAPEMAT. Coordena o projeto “Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras – Um

Estudo Semântico-Enunciativo dos Nomes Próprios”/CNPq. É líder do Grupo de Pesquisa UNEMAT/CNPq – “Mato Grosso: falares e modo de dizer”. Tem experiência em pesquisa e ensino na área de Linguística com ênfase em Semântica e Enunciação, atuando, principalmente, nos seguintes temas: processo de nominalização e estudo da significação de nomes. Contato: taisirkarim@hotmail.com

Verli Petri - Possui graduação em Letras Português Francês e Respectivas Literaturas pela Universidade Federal de Santa Maria (1994), mestrado em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (1998), doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004) e pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (2011). Atualmente é Professora Associada II da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Teorias do Texto e do Discurso, atuando principalmente nos seguintes temas: análise de discurso, ensino de língua estrangeira, língua portuguesa, língua de fronteira, discurso literário, constituição do sujeito, narratividades urbanas, instrumentos linguísticos e história das ideias linguísticas. Atualmente é coordenadora acadêmico-científica do Laboratório Corpus (PPGL), bem como é orientadora de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da mesma instituição. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Contato: verli.petri72@gmail.com

William Augusto Menezes - Graduado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado e doutorado em Estudos Linguísticos também pela Universidade Federal de Minas Gerais. É professor associado da Universidade Federal de Ouro Preto, onde participa do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem. É, também, docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. Atua na área de Linguística, com ênfase em Análise do Discurso, principalmente junto aos temas: argumentação, narrativa, memória e discurso político. É líder do Grupo de Estudos sobre Discurso e Memória (GEDEM-UFOP); é coordenador do Centro de Pesquisa em Linguagem, Memória e Tradução (CPLMT-UFOP) e líder de pesquisa da parceria UFOP-IFM (Instituto Fernando Moraes). Contato: williamenezes@hotmail.com